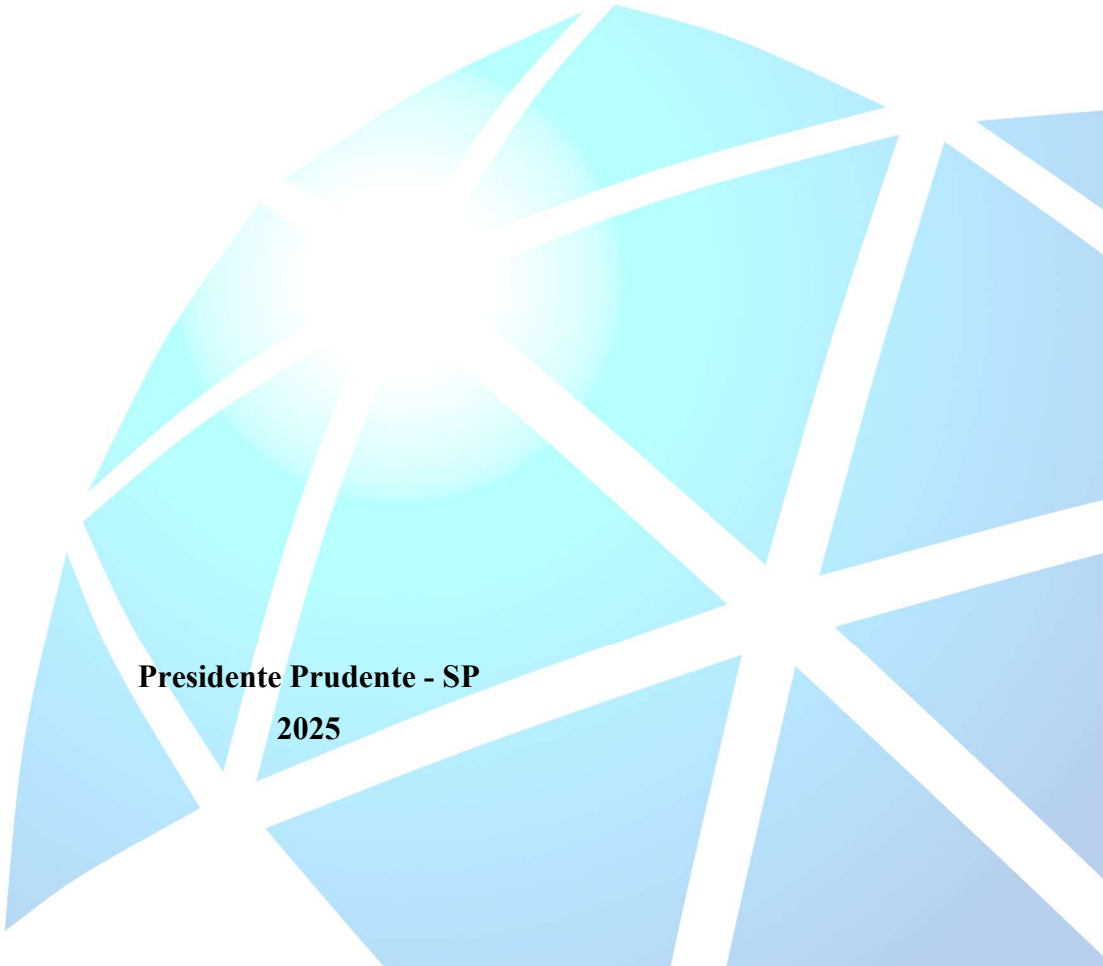
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências e Tecnologia Câmpus de Presidente Prudente

ANNA PAULLA ARTERO VILELA

TRABALHO E ADOECIMENTO NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO DO PROFESSORADO DAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO E MATO GROSSO



Presidente Prudente - SP
2025

ANNA PAULLA ARTERO VILELA

TRABALHO E ADOECIMENTO NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO DO PROFESSORADO DAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO E MATO GROSSO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração: Trabalho de Produção do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula

Presidente Prudente - SP
2025

V699t

Vilela, Anna Paulla Artero
Trabalho e adoecimento na educação : um estudo comparativo do professorado das redes estaduais de educação em São Paulo e Mato Grosso / Anna Paulla Artero Vilela. -- Presidente Prudente, 2025
345 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Ricardo Pires de Paula

1. Geografia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "Trabalho e Adoecimento na Educação: um estudo comparativo do professorado das Redes Estaduais de Educação em São Paulo e Mato Grosso"

AUTORA: ANNA PAULLA ARTERO VILELA
ORIENTADOR: RICARDO PIRES DE PAULA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencias e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia e Planejamento / Faculdade de Ciencias Tecnologia e Educacao de Ourinhos - FCTE/Unesp

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencias e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. FERNANDO MENDONÇA HECK (Participaçao Virtual)
Câmpus Avançado de Tupã / Instituto Federal de São Paulo - IFSP - Tupã/SP

Faculdade de Ciências e Tecnologia - Câmpus de Presidente Prudente -
Rua Roberto Simonsen, 305, 19060900
http://www.fct.unesp.br/pos-graduacao/--geografia/CNPJ: 48.031.918/0009-81.

Prof. Dr. BALTAZAR CASAGRANDE (Participaçao Virtual)
Instituto Federal de Rondônia

Presidente Prudente, 15 de maio de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a um grande amigo que tive a felicidade de conhecer ao longo desta jornada acadêmica, durante a disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Giovanni Alves na UNESP de Marília.

Nossos diálogos sobre o mundo do trabalho e seus desafios foram enriquecedores e inspiradores. A você, Leon Dalaedovick, minha sincera gratidão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, Ricardo, cuja orientação e dedicação foram fundamentais para a construção deste trabalho. Mesmo diante de seus inúmeros compromissos, ele sempre esteve disponível para contribuir com valiosas sugestões e reflexões, incentivando-me a seguir em frente e aprimorar continuamente minha pesquisa.

Ao meu companheiro de vida, Vinícius, mestre e graduado em Geografia, professor da rede estadual de ensino de Mato Grosso esteve ao meu lado nos momentos de maior desafio. Seu apoio incondicional, suas contribuições para as discussões e suas sugestões foram essenciais para que eu pudesse avançar, tanto no campo intelectual quanto emocional, ao longo deste percurso. Seu incentivo constante me auxiliou a superar os momentos de dificuldades e a consolidar este trabalho.

Agradeço à minha família, que acompanhou de perto minha trajetória acadêmica e testemunhou as dificuldades que enfrentei. Foram eles que estenderam a mão e transmitiram palavras de conforto, incentivando-me a seguir em frente e a concluir os ciclos que iniciamos a partir de nossas escolhas. Meu sincero reconhecimento ao meu pai, Ademar Vilela, à minha mãe, Ana Vilela, aos meus irmãos, Bruno Vilela e Diogo Vilela, e aos meus sobrinhos, Ana Clara, Enzo e Ana Júlia. Também expresso minha gratidão à minha sogra, Regina, e ao meu sogro, Luiz.

Aos amigos William Camilo, Gilberto, Lucas Silva, Nayara, Leon, Michele, Edivaldo, Leonardo, Eduardo, Humbelina, Adailma, Lauriano, Laura, Cícero, Valdsandro, Sueli, Wellington, Cristiano, Diego, Rafael e tantos outros que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta jornada, seja através de conversas enriquecedoras, trocas de experiências ou apoio moral nos momentos mais exigentes. A presença de vocês foi indispensável. A conexão com a espiritualidade foi essencial na busca por luz, paz e tranquilidade durante este período.

Aos colegas do grupo de pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT, que proporcionaram um ambiente dinâmico e estimulante para a realização deste trabalho. As atividades conjuntas fortaleceram os debates sobre o mundo do

trabalho e permitiram o avanço consistente da pesquisa dentro dos parâmetros científicos, aproximando teoria e prática de forma significativa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Nesse sentido, agradeço a CAPES, pelo suporte financeiro durante os dois anos de bolsa, sem o qual esta pesquisa não teria sido possível. O financiamento à pesquisa é um elemento essencial para a construção de um conhecimento mais profundo e transformador.

No ambiente acadêmico, é imprescindível cultivar relações sociais saudáveis, permitindo o pleno desenvolvimento das capacidades humanas e a harmonia nas interações interpessoais. Em um mundo onde as conexões são cada vez mais mediadas por redes sociais, torna-se essencial preservar o debate crítico e a produção científica dentro das universidades, garantindo que o conhecimento continue sendo um instrumento de transformação.

Acredito firmemente na possibilidade de transformação social e na construção de um futuro mais justo. Que as próximas gerações possam adotar modos de produção menos destrutivos, tanto social quanto ambientalmente, promovendo uma convivência pacífica entre diferentes perspectivas.

Sou professora, amo dar aulas, ensinar. Amo aprender e estudar. Amo compartilhar o que aprendo de interessante com outras pessoas. Quero continuar a ser professora, pois me realizo e me sinto imensamente feliz quando vejo meus alunos aprendendo. Mas, quase todos os dias, tenho vontade de desistir.

Kátia Simone Benedetti

TRABALHO E ADOECIMENTO NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO DO PROFESSORADO DAS REDES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO E MATO GROSSO

RESUMO: Este trabalho de doutorado explora a influência das políticas neoliberais no sistema educacional brasileiro e os rebatimentos na saúde docente e na relação professor e estudante. A fim de buscar compreender tais premissas, busca abordar a trajetória dessas políticas, principalmente a partir dos anos 1990, até os impactos da pandemia de Covid-19 em 2020. A fim de sistematização, o trabalho está organizado em quatro capítulos, analisa desde a emergência do neoliberalismo, desenvolvimento e sua influência nas reformas educacionais desde a década de 1990 até os efeitos destas políticas na saúde física e mental dos professores. O primeiro capítulo discute a expansão do neoliberalismo e suas implicações sociais, econômicas e culturais. O segundo capítulo foca em compreender como essas políticas influenciaram os sistemas educacionais de São Paulo e Mato Grosso, destacando a degradação da qualidade educacional e a saúde mental dos professores. O terceiro capítulo detalha os desafios enfrentados pelos professores, como a intensificação do trabalho e a precarização das condições laborais. Por último, no quarto capítulo, é examinado as consequências do adoecimento no trabalho docente, explorando como a precarização laboral é espacializada. A pesquisa incluiu a análise de dados do DIEESE e entrevistas semiestruturadas com professores, integrando perspectivas da Geografia do Trabalho, Sociologia do Trabalho e Psicologia Social do Trabalho. O objetivo final é criar uma discussão que possa compreender e responder às complexidades do trabalho, da precarização e do adoecimento no contexto docente, propondo estratégias para melhorar as condições de trabalho e saúde dos educadores, resistindo aos impactos negativos das políticas neoliberais e responder à tese a respeito do papel dos sindicatos diante desse contexto. Algumas questões emergiram e orientaram a busca por compreender essa realidade complexa: Criamos a precariedade ou ela se manifesta como uma consequência? O ambiente escolar é um território de conflito entre diferentes forças políticas? Está em permanente disputa? E, afinal, o que representa a força da docência?

Palavras-chave: Precarização; Adoecimento; Professores; Neoliberalismo; Sindicatos.

WORK AND ILLNESS IN EDUCATION: A COMPARATIVE STUDY OF THE TEACHING STAFF IN THE STATE EDUCATION NETWORKS OF SÃO PAULO AND MATO GROSSO

ABSTRACT: This doctoral dissertation explores the influence of neoliberal policies on the Brazilian educational system and their impact on teachers' health and the teacher-student relationship. In order to understand these premises, the study examines the trajectory of these policies, particularly from the 1990s onwards, up to the impacts of the Covid-19 pandemic in 2020. For systematic organization, the work is divided into four chapters, analyzing the emergence of neoliberalism, its development, and its influence on educational reforms in the 1990s, as well as the effects of these policies on teachers' physical and mental health. The first chapter discusses the expansion of neoliberalism and its social, economic, and cultural implications. The second chapter focuses on understanding how these policies have influenced the educational systems of São Paulo and Mato Grosso, highlighting the deterioration of educational quality and teachers' mental health. The third chapter details the challenges faced by teachers, such as work intensification and the precarization of working conditions. Finally, the fourth chapter examines the consequences of teacher illness, exploring how labor precarization is spatialized. The research included an analysis of data from DIEESE and semi-structured interviews with teachers, integrating perspectives from the Geography of Work, Sociology of Work, and Social Psychology of Work. The ultimate goal was to understand the complexities of work, precarization, and illness in the teaching profession, reflecting on strategies to improve teachers' working conditions and health, resisting the negative impacts of neoliberal policies, and questioning the role of unions in this context. Some questions emerged and guided the search to understand this complex reality: Do we create precariousness, or does it manifest as a consequence? Is the school environment a space of conflict between different political forces? Is it in constant dispute? And, ultimately, what does the power of teaching represent?

Keywords: Precarization; Illness; Teachers; Neoliberalism; Unions.

TRAVAIL ET MALADIE DANS L'ÉDUCATION : UNE ÉTUDE COMPARATIVE DU PROFESSORAT DANS LES RÉSEAUX PUBLICS D'ENSEIGNEMENT DES ÉTATS DE SÃO PAULO ET DU MATO GROSSO

RÉSUMÉ: Cette thèse de doctorat explore l'influence des politiques néolibérales sur le système éducatif brésilien et leurs répercussions sur la santé des enseignants ainsi que sur la relation entre enseignants et élèves. Afin de mieux comprendre ces dynamiques, l'étude retrace l'évolution de ces politiques, notamment à partir des années 1990, jusqu'aux impacts de la pandémie de Covid-19 en 2020. Pour une organisation systématique, le travail est structuré en quatre chapitres, analysant l'émergence du néolibéralisme, son développement et son influence sur les réformes éducatives des années 1990, ainsi que les effets de ces politiques sur la santé physique et mentale des enseignants. Le premier chapitre aborde l'expansion du néolibéralisme et ses implications sociales, économiques et culturelles. Le deuxième chapitre se concentre sur l'influence de ces politiques sur les systèmes éducatifs de São Paulo et du Mato Grosso, en soulignant la dégradation de la qualité de l'enseignement et la détérioration de la santé mentale des enseignants. Le troisième chapitre détaille les défis rencontrés par les enseignants, tels que l'intensification du travail et la précarisation des conditions de travail. Enfin, le quatrième chapitre examine les conséquences de la dégradation de la santé des enseignants, en explorant comment la précarisation du travail se spatialise. La recherche inclut une analyse des données du DIEESE et des entretiens semi-directifs avec des enseignants, intégrant des perspectives issues de la Géographie du Travail, de la Sociologie du Travail et de la Psychologie Sociale du Travail. L'objectif final est de comprendre les complexités du travail, de la précarisation et de la dégradation de la santé dans le contexte enseignant, en réfléchissant à des stratégies pour améliorer les conditions de travail et la santé des éducateurs, tout en résistant aux impacts négatifs des politiques néolibérales et en questionnant le rôle des syndicats dans ce contexte. Certaines questions ont émergé et ont orienté la recherche pour comprendre cette réalité complexe : Créons-nous la précarité ou se manifeste-t-elle comme une conséquence ? L'environnement scolaire est-il un lieu de conflit entre différentes forces politiques ? Est-il en perpétuelle dispute ? Et finalement, que représente la force de l'enseignement ?

Mots-clés: Précarisation ; Maladie ; Enseignants ; Néolibéralisme ; Syndicats.

-LISTA DE GRÁFICOS-

Gráfico 01 – São Paulo Afastamentos por CID-31 (2012-2024).....71
Gráfico 02 – Mato Grosso Afastamentos por CID-31 (2012-2024).....72

-LISTA DE QUADRO-

Quadro 01 – Comparativo de Afastamentos CID-31 (2012-2024).....72

-LISTA DE MAPA-

Mapa 01 - Área estudada: estados de Mato Grosso e São Paulo.....17

-LISTA DE SIGLAS-

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina
CEFAPRO – Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional
COVID-19 - Corona Vírus Disease, "Doença do Coronavírus 2019".
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EaD – Ensino a Distância
EUA – Estados Unidos da América
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OS - Organizações Sociais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPPs – Parcerias Público-Privadas

PL – Projeto de Lei

SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SINTEP-MT - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO 1. O CAPITALISMO NEOLIBERAL NO CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL 33

1.1 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERALISMO 35

1.2 POLÍTICAS NEOLIBERAIS E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS 46

1.3 O CONTEXTO HISTÓRICO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL 49

1.4 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS E EDUCAÇÃO 56

CAPÍTULO 2. DA PRECARIZAÇÃO AO ADOECIMENTO: FUNDAMENTOS E ABORDAGENS 61

2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE ADOECIMENTO 61

2.2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO SOBRE ADOECIMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL 69

2.3 CONSEQUÊNCIAS DO BURNOUT 74

CAPÍTULO 3. POLÍTICAS NEOLIBERAIS EM AÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 85

3.1 REFORMAS E POLÍTICAS EM MATO GROSSO 88

3.2 REFORMAS E POLÍTICAS EM SÃO PAULO 93

3.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSORADO DE MATO GROSSO 96

3.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSORADO DE SÃO PAULO 99

CAPÍTULO 4. O TRABALHO DOCENTE E SEUS DESAFIOS 103

4.1 O COTIDIANO 103

4.2 PRÁTICAS DOCENTES EM LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES E RECONHECIMENTO 110

4.2.1 Luta em Mato Grosso - Sintep-MT 110

4.2.2 Luta em São Paulo - Apeoesp 118

4.3 TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES/ DIRIGENTES SINDICAIS EM MATO GROSSO E SÃO PAULO 122

4.3.1 Atuação da luta no estado de Mato Grosso 123

4.3.2 O movimento de luta em Mato Grosso 141

4.4 ATUAÇÃO DA LUTA NO ESTADO DE SÃO PAULO 143

4.4.1 O movimento de luta em São Paulo 157

4.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MATO GROSSO E SÃO PAULO 159

4.6 REFLEXÕES ACERCA DA LUTA SINDICAL 162

CONSIDERAÇÕES FINAIS 166

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 173

APÊNDICE 181
SÉRIE TEMPORAL GREVES – SINTEP-MT 181
SÉRIE TEMPORAL GREVES - APEOESP 201
ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (SEMIESTRUTURADA) 237

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa resulta de uma investigação de doutorado intitulada "Trabalho e Adoecimento na Educação: um estudo comparativo do professorado das redes estaduais de educação em São Paulo e Mato Grosso". A intencionalidade do trabalho foi realizar um estudo fundamentado sobre a trajetória das políticas neoliberais e seus efeitos no sistema de ensino público de educação do Brasil a fim de responder a seguinte indagação: qual tem sido e qual é o papel que o sindicato do ensino de base nos estados de Mato Grosso e São Paulo tem realizado frente aos novos desafios de um mundo pós-pandemia?

Desse modo, a análise é particularmente centrada nos desdobramentos dessas políticas durante a décadas de 1990 do Séc. XX e nas primeiras do Séc. XXI, que tiveram profundas e inesperadas transformações a partir pandemia da Covid-19, iniciada no Brasil em 2020. Por outro lado, se faz necessário compreender a dinâmica das políticas neoliberais, seu surgimento desenvolvimento até chegar aos dias atuais.

Com o intuito de promover uma discussão metodologicamente organizada e sistemática do tema, o trabalho está organizado em quatro capítulos.

Assim, o primeiro capítulo, "O Capitalismo Neoliberal no contexto Global e no Brasil", discute a emergência e expansão do neoliberalismo, assim como suas consequências nas reformas institucionais e políticas. Os rebatimentos de tais mudanças são discutidas sob o contexto global e, também, nacional, onde verificam-se transformações nas dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas.

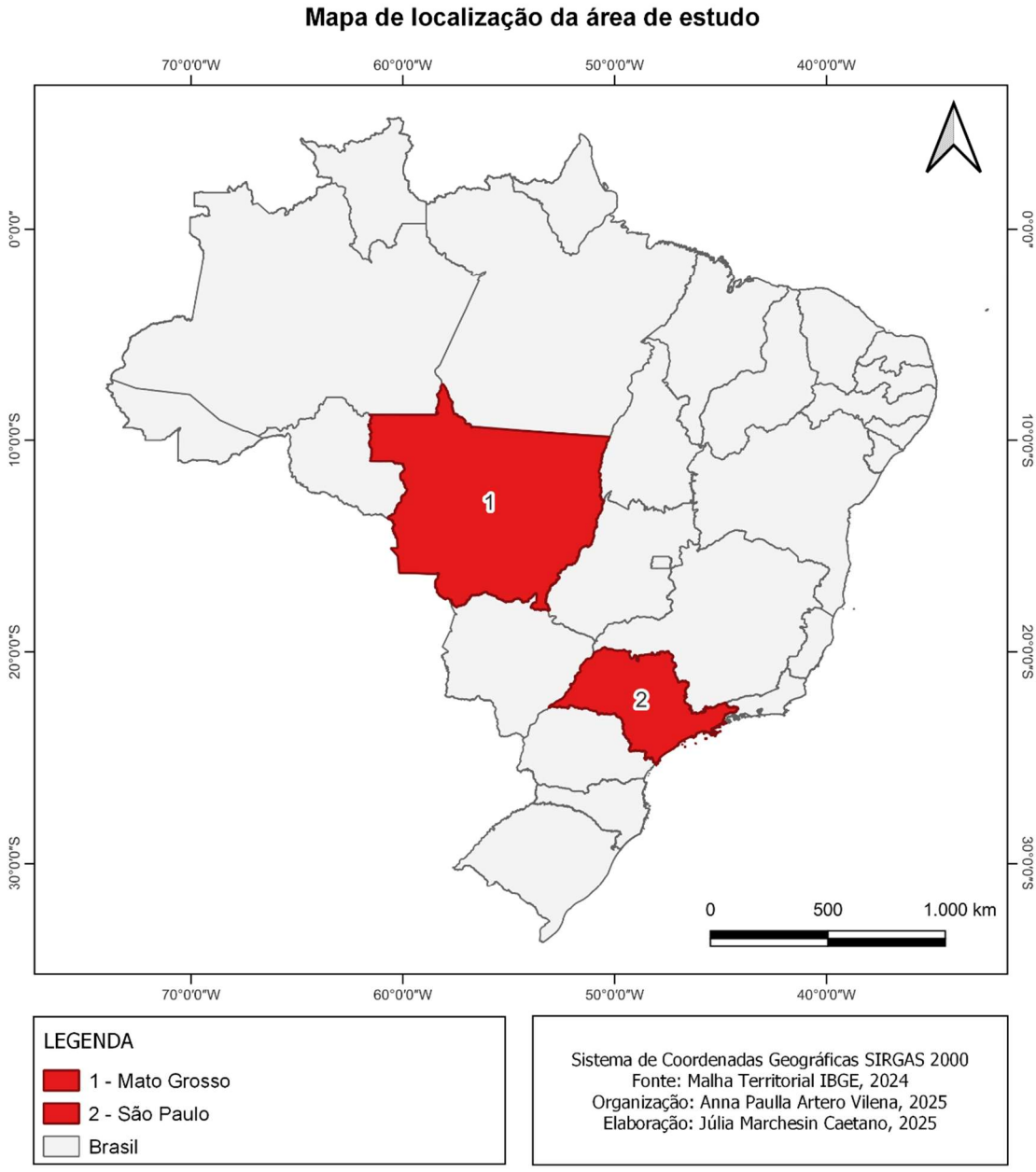
No segundo capítulo, "Da precarização ao adoecimento: fundamentos e abordagens", analisa as causas e os efeitos do adoecimento no ambiente de trabalho docente. Enfatiza-se como o capitalismo leva ao adoecimento físico, social e mental.

No terceiro capítulo, "Políticas Neoliberais em Ação na Educação Brasileira", a pesquisa se aprofunda na implementação das políticas neoliberais nos estados de São Paulo e Mato Grosso (Mapa 01), explorando como elas influenciam o sistema educacional. O capítulo investiga a deterioração da qualidade educacional sob o pretexto de inovação e preparação para o mercado de trabalho, destacando a inadequação dessas políticas em valorizar as necessidades humanas básicas de estudantes e professores.

Finalmente, no quarto capítulo, intitulado "O Trabalho Docente e seus Desafios", o texto explora os principais desafios enfrentados pelos professores no ambiente escolar.

Entre eles, destacam-se as formações oferecidas em formato EaD, as novas orientações e a pressão por atingir metas e resultados, que exige a produção de evidências e participação em inúmeros cursos, que acontecem paralelamente às aulas e planejamentos, para contagem de horas. Nessa parte, também, serão discutidas experiências dos professores e dirigentes sindicais, além de três episódios que ao nosso entender são aspectos intrínsecos ao processo de precarização do ambiente escolar na atualidade.

Mapa 01 – Área estudada: estados de Mato Grosso e São Paulo



Fonte: IBGE (2024). Organização: Anna Paulla Artero Vilela (2025).

Este trabalho também contextualiza o impacto global da pandemia de Covid-19[1], à qual tem no seu surgimento e difusão pelo Brasil e pelo mundo um elemento central na expansão do capital neoliberal. Nesse sentido, destacamos como o vírus chegou ao Brasil, principalmente através da região Sudeste, e como se espalhou pelo país, refletindo as orientações da Organização Mundial da Saúde e as ações do Ministério da Saúde na época.

À medida que o vírus se alastra, os impactos sociais e econômicos futuros tendem a ser mais severos. Conforme apontado por Harvey (2020)[2], a crise agravou a dominação e exploração no âmbito capitalista e nos modos de produção. Como resultado, observa-se um aumento na precarização do trabalho, na flexibilização das condições laborais, no adoecimento e no desemprego, afetando significativamente a vida dos trabalhadores em geral.

Para os profissionais da educação, as transformações foram abruptas. O lar se transformou em local de trabalho praticamente da noite para o dia, eliminando os limites entre vida pessoal, lazer e trabalho. Essa mudança permite diversas reflexões e aponta para os desvios e contradições enfrentados.

Ao levar o ambiente de trabalho para casa e substituir métodos de ensino baseados na interação pessoal por plataformas virtuais, houve uma inevitável fragilização dos laços afetivos, que são cruciais para o processo de ensino-aprendizagem. Esses vínculos já estavam comprometidos por vários fatores associados à realidade educacional no Brasil.

Além disso, a crise facilitou a concretização de interesses políticos de grupos e classes, que agora podem competir mais rapidamente por "novos mercados" através do uso de diversas tecnologias e aplicativos. É importante destacar que, nos estados pesquisados, estudantes com acesso limitado à internet puderam optar por materiais impressos ou receber conteúdos via WhatsApp, além de esclarecer dúvidas por meio das redes sociais.

Nos estados de São Paulo e Mato Grosso, os educadores foram obrigados a preparar materiais didáticos mensalmente sem a devida revisão pelos pares. Eles também

[1]O nome covid é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados. https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19. Acesso em jul/2023

[2] Publicado em: https://www.esquerda.net/artigo/david-harvey-politica-anticapitalista-na-era-do-covid-19/66747. Acesso em: jul/2021.

precisaram adaptar suas aulas para plataformas virtuais, ao mesmo tempo que orientavam os estudantes por esses meios, preenchiam planilhas de teletrabalho e criavam recursos adaptados para estudantes com necessidades especiais.

As múltiplas demandas, incluindo a produção de evidências como capturas de tela e atividades extras, excedem amplamente a jornada de trabalho semanal e evidenciam a perda da distinção e funcionalidade dos espaços, transformando-os em ambientes de trabalho.

Dessa forma, o espaço de descanso se converte no local de trabalho e, sem o devido descanso, a ampliação das demandas acarreta uma extensão da jornada de trabalho e uma redução na produtividade, uma vez que o descanso é comprometido. Isso eleva os níveis de ansiedade e estresse, impactando diretamente a saúde mental e podendo resultar em crises de ansiedade e na Síndrome de Burnout, entre outros problemas (Varela, 2018).

Além disso, ao retornarem às aulas, os educadores se deparam com os desafios já conhecidos da docência, que abarcam uma ampla gama de questões. Estas vão desde as diferenças nas realidades e origens dos estudantes, os quais vêm ao ambiente escolar com variada diversidade de experiências. Trazem consigo os conflitos vivenciados fora da escola e tem variados objetivos diante do estudo, portanto quando acessam a internet na sala de aula vão atrás de seus gostos e preferências pessoais.

Diante disso, esses fatores se manifestam de maneira desigual entre os estudantes, incluindo desafios relacionados a diferentes níveis de aprendizado na mesma sala, a variedade de abordagens pedagógicas dentro da escola, a diversidade de qualificações entre os professores e lacunas na formação docente, assim como as questões vinculadas ao emprego público. Essa diversidade de situações contribui para o surgimento de transtornos físicos e psicológicos tanto nos profissionais quanto nos estudantes.

Por outro lado, é crucial reconhecer que os distúrbios decorrentes da prática docente não se limitam ao ambiente escolar, mas se estendem para além de seus limites, afetando também as relações familiares e sociais fora da escola. Refletindo sobre isso, percebe-se a dinâmica da sociedade por meio da reconstituição dos papéis dos grupos e seus conflitos cotidianos, o que desvenda seu significado. Portanto, tanto o sentido da sociedade quanto o sentido que um sujeito busca para sua vida pessoal e seu relacionamento com o mundo são temas de investigação no campo da Geografia.

Além disso, uma das características mais marcantes do conceito de prática, neste contexto, é a ideia de que não basta apenas reinterpretar o mundo; é essencial transformá-

lo (Marx, 2007). Essa noção é um pilar do pensamento marxista e está intrinsecamente ligada ao método analítico que o define.

Portanto, ao ignorarmos as relações de antagonismo de classe, fundamentais para o motor da história, negligenciamos as contradições e subestimamos os conflitos enfrentados por milhares de homens e mulheres submetidos à constante ameaça de espoliação e opressão de classe, gênero e raça.

Esta pesquisa visou destacar a necessidade de compreender as relações sociais e suas contradições, esforçando-se para apreender a totalidade como meio de entender as interações que emergem e promover uma pesquisa que engendre tanto compreensão quanto ação prática sobre o objeto e os objetivos deste estudo.

A seguir, abordaremos a justificativa e a relevância do estudo, enfatizando a importância de sua investigação e os motivos que justificam sua execução.

O fenômeno da globalização, que caracteriza a expansão do sistema capitalista em uma escala global interligando territórios e tornando-os interdependentes, acompanha as fases do capitalismo. A mais recente, o capitalismo informacional, facilitou a disseminação mais precisa do ideário neoliberal, que incentiva e implementa globalmente práticas que evidenciam as fragilidades dos Estados nacionais independentes (Andrade, 2018).

O neoliberalismo propõe um conjunto de ações destinadas a reduzir a influência e atuação dos Estados nacionais sobre suas economias, promovendo, em vez disso, o aumento de interconexões comerciais, financeiras, sociais e culturais. Assim, são implementados pacotes de ajustes fiscais, institucionais e jurídicos que incluem privatizações, fomento ao livre comércio, desregulamentação, abertura de fronteiras para empresas transnacionais e valorização do setor privado (Ianni, 1998).

Nesse contexto, as reformas incluem a flexibilização das leis trabalhistas, terceirizações, redução de programas sociais e de combate ao desemprego, com o objetivo de fomentar uma "acumulação infinita" (Harvey, 2011) que, por sua vez, pode ser apropriada por agentes privados e, dependendo do interesse, pelas corporações transnacionais, promovendo uma maior acumulação de capital nacional e internacional.

Assim, a globalização neoliberal molda as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas. Nas palavras de Ianni,

> Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é

> liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o "Estado mínimo", que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isto baseado no suposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. (Ianni, 1998, p.28).

No Brasil, o ideário neoliberal começou a ser implementado durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e continuou, com variações de ritmo e abrangência, nos governos subsequentes de Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

A implementação dessas políticas ganhou novo ímpeto após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Com Michel Temer na presidência, houve uma ofensiva política que favoreceu ainda mais a agenda neoliberal, especialmente com reformas que atingiram direitos sociais, como a reforma trabalhista que modificou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), originalmente criada durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) (Antunes, 2017).

Essas mudanças incluíram a flexibilização da jornada de trabalho, permitindo períodos de trabalho superiores aos previstos pela legislação, e colocando o acordado sobre o legislado. Foram também introduzidas novas modalidades de contrato de trabalho, como o intermitente, mudanças nas regras para rescisão contratual, e a extensão da terceirização para atividades-fim (Dal Rosso, 2017).

Adicionalmente, durante o governo Temer foi aprovada a Emenda Constitucional n.º 95 de 2016[3], que estabeleceu um limite para os gastos públicos por 20 anos, representando mais um passo no enxugamento do Estado. Essa tendência continuou com a proposta da Reforma Administrativa (PEC 32/2020) [4]sob a presidência de Jair Bolsonaro, que visou eliminar a estabilidade do servidor público e diversos direitos

[3] BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 242, p. 2, 16 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

[4] BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 3 de setembro de 2020. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 3 set. 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083. Acesso em: 13 abr. 2025.

adquiridos, incluindo o fim da licença-prêmio e dos adicionais por tempo de serviço, entre outros.

A reforma da previdência, promulgada através da Emenda Constitucional n° 103 de 13 de novembro de 2019[5], modificou profundamente o sistema previdenciário brasileiro, estabelecendo regras de transição e disposições transitórias. Entre as alterações estão a definição de uma idade mínima e tempo de contribuição, uma nova fórmula para o cálculo dos benefícios, e um aumento das alíquotas de contribuição, impactando significativamente a vida dos trabalhadores e afetando especialmente as mulheres.

No âmbito educacional, é crucial uma investigação detalhada, orientada pelos referenciais e métodos da Ciência Geográfica, para entender as intenções e os impactos das políticas e reformas na Educação Básica. Esse exame inclui a análise da implementação do Novo Ensino Médio, instituído pela Lei 13.415/2017[6], e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pelo Ministério da Educação em dezembro de 2018 durante o governo de Michel Temer. Essas mudanças têm profundas implicações no trabalho dos educadores e na dinâmica de suas organizações coletivas.

Souza (2018) critica a Reforma do Ensino Médio, destacando que foi conduzida de forma precipitada e com limitada discussão, excluindo a participação das comunidades escolares e dos profissionais da educação, que são os mais diretamente afetados. Dessa forma, é sustentado

> por um discurso sedutor de cunho neoliberal que prega a modernização da educação, por meio de um ensino médio flexível em que os alunos tenham a liberdade em escolher quais disciplinas cursarão, além de ampliar a carga-horária de aulas, culminando com a possibilidade de um processo de escolarização em tempo integral. [...] Obviamente, o que se propõe com a Lei nº 13.425 é a ampliação do desmonte da, já precária, educação básica brasileira, que abre amplos espaços para as escusas parcerias público-privadas e associações com ONGs. (Souza, 2018).

[5] BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 13 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

[6] BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

É possível observar que a implementação da Reforma do Ensino Médio foi conduzida sob um discurso que enfatiza sua suposta base na promoção da criatividade orientada para o mercado de trabalho. Uma das principais diretrizes é a incorporação do empreendedorismo na educação. Embora tal abordagem possa parecer convincente para um público leigo, ela serve para mascarar os problemas estruturais da educação básica brasileira, que são exacerbados por uma longa história de desigualdades econômicas, sociais e regionais.

Em relação aos cortes e à nova estruturação do Ensino Médio, de Paula e colaboradores (2019) destacam reflexões críticas sobre as mudanças trazidas pela Reforma, apontando como essas alterações reconfiguram a educação. Em primeira análise,

> [...] é preciso salientar que, com os cortes aplicados à educação, é muito difícil que uma escola possa ofertar essas 5 grandes áreas do conhecimento, o que forçará os estudantes, muitas vezes, a ter que escolher aquela área que estará disponível na escola. Além disso, escolher qual área do conhecimento seguir nessa fase da vida é muito difícil, bem como, é direito dos estudantes ter um processo amplo de construção do conhecimento. A Reforma também reduz o papel da formação do(a) professor(a), sua valorização e alerta para a possível confusão do conteúdo das disciplinas que serão lecionadas por quem não tem domínio em determinada área. (de Paula; Vilela; Silva; França e Júnior, 2019, p.361-362).

Assim, rompe-se com os princípios estabelecidos pela LDB de 1996 e com os PCNs, que garantiam aos estudantes um leque mais amplo de disciplinas a serem cursadas, e não apenas itinerários formativos restritos ou eixos curriculares limitados (Souza, 2018, p. 07).

Nesse contexto,

> a figura humana é reconstruída como um sujeito econômico, que se transforma em uma "empresa" na busca por oportunidades de negócio em um ambiente de competitividade constante e intensa. As dimensões política e moral, os vínculos educativos, as relações cotidianas, e até a auto concepção do indivíduo são profundamente impactadas pela generalização do modelo empresarial (Laval, 2012, p. 19).

É fundamental também abordar outra questão problemática no campo educacional: a tramitação, desde 2014, do projeto de lei do movimento chamado “Escola Sem Partido”.

Esse projeto ganhou notoriedade com o polêmico PL 7180/14[7], que propõe eliminar uma suposta “doutrinação política e ideológica” por parte dos professores e coibir a veiculação de conteúdos vistos como contrários às convicções morais e religiosas dos pais dos estudantes.

Na prática, assume-se que a escola e os professores estariam ali para impor regras morais, éticas ou religiosas completamente alheias aos valores familiares, em vez de trazer para o ambiente escolar aqueles conteúdos pautados no debate científico e, assim, promover a curiosidade epistemológica.

Isso com certeza representa um sério retrocesso, pois coloca as bases da ciência em posição inferior, permitindo que os espaços de aprendizado sejam moldados por relações que pertencem ao âmbito da vida privada e ao senso comum (Penna, 2018). No entanto, vale ressaltar que não é desconsiderar os saberes que são constituídos e estão presentes fora do espaço escolar.

O projeto "Escola Sem Partido" rejeita a subjetividade e a construção social dos indivíduos no processo de aprendizagem, promovendo uma concepção bancária de educação que posiciona os professores como depositantes e os estudantes como receptores passivos do conhecimento (Freire, 2019).

Essa abordagem exige que os estudantes memorizem o conteúdo exposto sem espaço para interpretação própria ou interação com o mundo ao seu redor, contrariando a educação emancipadora e o trabalho intelectual dos professores, além de atentar contra o próprio Estado de Direito ao tentar impor censura e perseguição (Freire, 2019).

Além dessas ameaças, os professores são impactados por outras variáveis associadas à globalização e à fragilização das relações trabalhistas. A nova lógica de mercado introduz mudanças nas condições de trabalho da classe docente, como a terceirização, o trabalho informal e os contratos temporários, que enfatizam a individualidade e rompem com a noção de coletividade.

Isso leva ao desenraizamento dos trabalhadores e a um profundo sentimento de alienação em relação à sua classe, erodindo a noção de coletividade e de pertencimento territorial no âmbito laboral, bem como a solidariedade de classe. Essas transformações

[7] BRASIL. Projeto de Lei nº 7.180, de 2014. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014.Disponível:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1661955&filename=VTS+1+PL718014+%3D%3E+PL+7180%2F2014. Acesso em: 13 abr. 2025.

alimentam a instabilidade e o medo do futuro. Nesse contexto, Thomaz Júnior (2004, p. 9) observa que

> Essa plasticidade característica ao mundo do trabalho no Brasil nos põem atentos às investigações e à práxis da pesquisa em Geografia. Esse desenho societal da classe trabalhadora é nossa principal fonte de inspiração para apreendermos os sentidos do trabalho, os significados disso ao universo simbólico e à subjetividade operária ou de classe para o trabalho, e mais propriamente, às complexas tramas territoriais que têm em seu interior o atual estágio do conflito capital x trabalho e os nexos diretamente ligados ao conteúdo da luta de classes.

Em um período marcado pelo retrocesso de direitos, uma das poucas conquistas da classe docente do ensino público de base também enfrenta ameaças devido ao endurecimento das políticas neoliberais. A Lei do Piso Salarial Nacional, Lei n° 11.738/2008[8], que define os vencimentos e a jornada de trabalho para o magistério, sempre foi central nas reivindicações do movimento sindical docente. A legislação visa à valorização salarial e à redução da carga horária, reconhecendo o trabalho realizado fora da sala de aula, o que pode atenuar os problemas de saúde enfrentados pelos educadores.

A lei estabelece que o magistério deve ser exercido por profissionais licenciados, envolvidos em atividades de ensino e aprendizagem ou de suporte pedagógico, incluindo direção, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacional, dentro do escopo das unidades escolares da educação básica, conforme as diretrizes da legislação federal de educação.

Além de especificar a qualificação dos profissionais do magistério, a lei estabelece um valor mínimo salarial para esses profissionais, baseado em uma jornada de 40 horas semanais. O ajuste do piso salarial ocorre anualmente, utilizando-se o mesmo índice de crescimento do valor mínimo por aluno dos anos iniciais do ensino fundamental urbano, conforme definido pela Lei n° 11.494, de 20 de junho de 2007[9], que regulamenta o FUNDEB.

---

[8] BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

[9] BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

É estabelecido que, na jornada de trabalho dos docentes, o limite máximo de 2/3 da carga horária seja dedicado às atividades de interação com os alunos, enquanto 1/3 deve ser reservado para atividades extraclasse, como a preparação de aulas e correção de atividades (Brasil, 2008).

Segundo a lei do piso salarial, estados, o distrito federal e os municípios são obrigados a adaptar ou elaborar Planos de Carreira e Remuneração do Magistério para assegurar o cumprimento desta normativa, sendo que a inobservância desta lei pode resultar em penalidades aos agentes públicos, como previsto na Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992[10].

Apesar dessas diretrizes, alguns gestores públicos continuam a negligenciar e até mesmo a ameaçar a eficácia da lei que protege as condições salariais dos professores das escolas públicas, uma conquista alcançada após intensa mobilização sindical. A violação da Lei do Piso é frequente em diversos estados; 15 deles não cumprem com a jornada dedicada às atividades extraclasse e, dentre esses, quatro — Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e Bahia [11]— também falham no cumprimento do pagamento mínimo salarial.

Com a aprovação da Lei 173/2020 [12]que congelou os salários dos servidores públicos até 2021 durante a pandemia, a CNTE organizou uma mobilização nacional e campanhas para tentar excluir os professores desse congelamento[13]. Infelizmente, essa iniciativa não alcançou o sucesso esperado pela categoria.

A crescente necessidade de ajustar essa realidade contraditória exige que governos, sindicatos e intelectuais se mobilizem para superar o descompasso entre as

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 118, p. 7-12, 21 jun. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

[10] BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

[11] BRASIL. Estados não cumprem lei do piso nacional para professor. *Sinpro Minas*, 25 nov. 2011. Disponível em: https://www.sinprominas.org.br/estados-nao-cumprem-lei-do-piso-nacional-para-professor/. Acesso em: 13 abr. 2025.

[12] BRASIL. Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 4-6, 28 maio 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

[13] BRASIL. Professores lutam contra projeto que propõe congelamento de salários. Central Única dos Trabalhadores, 30 jul. 2020. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/professores-lutam-contra-projeto-que-propoe-congelamento-de-salarios-cbcb. Acesso em: 13 abr. 2025.

políticas neoliberais e a educação. Isso requer um alinhamento e a participação ativa de todos os envolvidos no processo.

Neste contexto de desregulamentação dos direitos trabalhistas, as classes dominantes mantêm posições hegemônicas, enquanto os dominados se organizam em sindicatos nos contraespaços, ou seja, resistir ao domínio do capital (Moreira, 2013).

Os sindicatos educacionais enfrentam o desafio de unir a categoria contra o aumento das cargas horárias e as crescentes demandas de trabalho. As transformações trazidas pela pandemia e as novas exigências do cenário atual pressionam esses sindicatos a se reinventarem e desenvolverem coletivamente novas estratégias de luta. A terceirização ampliada, a flexibilização e a desregulamentação do trabalho têm impactado profundamente essas organizações (Antunes, 2018).

Os sindicatos da educação defendem os interesses coletivos, lutando pela valorização dos trabalhadores em educação, pela profissionalização, pelo piso salarial nacional, pela garantia dos direitos sociais e pela expansão dos espaços de cidadania (Araújo Filho, 2015).

Diante da crescente precarização das relações de trabalho docente e dos impactos diretos na saúde dos professores, a CNTE tem divulgado estudos e dados relacionados aos principais eixos de sua luta[14], incluindo o piso salarial, o Plano Nacional de Educação, as questões sobre os royalties do petróleo, a reforma da previdência, a jornada de lutas latino-americana e o financiamento da educação.

As frentes de luta têm evidenciado que a educação brasileira enfrenta sérios problemas estruturais que necessitam de uma análise profunda. Com o advento da pandemia de Covid-19, a situação dos professores, especialmente aqueles em regimes de contratação precários, agravou-se significativamente. Em particular, os contratos temporários foram os mais impactados, como evidenciado pelos professores que aguardavam a atribuição de aulas em datas preestabelecidas e enfrentaram a suspensão desses processos.

Durante a pandemia, o governo federal anunciou uma série de medidas que impactaram diretamente a vida dos trabalhadores. Entre essas medidas, a flexibilização das regras trabalhistas visava auxiliar as empresas a manter seus empregados. Incluíam-se iniciativas como a implantação do teletrabalho, a antecipação de férias com a opção

[14] CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Lutas da CNTE. Disponível em: https://cnte.org.br/lutas-da-cnte. Acesso em: 13 abr. 2025.

para os empregadores de pagar 1/3 das férias junto com o 13º salário até o final do ano, e o aproveitamento de feriados para compensar o saldo de banco de horas.

Além disso, houve a suspensão da obrigatoriedade de realizar exames médicos ocupacionais, entre outras medidas. Esse conjunto de ações aumentou a flexibilidade nas contratações, mas, consequentemente, também tornou as condições de trabalho mais frágeis e vulneráveis, expondo os trabalhadores a uma maior incerteza e risco no ambiente laboral.

Algumas publicações, lançadas durante a pandemia, descrevem este período como o grande colapso. A respeito da pandemia, Méndez (2020, p.15), refere-se como

> Si la crisis que estalló em 2008 fue calificada como la Gran Recesión, para diferenciarla de la Gran Depresión de 1929, que era su antecedente más imediato, cabe denominar a la actual como el Gran Colapso por la brusquedad con que se desencadenó, la paralización de todo tipo de movilidad, junto con una capacidad destructora reflejada en su elevada letalidad y la ruina de numerosas empresas, destrucción de empleos, o consiguiente estado de postración social.

A presente tese de doutorado em Geografia foi desenvolvida para examinar as dimensões do trabalho docente, focando na disseminação da precarização dos vínculos e das relações de trabalho, bem como no adoecimento dos professores, tomando como referência a situação educacional vivenciada em dois estados brasileiros: Mato Grosso e São Paulo. A hipótese central é que tanto a precarização quanto os problemas de saúde dos docentes decorrem de uma crise estrutural, que foi intensificada pela pandemia da Covid-19. Em períodos de crise conjuntural, essas condições tendem a se agravar, sugerindo uma deterioração das condições de trabalho e saúde dos educadores.

Em termos metodológicos, a pesquisa adota uma abordagem metodológica qualitativa, exploratória e descritiva, ancorada na análise crítica da realidade social e laboral dos professores das redes estaduais. Essa escolha metodológica é justificada pela natureza complexa e multifacetada do objeto de estudo, exigindo uma compreensão profunda dos fenômenos sociais em seus contextos históricos, territoriais e subjetivos.

A metodologia qualitativa permite captar, interpretar e sistematizar as experiências vividas pelos docentes, revelando os sentidos atribuídos às suas práticas, aos processos de adoecimento e às formas de resistência diante da precarização do trabalho docente. Conforme Minayo (2001), a abordagem qualitativa "responde a questões muito particulares, está profundamente comprometida com o ambiente e o significado que os indivíduos atribuem às suas vivências".

O recorte espacial da pesquisa abrange os estados de São Paulo e Mato Grosso, definidos a partir de dois critérios essenciais. O primeiro, relacionado à experiência acumulada da pesquisadora durante a elaboração de sua dissertação de mestrado, que se deu no estado de São Paulo, proporcionando familiaridade com os contextos institucionais e educacionais da rede paulista. O segundo critério fundamenta-se na vivência profissional da pesquisadora no estado de Mato Grosso, que proporcionou uma aproximação concreta com os cotidianos escolares da rede estadual, permitindo a apreensão empírica das múltiplas realidades vivenciadas pelos professores. Assim, a escolha desses dois estados visa contemplar distintas realidades sociais, territoriais e políticas, potencializando a análise comparativa dos efeitos das políticas neoliberais sobre o trabalho docente.

A construção do corpus empírico da pesquisa deu-se por meio de três principais procedimentos metodológicos: a) levantamento e análise documental e bibliográfica; b) coleta e sistematização de dados secundários produzidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pelo Observatório de Segurança e Sáude no Trabalho – SmartLab[15]; e c) realização de entrevistas semiestruturadas com professores sindicalizados e dirigentes sindicais.

O levantamento bibliográfico abrangeu autores das áreas da Geografia do Trabalho, Sociologia do Trabalho e Psicologia Social do Trabalho, além de estudos específicos sobre adoecimento docente, políticas educacionais, sindicalismo e neoliberalismo. As análises partiram da perspectiva crítica e dialética, conforme defendem Antunes (2018) e Harvey (2011), o que possibilita interpretar os fenômenos sociais como produtos históricos das contradições do modo de produção capitalista. Neste sentido, destaca-se a assertiva de Marx (2013, p. 578): "a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor [...] Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar com a cabeça das crianças, mas exige de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que altera em nada a relação".

[15] Dados subnotificados pelo INSS – afastamentos previdenciários (2012-2024). Dados públicos. Disponível: Smartlab - Retrato de Localidade - Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho. Acesso: março, 2025.

Para a coleta de dados primários, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas, sendo quatro no estado de São Paulo e quatro no estado de Mato Grosso, com o intuito de equilibrar representações e evitar a repetição de ideias. Os sujeitos entrevistados foram selecionados intencionalmente, considerando seu engajamento nas atividades sindicais e experiência profissional na rede pública de ensino.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), buscando categorias emergentes que evidenciem as percepções, contradições e estratégias de enfrentamento dos docentes frente à precarização e ao adoecimento. O cruzamento entre os dados empíricos e teóricos permitiu aprofundar a análise e validar as hipóteses levantadas.

Além disso, em conformidade com os critérios e exigências do Comitê de Ética, optou-se por nomear os(as) entrevistados(as) com nomes de escritores consagrados da literatura brasileira, a fim de evitar a simples enumeração, que poderia comprometer a dimensão humana dos depoimentos. Ressalta-se que os autores nomeados não têm qualquer relação com os conteúdos mencionados nas entrevistas, sendo seus nomes utilizados exclusivamente como recurso de anonimização humanizada.

Para os(as) participantes entrevistados(as) no estado de Mato Grosso, os nomes adotados foram: Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Gianfrancesco Guarnieri. Para os(as) entrevistados(as) em São Paulo, foram utilizados os nomes: José Lins do Rego, Josué de Castro, Luiz Ruffato e Antonio Callado.

Complementarmente, utilizou-se uma série histórica de dados produzidos pelo DIEESE, inserida como apêndice, que sistematiza informações sobre greves, mobilizações, reajustes salariais e outros indicadores relacionados à luta sindical dos professores nos dois estados. Essa base de dados foi fundamental para contextualizar as entrevistas e oferecer uma leitura histórica da atuação sindical frente aos desafios impostos pelas reformas neoliberais.

Durante o processo de pesquisa, foram realizadas atividades de campo, além da observação das redes sociais e sites institucionais que divulgaram ações, manifestos e notas públicas das entidades sindicais.

A triangulação dos dados – teóricos, documentais e empíricos – fortaleceu a consistência da análise e contribuiu para a construção de uma narrativa interpretativa crítica e situada. A metodologia adotada almeja não apenas compreender a realidade, mas também contribuir para sua transformação, conforme a perspectiva de Marx (2007), para

quem "os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; o que importa é transformá-lo".

Dessa maneira, esta pesquisa se insere no campo da pesquisa crítica, comprometida com os processos de emancipação dos sujeitos e de resistência coletiva, buscando contribuir para o fortalecimento do sindicalismo docente como instrumento de luta contra a precarização e em defesa da saúde e valorização profissional dos educadores.

CAPÍTULO 1. O CAPITALISMO NEOLIBERAL NO CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL

Desde o início do desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela acumulação de capital, os proponentes do capitalismo o apresentaram como um sistema econômico que promovia a liberdade individual, econômica e meritocrática. Acreditava-se que o conforto através da satisfação material seria um dos principais motores que o levariam a uma sociedade perfeita.

Com esse pano de fundo, o desenvolvimento tecnológico se tornou uma premissa fundamental, fazendo da concorrência uma condição essencial que sustenta o motor econômico e a reprodução social. Nesse contexto, essa forma de reprodução social precisava ser culturalmente impressa nos indivíduos.

Além disso, apesar de reconhecerem falhas, alguns expoentes, cada um a seu tempo, justificavam os problemas identificados como sacrifícios necessários pelo bem comum que o modelo econômico poderia trazer entre eles Adam Smith[16], David Ricardo[17] e John Locke[18].

A natureza contraditória do sistema era tal que a resolução de uma crise frequentemente precedia o surgimento de outra. Por isso, na década de oitenta, iniciou-se a implementação das políticas neoliberais, formalizadas no Consenso de Washington em 1989. Este conjunto de recomendações econômicas tinha como meta conter a crise do petróleo da década anterior e promover o crescimento econômico dos países da América Latina.

No entanto, segundo Batista (1994), o verdadeiro objetivo dessas políticas era garantir a recuperação da crise capitalista. Isso seria alcançado através da expansão do modelo de mercado, com foco especial nos países latino-americanos. Este esforço reflete uma continuação das práticas neoliberais, visando a estabilização e o crescimento econômico, mas também a perpetuação de certas estruturas de poder global.

Conforme Batista (1994), durante a Guerra Fria, a América Latina foi marginalizada nos programas de ajuda externa, exceto durante a breve transição da

[16] Obra em que defende o livre comércio e a mão invisível - A Riqueza das Nações.
[17] Obra que desenvolveu a Teoria das Vantagens Comparativas explicando os benefícios do livre comércio – Princípios de Economia Política e Tributação
[18] Obra em que desenvolve a Teoria do Contrato Social, ideia de Propriedade Privada – Segundo Tratado sobre o Governo

“Aliança para o Progresso”[19], sem grandes perspectivas de expansão de suas exportações em razão do protecionismo crescente dos países desenvolvidos, a América Latina se veria compelida a financiar os desequilíbrios comerciais por conta própria. "O primeiro experimento com a formação estatal neoliberal ocorreu no Chile após o golpe de Pinochet, em 11 de setembro de 1973" (Harvey, 2005, p. 17).

Ainda segundo Batista (1994), a solução encontrada, a partir dos anos 1970, foi recorrer ao mercado privado de capitais para custear o esforço de desenvolvimento econômico.

As reformas em discussão baseiam-se em ajustes fiscais, jurídicos, normativos e institucionais. Esses ajustes têm como objetivo garantir a execução de contratos entre empresas públicas ou privadas dos países envolvidos, bem como assegurar que tratados, acordos e recomendações internacionais sejam cumpridos. Especificamente na área da educação, as reformas institucionais buscam promover mudanças significativas.

No contexto latino-americano, os países iniciaram essas reformas como parte essencial para expandir suas relações comerciais e trocas internacionais. É importante destacar que, além dos ajustes fiscais e jurídicos, foi essencial a formação e consolidação de valores éticos, morais e culturais.

No Brasil, as reformas enfrentam contestações significativas de movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Essa resistência ocorre porque o alinhamento às reformas exigidas nem sempre é acompanhado de benefícios econômicos e sociais tangíveis para o país.

Há dúvidas sobre a eficácia de aplicar modelos bem-sucedidos em países hegemônicos, como os EUA e os da Europa Ocidental, ao contexto brasileiro. Será necessário desenvolver estratégias próprias para alcançar resultados semelhantes aqui? As reformas têm aumentado a desregulamentação do trabalho, os contratos precários, e a carga horária em sala, impactando negativamente os profissionais da educação.

Este trabalho de doutorado investiga essas questões através de um estudo detalhado da literatura sobre o trabalho na educação. Analisamos desde as concepções sob o sistema capitalista até as práticas do capitalismo liberal e neoliberal. O objetivo é estudar e avaliar as práticas educativas e o estado atual do processo educativo e do mundo do trabalho, com foco na função do professor.

[19] Programa de cooperação econômica, social e política lançada em 1961 pelos EUA para barrar revoluções socialistas.

O capitalismo molda não apenas a economia, mas todas as esferas da vida social, incluindo a educação, que é frequentemente orientada para atender às necessidades do mercado em vez das necessidades individuais ou comunitárias. Esta análise ajudará a entender se as reformas educacionais no Brasil estão alinhadas com as necessidades educacionais autênticas ou se são meramente respostas às pressões do capital global.

1.1 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo é definido como um conjunto de medidas que visa reduzir a participação do Estado na economia, promovendo ao mesmo tempo o avanço técnico e a expansão de uma rede de interconexões. Essa rede facilita relações e trocas comerciais e culturais, intensificando a ocupação do espaço. Este modelo de política econômica foca na maximização das operações de mercado e na minimização da regulação estatal.

Como parte dessas medidas, são implementados pacotes que incluem ajustes fiscais, institucionais e jurídicos. Estes ajustes facilitam as privatizações, fomentam o livre comércio e a iniciativa individual, promovem a desregulamentação e a abertura de fronteiras para as empresas nacionais, fortalecendo assim o setor privado, conforme discutido por Ianni (1998).

Paralelamente, as leis que regem o mundo do trabalho também são moldadas por essa filosofia. Há uma tendência à flexibilização das leis trabalhistas, às terceirizações e à redução dos programas sociais e de combate ao desemprego. Segundo Harvey (2011), essas mudanças buscam promover uma “acumulação infinita” de capital, que pode ser apropriada pelas transnacionais, contribuindo para uma maior acumulação de capital tanto nacional quanto internacional.

Dessa forma, o neoliberalismo surgiu como uma resposta à decadência econômica norte-americana, conforme Alves (2014). É importante entender que as crises são expressões da relação contraditória entre capital e trabalho. A concorrência entre os capitalistas pelo mais-valor produzido em escala global gera conflitos em torno de sua distribuição, culminando em crises de capital induzidas pelos próprios interesses capitalistas.

Durante essas crises econômicas, os capitalistas tentam mitigar os impactos utilizando discursos que sugerem a possibilidade de superação da crise. No entanto, é importante reconhecer que a superação é praticamente impossível, pois a crise é estrutural e de natureza destrutiva. Nesse contexto, os capitalistas frequentemente intensificam a

exploração e a espoliação dos trabalhadores como estratégia para manter seus lucros (Marx, 2013).

O sistema capitalista possui uma lógica exploratória que vai além dos ambientes tradicionais de produção, como as fábricas têxteis. Esta dinâmica de exploração, espoliação, alienação e estranhamento se estende a outras esferas produtivas, perpetuando a desigualdade e acentuando os conflitos sociais e econômicos.

> É claro que o capital procurará sempre ultrapassar essas barreiras, especialmente quando confrontado com dificuldades de valorização, mas, em última instância, os limites físicos e biológicos do ser humano são uma barreira intransponível que se imporá mais cedo ou mais tarde. Em suma, a extração de mais-valia absoluta torna-se progressiva e literalmente impossível (Machado, 2019, p.170).

Nesse contexto, a natureza da crise atual revela a profundidade da miséria no trabalho e seu movimento contraditório. Desde a década de 1970, em um contexto de crise acumulativa, crônica e permanente, observa-se que o desenvolvimento das forças produtivas está frustrado. Essas forças estão contidas e reprimidas pelo próprio capital, que segue a "linha de menor resistência" (Mészáros, 2002).

O capital, nesse cenário, adota estratégias que se alinham com a configuração global estabelecida para manter seu controle e domínio. Esta abordagem permite que práticas capitalistas antigas se perpetuem no presente, embora muitas vezes sob novas roupagens.

O capital está constantemente em movimento, especialmente no que se refere aos processos produtivos. Isso significa que as relações de trabalho estão imersas em um processo contínuo de mudanças. As transformações não são apenas superficiais, mas alteram profundamente a forma como o trabalho é estruturado e realizado.

A crise estrutural do capital é um momento de descompasso profundo entre as dinâmicas econômicas e as necessidades sociais. As estruturas do sistema capitalista se mostram incapazes de sustentar uma relação equilibrada entre produção e consumo. Essa crise vai além de fatores cíclicos ou conjunturais, evidenciando uma falha sistêmica que compromete as bases do modelo econômico (Alves, 2016).

Nesse contexto, problemas como excesso de produção, desigualdade crescente e insustentabilidade ambiental se interligam, criando um impasse em que o capital se torna incapaz de se reproduzir de forma saudável. As instituições e práticas econômicas que anteriormente sustentavam o crescimento agora falham, resultando em incertezas e conflitos sociais.

Essa crise não apenas exige uma reavaliação das práticas econômicas, mas também uma transformação profunda nas relações sociais e nas formas de organização de produção e do trabalho.

A crise estrutural do capital, um fenômeno complexo que surgiu nas últimas décadas do século XX, representa um ponto de inflexão nas dinâmicas econômicas e sociais globais. Esta transformação não ocorreu de maneira abrupta, mas foi o resultado de uma série de eventos interconectados que começaram a se intensificar na década de 1970 (Mészáros, 2009).

Durante a década de 1970, o mundo enfrentou choques econômicos sem precedentes. A crise do petróleo de 1973 revelou a vulnerabilidade das economias que dependiam fortemente de recursos naturais, levando a uma combinação de inflação e estagnação. Os países ocidentais, anteriormente beneficiados por um crescimento robusto, começaram a enfrentar as falhas de um sistema econômico que já não funcionava de modo eficaz.

Paralelamente, novas correntes de pensamento questionavam a eficácia dos modelos econômicos vigentes. O neoliberalismo emergiu como uma resposta, promovendo a desregulamentação dos mercados e a privatização de serviços públicos. Essa ideologia ganhou força sob a liderança de políticos como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que implementaram reformas profundas alterando significativamente a paisagem econômica e social (Ianni, 1998).

O Consenso de Washington, formulado na década de 1980, propôs dez políticas econômicas destinadas a países em desenvolvimento. Criado por economistas e instituições como o FMI e o Banco Mundial, o conjunto de medidas buscava promover em seu discurso a estabilidade e o crescimento econômico (Vaz, 2020).

Tais políticas incluíam a liberalização do comércio, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação dos mercados. Embora projetadas para modernizar as economias, essas diretrizes receberam críticas por intensificar desigualdades e provocar crises sociais em várias nações.

Entre as diretrizes estavam a disciplina fiscal para redução dos déficits orçamentários e reformas tributárias destinadas a ampliar a base de impostos e simplificar o sistema. Outros pontos importantes incluíam a liberalização do comércio, através da diminuição de tarifas e barreiras, e a liberdade de movimento de capitais, que permitia entradas e saídas de recursos sem restrições (Vaz, 2020).

A privatização de empresas estatais e a desregulamentação para diminuir a intervenção governamental também fazem parte do receituário. Além disso, o Consenso defendia reformas no campo jurídico que flexibilizassem o mercado de trabalho. Incentivavam em setores sociais como saúde e educação a criar um ambiente mais competitivo e que estimulasse o crescimento econômico. Contudo, os impactos dessas políticas variaram significativamente entre os países que as implementaram (Alves, 2014).

O fenômeno da flexibilidade geográfica da produção para países com mão de obra mais barata também ganhou força, levando à desindustrialização em nações desenvolvidas (Jabbour, 2006). Esse movimento não apenas afetou negativamente o emprego, mas também ampliou a insegurança e a desigualdade social. As classes trabalhadoras, em particular, enfrentaram a erosão de seus direitos e benefícios, evidenciando os efeitos adversos das políticas adotadas sob o Consenso de Washington.

Com a chegada da tecnologia digital e da inteligência artificial, enfrentamos uma nova faceta da crise econômica. A automação e a revolução da informação remodelaram completamente o mercado de trabalho, criando uma divisão entre aqueles que conseguiram se adaptar às novas tecnologias e aqueles que não. Esses, por sua vez, não conseguiram seja por dificuldades geracionais em se adaptar aos novos tempos ou mesmo falta de condições financeiras em acessar as novas técnicas (Alves, 2023).

Simultaneamente, a economia global passou a ser influenciada fortemente por um capital financeiro que, em sua busca incessante por lucros maiores e rápidos, na maioria das vezes ignorava os impactos sociais de suas ações (Harvey, 2014).

Essa realidade evoluiu para uma crise estrutural na qual as fundações do capitalismo começaram a parecer insustentáveis. O agravamento das desigualdades sociais, a precarização crescente do trabalho e a deterioração ambiental se destacaram como problemas urgentes, forçando uma reflexão profunda sobre nossas práticas econômicas e sociais.

Portanto, a crise estrutural do capitalismo se transformou em mais do que um problema econômico, se tornando, assim, um estímulo para repensarmos a forma como estruturamos nossa sociedade com suas dinâmicas de poder.

Durante períodos de crises e turbulências sistêmicas, o capital tende a fortalecer a extração de mais-valor absoluto, como o aumento das jornadas de trabalho, ao invés de buscar o mais-valor relativo, que envolveria inovações tecnológicas. Isso ocorre porque

o primeiro não exige mudanças profundas no modo de produção capitalista, sendo uma opção menos desafiadora para manter a lucratividade. (Machado, 2019)

As crises estruturais do capitalismo não são mais vistas apenas como obstáculos a serem superados; elas são parte integrante das dinâmicas das relações capitalistas. Por isso, compreender as crises é considerado algo "normal" dentro do sistema. Conforme aponta Machado (2019), as crises não são fenômenos isoladamente econômicos; elas estão profundamente entrelaçadas com aspectos políticos e sociais.

A realidade é que a produção frequentemente excede a capacidade de valorização e venda no mercado. No entanto, para alcançar aumentos significativos nos lucros, os salários da classe trabalhadora não têm sequer acompanhado a inflação[20]. Isso reflete diretamente no modo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, que se encontram em condições cada vez mais precárias.

As crises econômicas na gestão neoliberal se aprofundam com a adoção de inovações tecnológicas, facilitadas pelo modelo de produção toyotista. Tal modelo é bem representado na indústria automobilística, com elementos como a robotização, o sistema *just in time*, participação nos lucros, células de produção e a busca pela qualidade e padronização total do produto. Estas características não se limitam às fábricas e se extrapolam para outros setores, como o de serviços, que adotam esses mesmos mecanismos, causando impactos significativos nos trabalhadores (Antunes, 1999).

A adoção do modelo Toyota na fábrica se estende a outros espaços e contribui para uma política econômica que se desdobra na deterioração das condições laborais e contratuais. Em vista disso, marginaliza-se a compreensão do capitalismo como o motor da erosão do trabalho e da qualidade de vida laboral e pessoal, reforçando a lógica de produção sem considerar suas consequências sociais.

Nesse contexto, o capital induz a autoalienação e autoexploração, onde o trabalhador se submete a jornadas de trabalho extenuantes para satisfazer as exigências do capital, mas que ele próprio não percebe e ainda justifica a superexploração e a espoliação (Marini, 2022). Esse processo afeta as subjetividades, não apenas da classe trabalhadora, mas de toda a sociedade (Alves, 2025).

[20] DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Salário mínimo de R$ 1.518,00 em 2025. Nota Técnica nº 283,jan.2025.Disponível:https://www.dieese.org.br/notatecnica/2025/notaTec283salarioMinimo.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

Paralelamente, a globalização acelera os fluxos espaciais do capital, fomentando a integração internacional entre os países, que estabelece uma rede complexa de relações econômicas, políticas e sociais. Contraditoriamente, essas conexões amplificam a propagação dos efeitos das crises, impactando na rede de países interconectados, em várias escalas (Harvey, 2014).

O avanço das tecnologias digitais permitiu maior fluidez e fluxo de mercadorias, pessoas e capital no espaço global, tornando possível uma globalização cada vez maior e transformando as cadeias produtivas mais complexas e globalmente interconectadas.

Segundo Antunes (2020), as cadeias e atividade virtuais refletem novas formas de organização do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva. A integração entre atividades virtuais e digitais não substitui a materialidade do trabalho, mas cria uma dinâmica complexa entre ambos os aspectos.

Ainda segundo o autor (Antunes, 2020), apesar do crescente papel das atividades virtuais na economia, elas dependem substancialmente de infraestruturas físicas. Servidores e redes de comunicação são fundamentais para operações virtuais, mostrando que a conexão entre o virtual e o material é uma característica essencial das cadeias produtivas modernas.

Ainda assim, as dinâmicas descritas são estimuladas pelas políticas neoliberais adotadas pelos governos, que promovem a expansão empresarial pelos territórios. Esse processo vem acompanhado de influências culturais que afetam as relações sociais e o ambiente, moldando as formas de vida, símbolos e valores nas sociedades (Thomaz Júnior, 2004).

Os países em desenvolvimento facilitaram o que se conhece como "industrialização endividada" nas áreas periféricas, também descrita como modernização "negativa". Esse processo, impulsionado por características de desequilíbrio estrutural, provocou uma reconfiguração nas estruturas tradicionais. Como resultado, os trabalhadores passaram a carregar o peso de lutar por uma vida mais digna e com perspectivas mínimas de melhoria (Mello, 1999).

A divisão social do trabalho, inserida neste contexto apresentado, assume um papel extremamente relevante e determinante para a conformação das escalas, pois nesta estão inseridas o desenvolvimento econômico, territorial e social. Assim, a divisão social do trabalho e a dinâmica capitalista aprofundada pelas forças produtivas capazes de concretizar e revelar mediações que se processam e manifestam na reprodução social do espaço (Harvey, 1992)

No processo de estruturação da divisão social do trabalho, observa-se a acumulação de capital baseada na exploração da força de trabalho. Essa exploração gera mais-valia, que sustenta tanto a produção quanto a dominação, perpetuando as desigualdades entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção. Neste contexto, o trabalhador, ao se submeter a essa dinâmica, acaba renunciando à sua própria liberdade e vivenciando um estado de alienação (Thomaz Júnior, 2004).

Ricardo Antunes (2020), por sua vez, desenvolve o conceito de "mercadorização" para aprofundar nossa compreensão das mudanças que vem acontecendo no mundo do trabalho, especialmente diante do avanço tecnológico e das novas organizações produtivas. Diante disso, ele analisa como o surgimento do trabalho online, iniciado na década de 1970 se entrelaça com uma reestruturação produtiva que abrange aspectos instrumentais, informacionais e digitais.

Ainda segundo o autor, tais mudanças revolucionaram significativamente as cadeias produtivas globais, alterando a maneira como o trabalho é concebido e executado em um contexto internacional.

A década de 1970 é vista como um ponto crucial na evolução das práticas de trabalho e na organização da produção. Ricardo Antunes (2020) destaca esse período como fundamental para a introdução do trabalho online, marcando o início de uma significativa reestruturação produtiva.

Essa transformação é notável pela transição dos modelos de produção em massa para estratégias mais flexíveis e adaptáveis, que aproveitam tecnologias avançadas para otimizar e diversificar os processos (Antunes, 2020).

A reestruturação produtiva transcendeu o simples aprimoramento das técnicas de fabricação. Ela promoveu uma mudança instrumental e informacional significativa dentro das empresas e instituições públicas. A adoção de tecnologias digitais e de comunicação revolucionou a maneira como as operações são gerenciadas e como ocorre a interação com os trabalhadores.

As inovações são essenciais para entender o fenômeno da "mercadorização", refletindo uma integração profunda entre as novas tecnologias e as práticas de trabalho estabelecidas (Antunes, 2020).

As transformações tecnológicas que acompanharam o avanço do neoliberalismo no final do século XX incluíram o desenvolvimento das plataformas digitais, coincidindo com a popularização da internet. Inicialmente, essas plataformas funcionavam

principalmente como fóruns e salas de bate-papo, facilitando a troca de informações e a interação social.

Com o avanço tecnológico nos anos 2000, emergiram as primeiras redes sociais, como o Facebook em 2004, que foi criado para conectar pessoas, e o eBay, lançado em 1995, que se estabeleceu como um espaço para transações de compra e venda online. Essas plataformas permitiram que os usuários não apenas acessassem conteúdo, mas também criassem e compartilhassem suas próprias produções (Kalil, 2020).

A popularização dos smartphones marcou outra evolução significativa, transformando o uso das plataformas digitais. Os aplicativos se tornaram uma extensão dessas plataformas, melhorando o acesso a serviços variados como transporte, alimentação e hospedagem, e contribuindo para criar um novo ecossistema de interação digital (Kalil, 2020).

Os avanços tecnológicos e as mudanças sociais, juntamente com uma demanda crescente por conveniência e conectividade, impulsionaram o desenvolvimento de plataformas digitais complexas. Essas plataformas tornaram-se fundamentais no dia a dia e na economia global, moldando novas formas de interação e negócios.

O trabalho em plataformas digitais reflete uma transformação nas dinâmicas laborais, oferecendo flexibilidade, mas também evidenciando precarização em várias situações. Nesse modelo, muitos trabalhadores acabam agindo como empreendedores individuais. Esse cenário suscita debates importantes sobre os direitos trabalhistas e as condições de trabalho na era digital.

Além disso, as plataformas digitais usam discursos atrativos para engajar usuários, frequentemente promovendo formas de trabalho precárias que contornam regulamentações trabalhistas como a CLT e transferem riscos para os trabalhadores. Sem uma regulamentação jurídica adequada das relações de trabalho, essas plataformas controlam o trabalho informal, abrindo espaço para abusos e exploração.

Por outro lado, os algoritmos têm intensificado a exploração e a precarização do trabalho ao negar direitos e garantias laborais (Kalil, 2020). A tecnologia também permite a invisibilidade do empregador, garantindo que as operações fluam sem interrupções, um fenômeno impulsionado pelo avanço tecnológico e pela popularidade da economia de plataforma. Isso está levando à desintegração do modelo tradicional de salários baseados em jornadas de trabalho.

De acordo, com Kalil (2020), o capitalismo de plataforma está capturando tanto o trabalho excedente quanto o tempo livre dos indivíduos, perpetuando o mito de que há

uma redução na jornada de trabalho quando, na realidade, acontece justamente o oposto. Essa dinâmica sublinha como o capital tem transformado profundamente não apenas os locais de trabalho, mas também as vidas pessoais, integrando ambos em uma contínua fonte de exploração.

Atualmente, enfrentamos uma crise de valor no capitalismo, que não pode ser resolvida simplesmente pela expansão desse modelo econômico. Isso resultou na ampliação do trabalho no setor de serviços, um fenômeno anterior ao capitalismo de plataforma, mas que facilitou sua intensificação. Neste sistema, o trabalho, embora seja a base do capital, é paradoxalmente negado pelo avanço tecnológico que busca substituir o trabalho humano por máquinas (Alves, 2025).

Adicionalmente, a precarização do trabalho se tornou mais extensa e intensa. A destruição produtiva do trabalho vivo não necessariamente gera mais-valor, destacando que as leis de valor são fundamentais para entender o sistema capitalista. Esse modelo de produção destrutiva pavimenta o caminho para a desvalorização, um aspecto crítico na análise do capitalismo.

A tecnologia, especialmente através dos aparelhos celulares, tem invadido nossa existência, conectando-nos constantemente a plataformas e redes sociais. Isso reflete como o capitalismo não só transforma o trabalho, mas também a própria maneira de viver, integrando as pessoas em um sistema de constante conexão.

O progresso científico e tecnológico exige uma especialização cada vez maior dos trabalhadores, além de uma divisão do trabalho mais intensa. Isso aumenta os lucros para os capitalistas, mas também intensifica a alienação dos trabalhadores (Gorz, 1996). Essa especialização é duplamente vantajosa para os detentores de capital, mas prejudicial para os trabalhadores.

Paralelamente, a globalização e as inovações tecnológicas têm levado a um aumento do desemprego em todos os setores onde o capital predomina, exacerbando as disparidades entre os níveis local, regional e global. Essa situação tem promovido uma tendência mundial de desregulamentação do trabalho e afrouxamento das leis que protegem os trabalhadores (Antunes, 2007).

Para os capitalistas, essas mudanças são vistas como oportunidades para aumentar lucros e investimentos, fomentando mais acumulação de capital e consumo. Embora isso contribua para a dinâmica econômica e a concentração de riqueza, também limita os benefícios do desenvolvimento a uma pequena parte da sociedade.

Assim, a divisão social do trabalho se revela como um elemento necessário para o desenvolvimento sob a ótica capitalista, mas que efetivamente serve como um meio de exploração refinada e prejudicial para a maioria.

Devem-se acrescentar a isso todos os insatisfeitos com o processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que na prática, promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (Harvey, 2010).

A execução do trabalho é realizada por aqueles que dependem exclusivamente de sua força de trabalho para sustentar suas vidas, sendo assim os mais afetados por esse processo. Eles não levam para casa os resultados de seu trabalho, mas sim o cansaço decorrente do esforço repetitivo.

O processo do trabalho tem a sua materialidade em formas que ao mesmo tempo que dele derivam a ele revertem, e são geradas com esse fim. Em se tratando de Geografia, esta materialidade dialeticamente articulada ao processo de trabalho é o espaço geográfico.

É impossível ignorar que o desenvolvimento das forças produtivas e a diversificação da produção buscam criar novas necessidades sociais e explorar trabalhadores para maximizar os lucros sob o capitalismo global. Este processo se aproveita dos avanços científicos disponíveis.

Contudo, diante dessa realidade, torna-se crucial buscar mudanças práticas e efetivas que transcendam as reflexões teóricas, promovendo ações concretas dos diversos agentes envolvidos.

Para que os interesses econômicos operem de maneira eficiente em todas as escalas, do global a local, é essencial estabelecer um conjunto de normas e estruturas que assegurem a necessária sincronia operacional exigida pelos sistemas técnicos modernos.

Nesse contexto, o papel do Estado-Nação é fundamental na configuração territorial e na manutenção da ordem, por meio de um sistema robusto de normas, incluindo leis, decretos e resoluções. Sendo assim,

> A estruturação normativa do Estado sobre o território gera o território normado. O Estado é o agente hegemônico da regulação do território pela criação de normas (leis, decretos, regionalizações administrativas). Essa hegemonia pode resultar em ações reguladoras arbitrárias e unilaterais de normatização do território, ignorando sistematicamente o território como norma, ou seja, sujeito da ação (Siebert, 2017, p.38).

Os sistemas normativos influenciam significativamente a configuração do território, e é possível interpretar essa relação de duas maneiras. Uma interpretação vê o território como sujeito, formado por leis que asseguram direitos sociais, já a outra trata o território como objeto de intervenção, moldado para servir aos interesses do capital, conforme explica Antas Jr. (2005).

O território, portanto, não é um fenômeno natural, mas o resultado de intervenções humanas e práticas sociais. Como Santos (2005, p. 225) ressalta, é "o uso do território que o torna relevante para análise social". Cazarotto (2017, p. 164) complementa que "a produção do território é impulsionada pela infraestrutura econômica, mas é moldada por dinâmicas políticas e pela apropriação do espaço pelos atores que o territorializam". Ao longo da história, os usos do território mudam, influenciados tanto pelo modelo econômico vigente e suas demandas.

Nesse contexto, os trabalhadores enfrentam vários desafios, incluindo instabilidade no emprego e a desregulamentação jurídica do trabalho, que refletem um retrocesso em relação aos direitos historicamente conquistados. Essa realidade evidencia uma regressão na luta dos trabalhadores por garantias que foram arduamente alcançadas no passado.

A falta de proteção e as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo são claros indicativos dos desafios que a classe trabalhadora precisa superar. O modelo de sindicalismo vertical, uma relíquia do fordismo, não consegue de maneira efetiva responder à flexibilidade e à crescente precarização do trabalho (Antunes, 1995). Neste contexto, surge a urgência de um sindicalismo com estruturas mais horizontais, capazes de abranger tanto os trabalhadores permanentes quanto os instáveis e desempregados.

Dessa forma, a marginalização do sindicalismo favorece a promoção de contratos individuais, intensificando a precarização e diluindo a percepção coletiva do trabalho. A necessidade de enfrentar esses desafios é imediata, dadas as manifestações de precariedade que recaem dolorosamente sobre os trabalhadores e suas famílias.

Esses problemas se traduzem em uma vida cotidiana marcada pela falta de diálogo, comportamentos violentos, culpabilização, privação de sono, exposição a situações de violência, irritabilidade e doenças. Esta é a realidade da exploração e do controle exercidos pela informalização do trabalho.

De tal maneira, o capitalismo mostra-se incapaz de resolver as contradições que ele mesmo cria e alimenta. As medidas temporárias para contornar crises cíclicas só têm contribuído para aprofundar a crise estrutural. O sistema, como um trem desgovernado,

falha em considerar tanto a natureza quanto as necessidades da sociedade capitalista, demonstrando uma incapacidade fundamental de promover uma solução sustentável para os problemas que enfrentamos (ALVES, 2025).

Os países desenvolvidos não conseguiram solucionar o desemprego estrutural, ainda que frequentemente sirvam de modelo para tentativas de resolver problemas estruturais em outros lugares. Isso revela uma falha na aplicação de suas estratégias em âmbito global.

O capitalismo, que começou e se mantém por meio da violência, provavelmente terminará de forma semelhante, levantando questionamentos sobre a possibilidade de vida pós-neoliberalismo e os limites territoriais da expansão do sistema.

Portanto, a real transformação só acontecerá quando os trabalhadores pararem de sustentar o capital e começarem a negá-lo, encerrando o processo de desumanização. A verdadeira mudança virá da classe trabalhadora consciente, lutando pelo fim do capitalismo e pelo início de uma nova ordem social.

1.2 POLÍTICAS NEOLIBERAIS E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS

As políticas neoliberais focam em desregulamentação para reduzir barreiras ao comércio e negócios, privatização de estatais para aumentar a eficiência do setor privado, e liberalização financeira para facilitar a movimentação de capitais. Essas estratégias também incluem austeridade fiscal, com cortes em gastos públicos e redução de impostos, visando estimular o crescimento econômico (Alves, 2013).

Essas diretrizes buscam aumentar a competitividade e incentivar investimentos privados, com o objetivo de promover o crescimento econômico. No entanto, essas políticas também podem aumentar a desigualdade social, deterioração dos serviços públicos e concentração da riqueza. A implementação dessas políticas varia significativamente em diferentes regiões, dependendo dos contextos políticos, sociais e locais.

Eliminar barreiras comerciais é um princípio chave do neoliberalismo, promovendo mercados mais livres e competitivos. Isso envolve remover tarifas, cotas e regulamentações que restringem a troca de bens e serviços, permitindo uma maior integração das economias no mercado global (Alves, 2013).

A liberalização do comércio, supostamente, promove eficiência produtiva, permitindo que empresas concorram em um mercado ampliado, fomentando inovação e

redução de custos. A queda de barreiras também aumenta a acessibilidade a uma maior variedade de produtos e serviços, geralmente a preços reduzidos, e estimula o investimento estrangeiro em mercados anteriormente protegidos.

Entretanto, remover restrições traz desafios significativos. Indústrias locais podem sofrer com a concorrência de gigantes internacionais, o que pode levar à desindustrialização e perda de empregos. A dependência de cadeias de suprimentos globais também expõe economias a riscos, como visto em crises que afetam a produção mundial (Ribeiro, 2024).

Assim, é vital equilibrar a abertura de mercado com políticas que protejam setores vulneráveis e assegurem uma distribuição justa dos benefícios econômicos.

A privatização de empresas estatais transfere o controle de ativos públicos para o setor privado, buscando, segundo seus defensores, aumentar eficiência e reduzir despesas governamentais. Defendida frequentemente pelos neoliberais, essa estratégia alivia o Estado da administração direta, supondo que o setor privado possa gerir melhor certos serviços e bens.

A privatização se lança apoiada no discurso de que empresas privadas, ao serem impulsionadas pelo lucro, são mais ágeis e inovadoras, proporcionando serviços de qualidade superior a custos reduzidos. Afirmam também que a venda de ativos estatais gera receitas significativas que podem ser redirecionadas para áreas críticas como educação e saúde. Os setores como telecomunicações e energia, uma vez privatizados, tendem a receber mais investimentos e modernização (Alves, 2013).

Contudo, a privatização pode fomentar a concentração de riqueza e agravar a desigualdade, a priorização do lucro compromete a qualidade dos serviços essenciais, como os de saúde, educação e transporte, nos quais a igualdade de acesso é crucial (Alves, 2013).

Enquanto a privatização pode trazer benefícios econômicos ao capital privado, pois, “a privatização tornou-se um meio importante de redistribuir a riqueza pública para mãos privadas” (Harvey, 2005, p.155). Nesse sentido, é essencial equilibrar esses ganhos de maneira adequada para evitar desigualdades e a degradação dos serviços públicos. A discussão sobre a privatização continua relevante, e reflete o papel do Estado e do

mercado na gestão de recursos e serviços essenciais. Os desafios entre oferecer a eficiência econômica e manter a proteção social. [21]

A liberalização financeira é outro aspecto do neoliberalismo que busca facilitar o movimento livre de capitais, removendo barreiras que restrinjam o fluxo de investimentos e transações financeiras internacionais (Harvey, 2013).

Esse processo é projetado para abrir economias a mercados globais, atraindo capital estrangeiro e fomentando a eficiência econômica. Ela permite aos investidores transferirem capital onde veem maior potencial de lucro, o que pode levar à diversificação e a novas oportunidades de crescimento. Um mercado mais aberto promove a competitividade e a inovação.

Contudo, a liberalização financeira também oferece riscos. A entrada e saída rápida de capital podem aumentar a volatilidade dos mercados, podendo desestabilizar economias durante períodos de crise. Isso deixa os países vulneráveis a choques externos que podem afetar negativamente suas economias e moedas (Harvey, 2013).

Ademais, a liberalização pode incentivar comportamentos financeiros arriscados, como a especulação excessiva, em busca de lucros rápidos (Harvey, 2013). Essas práticas podem não apenas causar instabilidade financeira como também resultar em crises profundas.

A liberalização financeira tem como objetivo manter a livre circulação de capitais podendo colocar em risco a estabilidade econômica e o bem-estar da sociedade.

A austeridade fiscal adota uma postura de redução de déficits governamentais através de cortes de despesas públicas e, ocasionalmente, reduções tributárias. Esses cortes orçamentários são frequentemente direcionados a áreas como serviços sociais e infraestrutura, sob a premissa de que reduzir gastos permite uma gestão mais eficiente e a realocação de recursos para setores mais produtivos. A redução de impostos, por outro lado, visa aumentar a renda disponível para famílias e empresas, incentivando o consumo e investimentos (Ianni, 1998).

A política de austeridade fiscal, ao cortar serviços públicos essenciais, pode danificar os grupos mais desfavorecidos da sociedade, agravando desigualdades e deteriorando a qualidade de vida (Ianni, 1998). Além disso, em tempos de recessão, a austeridade pode dificultar a recuperação econômica. Isso coloca em questão a eficácia

[21] "A acumulação por despossessão é o motor fundamental do neoliberalismo, pois permite a contínua centralização de riqueza e poder pela via da expropriação social."(HARVEY, 2005, p. 145)

de tais medidas, especialmente quando o crescimento econômico é lento e a estabilidade econômica é frágil.

O enfoque exagerado em investimentos privados pode afetar negativamente a qualidade dos serviços públicos. Com cortes orçamentários e desregulamentações em setores essenciais como já mencionado em saúde, educação e infraestrutura podem se deteriorar, impactando sobretudo os mais vulneráveis. A falta de adequado investimento público pode desencadear deficiências e desqualificação nos serviços, limitando oportunidades de desenvolvimento e reforçando as desigualdades.

A liberalização do comércio, uma marca do neoliberalismo, contribuiu para integração das economias em escala global, aumentando o fluxo de bens e serviços. No entanto, essa abertura expôs economias locais a concorrências desiguais e, em alguns casos, as privatizações de empresas estatais criaram monopólios privados que acabaram não beneficiando os consumidores.

As políticas de austeridade, comuns nesse contexto, concentraram-se em cortar gastos públicos, afetando diretamente serviços como saúde e educação. A consequência foi um aumento nas desigualdades sociais, com os mais vulneráveis sofrendo impactos mais severos. O crescimento econômico gerado não beneficiou todas as camadas da sociedade. A crise financeira de 2008 exacerbou as críticas ao neoliberalismo ao expor as falhas de um mercado excessivamente desregulamentado (Duménil; Lévy, 2014).

Embora o neoliberalismo tenha impulsionado o crescimento em certas regiões, seus efeitos globais mostraram uma mistura complexa de resultados. Frequentemente, a eficiência econômica alcançada em alguns países e regiões foi à custa do social.

Essa realidade alimenta um debate contínuo sobre o futuro das políticas neoliberais, destacando a necessidade de romper com esse receituário para garantir que benefícios econômicos sejam distribuídos de forma mais justa e abrangente.

1.3 O CONTEXTO HISTÓRICO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

O Brasil dos anos 1980 enfrentou um cenário tumultuado, de crise econômica e uma hiperinflação que devastou o poder de compra, gerando grande instabilidade e recessão (Fausto, 2013). Esse contexto econômico adverso, combinado com um regime militar em declínio, criou as condições ideais para o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento focado na redução da intervenção estatal na economia.

A transição política dessa década foi marcada pela luta intensa pela democracia, culminando na promulgação da Constituição de 1988 (Brasil, 1988). Esse documento legal refletiu as aspirações por um país mais justo, estabelecendo direitos civis e sociais ampliados em resposta às demandas populares por liberdade e justiça social (Ianni, 1992).

Os esforços para conter a inflação, através de diversos planos econômicos, mostraram-se ineficazes, perpetuando a instabilidade econômica. Conforme Ianni (1992), a insatisfação crescente com as políticas governamentais incentivou o fortalecimento dos movimentos sociais, que passaram a exigir reformas substanciais e a redemocratização do país.

Durante esse período, o desemprego aumentou significativamente, exacerbando as desigualdades sociais e piorando as condições de vida, especialmente nas camadas mais pobres da população. A resposta dos trabalhadores se deu a partir do fortalecimento de sua capacidade organizativa, lideraram greves e outras mobilizações em busca de direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho (Santana, 2007).

Essa confluência de crise econômica e o apelo por mudanças sociais e políticas prepararam o terreno para a adoção de políticas neoliberais, que afirmavam modernizar a economia brasileira reduzindo o papel do Estado e promovendo o mercado como o principal regulador das atividades econômicas. A implementação dessas políticas, no entanto, continuaria a ser um tema de intenso debate e divisão na sociedade brasileira.

Na década de 1980, a crise da dívida externa impactou vários países da América Latina, incluindo o Brasil. O endividamento forçou a implementação de políticas de austeridade, que cortaram gastos públicos e afetaram negativamente os serviços sociais, gerando amplo descontentamento entre a população.[22]

Durante esse período, o Brasil clamava pela democracia e a luta contra a inflação marcaram a era, estabelecendo a base para futuras reformas econômicas e deixando legados que ainda afetam a sociedade brasileira.

Com a transição para a democracia no início dos anos 90, o Brasil ainda enfrentava uma inflação descontrolada. A estabilização econômica tornou-se uma questão urgente, culminando na implementação do Plano Real em 1994 durante o governo de Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda (Motta,

[22] Plano Brady transformar as dívidas em títulos negociáveis no mercado financeiro internacional em contrapartida os países colocariam em prática o receituário neoliberal. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

2018). O Plano Real visava não só conter a inflação, mas também reformular a economia do país. Introduziu a nova moeda, o real, que inicialmente atrelava o real ao dólar. Isso visava não apenas estabilizar os preços, mas também restaurar a confiança de consumidores e investidores, estabilizando assim a economia.

O plano incluiu políticas de austeridade fiscal para equilibrar as contas públicas, implementou reformas estruturais que enfatizavam a liberalização econômica e a desregulamentação dos mercados, seguindo os princípios neoliberais (Gomes, 2015).

A privatização de empresas estatais e a desregulamentação de mercados foram adotadas durante a implementação do Plano Real. O governo brasileiro vendeu ativos em setores como telecomunicações e energia, apostando na administração privada que seria mais eficiente e atrairia mais investimentos. A liberalização do comércio também avançou, com reduções significativas em tarifas e outras barreiras comerciais, o que ajudou a integrar o Brasil ao mercado global. Essas medidas buscavam promover a competitividade e estimular o investimento privado, alinhando o Brasil aos padrões econômicos internacionais (Gomes, 2015).

O Plano Real conseguiu controlar a inflação e promoveu um crescimento econômico inicial no Brasil, mas trouxe desafios significativos. As políticas de privatização resultaram em maior concentração de riqueza e em uma piora nos serviços públicos, devido à falta de regulação adequada. Isso exacerbou as desigualdades sociais, com a riqueza gerada pelo crescimento econômico não sendo distribuída de maneira adequada.

O plano representou uma mudança significativa na economia brasileira, alinhando-a com princípios neoliberais. Esta abordagem visava a eficiência econômica, mas enfrentou desafios para assegurar a justiça social num contexto de desigualdades marcantes. As reformas implementadas durante este período moldaram o desenvolvimento do país e continuam a influenciar (Gomes, 2015).

Durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil adotou reformas que abriram a economia ao mercado global. A liberalização econômica acelerada agravou as disparidades sociais e beneficiou principalmente grupos empresariais consolidados, enquanto a austeridade fiscal e os cortes em serviços públicos fundamentais levantaram preocupações sobre a deterioração da qualidade de vida nas áreas de saúde e educação.

O neoliberalismo no Brasil vivenciou dilemas entre promover a competitividade econômica e proteger o bem-estar social. Essa tensão entre crescimento econômico e

equidade social continua a ser um tema central nas discussões sobre políticas públicas no país.

Em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil teve uma mudança nas políticas econômicas com foco em inclusão social e maior regulação do mercado. Embora esta mudança representasse uma nova direção em relação às políticas anteriores, continuou o debate sobre o legado do neoliberalismo (Singer, 2012).

O governo de Lula marcou um desvio das abordagens neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, que enfatizavam liberalização e privatização. Lula buscou uma política que equilibrasse o crescimento econômico com a inclusão social, contrastando com a austeridade fiscal.

Durante o governo FHC, o Plano Real estabilizou a economia, mas foi marcado pela implementação de uma agenda neoliberal focada em controle fiscal e redução da intervenção do Estado. As privatizações e a abertura econômica foram defendidas como necessárias para integrar o Brasil na economia global.

Lula, ao assumir o governo, optou por uma abordagem que mesclava continuidade com mudanças. Manteve a política de controle inflacionário e a relativa independência do Banco Central, mas buscou introduzir programas sociais robustos, como o Bolsa Família, visando reduzir a pobreza e promover a inclusão social (Singer, 2012).

Essas políticas de Lula buscavam não apenas manter a estabilidade econômica, mas também abordar diretamente as questões sociais, em contraste com a abordagem de FHC, que priorizava a estabilidade econômica em detrimento do social. As diferenças entre essas duas abordagens refletem a tensão contínua entre eficiência econômica e justiça social no Brasil.

> Os governos Lula e Dilma (2003-2016) adotaram programas de crescimento da economia com aumento do gasto público e redistribuição de renda. No sentido mais restrito (e imediatista) da programática política, podem ser considerados governos "pós-neoliberais", se distinguindo, por exemplo, dos governos neoliberais da década de 1990 de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso - FHC (Alves, 2024, p. 09).

O governo Dilma Rousseff teve início em janeiro de 2011, marcado por grandes expectativas de continuidade e aprofundamento das políticas sociais implementadas nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, apesar de seu discurso desenvolvimentista, o governo de Dilma, sobretudo a partir do segundo mandato (2015),

passou a adotar medidas alinhadas aos preceitos neoliberais, pressionado por uma conjuntura econômica adversa e pela crescente influência do mercado financeiro.

Medidas como o ajuste fiscal, os cortes em investimentos sociais “o segundo governo Dilma Rousseff adotou uma política econômica de corte neoliberal com a indicação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e a aplicação de um duro ajuste fiscal" (Boito Jr., 2018, p. 112)” simbolizaram um recuo frente ao modelo de crescimento com inclusão social adotado anteriormente, demonstrando a forte imbricação entre o governo e as exigências do capital em um contexto de crise.

As diferenças entre os governos de Lula, Dilma e Temer nas abordagens do neoliberalismo no Brasil são notáveis e essenciais para entender a evolução política do país. Segundo Alves (2024), enquanto os governos de Lula e Dilma mantiveram uma estrutura oligárquico-burguesa sob uma fachada de modernização, Temer promoveu uma virada neoliberal clara após assumir o poder em 2016, em meio a uma profunda crise econômica e social.

O governo de Michel Temer foi marcada por uma agenda de austeridade fiscal e liberalização econômica. A Emenda Constitucional 95[23], que limitou os gastos públicos por vinte anos, é um exemplo dessa política. Enquanto era apresentada como necessária para a recuperação econômica, seus efeitos foram impactantes nos setores de saúde e educação, afetando diretamente as camadas mais pobres da sociedade.

Além disso, as reformas trabalhistas introduzidas por Temer buscaram flexibilizar as leis laborais para aumentar a competitividade do país. Essas mudanças foram controversas, erodindo à estabilidade e os direitos dos trabalhadores, exacerbando a precarização do trabalho. “A reforma trabalhista de 2017 significou a consolidação de um projeto de flexibilização neoliberal, agravando a insegurança jurídica e social dos trabalhadores.” (Druck, 2018, p. 59)

A política de privatizações também foi intensificada durante seu governo, com planos para privatizar grandes estatais e setores como transportes e saneamento[24]. Essa

[23] BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

[24] Saneamento via concessões, venda de ativos da Petrobrás, propostas de privatização da Eletrobrás, etc.

estratégia foi defendida sob o argumento de que a gestão privada seria mais moderna e eficiente (Druck, 2018).

Entretanto, as medidas neoliberais de Temer enfrentaram grande oposição, tanto popular quanto legislativa. Manifestações contra as reformas trabalhistas e os cortes orçamentários foram frequentes, refletindo um país cada vez mais dividido.

O mandato de Michel Temer foi marcado por um forte compromisso com políticas neoliberais, tentando estabilizar a economia brasileira em tempos de crise. Suas reformas foram voltadas para atrair investimentos e controlar gastos públicos, em contraposição a proteção dos direitos sociais.

O governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, adotou uma abordagem ainda mais enfática às políticas neoliberais. Comandado pelo ministro Paulo Guedes, o governo Bolsonaro focou em privatizar empresas públicas e desregulamentar a economia, buscando criar um ambiente mais propício aos investimentos e ao crescimento econômico (Souza, 2019).

A reforma da Previdência, aprovada em 2019, foi uma das principais medidas de Bolsonaro para ajustar as contas públicas. Essa reforma refletiu a fragilização dos direitos dos trabalhadores frente à necessidade de estabilidade fiscal.

Além disso, a privatização de grandes estatais, como a Eletrobras, e a venda de ativos da Petrobras foram outras prioridades de Bolsonaro, justificadas pela expectativa de que a gestão privada seria mais eficiente. Essas iniciativas, contudo, enfrentaram resistências significativas.

A desregulamentação também foi uma marca da gestão Bolsonaro, especialmente em setores como meio ambiente e trabalho. A flexibilização de leis ambientais provocou grande preocupação, especialmente pela possível degradação da Amazônia, evidenciando um conflito entre os interesses empresariais e a proteção ambiental e dos direitos humanos.

> "A retórica desenvolvimentista do governo Bolsonaro favoreceu interesses empresariais em detrimento das populações tradicionais e do meio ambiente, revelando um modelo de governança ambiental orientado pela flexibilização normativa e pelo enfraquecimento das fiscalizações." (Ferreira; Araújo, 2020, p. 430)

No entanto, o governo enfrentou desafios significativos, incluindo uma crise de saúde pública devido à pandemia de Covid-19, que expôs fragilidades nas políticas de saúde e assistência social. A crise revelou a necessidade de um Estado mais robusto em

momentos de emergência, colocando em questão a eficácia das políticas neoliberais em um cenário de crise.

Assim, o governo de Jair Bolsonaro se destacou por uma adesão explícita a políticas neoliberais, buscando implementar reformas e desregulamentações que prometiam modernizar a economia.

> Tais reformas neoliberais são ordenações permanentes da estrutura dos donos do Poder - isto é, a oligarquia agroindustrial - extrativista - financeira e do Estado neoliberal enquanto a estrutura de Poder - sociedade civil e sociedade política que garante a reprodução social de acordo com a preservação dos interesses da classe dominante (Alves, 2024, p.29).

O terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023, representou uma expectativa de mudança nas políticas econômicas do Brasil. Lula assumiu a presidência com a proposta de fomentar inclusão social, proteção ambiental e reforço do papel do Estado, em um momento marcado por intensa polarização política e crises sociais.

Desde que reassumiu o cargo, Lula tem priorizado programas sociais, com foco especial na expansão do Bolsa Família. Esta iniciativa visa combater a pobreza e a desigualdade, representando um esforço para restaurar e fortalecer a proteção social que foi erodida em administrações passadas, notavelmente durante o governo de Jair Bolsonaro.

Essa abordagem se reflete em uma agenda que valoriza investimentos em infraestrutura e desenvolvimento sustentável, enquanto enfrenta desafios como inflação e desemprego.

Neste cenário, o governo de Lula busca um equilíbrio entre inclusão social e desenvolvimento econômico. A eficácia desta abordagem dependerá de sua habilidade em superar desafios econômicos e sociais, com o objetivo de promover um crescimento que beneficie todos os brasileiros e assegure sustentabilidade a longo prazo.

Portanto, a trajetória neoliberal no Brasil é um episódio complexo e debatido intensamente, revelando um ciclo de progressos e contratempos. Este debate continua a moldar a discussão sobre como o país pode alcançar um desenvolvimento que equilibre eficiência econômica com justiça social.

1.4 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS E EDUCAÇÃO

O poder é uma relação dinâmica e historicamente constituída, que tem a capacidade de influenciar, comandar e controlar estruturas sociais. No campo da educação, o poder se revela capaz de influenciar a formação dos indivíduos, promovendo não apenas o conhecimento, mas também a capacidade crítica necessária para questionar e transformar a realidade. No entanto, essa potencialidade é frequentemente limitada quando o sistema educacional reproduz ideologias dominantes, submetendo-se aos interesses estatais ou de poderes dominantes, ao invés de agir como uma possibilidade emancipatória (Apple, 2024).

As contradições na educação refletem as complexas relações de poder que permeiam a sociedade. A escola, ao invés de ser um espaço de conscientização e transformação, muitas vezes se torna um meio de perpetuação das estruturas de poder existentes.

No cenário atual, o Estado e o mercado atuam em conjunto, influenciando a formação do sujeito. As escolas se tornam arenas de intensas disputas políticas, onde diferentes forças competem por influência. Esta situação é intensificada pelas crises sociais, que são frequentemente reduzidas a problemas individuais, obscurecendo suas verdadeiras causas estruturais (Laval, 2019).

Influenciadas por organizações como a OCDE e a ONU, as políticas educacionais globais refletem essa dinâmica, impondo uma lógica de gestão que prioriza termos econômicos e desloca o foco tradicional da educação. Isso resulta em uma fragmentação da escola e introduz novos atores, como as empresas privadas, no processo educativo (Laval, 2019).

A implementação de políticas de estado mínimo e a tendência à privatização alteram significativamente o papel social da educação. Com o encolhimento do financiamento público e o aumento da gestão privada, a universalização da educação enfrenta novos desafios, nos quais a eficiência econômica muitas vezes se sobrepõe à qualidade e ao acesso.

Essas políticas impactam a garantia de uma educação de qualidade para todos, desafiando a noção de que a educação é um direito social e fundamental. A crescente dependência de modelos de gestão privada na educação compromete os avanços sociais e questiona a capacidade do estado em cumprir sua função educacional (Cara, 2019).

As escolas estão cada vez mais submetidas a contratos de gestão que valorizam a eficiência e produtividade em detrimento da qualidade do ensino. Isso se reflete nas métricas utilizadas para avaliar as instituições educacionais, que frequentemente se concentram em aspectos quantitativos, mas que não captam a essência do processo educativo, a sua qualidade. Tais métricas podem negligenciar aspectos cruciais do aprendizado e do desenvolvimento integral dos estudantes (Laval, 2019).

As reformas educacionais impulsionadas globalmente refletem essas mudanças, com uma crescente ênfase em eficiência e produtividade. Zygmunt Bauman observa que essas tendências modernas favorecem a operacionalização em detrimento da complexidade educacional, promovendo uma educação que é menos sobre aprendizado humano e mais sobre resultados mensuráveis (Bauman, 1991).

O foco atual na eficiência operacional nas escolas tende a reduzir o tempo dedicado ao desenvolvimento integral do estudante, priorizando o aumento das horas-aula sem uma correspondente melhoria na qualidade do ensino. Isso resulta em uma educação fragmentada, mais alinhada a objetivos mercadológicos do que às verdadeiras necessidades educacionais.

Esse modelo de gestão educacional faz parte de uma tendência mais ampla de fragmentação, impulsionada pelas dinâmicas do capitalismo. A privatização e a diminuição do papel do Estado têm contribuído para aumentar as desigualdades e fragmentar as estruturas sociais, adotando uma lógica que valoriza o lucro e a eficiência acima dos benefícios sociais (Pinto, 2019).

No contexto educacional, isso se manifesta na adoção de práticas de gestão que desconsideram as reais necessidades dos estudantes, incentivando padrões que não promovem o desenvolvimento crítico e intelectual (Laval, 2019).

As políticas neoliberais na educação frequentemente favorecem a privatização e a desregulamentação, aumentando a participação do setor privado através de escolas particulares e vouchers educacionais. O setor público, por sua vez, vem adotando práticas empresariais em sua gestão, refletindo uma tendência global de reformas que valorizam o gerencialismo (Laval, 2019). Este paradigma promove uma cultura de competitividade que desafia as normas ético-profissionais tradicionais, causando uma constante tensão entre novas formas de gestão e práticas estabelecidas.

O gerencialismo transforma profundamente as instituições públicas, que passam a ter como objetivos eficiência, produtividade e competitividade. A lógica de custo-

benefício, típica do setor privado, passa a dominar a administração pública, reconfigurando instituições (Laval, 2019).

Essa nova forma de liderança gerencial prioriza o sucesso organizacional, mas pode comprometer a integridade cultural e ética das instituições. No ambiente educacional, essas políticas transformam os professores em executores de tarefas técnicas, distanciando-os do papel de educadores críticos e reflexivos (Laval, 2019).

Conforme discutido por Ball (2005), professores enfrentam pressões crescentes para atingir metas de desempenho, o que impulsiona uma visão mais técnica e instrumental da educação. No entanto, essa ênfase em eficiência está erodindo a capacidade e o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Sob a influência do neoliberalismo, o papel do professor é diminuído, transformando-os de guias do conhecimento em meros facilitadores de um sistema que valoriza a autodisciplina e a autoaprendizagem.

A performatividade na educação provoca uma gama de emoções nos professores, incluindo orgulho e culpa, especialmente ao serem constantemente avaliados. Essa avaliação contínua pode criar uma esquizofrenia de valores, onde a educação oscila entre o cumprimento de metas e a adesão a princípios éticos. Sob essa pressão, os educadores transformam-se em meros executores de tarefas. Isso afeta profundamente sua autoestima e identidade profissional (Ball, 2005).

A crise do profissionalismo é evidente na maneira como os professores percebem a si mesmos e são percebidos pelos outros. O questionamento sobre se os professores já se identificaram verdadeiramente como profissionais ou se foram progressivamente alijados dessa identidade revela a profundidade do impacto das pressões externas.

O autor Ball (2005) ainda descreve a performatividade como uma tecnologia de controle no ensino, priorizando a produtividade. A introdução de tecnologias avançadas e a prevalência do gerencialismo estão erodindo o tradicional senso de profissionalismo.

Com as políticas de austeridade fiscal, o financiamento da educação enfrenta cortes significativos, o que pode reduzir a qualidade do ensino, afetar a formação de professores (inicial e continuada) e limitar o acesso a materiais didáticos essenciais, comprometendo diretamente o processo de aprendizagem dos estudantes.

O modelo de estado mínimo e a crescente privatização influenciam profundamente o setor educacional. A implementação de políticas neoliberais na

educação colabora com a elevação da desigualdade e precarização do ensino[25], beneficiando quem tem mais recursos enquanto limita as opções para estudantes de baixa renda. Essa fragmentação pode exacerbar as disparidades sociais, transformando a educação de qualidade em um privilégio de poucos (Silva; Neves; Catani, 2002; Libâneo; Freitas, 2018; Neto, 2020).

O debate sobre o futuro da educação deve transcender a questão da eficiência econômica e se voltar na formação de cidadãos críticos e ativos em uma sociedade complexa. Esse debate é essencial para assegurar que a educação continue a cumprir seu papel fundamental na promoção de um desenvolvimento humano integral.

Essas mudanças, portanto, questionam o futuro da educação, desafiando a manter um equilíbrio entre os valores educacionais essenciais e as demandas de um mercado orientado para a eficiência e a competição.

Os protestos e greves de professores e estudantes são uma resposta direta a essas políticas, exigindo melhores condições e mais investimentos em educação pública. Essas mobilizações destacam a importância de manter a educação como um serviço acessível a todos, reforçando a necessidade de investimentos adequados.

Conforme argumenta Dal Rosso (2011), as mobilizações docentes, como greves e manifestações, são formas de resistência às políticas de desmonte da educação pública, especialmente aquelas orientadas pela lógica da privatização e da precarização do trabalho docente.

O Estado deve garantir uma educação inclusiva e equitativa, contrariando a lógica do mercado e promovendo uma educação que respeite a diversidade e a cultura local.

Esses debates e resistências são necessárias e contribuem para moldar o futuro do sistema educacional no Brasil, insistindo em uma abordagem que reconhece a educação como um pilar central para o desenvolvimento.

As críticas às políticas neoliberais no setor educacional brasileiro refletem preocupações com a justiça social e a qualidade do ensino. O debate sobre o futuro da educação no Brasil é uma arena de confronto entre visões distintas sobre o papel da

[25] Silva; Neves e Catani (2002) discutem como as políticas neoliberais tem como resultado a fragmentação do ensino e exclusão de populações vulneráveis. Libâneo e Freitas (2018) apontam que o modelo gerencial e a lógica de mercado na educação aprofundam as desigualdades educacionais. Neto (2020) aponta que os desdobramentos do neoliberalismo nas políticas educacionais têm gerado resistências no campo educacional, indicando luta contra o projeto neoliberal.

educação na sociedade. Há uma necessidade crescente de rejeitar a mercantilização do ensino e fortalecer a educação pública como um bem comum.

CAPÍTULO 2. DA PRECARIZAÇÃO AO ADOECIMENTO: FUNDAMENTOS E ABORDAGENS

O equilíbrio entre saúde e trabalho é essencial para a qualidade do serviço prestado, mas, quando as condições laborais deterioram a saúde do trabalhador, os impactos se multiplicam.

A degradação da saúde dos professores não apenas compromete a educação pública, mas também sobrecarrega o Sistema Único de Saúde (SUS), intensificando os custos sociais e econômicos. O próprio Estado, ao permitir o adoecimento dos docentes por meio da precarização das condições de trabalho, acaba por alimentar e financiar um ciclo de miséria e descarte.

A resistência dos professores ocorre em um cenário hostil, marcado pela ausência de políticas efetivas de promoção da vida. Em vez disso, prevalecem mecanismos de controle, disciplina e vigilância, aliados ao descumprimento de acordos e à violência institucional. Esse contexto reforça um modelo de gestão que desconsidera o bem-estar do trabalhador e, consequentemente, a qualidade do ensino.

Arroyo (2004), aponta que a realidade educacional poderia ser ainda mais crítica se não fosse pela mobilização constante dos docentes. São eles que, apesar das adversidades, seguem lutando para garantir não apenas melhores condições de trabalho, mas também a defesa da educação pública como um direito fundamental. Dessa forma, neste capítulo, abordaremos o processo de adoecimento dos professores.

2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE ADOECIMENTO

A contradição enraizada do capital se expressa no campo das relações estabelecidas entre ele e o trabalho multifacetado. Como aponta Karl Marx (1867), em O Capital, a finalidade central do capital é a produção de mais-valia, pois é a partir desta que se obtém o lucro necessário para a acumulação capitalista, concentrado nas mãos de um grupo restrito. A exploração do trabalho vivo se torna a base da reprodução do capital, pois é dele que emerge o valor excedente apropriado pelos capitalistas.

A mais-valia é produzida pela força de trabalho dos trabalhadores, que, ao venderem essa força ao capitalista, estabelecem uma relação de compra e venda que, à primeira vista, parece um simples contrato comercial. No entanto, como destaca Rosa Luxemburgo (2019), essa relação encobre a exploração estrutural, pois o trabalhador gera

um valor superior ao custo de sua própria força de trabalho, alimentando o ciclo de acumulação de capital.

Vale ressaltar que a prestação de serviço não produz mais-valor diretamente, mas disputa a apropriação da taxa de mais-valia socialmente produzida, evidenciando a luta entre diferentes setores do capital pela apropriação da riqueza gerada pelo trabalho. A relação entre capital e trabalho se estrutura a partir da subsunção formal e real do trabalho ao capital, como argumenta István Mészáros (2002).

A subsunção formal ocorre quando o capital se apropria do trabalho sem alterar sua forma de produção, enquanto a subsunção real se dá quando há uma transformação radical nos processos produtivos em benefício do capital, resultando na exclusão de trabalhadores e no crescimento do exército industrial de reserva, como já analisado por Friedrich Engels (1845) em A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.

O paradoxo do capital é evidente, ele necessita do trabalho vivo para se reproduzir, pois é este que gera mais-valor. No entanto, ao mesmo tempo, o capital busca eliminar essa dependência com a introdução de tecnologias que substituem a força de trabalho humana.

Como aponta David Harvey (2001), a automação, a robotização e o avanço tecnológico intensificam a exploração ao mesmo tempo em que geram desemprego estrutural, ampliando as contradições do sistema capitalista.

Nesse sentido, a tecnologia, ao invés de libertar os trabalhadores do trabalho extenuante, oprime-os ainda mais ao reduzir as oportunidades de emprego e concentrar a riqueza nas mãos de poucos. Além disso, há uma série de processos simultâneos que tornam a dinâmica do capital ainda mais complexa.

Como já explicado por Marx (1867), a concorrência entre capitalistas por mais-valor, em escala global, leva a uma luta constante pela riqueza, agravando os conflitos internos do sistema e levando ao colapso temporário do capital. Durante essas crises, os capitalistas recorrem a estratégias de reestruturação, como a intensificação da exploração da força de trabalho, a precarização das condições laborais e a privatização de bens e serviços públicos.

David Harvey (2014) enfatiza que o neoliberalismo opera como um mecanismo de resposta às crises, impondo políticas de austeridade e transferência de recursos do público para o privado. Nos momentos de crise, o discurso capitalista se volta para a necessidade de “superação” da crise, apesar de sua impossibilidade estrutural.

Como demonstrou István Mészáros (2002), a crise não é um fenômeno externo ao capitalismo, mas sim parte integrante de sua lógica destrutiva. A exploração se intensifica, expandindo a lógica do capital para além do “chão da fábrica têxtil”, como afirmado por Ellen Meiksins Wood (1999), que analisa a forma como a lógica capitalista se dissemina para todas as esferas da sociedade, transformando não apenas a economia, mas também a cultura, a política e o próprio cotidiano dos sujeitos.

Assim, a relação entre capital e trabalho não é apenas um aspecto econômico, mas uma questão profundamente enraizada nas relações de poder e dominação que sustentam a nossa sociedade.

A crise estrutural do capitalismo revela a miséria do trabalho e seu movimento contraditório. Desde os anos 1970, no contexto de uma crise acumulativa, crônica e permanente, observa-se um desenvolvimento das forças produtivas frustrado e reprimido pelo próprio capital.

István Mészáros (2002) demonstra que a crise não é um evento passageiro, mas um elemento estrutural do sistema, tornando-se parte de sua dinâmica de reprodução. Para manter o controle e domínio sobre os processos econômicos e sociais, o capital adota estratégias que se alinham à configuração global já estabelecida, evitando transformações que possam comprometer sua lógica de acumulação.

Dessa maneira, antigas práticas capitalistas reaparecem sob novas roupagens, ressignificadas pelo contexto analisado. David Harvey (2005) analisa esse fenômeno como um "ajuste espacial", no qual o capitalismo se reinventa para superar suas contradições internas, expandindo-se para novas áreas geográficas ou setores produtivos.

Essa metamorfose constante se manifesta, sobretudo, nas relações de trabalho, que sofrem reconfigurações significativas impulsionadas pela reestruturação produtiva e pela incorporação de novas tecnologias.

Karl Marx (2013) já havia identificado essa tendência, argumentando que, em momentos de crise, os capitalistas buscam maximizar a exploração da força de trabalho de forma imediata, pois a introdução de inovações tecnológicas exige investimentos de longo prazo.

Assim, os limites da crise estrutural do capitalismo não são encarados como barreiras a serem superadas, mas como elementos constitutivos do próprio sistema. A crise, portanto, não é um evento anômalo, mas uma necessidade histórica e funcional ao capitalismo, afetando não apenas a economia, mas também as esferas política e social.

Na estrutura de funcionamento do capitalismo, encontram-se elementos que indicam a possibilidade formal da crise. A separação entre a venda e a compra possibilita a interrupção dos fluxos de pagamento, criando instabilidades no ciclo de valorização do capital.

Rosa Luxemburgo (2019) aponta que a reprodução ampliada do capital está sempre condicionada à expansão de mercados, mas essa expansão tem limites, tornando as crises inevitáveis.

A contradição fundamental do sistema reside na produção de mercadorias em escala superior à sua capacidade de realização no mercado, agravada pela crescente especulação financeira e pelo endividamento das economias nacionais.
A lógica capitalista tem sido produzir mais do que se pode valorizar e vender, intensificando as desigualdades sociais.

Como observa Milton Santos (2001), o capitalismo globalizado exacerba a polarização entre capital e trabalho, reduzindo a participação dos salários no total da riqueza gerada. Assim, mesmo com o crescimento da produtividade, os trabalhadores veem seu poder de compra estagnado ou reduzido, aprofundando a precarização das condições de vida. [26]

A desconexão entre produção e consumo gera uma tendência à superprodução, levando os capitalistas a expandir mercados, reduzir custos e intensificar a exploração da força de trabalho. As crises tornam-se cada vez mais severas, impulsionadas pela financeirização da economia e pela especulação desenfreada.

Giovanni Arrighi (1994) descreve esse fenômeno como uma transição para uma fase de "domínio do capital financeiro", na qual os lucros deixam de ser gerados prioritariamente pela produção e passam a depender de operações especulativas e da expansão do crédito.

O resultado é um sistema cada vez mais instável, propenso a crises violentas que se traduzem na destruição de empregos, precarização do trabalho e aprofundamento da exclusão social. O paradoxo fundamental do capitalismo se manifesta na contradição

[26] Milton Santos (2001) analisa como o processo de globalização neoliberal intensificou a desigualdade territorial e aprofundou a dependência dos países periféricos. A desindustrialização, a financeirização e a expansão do capital fictício, como discutido por Giovanni Arrighi (1994), são elementos centrais da crise do capitalismo, revelando a fragilidade estrutural do sistema e sua tendência a produzir crises cíclicas.
As crises são manifestações inevitáveis da contradição entre capital e trabalho.

entre a criação de valor pelos trabalhadores e a contínua reposição das condições sociais que perpetuam sua exclusão.

Como sintetiza Ellen Meiksins Wood (1999), o capitalismo não apenas explora o trabalho, mas também redefine as relações sociais para garantir sua reprodução, transformando todas as esferas da vida em espaços de acumulação.

Dessa forma, a crise capitalista não é um desvio da norma, mas sim a própria essência do sistema, garantindo a sua permanência às custas da precarização da vida e da exploração incessante da força de trabalho.

O adoecimento dos trabalhadores é uma das expressões mais perversas das contradições do capital. A intensificação do ritmo de trabalho, a precarização das relações laborais e o aprofundamento da alienação resultam em um desgaste físico e mental progressivo.

Como já apontava Friedrich Engels (1845), a organização capitalista do trabalho impõe condições insalubres e extenuantes, levando a um aumento nas doenças ocupacionais e na deterioração da saúde da classe trabalhadora.

A crise estrutural do capital intensificou essas dinâmicas. A reestruturação produtiva das últimas décadas, analisada por Ricardo Antunes (1999), trouxe consigo um processo de intensificação do trabalho e aumento da informalidade, agravando o quadro de adoecimento laboral.

A precarização e a instabilidade no emprego impõem níveis elevados de estresse, ansiedade e esgotamento físico, configurando um cenário de degradação da saúde dos trabalhadores.

Além disso, David Harvey (2014) observa que a flexibilização do trabalho e a fragmentação dos direitos laborais não apenas aumentam a exploração, mas também comprometem o bem-estar dos trabalhadores, tornando-os mais vulneráveis ao adoecimento.

O adoecimento laboral não é uma anomalia, mas sim um elemento estrutural do capitalismo. A alienação, conforme desenvolvida por Marx (2004), também é um fator central nesse processo. O distanciamento entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, somado à repetição mecânica de tarefas, gera um esvaziamento do sentido da atividade produtiva, contribuindo para o sofrimento psíquico.

Nesse sentido, o aumento dos casos de depressão, burnout e outros transtornos mentais entre trabalhadores é um reflexo dessa lógica desumanizante. Por fim, a lógica do capital transforma até mesmo a saúde em mercadoria.

Giovanni Berlinguer (1988), afirma que o sistema de saúde, em vez de priorizar o bem-estar da população, é organizado para maximizar lucros, restringindo o acesso a tratamentos adequados e reforçando as desigualdades sociais.

Como consequência, os trabalhadores adoecidos encontram dificuldades para obter assistência, perpetuando o ciclo de exploração e sofrimento. Dessa forma, a relação entre capitalismo e adoecimento se insere no quadro mais amplo das contradições do sistema.

A busca incessante por lucro e produtividade se impõe sobre a saúde e a dignidade dos trabalhadores, evidenciando que a superação desse modelo de exploração não é apenas uma necessidade econômica, mas também uma urgência social e humanitária.

No horizonte das transformações socioeconômicas, Christophe Dejours (1992) pesquisa um panorama profundamente complexo das dinâmicas laborais. A Revolução Industrial representou uma ruptura nas estratégias coletivas de enfrentamento da pressão cotidiana.

Nas zonas periurbanas, onde favelas e cortiços se entrelaçam, emerge o que Dejours (1992) denomina "subproletariado" - um grupo social marcado pela precariedade extrema. O subemprego e a ausência de trabalho estável não são meras condições econômicas, mas sintomas de uma desintegração social profunda.

Neste cenário, as ideologias defensivas se tornam mecanismos de sobrevivência psíquica. São estratégias sutis de negação e ocultamento, construídas para suportar a vulnerabilidade constante.

A relação entre saúde e doença se transforma em um território minado de silêncios e negações. Adoecer deixa de ser uma condição natural e se converte em motivo de profunda vergonha. Os trabalhadores desenvolvem uma complexa arquitetura de ocultamento, escondendo sua condição não apenas de estranhos, mas inclusive de familiares e vizinhos mais próximos.

Este processo de invisibilidade da doença revela-se como um mecanismo de proteção perverso. Adoecer significa, neste contexto, quase uma falha moral, uma fragilidade que precisa ser negociada com um sentimento persistente de culpa.

As estratégias coletivas que historicamente permitiam aos trabalhadores compartilhar e mitigar o sofrimento foram sistematicamente desmanteladas. A Revolução Industrial fragmentou não apenas os processos produtivos, mas também os laços de solidariedade.

O indivíduo se vê sozinho diante de sua condição, obrigado a desenvolver mecanismos individuais de resistência. A doença se transforma em um segredo, algo sobre o qual é necessário pedir desculpas, como se fosse um incômodo, uma perturbação no ritmo incessante da produtividade.

Este processo não é apenas individual, mas um sintoma de uma estrutura social que normaliza o sofrimento. A doença se torna um desvio, não um estado natural, e o trabalhador se vê permanentemente na posição de ter que justificar sua própria fragilidade humana.

A loucura do trabalho não está nos indivíduos, mas no sistema que os transforma em engrenagens descartáveis, onde a humanidade é constantemente sacrificada em nome da produtividade.

A doença se transforma em um estigma, um território de vergonha e silenciamento. A máxima "se a gente está doente é porque é preguiçoso" ecoa como um martelo sobre os corpos exaustos da classe trabalhadora, especialmente sobre as mulheres, para quem adoecer não é um direito, mas quase um crime.

Para as mulheres trabalhadoras, a doença é um luxo impensável. "Não existe doença", proclama a ideologia opressora. Os filhos não podem ficar sem cuidados, a casa não pode parar, o trabalho não pode ser interrompido. A maternidade se converte em um escudo contra o reconhecimento da própria fragilidade física.

A automedicação surge não como escolha, mas como estratégia de sobrevivência. Remediar-se com medicamentos que sobraram dos filhos, evitar consultas médicas - tudo para não interromper o fluxo incessante da produtividade. O corpo se transforma em uma máquina que deve funcionar independentemente de suas próprias necessidades.

> “provavelmente a dor que eu sinto no lado direito do pulmão é por causa de uma gripe mal curada, eu não curei essa gripe porque eu não tive condição de ir ao médico meus cartões de crédito estavam todos limitados eu sou detentor de uma única jornada eu sei o preço que eu pago na minha vida por preferir uma única jornada o meu salário não dá pra pagar as minhas dívidas, então eu não tive condição naquele momento de ir ao médico, resultado eu tive que buscar a automedicação correr o risco, nós estamos depois de uma pandemia qualquer síndrome respiratória agora, redunda entupimento das vias respiratórias do pulmão, e aí é antibiótico na dor.” (Mato Grosso, Guarnieri 2024).

A relação entre doença e trabalho é construída sobre uma arquitetura de vergonha. Parar de trabalhar equivale à vagabundagem, à preguiça.[27] A ideologia defensiva atua como um véu que mascara a miséria, a subnutrição e a morte. Ela contém e oculta o sofrimento, produto direto da organização do trabalho e da produção em massa inaugurada pela Revolução Industrial.

Os mecanismos de defesa individual revelam-se absolutamente ineficazes diante da máquina produtiva. São tentativas frágeis de sobrevivência psíquica contra um sistema que transformou seres humanos em engrenagens descartáveis.

O corpo não pode ser aceito senão no silêncio. A doença deve ser negociada, escondida, quase negada. Familiares, vizinhos, colegas de trabalho, todos devem ser protegidos da "fraqueza" de adoecer.

Assim, como afirma Gianfrancesco Guarnieri (2024),

> Então, essas demandas, elas são constantes. Nós temos procura, mas essa procura é muito esporádica. Às vezes, os profissionais sofrem calados. Esse é um dado triste da realidade. Eles acabam se afastando da escola, se afastam da escola, vivem uma peregrinação do ponto de vista daquilo que se chama a perícia médica. Hoje, nas salas dos professores, é dramático quando as pessoas reclamam de que vão lá na perícia de um médico para 90 dias de afastamento, e um médico olha para sua cara e fala assim: "Você não tem nada." Dá 30 dias — quando dá. Nós temos situações de pessoas que estão com as rótulas dos joelhos estouradas, não conseguem se sustentar por uma hora e são obrigadas a voltar. E o governo força, inclusive, eles a se aposentar, porque interessa ao governo hoje aposentar eles com diminuição salarial. É um governo extremamente maléfico. Então, nós temos a categoria que vem, ela reclama, mas, muitas vezes, ela sofre calada — às vezes, à base de remédios psicotrópicos, controlados. Pessoas em risco de ataques, simplesmente sendo anuladas do ponto de vista profissional. Falta muita pesquisa. É muito caro fazer pesquisa na área da saúde e da educação. Nós temos uma Secretaria de Estado da Educação que não tem nenhum pingo de preocupação com esse pessoal. Eu, inclusive, fui convidado esses dias para fazer parte de um grupo de WhatsApp — um grupo de aposentadoria saudável. É aqui. É aqui o grupo. Se você quiser, depois eu posso printar e mandar para você. Eu, fazer parte de um grupo de aposentadoria saudável, com salário congelado há seis anos? Gratificação por resultado? Eu não tenho condição de pagar minhas contas no décimo dia do mês. E aí eles vêm com a conversa de "aposentadoria saudável"? É de amargar. Essa é a realidade.

O trabalhador se transformou em uma engrenagem despersonalizada, onde a repetitividade das ações corrói sistematicamente sua capacidade criativa e sua própria

[27] Tem um ditado "Deus ajuda quem cedo madruga" revelando uma sentença que condena o corpo cansado.

humanidade. A lógica taylorista não apenas fragmenta o trabalho, mas desconecta o ser humano de sua essência mais fundamental, a capacidade de pensar, sentir e agir de forma integrada.

Dejours (1992) aborda que compreender o trabalhador significa reconhecê-lo como um ser complexo, composto por três dimensões interdependentes, o corpo que age (instrumento mecânico de execução), o psiquismo que sente (dimensão emocional e sensível) e o intelecto que conecta (função mediadora que traduz sensações em ações).

A lógica industrial, especialmente a partir do modelo taylorista, opera uma violenta cisão nessa unidade. O intelecto é brutalmente cortado, transformando o trabalhador em um autômato desprovido de significação.

Paradoxalmente, emergem estratégias de resistência coletiva. Os trabalhadores desenvolvem mecanismos sutis de sobrevivência psíquica, como o aumento coletivo do ritmo de produção para permitir que um colega fume um cigarro ou, eventualmente, falte ao trabalho, sendo substituído pelos demais.

O adoecimento no contexto educacional reflete as contradições da estrutura capitalista e suas implicações sobre o trabalho docente. O espaço escolar não é um território neutro, mas sim um espaço de disputa entre diferentes forças políticas, econômicas e sociais. A intensificação do trabalho dos professores, a precarização das condições de ensino e a desvalorização da educação pública configuram um ambiente propício ao adoecimento físico e mental desses profissionais.

2.2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO SOBRE ADOECIMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A Geografia contribui para essa discussão ao demonstrar que o espaço educacional está inserido na lógica da reprodução capitalista. A escola é um reflexo da estrutura social e, portanto, as condições precárias de trabalho docente são uma expressão das desigualdades sistêmicas.

A fragmentação do trabalho, a sobrecarga de funções e a pressão por resultados são mecanismos que intensificam o desgaste dos profissionais da educação, levando a altos índices de estresse, ansiedade e esgotamento.

David Harvey (2014) argumenta que a financeirização do setor educacional impõe uma lógica mercantil ao ensino, transformando o conhecimento em mercadoria e submetendo a escola a padrões de produtividade típicos da economia neoliberal.

Essa lógica desumaniza as relações escolares, impactando tanto os docentes quanto os estudantes e criando um ambiente de competitividade e pressão que compromete a qualidade da educação e a saúde mental dos envolvidos. A alienação no trabalho docente também é um fator relevante.

Como analisado por Karl Marx (1844), a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho gera um sofrimento psíquico que se reflete no aumento de doenças ocupacionais.

No contexto educacional, o estranhamento se manifesta na imposição de currículos engessados, na perda de autonomia pedagógica e na desvalorização da docência como prática emancipatória.

Além disso, a intensificação do uso de tecnologias digitais no ensino, impulsionada pela pandemia COVID-19, agravou a precarização do trabalho docente. O avanço da técnica, quando orientado pelos interesses do capital, tende a aumentar a exploração e a sobrecarga de trabalho, em vez de promover melhores condições laborais.

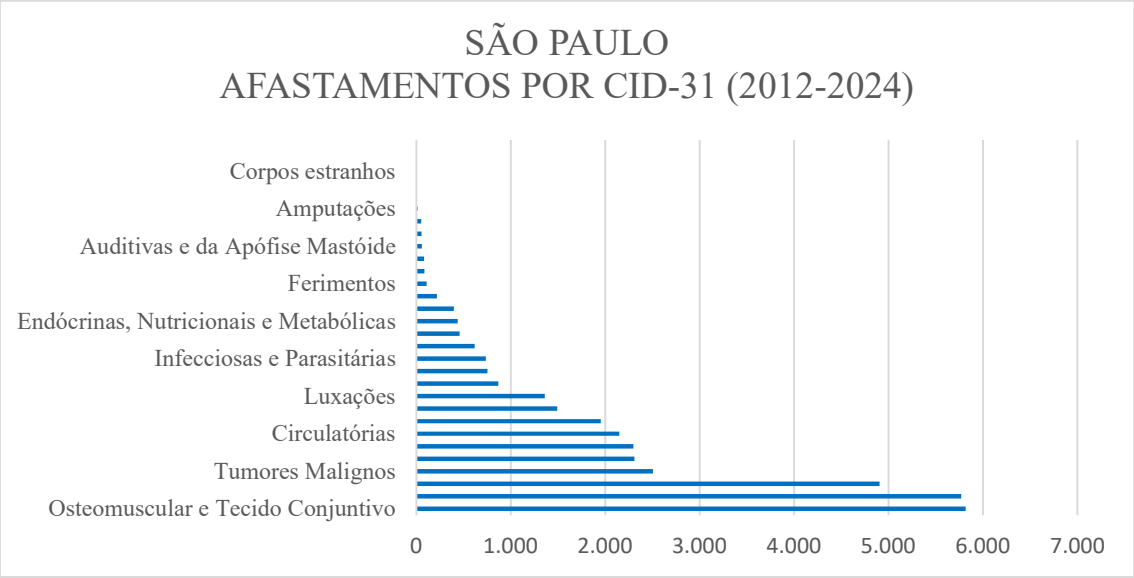
De acordo com Luiz Ruffato (2025),

> Acredito que, atualmente, nossa categoria se encontra muito doente — por alguns aspectos, né? Como eu disse anteriormente, tem se tornado uma caminhada muito solitária, porque não há onde pedir ajuda, praticamente, sabe? Temos nossos alunos cotidianamente? Temos. Mas, a partir do momento em que acontece algum problema com o professor, não há mais um apoio da nossa coordenação, não há mais um apoio da nossa direção, não há um apoio da nossa gestão. Nossos professores não são mais unidos. E aí, o que acontece? Acontece que nós somos vistos como meros robôs, acredito, sabe? Dos quais, muitas das vezes, a gente tem que escutar da coordenação: "Ah, mas isso aí você pode finalizar no final de semana." Mas, poxa vida, nós, professores, também temos o direito ao nosso tempo, temos o direito ao lazer, temos o direito a estar com as nossas famílias — e não, a todo momento, estar trabalhando. Até porque, a partir do momento em que se inseriu todo esse sistema informacional, tecnológico, começaram a ver os professores dessa forma também: como um mero número, como um mero sistema, do qual nós precisamos preencher papéis para levantar o índice, para ter uma nota boa no IDEB, para ter uma nota boa na prova política, para ter uma nota boa no SARESP, para que a nossa escola seja reconhecida. Então, a todo momento, o interesse é material. E esse interesse material acaba esquecendo que nós ainda, dentro das escolas, trabalhamos como seres humanos. E, a partir do momento em que não nos vê — que não vê quem repassa, quem transpassa todo esse conhecimento como um ser humano —, vem a solitude da caminhada dentro desse processo pedagógico e educacional.

Os professores passaram a enfrentar jornadas ainda mais extensas, sem suporte adequado e com crescente pressão por resultados, ampliando o desgaste físico e emocional.

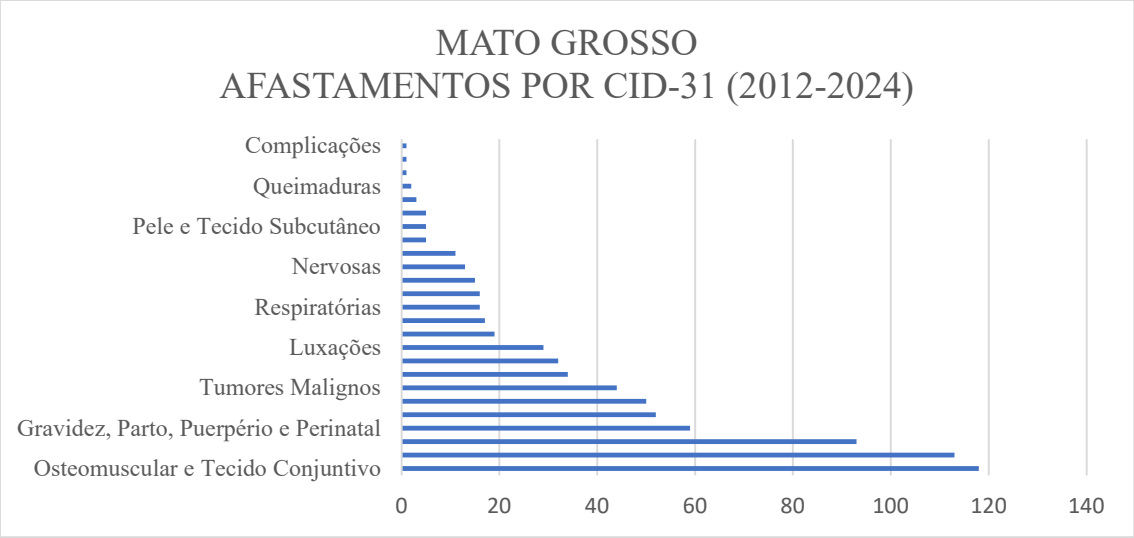
Esse cenário, embora muitas vezes naturalizado pelas instituições, revela-se de forma contundente nos dados oficiais de afastamentos previdenciários por doença. Ao observar as estatísticas da modalidade B-31 (auxílio-doença comum), especialmente nos estados de São Paulo (Gráfico 01 e Quadro 01) e Mato Grosso (Gráfico 02 e Quadro 01) entre os anos de 2012 e 2024, é possível constatar que os agravos à saúde mais recorrentes entre os docentes são justamente aqueles relacionados ao sofrimento físico e psíquico provocado pelas condições de trabalho. A seguir, apresenta-se uma análise crítica e comparativa desses dados, que evidenciam a extensão e a gravidade do adoecimento docente no Brasil.

Gráfico 01 – São Paulo Afastamentos por CID-31 (2012-2024)



Fonte: SmartLab – INSS (2025). Organização: Anna Paulla Artero Vilela (2025).

Gráfico 02 – Mato Grosso Afastamentos por CID-31 (2012-2024)



Fonte: SmartLab – INSS (2025). Organização: Anna Paulla Artero Vilela (2025).

Quadro 01 – Comparativo de Afastamentos CID-31 (2012-2024)

Categoria CID	Mato Grosso	São Paulo
Complicações	1	0
Lesões	2	0
Ferimentos	3	195
Pele e Tecido Subcutâneo	6	0
Traumatismos	11	0
Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas	13	370
Respiratórias	14	0
Oculares	18	0
Circulatórias	28	1600
Tumores Malignos	32	2400
Aparelho Digestivo	42	0
Mentais e Comportamentais	92	0
Osteomuscular e Tecido Conjuntivo	118	5800
Corpos estranhos	0	55
Amputações	0	85
Auditivas e da Apófise Mastóide	0	145
Infecciosas e Parasitárias	0	475
Luxações	0	765

Fonte: SmartLab – INSS (2025). Organização: Anna Paulla Artero Vilela (2025).

A análise dos dados referentes aos afastamentos previdenciários por motivo de doença (modalidade B-31) entre os anos de 2012 a 2024, nos estados de São Paulo e Mato Grosso, revela um panorama preocupante sobre os agravos à saúde dos profissionais da educação, particularmente no que se refere às doenças osteomusculares e aos transtornos

mentais e comportamentais. Ainda que subnotificados, esses dados refletem uma realidade concreta que corrobora os principais achados da literatura acadêmica sobre o adoecimento docente, além de fornecerem subsídios importantes para discussões sobre políticas públicas de saúde do trabalhador.

Em São Paulo, observa-se um volume expressivo de afastamentos por doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, que superam a marca de 5.800 registros no período analisado, seguidos por transtornos mentais, com números igualmente significativos, embora não detalhados no mesmo gráfico. Essa prevalência sugere uma sobrecarga física e psíquica que acomete de forma contínua os docentes da rede paulista, cujas condições de trabalho são marcadas por jornadas extensas, número excessivo de turmas e alunos, ausência de ergonomia nas salas de aula, além da precarização crescente das relações laborais. Os dados indicam que tais agravos à saúde não ocorrem de maneira isolada, mas estão interligados a uma dinâmica de trabalho marcada por estresse crônico, cobranças institucionais constantes, violência simbólica e física nas escolas, e escassez de apoio psicossocial.

No Mato Grosso, ainda que os números absolutos sejam menores, o padrão de adoecimento é semelhante. As doenças osteomusculares lideram o ranking de afastamentos por CID-B31, com mais de 115 registros, seguidas pelos transtornos mentais e comportamentais, que somam cerca de 90 ocorrências. A repetição dessa hierarquia, mesmo em um estado com características socioeconômicas distintas de São Paulo, aponta para a existência de um padrão nacionalizado de agravos à saúde do professorado. A menor quantidade de registros pode estar relacionada a fatores como a dificuldade de acesso aos serviços do INSS, a subnotificação, a cultura do silenciamento em torno do sofrimento psíquico no ambiente escolar ou o medo de estigmatização profissional. Ainda assim, os dados evidenciam a gravidade da situação e reforçam a necessidade de maior visibilidade institucional sobre o tema.

É fundamental destacar que os afastamentos por doenças osteomusculares refletem o desgaste físico acumulado ao longo da carreira docente, caracterizado por dores crônicas, inflamações articulares e problemas de coluna, todos associados à postura inadequada, ao tempo prolongado em pé ou sentado, ao transporte de materiais didáticos e à ausência de equipamentos ergonômicos. Por sua vez, os transtornos mentais e comportamentais são expressão direta da pressão emocional vivida no ambiente escolar, sendo frequentemente causados por esgotamento mental, ansiedade, depressão e síndrome de burnout — agravos que se intensificam diante da falta de suporte

institucional, da sobrecarga administrativa e da desvalorização social da profissão docente.

A leitura crítica desses dados permite inferir que o adoecimento docente não é acidental ou episódico, mas estrutural, decorrente de uma lógica de funcionamento do sistema educacional cada vez mais centrado em metas de produtividade, controle e desempenho, em detrimento da valorização humana e profissional dos educadores. Tal constatação impõe a urgência de políticas públicas efetivas voltadas à promoção da saúde do trabalhador da educação, incluindo ações preventivas, acompanhamento psicossocial, reconhecimento de nexo causal em afastamentos e reabilitação adequada para o retorno ao trabalho. Ademais, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem o recorte por gênero, idade e vínculo empregatício, uma vez que a maior parte da categoria é composta por mulheres que acumulam funções profissionais e domésticas, o que potencializa ainda mais os riscos de adoecimento.

Em síntese, os dados aqui analisados, extraídos de plataforma pública de acesso livre, revelam uma realidade alarmante que precisa ser enfrentada com seriedade pelos gestores educacionais e de saúde pública. A docência, como prática social essencial, está sendo minada por condições de trabalho que adoecem física e mentalmente seus profissionais. Reconhecer esse cenário é o primeiro passo para a construção de políticas integradas que respeitem, cuidem e valorizem aqueles que sustentam o processo educativo cotidiano em nosso país.

Diante desse cenário, é fundamental compreender o adoecimento no contexto educacional como um reflexo das contradições do capitalismo e da precarização das relações de trabalho. A escola, como espaço socialmente produzido, deve ser analisada criticamente para que se possam construir alternativas que promovam a valorização dos profissionais da educação e a criação de um ambiente pedagógico mais humanizado e sustentável.

2.3 CONSEQUÊNCIAS DO BURNOUT

Este subcapítulo foi elaborado com base nos estudos desenvolvidos durante uma pesquisa da qual fui integrante em Portugal, sob a coordenação da Professora Doutora Raquel Varela, realizada em 2018 e intitulada "As Condições de Vida e Trabalho na Educação em Portugal (INCVTE)".

No consultório, uma professora observava seus próprios dedos trêmulos, enquanto refletia sobre o significado literal da palavra que agora definia sua condição, burnout - queimar até o fim, consumir-se completamente. Como uma vela que, ao iluminar o caminho dos outros, derrete-se lentamente até não restar mais nada.

O termo, que ganhou notoriedade através do romance "A Burnout Case", retrata a Colônia de Leprosos do Congo. No entanto, foi apenas na década de 1970 que Herbert Freudenberger[28], ao observar o desgaste progressivo de voluntários em clínicas de tratamento para dependentes químicos nos Estados Unidos, começou a documentar sistematicamente este fenômeno devastador.

O processo de compreensão do burnout encontrou terreno fértil nas pesquisas anteriores de Abraham Maslow[29]. Sua célebre pirâmide das necessidades humanas já sinalizava como a realização profissional ocupava um lugar crucial no bem-estar psicológico. Quando esta realização se transforma em frustração crônica, o indivíduo começa a experimentar um esvaziamento gradual de suas reservas emocionais.

Foi através do trabalho meticuloso da psicóloga Christina Maslach [30]e sua equipe que o burnout finalmente recebeu o reconhecimento como uma enfermidade específica. Seus estudos identificaram três pilares fundamentais da síndrome: a exaustão emocional, a despersonalização nas relações profissionais e a profunda sensação de baixa realização pessoal no trabalho.

Em 2015, a França deu um passo histórico ao reconhecer oficialmente o burnout [31]como uma forma de adoecimento crônico intrinsecamente ligado ao ambiente laboral. Esta decisão legislativa refletiu uma compreensão crescente de que o mundo do trabalho, com suas demandas cada vez mais intensas e fronteiras cada vez mais difusas entre vida pessoal e profissional, estava gerando uma nova categoria de sofrimento psíquico.

O mais perturbador no burnout é talvez sua capacidade de drenar não apenas a energia física, mas principalmente os estados emocionais positivos em relação à profissão. Profissionais que antes vibravam com seus projetos e sonhos começam a experimentar um vazio existencial profundo. O trabalho, que antes era fonte de satisfação e significado, transforma-se em uma atividade mecânica, desprovida de sentido.

---

[28] Freudenberger, Herbert. Staff Burn-Out. Journal of Psychological Study of Social Issues, V.30, Jan./1974, p.159-65.
[29] Foi publicada em 1943 no paper “A Teoria da Motivação Humana”.
[30] MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. The truth about burnout: how organizations cause personal stress and what to do about it. San Francisco: Jossey-Bass, 1997.
[31] Lei Rebsamen (Lei nº 2015-994, de 17 de agosto de 2015).

À medida que avançamos, o burnout emerge como um dos principais desafios da saúde mental no ambiente profissional. Não é mais possível ignorar os sinais de alerta, pois, o corpo e a mente têm limites que, quando ultrapassados persistentemente, podem levar a um colapso silencioso, mas devastador.

A prevenção e o tratamento do burnout exigem uma mudança paradigmática na forma como encaramos o trabalho e o sucesso profissional. É necessário resgatar o equilíbrio entre dedicação e autocuidado, entre produtividade e preservação da saúde mental. Afinal, como uma vela que queima pelos dois lados, o profissional em burnout não apenas se consome mais rapidamente, mas também perde a capacidade de iluminar seu próprio caminho.

Na história da medicina e da psicologia, o fenômeno do esgotamento mental não é uma descoberta recente. Muito antes do surgimento do termo burnout, já no final do século XIX, a comunidade médica se debruçava sobre um diagnóstico que se tornaria epidêmico: a neurastenia. Esta condição, descrita meticulosamente por Beard, era considerada a "neurose da vida moderna"[32] - um reflexo direto das transformações sociais e econômicas provocadas pela Revolução Industrial.

A neurastenia apresentava um quadro sintomático surpreendentemente similar ao que hoje reconhecemos como burnout, esgotamento físico e mental, dificuldades de concentração, perturbações da memória, indiferença generalizada, espasmos musculares, cefaleias crônicas, medos mórbidos e alterações cardiovasculares, além de marcante irritabilidade e náusea. Era o retrato fiel de uma sociedade em transformação acelerada, onde os limites humanos eram constantemente testados pela nova ordem industrial.

Ferenczi, em suas observações, alertou para o risco de uma "inflação diagnóstica" do termo neurastenia. Junto com Freud, defendeu um rigor taxonômico maior, argumentando que a mera sobrecarga de trabalho não poderia ser considerada o fator patogênico central desta condição. Curiosamente, apesar de sua prevalência no início do século XX, a neurastenia gradualmente desapareceu das classificações nosográficas[33], embora suas manifestações continuassem presentes sob outras denominações (VARELA, 2018).

Esta evolução histórica, da neurastenia ao burnout, revela um padrão, embora as manifestações do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho possam mudar de nome e

[32] BEARD, George M. American Nervousness: Its Causes and Consequences, a Supplement to Nervous Exhaustion (Neurasthenia). New York: G.P. Putnam's Sons, 1881.
[33] Classificação das doenças.

descrição, sua essência permanece notavelmente consistente. O que mudou foi nossa compreensão do fenômeno e, principalmente, nossa capacidade de reconhecê-lo.

Assim como a neurastenia foi o diagnóstico emblemático da era industrial, o burnout emerge como a síndrome característica da era digital e do capitalismo tardio. Em ambos os casos, observamos como as transformações nos modos de produção e organização do trabalho podem gerar novas formas de adoecimento, ou talvez, mais precisamente, novas manifestações de um sofrimento humano fundamental diante das exigências sempre crescentes.

A psicopatologia do trabalho emergiu como um campo fundamental para compreender as intrincadas relações entre atividade profissional e saúde mental. Seus pesquisadores identificaram que os constrangimentos laborais não são meros elementos periféricos, mas ocupam um papel central na gênese de diversos transtornos psíquicos.

Na década de 1950, as transformações tecnológicas e a racionalização dos processos produtivos trouxeram uma nova configuração ao mundo do trabalho. O progresso técnico não apenas modificou as estruturas produtivas, mas também gerou um terreno fértil para o surgimento de novas doenças ocupacionais e manifestações de cansaço nervoso até então desconhecidas (VARELA, 2018).

Um fenômeno particularmente intrigante observado pelos pesquisadores era o aparecimento de sinais de fadiga industrial justamente nos setores onde o trabalho físico havia sido consideravelmente suavizado. Essa constatação desafiava as compreensões tradicionais sobre o cansaço, que o interpretavam exclusivamente como resultado de esforço muscular.

A abordagem puramente fisiológica do cansaço, predominante na época, mostrou-se insuficiente para explicar esses novos fenômenos. Seus limites teóricos favoreceram o desenvolvimento de hipóteses que consideravam uma origem fundamentalmente mental para o esgotamento.

Neste contexto, os trabalhos de Louis Le Guillant e Jean Begouin [34]tornaram-se referências fundamentais. Eles desenvolveram estudos pioneiros sobre a síndrome subjetiva de cansaço nervoso, revelando padrões complexos de adoecimento que transcendiam explicações biomecânicas tradicionais.

[34] LE GUILLANT, Louis; BÉGOIN, Jean. Algumas observações metodológicas a propósito da neurose das telefonistas. In: LIMA, Maria Elizabeth Antunes (Org.). Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Tradução de Guilherme Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2006.

Um exemplo emblemático foi o quadro clínico descrito sobre a "neurose das telefonistas e mecanógrafos". Esse estudo apresentava notáveis pontos de contato com a antiga neurastenia, sendo caracterizado por uma constelação de distúrbios funcionais que incluíam sintomas psíquicos e somáticos.

Os sintomas observados eram multifacetados: fadiga persistente, alterações de humor, dificuldades de concentração, perturbações do sono, manifestações psicossomáticas e uma sensação generalizada de esgotamento. Tais características sugeriam que o adoecimento não estava necessariamente vinculado à intensidade do esforço físico, mas às características psicológicas e organizacionais do trabalho (VARELA, 2018).

Esta perspectiva inaugurou uma compreensão mais complexa sobre a relação entre trabalho e saúde mental, reconhecendo que os constrangimentos laborais podem produzir efeitos deletérios mesmo em ambientes aparentemente menos desgastantes do ponto de vista físico.

Para Bégoin e Le Guillant, são os ritmos e a velocidade das tarefas que são a causa do cansaço das telefonistas, o que os leva a falar de “doença de produtividade”. É, portanto, a intensificação do trabalho que é incriminada e os autores rejeitam desde logo a hipótese de uma predisposição mórbida. Le Guillant é um defensor da sociogênese das doenças mentais. (VARELA, 2018, p.18)

Os estudos subsequentes em ergonomia e psicopatologia do trabalho sobre carga mental e psíquica herdaram uma rica tradição investigativa, expandindo a compreensão sobre os fenômenos de esgotamento laboral. A transição da neurastenia para a fadiga industrial representou um marco fundamental na associação entre sinais físicos e psíquicos no contexto ocupacional.

O declínio das entidades clínicas tradicionais provocou uma metamorfose significativa na compreensão dos transtornos laborais. Anteriormente, existiam síndromes psicopatológicas bem delimitadas que associavam estilos de vida específicos a conjuntos precisos de distúrbios psíquicos. Gradualmente, essas categorias nosográficas [35]foram sendo substituídas por manifestações sintomáticas mais difusas e genéricas (VARELA, 2018).

[35] As categorias nosográficas correspondem a sistemas de ordenação utilizados para agrupar doenças e transtornos com base em determinados critérios, como manifestações clínicas, origens, desenvolvimento e impacto no organismo ou na conduta dos indivíduos. A palavra "nosográfico" deriva de "nosografia", área do conhecimento médico e psicopatológico dedicada à descrição e à classificação sistemática das enfermidades.

A sensação de cansaço emergiu como elemento central nesse novo panorama, transcendendo as fronteiras das classificações médicas tradicionais. Os sintomas passaram a ser caracterizados por uma natureza mais fluida, menos categórica e mais relacionada às dinâmicas atuais do trabalho.

A síndrome de burnout surgiu precisamente para preencher essa lacuna conceitual, transformando a exaustão em uma manifestação sintomática diretamente vinculada às exigências socioprofissionais.

Herbert J. Freudenberger (1974), em sua descrição inaugural, definiu o burnout como um estado complexo caracterizado por fadiga crônica, depressão e frustração. A sua contribuição teórica foi fundamental para compreender o burnout como resultado de estilos de vida ou relacionamentos profissionais que não produzem as recompensas esperadas, levando a um progressivo e sistemático declínio do envolvimento laboral.

Os elementos centrais dessa nova configuração de adoecimento incluem esgotamento emocional, despersonalização, redução da realização pessoal, perda gradual de energia e motivação.

Essa abordagem representou uma ruptura epistemológica com os modelos anteriores, reconhecendo a complexidade subjetiva das experiências laborais e suas implicações para a saúde mental dos trabalhadores.

Nesse contexto, a ampliação do conceito de burnout resultou em um fenômeno de inflação diagnóstica, etiológica e nosográfica, um processo semelhante ao que Ferenczi criticou em relação à neurastenia. As explicações sobre burnout oscilam entre sua definição como uma patologia relacional e como uma patologia de sobrecarga, criando uma categorização imprecisa que compromete a clareza dos diagnósticos clínicos. A proliferação indiscriminada do termo gera problemas práticos: desprovido de critérios rigorosos e específicos, o burnout se torna uma noção vaga, pouco útil para a interpretação clínica e condução terapêutica (VARELA, 2018).

A abrangência temática do burnout é sintomática dessa diluição conceitual. O espectro de sua aplicação vai desde o esgotamento dos profissionais da educação, e a sobrecarga no ambiente corporativo até a exaustão materna e a fadiga acadêmica de estudantes universitários. Ao tentar abarcar realidades tão heterogêneas, o conceito perde sua coerência interna e sua eficácia analítica.

Em vez de contribuir para um entendimento mais preciso da clínica, a expansão excessiva do burnout acaba por enfraquecer sua utilidade prática. Ao englobar sob um único rótulo manifestações diversas de sofrimento, o burnout perde seu poder de distinção

e pode, paradoxalmente, comprometer a identificação e o tratamento adequado dos casos clínicos. Além disso, sua banalização abre caminho para a medicalização do cansaço cotidiano, transformando em patologia em estados que poderiam ser compreendidos dentro da normalidade da experiência humana. Assim, em vez de oferecer soluções concretas para o sofrimento, a hipertrofia do burnout pode contribuir para um olhar reducionista e patologizante da vida laboral e social (VARELA, 2018).

No contexto educacional, a relação professor-estudante configura um ambiente de interação ativa e de enfrentamento de situações-limite, nas quais emoções intensas, como raiva, medo, vergonha e frustração, emergem frequentemente. A ausência de mecanismos eficazes para lidar com tais desafios culmina em um ciclo de exaustão crônica.

Essa problemática pode ser analisada dentro do contexto do espaço de trabalho e suas condições estruturais. Segundo Mendes e Temporão (2005, p. 87), "os ambientes de trabalho são determinantes da saúde dos trabalhadores e influenciam diretamente sua qualidade de vida e bem-estar".

O ambiente escolar, por exemplo, reflete um cenário onde os determinantes sociais da saúde exercem influência direta na qualidade de vida dos docentes. O desgaste psicossocial não ocorre isoladamente, mas sim como produto de interações entre fatores institucionais, organizacionais e subjetivos, ressaltando a importância de compreender o espaço como elemento estruturante da experiência profissional.

Wanderley Codo, ao abordar o burnout na educação, destaca que a profissão docente envolve um tipo específico de desgaste vinculado à intensa exigência emocional e relacional. Segundo Codo (1999, p. 45), "o professor não se esgota por excesso de trabalho, mas por excesso de trabalho mal sucedido, por lidar com a frustração contínua de não atingir seus objetivos pedagógicos". O professor não apenas dialoga, expõe e constrói conhecimento, mas também desempenha papéis de mediação de conflitos e gestão emocional, sem receber, muitas vezes, o suporte necessário para lidar com tais demandas. O sentimento de impotência frente às dificuldades institucionais, aliado à falta de reconhecimento, agrava o estado de esgotamento e despersonalização.

Conforme Antônio Callado (2025),

> Vou te falar. Claro que é tratado. Temos muita preocupação com isso. Vou até te mostrar aqui. Está vendo? Esse livro — *Educação, Carinho e Trabalho* — é resultado de uma pesquisa feita em 1999 pela CNTE e o Laboratório de Psicologia do Trabalho da UNB. É uma pesquisa científica. Seguiu todos os itens, os critérios para ser uma pesquisa científica. E é a primeira vez em que se discute a famosa síndrome de

> Burnout, que hoje bastante gente está discutindo. Mas o primeiro estudo sério sobre isso foi feito pela CNTE. A síndrome da desistência, a síndrome do abandono, aquela síndrome que é causada pelo pessoal que sente que não está valendo a pena, que eles se esforçam, se esforçam, se esforçam — e a coisa não funciona, está certo? Isto tem servido para a gente fazer esse debate também. Agora, claro, tensionamento por conta dos processos de atribuição de aula, a falta de democracia nos debates na escola, a perseguição a professores e a funcionários, está certo?O desgaste que existe para o trabalhador que sai de uma escola no Norte e vai para outra escola no Sul, correndo. Isso tudo causa problemas. As condições de trabalho levam muita gente a uma irritabilidade muito grande, porque o professor pede, pede, pede, pede — e as coisas não acontecem na escola. Continua faltando, continua faltando material básico para a escola, está certo? É o de Educação Física que não tem o que precisa, é o de Ciências que não tem o que ele queria. Enfim, a escola está mal-conservada, o vidro está quebrado — tudo isso cria um clima de tensão na escola que desvaloriza a escola. E isso desvaloriza o profissional que, em se sentindo desvalorizado, começa a sofrer as consequências disso. Então, tem muito problema de professor que entra em licença porque está com depressão, está estressado, sabe? E que termina se refletindo — tudo isso, claro — no comportamento da pessoa, no serviço.

Dessa forma, o burnout transcende a esfera individual e se insere em uma dinâmica mais ampla de precarização do trabalho e adoecimento mental, evidenciando a necessidade de políticas institucionais que promovam melhores condições laborais e suporte psicossocial para profissionais em áreas de elevada carga emocional.

As implicações mais amplas desse fenômeno são alarmantes e podem comprometer seriamente a estrutura do universo laboral e da educação pública, pilares fundamentais do Estado social. O desgaste resultante desse cenário contribui para a deterioração da qualidade dos serviços prestados à população, gerando um aumento na rotatividade dos profissionais, elevadas taxas de absenteísmo e uma fragilização do comprometimento ético e moral no ambiente de trabalho.

Além disso, os impactos ultrapassam a esfera profissional, refletindo-se em conflitos familiares, dificuldades nas relações interpessoais e uma corrosão generalizada da coesão social.

A fragmentação não se limita ao ambiente laboral. Ela transborda, contaminando a existência integral do trabalhador. O limite entre casa, trabalho e vida pessoal se dissolve, criando um estado permanente estranhamento.

O capitalismo não apenas explora o trabalho, mas sequestra a própria possibilidade de existência subjetiva. O trabalhador se transforma em um recurso

descartável, uma unidade de produção destituída de qualquer valor além de sua capacidade produtiva.

A neurose, historicamente marcada por preconceitos e incompreensões, carrega consigo um peso social devastador. Estudos da Organização Mundial da Saúde[36] revelam sobre indivíduos que sofrem de doenças mentais têm sua expectativa de vida reduzida entre 10 a 20 anos, evidenciando não apenas o impacto psicológico, mas também o dramático efeito físico dos transtornos mentais. Além disso, destaca a depressão como uma das principais causas de incapacidade no trabalho. Esse fenômeno não é acidental, mas sintomático das transformações estruturais no mundo laboral.

Nesse cenário, a pandemia contrariou expectativas iniciais de um momento de reflexão e tranquilidade psíquica, ao invés disso a pandemia COVID-19 revelou-se um terreno fértil para o crescimento exponencial de problemas de saúde mental. O que se configurou inicialmente como uma pausa momentânea transformou-se em uma verdadeira epidemia de Burnout.

Byung-Chul Han (2015), em sua análise, denominou esse cenário atual de "sociedade do cansaço". Caracteriza-se pela normalização do excesso de trabalho e, principalmente, pela incapacidade coletiva de desconectar-se. O limite entre trabalho e vida pessoal tornou-se cada vez mais tênue, quase inexistente.

Carreiras específicas, como a docência, tornaram-se emblemáticas diante desse processo de adoecimento. Professores, submetidos a condições cada vez mais precárias, enfrentam jornadas extenuantes, baixa remuneração e crescente desvalorização profissional.

As transformações do trabalho caminham inexoravelmente para o fim da estabilidade, vínculos empregatícios frágeis, informalidade crescente e perda de planejamento de médio a longo prazo. Conforme Aquino (2008), vivenciamos um processo de precarização travestido de flexibilização. Os direitos são gradativamente erodidos, e as garantias sociais são substituídas por um discurso de adaptabilidade e empreendedorismo individual.

[36] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 17 jun. 2022. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao. Acesso em: 17 mar. 2025.

A precarização e a intensificação das condições de trabalho tornaram-se elementos centrais de um modelo produtivo que exige cada vez mais dos indivíduos, sem oferecer as contrapartidas necessárias para garantir qualidade de vida e bem-estar.

A exigência de cumprimento de metas inatingíveis e a cobrança excessiva criam um ambiente de constante pressão psicológica, no qual o trabalhador se vê forçado a ultrapassar seus próprios limites para atender às expectativas irreais impostas pelos empregadores. Essa sobrecarga se manifesta não apenas no aumento do volume de trabalho, mas também na necessidade de disponibilidade constante, resultando na corrosão dos momentos de descanso e na diluição de limites entre a vida profissional e pessoal.

Além disso, a exigência contínua de qualificação e superação pessoal, muitas vezes sem qualquer suporte por parte das empresas e instituições, coloca sobre os ombros dos trabalhadores a responsabilidade pelo próprio sucesso ou fracasso, ignorando os fatores estruturais que dificultam a ascensão e a estabilidade no mercado. A competição exacerbada entre colegas, estimulada por políticas de avaliação individual, enfraquece o sentimento de coletividade e colaboração dentro do ambiente de trabalho, fazendo com que a solidariedade ceda espaço à rivalidade e ao medo do desemprego.

Nesse cenário, a fragilização do coletivo de trabalho é um dos efeitos mais preocupantes. Quando a cooperação é substituída pela competição extrema, perde-se a força da organização coletiva e a capacidade de reivindicação por melhores condições. Sem uma base solidária, os trabalhadores se tornam mais vulneráveis a abusos e explorações, pois deixam de contar com redes de apoio que poderiam contribuir para a resistência e transformação das condições adversas.

Conforme Rachel de Queiroz (2024),

> O trabalhador da educação hoje é um trabalhador que não está tendo uma qualidade de vida para garantir uma saúde de fato, que lhe dê condições, inclusive, de estar num processo de longevidade. Hoje nós temos trabalhadores da educação doentes, em função de toda uma situação estrutural que vive a educação. E a própria sociedade, os chamados mudanças de paradigmas que cada um de nós somos submetidos com as transformações da sociedade, do mundo e do planeta onde a gente vive.

Diante desse quadro desafiador, é fundamental pensar em estratégias de saída que promovam um ambiente de trabalho mais justo e humano. A prevenção da deterioração das condições laborais deve partir tanto de ações organizacionais quanto de iniciativas sociais que fortaleçam os direitos e a dignidade dos trabalhadores. Os

empregadores têm um papel essencial na construção de um ambiente saudável, sendo necessário que adotem práticas que respeitem os limites humanos, como o estabelecimento de metas realistas, a promoção de espaços de escuta e diálogo e o incentivo ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

Além disso, a valorização do descanso e das férias é imprescindível para garantir a recuperação física e mental dos trabalhadores. O direito ao tempo livre precisa ser assegurado como uma condição fundamental para a manutenção da saúde e da produtividade sustentável. Para que isso ocorra, é necessário um esforço conjunto entre empregadores, sindicatos e instituições governamentais na fiscalização e implementação de políticas que assegurem tais direitos.

Por fim, repensar o lugar do trabalho na vida das pessoas é um desafio urgente. Em uma sociedade que valoriza excessivamente a produtividade e o desempenho, é essencial resgatar a centralidade do ser humano e do bem-estar na organização do trabalho. Isso passa por criar modelos alternativos de produção e emprego que priorizem a qualidade de vida, promovam relações de trabalho mais saudáveis e que fortaleçam a solidariedade entre os trabalhadores. Somente assim será possível construir um futuro em que o trabalho seja uma fonte de realização e não de sofrimento.

CAPÍTULO 3. POLÍTICAS NEOLIBERAIS EM AÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As políticas neoliberais têm impactado de maneira significativa a educação brasileira nas últimas décadas. Nos estados de Mato Grosso e São Paulo, essas políticas se manifestam por meio de reformas que buscaram adaptar e alinhar o sistema educacional às diretrizes dos chamados países centrais, ou seja, através do BM, UNESCO, OCDE, UNICEF, BID, OEI, CAF e OIT, cujas concepções se enquadram nas diretrizes dos países ocidentais hegemônicos, logo, neoliberais.

A privatização da educação, conforme analisada por Ball e Youdell (2008), ocorre de maneira tanto exógena quanto endógena, inserindo-se nas políticas públicas e nas reformas educacionais. O investimento público, por sua natureza, não tem o lucro como objetivo, tornando-se, assim, um alvo cobiçado pela iniciativa privada. O capital, sempre em busca de novas oportunidades de negócio, encontra espaço para sua atuação em áreas que tradicionalmente estavam fora do foco da atenção pública.

Entre as principais medidas adotadas, destacam-se as Parcerias Público-Privadas (PPPs), que buscaram atrair investimentos privados para a construção e gestão de escolas, transferindo parte da responsabilidade estatal para o setor privado. Essa estratégia visa ampliar a infraestrutura educacional e melhorar a qualidade do ensino, mas também suscitou debates sobre a mercantilização da educação [37]e a possível perda de autonomia das instituições públicas.

No Brasil, essa lógica pode ser observada na crescente participação do setor privado na administração de escolas públicas por meio de parcerias público-privadas (PPPs), na terceirização da gestão educacional e na adoção de materiais e metodologias desenvolvidos por empresas privadas (Druck, 2018). Exemplos disso incluem a implementação de sistemas de ensino apostilados, frequentemente fornecidos por grandes grupos educacionais, e a presença de organizações não governamentais (ONGs) e grupos religiosos na formação docente e na oferta de consultorias educacionais.

[37] Sobre a mercantilização da educação tem sido amplamente debatida, “a educação, sob o neoliberalismo, passa a ser vista como mercadoria e, assim, se submete às regras da lógica financeira, como a maximização do lucro e a competitividade.” (Costa, 2016, p. 4); “A educação deve ser concebida como direito público subjetivo e não como serviço a ser adquirido no mercado.” (Saviani, 2007, p. 25).

O discurso que justifica essa inserção do setor privado na educação baseia-se na suposta redução de custos e na maior agilidade na prestação dos serviços. Dessa forma, assiste-se à legitimação de marcas privadas dentro do espaço educacional, consolidando a influência do mercado sobre um setor que, historicamente, deveria priorizar o interesse público.

A privatização do sistema educacional é frequentemente justificada pelo discurso de ineficiência, retratando a educação pública como um modelo falido. Nesse contexto, a desvalorização da carreira docente, marcada por sua crescente precarização e pela criminalização da categoria, cria um ambiente propício para a expansão do setor privado.

As reformas no Brasil têm progredido lentamente desde a década de 1990, ganhando, contudo, uma implementação mais agressiva, após agosto de 2016, seguido do impeachment da presidenta Dilma Rousseff (Boito Junior, 2018). Este fato é visto por nós como um golpe parlamentar, que teve o objetivo de iniciar uma nova fase de intensificação das políticas neoliberais no país.

No âmbito das políticas educacionais, em dezembro de 2017, ocorreu um marco significativo com a homologação da BNCC [38]para o Ensino Fundamental, de 1º ao 9º ano. Esta base define os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver nas escolas.

No ano seguinte, a etapa do Ensino Médio foi também oficializada, completando o quadro da BNCC, onde foi introduzido novos conceitos e valores, como o foco no desenvolvimento de competências, que engloba conhecimentos e habilidades voltados para a resolução de problemas.

Além disso, a organização por Áreas de Conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Sociais Aplicadas, busca promover um diálogo interdisciplinar. Estas mudanças refletem uma tentativa de adaptar o currículo às necessidades atuais, embora, como apontado por teóricos críticos, também possam ser vistas como parte de uma agenda maior de reformas que servem a interesses capitalistas específicos.

[38] Sobre o neoliberalismo e a BNCC :https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2956 ; https://app.uff.br/riuff/handle/1/29957;https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/12126

A reformulação do Ensino Médio introduz a intenção de proporcionar uma Formação Integral ao estudante. Essa abordagem considera várias dimensões: intelectual, emocional, física, ética, social e cultural. O objetivo é preparar o educando para a vida em sociedade, conforme destacado por diversos teóricos da educação que discutem a formação holística como essencial para o desenvolvimento pleno (Brasil, 2017).

Além disso, a proposta inclui a Educação Progressiva e Equitativa, garantindo uma progressão contínua das aprendizagens. Isso busca assegurar que estudantes de diferentes origens tenham acesso às mesmas aprendizagens essenciais. Também enfatiza a Interdisciplinaridade e Contextualização, promovendo a interação entre as disciplinas e a relevância dos conteúdos aplicados (Brasil, 2017).

Sobre as Concepções do Novo Ensino Médio, destaca-se a Flexibilização do Currículo. Esta permite que os estudantes escolham partes do seu percurso formativo segundo suas áreas de interesse e objetivos pessoais e profissionais. Os Itinerários Formativos complementam essa flexibilidade, oferecendo um conjunto de disciplinas, projetos e oficinas com foco em empreendedorismo e transdisciplinaridade, conhecidos como disciplinas eletivas ou trilhas de aprofundamento (Brasil, 2017).

Todas essas mudanças visam oferecer uma formação de caráter mais técnico e profissionalizante, adequado às demandas do mercado de trabalho em um mundo em constante transformação. Este alinhamento entre educação e mercado é uma forma de atender às necessidades do capitalismo, integrando o sistema educacional às exigências da economia globalizada (Brasil, 2017).

A perspectiva atual de reformas educacionais parece ideal para uma sociedade onde o mercado é o principal veículo de reprodução social. No entanto, existem críticas significativas sobre como essas mudanças estão sendo implementadas no Brasil. Reconhecemos a necessidade de adaptar o sistema educacional às novas demandas de um mundo em transformação, mas questionamos a abordagem adotada, considerando as particularidades culturais e históricas do país.

Esse cenário abre caminho para a mercantilização da educação, como pode ser observado nas experiências implementadas nos estados de Mato Grosso e São Paulo, onde parcerias público-privadas e modelos de gestão terceirizada vêm ganhando espaço.

Dessa maneira, segue nos próximos subcapítulos discussões acerca desse tema e a influência nas diretrizes da educação pública dos estados de Mato Grosso e São Paulo. Assim, a aliança entre o público e o privado se sustenta no mito neoliberal que caracteriza

o Estado como ineficiente e incapaz de gerir adequadamente serviços essenciais, como a educação.

3.1 REFORMAS E POLÍTICAS EM MATO GROSSO

A adoção de políticas neoliberais na educação em Mato Grosso tem se materializado, entre outras formas, na delegação da gestão de escolas públicas a Organizações Sociais - OS. Essa estratégia, justificada pelo governo como um meio de aumentar a eficiência e reduzir custos operacionais, tem sido alvo de críticas, especialmente no que se refere à precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação e à diminuição do controle social sobre as políticas educacionais.

No ano de 2016, o então governador de Mato Grosso, Pedro Taques, filiado ao PSDB, tornou público um edital referente ao Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)[39], para atrair empresas privadas interessadas na construção, reforma, ampliação, gestão, manutenção e administração de serviços não pedagógicos em 76 escolas estaduais e 15 Centros de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (Cefapros - que foram extintos). [40]

Como resultado, uma empresa de Minas Gerais foi contratada para desenvolver um projeto detalhando o modelo da parceria público-privada, cujo discurso oficial era expandir a infraestrutura educacional e melhorar a qualidade do ensino por meio do aporte de investimentos privados.

Entretanto, essa iniciativa gerou forte oposição. O Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso – Sintep – MT classificou a proposta como um processo de privatização. O presidente do Sintep-MT, questionou a necessidade de transferir a gestão escolar para empresas privadas em um estado economicamente robusto, sugerindo que a falta de investimento direto na educação pública resulta da

[39] MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse nº 001/2016 – Projeto Gestão Escolar. Cuiabá: SEDUC/MT, 2016. Disponível:https://portal.unemat.br/media/files/Editora/ebook%20PROFISSIONALIZA%C3%87%C3%83O%20E%20VALORIZA%C3%87%C3%83O%20DOS%20PROFISSIONAIS%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

[40] Os Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica em Mato Grosso (Cefapros) foram instituídos com o propósito de garantir a formação continuada dos profissionais da educação no estado. Durante seu período de funcionamento, desempenharam a missão de promover ações formativas voltadas ao aperfeiçoamento, qualificação e atualização permanente de docentes e servidores técnico-administrativos das escolas da rede estadual, além de estabelecer parcerias com as redes municipais de ensino.

concentração da riqueza em mãos de uma minoria, ao invés de um real problema de arrecadação.

A terceirização da administração escolar para Organização Social – OS, representa uma tendência dentro da lógica de gestão privatista da educação pública. Embora o discurso governamental aponte para a busca por eficiência administrativa, a realidade demonstra que essa transferência de responsabilidades pode acarretar impactos negativos, como a precarização das condições de trabalho dos docentes e demais profissionais da educação.

Além disso, a redução do controle social sobre as políticas educacionais ameaça os princípios da gestão democrática, comprometendo a participação da comunidade escolar nas decisões e na fiscalização dos recursos destinados ao ensino público. A implementação dessas parcerias segue uma lógica de financeirização da educação, onde o ensino público se torna um nicho de mercado altamente rentável para empresas privadas.

Conforme previsto no edital publicado pelo governo do estado em 2016, a empresa vencedora do processo licitatório teria amplos poderes sobre a estruturação administrativa de cada unidade escolar, assumindo, inclusive, despesas com energia elétrica, água, internet e o fornecimento de insumos básicos. Em contrapartida, o Estado comprometia-se a remunerar a empresa pelos serviços prestados ao longo de um período de 25 anos.

Isso demonstra que, na prática, a PPPs transforma a escola pública em um ativo do setor privado, onde o retorno financeiro é garantido pelo orçamento público, independentemente da qualidade do serviço oferecido. Outro ponto preocupante é o caráter experimental desse modelo.

David Harvey (2005), analisou a lógica neoliberal como um projeto político que reorganiza o Estado em função dos interesses do mercado. No contexto educacional, essa reconfiguração se traduz na privatização e na gestão empresarial da escola pública, resultando na crescente submissão do ensino às leis do mercado.

No estado de Mato Grosso, recentemente, tal lógica também é expressa na contratação de uma empresa para prestar o serviço de atendimento multidisciplinar em

estudantes, indicados pelas unidades escolares, que estão sujeitos a receber laudo para atendimento especial individualizado nas escolas. [41]

Embora o encaminhamento de estudantes à capital, Cuiabá, para avaliação diagnóstica não ocorra de forma generalizada, há situações em que crianças e adolescentes com indícios de transtornos do neurodesenvolvimento são direcionados a clínicas contratadas pelo Estado, com ênfase nos casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com a Lei Estadual nº 11.909/2022[42], que institui a Política Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com TEA, e com a Lei nº 11.689/2022[43], que estabelece a Política Estadual de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, tem-se buscado estruturar e aprimorar os fluxos de atendimento voltados ao diagnóstico e à inclusão de estudantes com autismo.

Contudo, observa-se que essa atenção não tem se estendido com igual intensidade a outras condições, como deficiência intelectual e Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), que ainda enfrentam lacunas significativas em termos de políticas públicas e suporte institucional. Tal disparidade evidencia uma priorização assimétrica, na qual o autismo, frequentemente relacionado a altas habilidades, recebe mais investimento e visibilidade, em detrimento de outros transtornos igualmente relevantes para o processo de inclusão escolar.

Além disso, ocorreu a implementação de sistemas de avaliação em larga escala[44], com adoção de avaliações padronizadas para medir o desempenho escolar e estabelecer

---

[41] MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Escolas estaduais receberam R$ 34 milhões para atendimento especializado a estudantes com deficiência. Cuiabá: SEDUC/MT, 2023. Disponível em: https://www3.seduc.mt.gov.br/-/escolas-estaduais-receberam-r-34-milh%C3%B5es-para-atendimento-especializado-a-estudantes-com-defici%C3%AAncia-1 Acesso em: 13 abr. 2025.

[42] MATO GROSSO. Lei nº 11.909, de 31 de outubro de 2022. Institui a Política Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e Apoio à Família e aos Cuidadores da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista no âmbito do Estado de Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 1 nov. 2022. Disponível em: https://www.al.mt.gov.br/normajuridica/urn%3Alex%3Abr%3Bmato.grosso%3Aestadual%3Alei.ordinaria%3A2022-10-31%3B11909. Acesso em: 13 abr. 2025.

[43] MATO GROSSO. Lei nº 11.689, de 15 de março de 2022. Institui a Política Estadual de Educação Especial, Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 15 mar. 2022. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-11689-2022-mato-grosso-institui-a-politica-estadual-de-educacao-especial-equitativa-inclusiva-e-com-aprendizado-ao-longo-da-vida-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso-e-da-outras-providencias. Acesso em: 13 abr. 2025.

[44] A Lei Complementar nº 49, promulgada em 1º de outubro de 1998, criou o Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso, definindo as bases normativas para a estruturação e funcionamento da educação no âmbito estadual.

rankings. Embora essas avaliações tenham sido justificadas como ferramentas para monitorar e aprimorar a qualidade do ensino, por outro lado elas podem promover a padronização excessiva e negligenciar as especificidades locais.

Em Mato Grosso, a adoção de sistemas de avaliação em larga escala, como o Avalia MT[45], reflete a influência de políticas educacionais que buscam monitorar e aprimorar a qualidade do ensino por meio da padronização de indicadores de desempenho. Essas avaliações têm sido apresentadas como instrumentos de diagnóstico capazes de identificar desigualdades educacionais e orientar políticas públicas, promovendo uma suposta melhoria na aprendizagem dos estudantes.

Entretanto, essa lógica se insere em um processo mais amplo de mercantilização da educação, no qual o conhecimento passa a ser tratado como um bem quantificável e mensurável, desconsiderando as dinâmicas sociais e espaciais que compõem a realidade escolar. David Harvey (2005) argumenta que o neoliberalismo redefine a atuação do Estado, priorizando modelos de governança baseados na eficiência econômica e na competitividade. No campo educacional, isso se traduz na ênfase em avaliações padronizadas que hierarquizam escolas e redes de ensino, criando um ambiente de concorrência que muitas vezes ignora as desigualdades estruturais entre os territórios.

Em Mato Grosso, a aplicação do Avalia MT, sem considerar as especificidades locais, pode aprofundar disparidades entre regiões urbanas e rurais, além de desvalorizar saberes tradicionais de comunidades indígenas e quilombolas, cujas práticas pedagógicas não se encaixam facilmente nos moldes das avaliações massificadas.

Pierre Bourdieu (1989) destaca que a escola desempenha um papel na reprodução das desigualdades sociais ao impor uma cultura dominante como parâmetro de excelência. A lógica das avaliações em larga escala reforça essa estrutura, pois estabelece um currículo uniforme que não dialoga com as realidades socioculturais dos estudantes, tornando-se um instrumento de legitimação das desigualdades preexistentes.

No contexto mato-grossense, a pressão por bons resultados nas avaliações desvia a atenção de práticas pedagógicas mais criativas e contextualizadas, limitando a autonomia docente e reduzindo o aprendizado a um treinamento para testes. Milton Santos (1996) também contribui para essa reflexão ao analisar como a

[45] MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Avalia MT – Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso. Cuiabá: SEDUC/MT, [s.d.]. Disponível em: https://avaliacaoemonitoramentomatogrosso.caeddigital.net/. Acesso em: 13 abr. 2025.

globalização impõe modelos uniformizantes que desconsideram as particularidades locais.

No caso da educação, a adoção de avaliações padronizadas em um estado geograficamente diverso como Mato Grosso pode gerar um apagamento das especificidades territoriais, ao exigir que escolas situadas em áreas urbanas, rurais e indígenas sigam os mesmos critérios de aferição de qualidade, ignorando as desigualdades de infraestrutura e acesso a recursos educacionais.

Outro ponto crítico da aplicação dessas avaliações diz respeito à precarização do trabalho docente. No sistema educacional mato-grossense a ênfase em resultados quantitativos tem levado a um aumento da pressão sobre professores, que passam a focar exclusivamente nos conteúdos cobrados nos exames, em detrimento de uma formação mais ampla e crítica. Isso pode resultar na desvalorização do profissional da educação, que perde autonomia na definição das estratégias pedagógicas mais adequadas para sua realidade escolar.

Conforme Gianfrancesco Guarnieri (2024),

> Por exemplo, da tragédia do Ensino Médio, onde você abre a própria lei de diretriz e base da educação nacional para a contratação de notório saber, as pessoas que não são nem da área da educação, para lecionar na educação. Então, disso resulta todo um projeto de concepção privatizante, neoliberal, individualizante, descompromissada com a formação humana e profissional do cidadão, que mostra que o risco maior que nós temos hoje é de que essa condição docente, ela volta a ganhar centralidade não do ponto de vista de favorecer a melhoria da educação, da formação humana e cidadã, mas para seccionar ela e tornar ela refém de um projeto limitador, excludente, elitista de educação.

Embora avaliações como o Avalia MT sejam apresentadas como mecanismos de monitoramento da qualidade educacional, sua implementação deve ser analisada criticamente, levando em consideração os impactos sobre a valorização das diversidades culturais, a autonomia docente e a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Pierre Bourdieu (1989), afirma que a educação, sob a influência de políticas neoliberais, tende a reproduzir as desigualdades sociais existentes, ao invés de atuar como um instrumento de transformação social.

No contexto de Mato Grosso, as reformas implementadas podem ser vistas como parte de um processo mais amplo de ajuste estrutural, onde a lógica do mercado se sobrepõe às necessidades sociais e educativas da população.

Laval (2019), ao criticar a burocratização e a tecnocracia no sistema educacional, alerta para os riscos de se adotar modelos de gestão empresarial na educação pública. Esses modelos podem desconsiderar as particularidades do processo educativo e reduzir a educação a uma mercadoria, comprometendo seu papel formador e cidadão. Além disso, analisa como o neoliberalismo transforma todas as esferas da vida social, incluindo a educação, subordinando-as à lógica do mercado e enfraquecendo os valores democráticos e comunitários.

Essa perspectiva é relevante para compreender as implicações das reformas educacionais em Mato Grosso, que podem estar contribuindo para a mercantilização do ensino e a erosão da educação. As reformas neoliberais na educação de Mato Grosso refletem uma tendência nacional e global de subordinação das políticas públicas à lógica do mercado.

3.2 REFORMAS E POLÍTICAS EM SÃO PAULO

As políticas neoliberais na educação impactaram de maneira significativa o estado de São Paulo, refletindo um modelo de gestão que privilegia a redução do papel do estado e a ampliação da participação do setor privado na administração das instituições escolares. O governo paulista implementou uma série de reformas alinhadas a essa lógica, buscando maior eficiência administrativa e controle de gastos. No entanto, essas mudanças também geraram críticas relacionadas à precarização do trabalho docente, à mercantilização do ensino público e à redução da autonomia das escolas.

Um dos exemplos mais emblemáticos dessa tendência foi a adoção de Parcerias Público-Privadas (PPPs), voltadas para a construção, manutenção e administração de escolas. A justificativa oficial para essa iniciativa era ampliar a infraestrutura educacional, garantindo melhores condições de ensino sem comprometer o orçamento estadual. [46]Colocando em risco a autonomia das escolas e o controle social sobre as políticas educacionais.

O governo paulista concedeu a empresas privadas não apenas a responsabilidade pela manutenção dos prédios escolares, mas também a gestão de serviços essenciais como limpeza, segurança e alimentação. Essa estratégia, longe de ser uma solução definitiva

[46] Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 – visa investir na expansão e melhoria da infraestrutura educacional, sem comprometer a responsabilidade fiscal.

para os problemas estruturais da educação, levantou questionamentos sobre a qualidade dos serviços prestados e os custos a longo prazo para o estado.

Outra medida amplamente criticada foi a tentativa de terceirização da gestão escolar por meio da administração de unidades pela OS. O governo do estado argumentou que essa mudança aumentaria a eficiência administrativa, permitindo um gerenciamento mais ágil das unidades escolares.

No entanto, essa estratégia encontrou resistência, por conta do risco de precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação e para a perda do caráter público da gestão escolar. [47]Além disso, levantou-se a preocupação de que essa terceirização poderia resultar na adoção de práticas empresariais que priorizam a lógica do mercado em detrimento do compromisso com a formação educacional de qualidade.

Um dos principais temores advindos da terceirização irrestrita é a extinção gradual dos concursos públicos para professores, substituindo os docentes efetivos por trabalhadores contratados sob regimes precários. Essa transição já ocorreu em funções como limpeza e alimentação escolar, e a possibilidade de ampliação para o corpo docente gera apreensão quanto à desvalorização da carreira.

Além disso, há preocupações relacionadas à remuneração e às condições de trabalho. Estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) indicam que trabalhadores terceirizados recebem salários inferiores, cumprem jornadas mais longas e estão mais expostos a instabilidades contratuais.

Conforme apontado pela Nota Técnica nº 172 do DIEESE (2017), trabalhadores terceirizados recebem salários consideravelmente menores em comparação aos contratados diretamente. Em dezembro de 2014, por exemplo, esses profissionais recebiam em média R$ 2.021, enquanto funcionários diretos tinham uma remuneração média de R$ 2.639, representando uma diferença salarial média de 23,4%. Além da disparidade salarial, o estudo revela que uma parcela maior de trabalhadores terceirizados (85,9%) cumpre jornadas semanais entre 41 e 44 horas, contra apenas 61,6% entre os contratados diretamente. A rotatividade também é mais alta nesse segmento, chegando a

[47] Em outubro de 2024, a APEOESP conquistou uma liminar judicial que suspendeu temporariamente um leilão promovido pelo governo paulista, cujo objetivo era privatizar unidades escolares públicas. O sindicato sustentou que terceirizar serviços essenciais poderia prejudicar significativamente a qualidade educacional e a segurança dos estudantes, além de comprometer o caráter público da educação. Contudo, essa decisão foi derrubada em menos de 24 horas, possibilitando a continuidade do processo de terceirização (Carta Capital, 2024).

57,7%, bem acima dos 28,8% registrados entre trabalhadores não terceirizados. Tais indicadores evidenciam que a terceirização frequentemente implica condições laborais mais vulneráveis, salários inferiores e maior instabilidade contratual.

Além da privatização indireta da educação, São Paulo também reforçou a implementação de sistemas de avaliação em larga escala para medir o desempenho escolar e estabelecer rankings de qualidade. O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)[48] é um exemplo desse tipo de política, sendo aplicado anualmente para medir a aprendizagem dos estudantes e orientar políticas públicas.

Embora esse modelo seja defendido como um instrumento de diagnóstico, ele pode reforçar desigualdades entre escolas e desconsiderar a diversidade sociocultural das diferentes regiões do estado. A ênfase em avaliações quantitativas também tem levado professores e gestores escolares a priorizarem conteúdos cobrados nas provas.

Conforme expõe Luiz Ruffato (2025) durante a entrevista,

> Até porque, a partir do momento que se inseriu todo esse sistema informacional, tecnológico, começaram a ver os professores dessa forma também, como um mero número, como um mero sistema, da qual nós precisamos preencher papéis para levantar o índice, para ter uma nota boa no IDEB, para ter uma nota boa na prova política, para ter uma nota boa no SARESP, para que a nossa escola seja reconhecida. Então, a todo momento, o interesse material. E esse interesse material acaba esquecendo que nós ainda, dentro das escolas, trabalhamos como seres humanos.

A implementação dessas reformas em São Paulo segue uma lógica de financeirização da educação. No contexto educacional paulista, essa reorganização se traduz na crescente influência de empresas privadas na administração das escolas e na imposição de modelos de gestão inspirados no setor empresarial (Harvey, 2005).

A pressão por bons resultados nas avaliações também tem impactos sobre os professores, que passam a trabalhar sob intensa vigilância e cobrança por metas de desempenho. Esse cenário resulta em um ambiente de trabalho mais desgastante e na redução da autonomia docente, comprometendo a qualidade da educação ofertada.

Nas palavras de Luiz Ruffato (2025),

> A gente percebe que atualmente as responsabilidades aumentaram muito mais. O nosso salário não aumentou. Nós temos sido cobrados de uma forma muito mais rígida. Muitas das

[48] SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). São Paulo: SEE-SP, [s.d.]. Disponível em: https://saresp.fde.sp.gov.br/. Acesso em: 13 abr. 2025.

> vezes acontecendo até um assédio moral por parte da nossa direção, por parte da nossa coordenação em relação ao bater metas.

Diante desse panorama, as reformas neoliberais na educação paulista precisam ser analisadas criticamente, levando em consideração seus impactos sobre a equidade educacional e a valorização da diversidade cultural. Dessa forma, é fundamental ampliar o debate sobre os rumos da educação em São Paulo, garantindo que políticas públicas sejam orientadas por princípios de inclusão, qualidade e participação social, e não pela lógica empresarial.

3.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSORADO DE MATO GROSSO

O perfil do professorado no estado de Mato Grosso reflete as contradições e desafios enfrentados pela categoria em um cenário marcado pela precarização do trabalho docente e pela influência de políticas neoliberais na educação.

O sistema educacional mato-grossense conta com uma diversidade de professores atuando nas redes estadual e municipal, sendo divididos entre docentes efetivos e contratados temporariamente, realidade que impacta diretamente a estabilidade da carreira e a qualidade do ensino.

Um dos principais aspectos que caracteriza o professorado em Mato Grosso é a alta taxa de contratos temporários. Segundo Oliveira (2020, p.45), "a crescente flexibilização das relações de trabalho no setor educacional compromete a identidade profissional dos docentes e a qualidade do ensino".

No estado, grande parte dos professores são contratados por tempo determinado, sem garantia de permanência na rede e sem acesso a direitos como progressão na carreira e estabilidade funcional. Esse modelo compromete a continuidade pedagógica e gera insegurança para os profissionais, que precisam lidar com a incerteza da renovação de seus contratos.

Além da instabilidade contratual, as condições de trabalho dos professores em Mato Grosso são afetadas pela sobrecarga de atividades, longas jornadas e deslocamentos entre diferentes unidades escolares.

De acordo com Gatti (2019, p. 78), "a docência, especialmente no ensino público, tem sido marcada pelo acúmulo de funções, que vai além do ensino em sala de aula e inclui atividades administrativas e socioeducacionais". Muitos docentes precisam

lecionar em mais de uma escola para complementar a renda, o que resulta em desgaste físico e mental, além de comprometer a qualidade da interação com os estudantes.

Outro fator que afeta o professorado mato-grossense é a baixa remuneração, que frequentemente não acompanha o custo de vida e a inflação. Segundo dados do DIEESE (2021, p. 112), "os salários dos docentes da educação básica são insuficientes para garantir uma vida digna, levando muitos a acumularem outros empregos para complementar a renda".

A defasagem salarial, aliada à falta de reajustes compatíveis com a realidade econômica, leva à desmotivação e à evasão de profissionais da área educacional, resultando na descontinuidade da prática pedagógica e na dificuldade de manter professores experientes no sistema de ensino.

Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelam que, no Brasil, a remuneração média anual dos professores que atuam no ensino fundamental é de aproximadamente US$ 25.739, valor significativamente inferior à média dos países analisados, que alcança US$ 45.687 (ANDES, 2023).[49]

Nesse contexto, o Instituto Semesp (2022) faz um destaque para o risco de um "apagão" de professores no país, projetando um déficit de até 235 mil docentes na educação básica até o ano de 2040. Esse prognóstico está diretamente relacionado à queda na procura pelos cursos de licenciatura e à expressiva taxa de abandono entre os estudantes que ingressam nessas formações, o que compromete gravemente a reposição de profissionais no sistema educacional.

A infraestrutura precária das escolas também é um fator crítico nas condições de trabalho dos docentes em Mato Grosso. Muitas unidades apresentam problemas como

[49] O relatório Education at a Glance de 2023, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), trouxe uma análise abrangente sobre a situação educacional em 48 países. Essa seleção incluiu as 38 nações que atualmente compõem a OCDE e outras 10 consideradas países parceiros ou em processo de adesão. Embora a publicação não tenha apresentado nominalmente cada país estudado, destacam-se entre os membros oficiais países como Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, México, Noruega, Portugal, Reino Unido e Suíça. Dentre os parceiros analisados, figuram grandes economias emergentes, tais como Brasil, Argentina, China, Índia, Indonésia, Rússia e África do Sul. Entre os principais indicadores analisados pelo relatório estão o nível educacional da população, medido pelo percentual de pessoas que concluíram diferentes etapas de ensino; as taxas de matrícula e o grau de participação estudantil em cada nível educacional; o volume de investimento aplicado na educação, abrangendo recursos financeiros por aluno e as diferentes origens desse financiamento; e diversos aspectos relacionados aos professores, incluindo remuneração, condições laborais, formação acadêmica e oportunidades de desenvolvimento profissional.

falta de materiais pedagógicos, salas superlotadas e ausência de equipamentos tecnológicos adequados ao ensino.

Como aponta Santos (2017, p. 56), "a precarização da estrutura escolar reflete a ausência de investimentos consistentes na educação pública, impactando diretamente o desempenho dos professores e dos alunos". A falta de um ambiente adequado para o aprendizado compromete tanto o desenvolvimento dos estudantes quanto a motivação dos docentes.

A implementação de políticas educacionais neoliberais no estado também tem gerado impactos sobre o professorado. A crescente adoção de sistemas de avaliação de desempenho e a terceirização da gestão escolar reforçam a lógica da mercantilização da educação, limitando a autonomia dos professores e submetendo-os a um modelo de ensino voltado para métricas de produtividade. Essa realidade intensifica a pressão sobre os docentes e reduz o espaço para abordagens pedagógicas criativas.

Diante desse cenário, a luta por melhores condições de trabalho e valorização profissional continua sendo um desafio central para os professores em Mato Grosso. O Sintep-MT têm denunciado a precarização da carreira docente e reivindicado políticas públicas que garantam estabilidade, salários dignos e infraestrutura adequada para o exercício da docência. Conforme destaca Jorge Amado (2024),

> Mas um sindicato que tem uma organicidade e capilaridade maior ainda é o Sintep, o que aumenta de certa forma essa responsabilidade, e ao mesmo tempo esse desafio da organização dos trabalhadores. A terceirização, o apagão do Sintep, a saúde do trabalhador, a pauta salarial e as questões do ambiente laborativo, que é você ter um ambiente tranquilo, a questão da melhoria das infraestruturas das nossas unidades escolares, esses são os temas mais recorrentes. O sindicato, principalmente como em muitos lugares você precisa ter uma atuação não só por trabalhador, pois não avança, mesmo porque o processo de perseguição aos trabalhadores é muito latente. Então o papel do sindicato é exatamente esse, de buscar essa organização da classe trabalhadora e ao mesmo tempo conseguir protocolar essas pautas e avançar no seu processo de negociação, inclusive judicial.

Como afirma Freire (1996, p. 99), "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". Portanto, garantir a valorização dos professores não é apenas uma questão trabalhista, mas um elemento fundamental para a construção de um sistema educacional de qualidade e socialmente comprometido.

3.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSORADO DE SÃO PAULO

A composição do corpo docente no estado de São Paulo revela, de forma clara, a complexidade e os inúmeros obstáculos vivenciados pela categoria, especialmente diante das transformações impostas pelas reformas educacionais e do avanço das condições precárias que marcam o exercício da profissão.

Segundo Oliveira (2018), a reorganização do ensino no estado tem sido marcada por um modelo de gestão que privilegia a flexibilidade e a redução de custos, muitas vezes em detrimento da qualidade do trabalho docente.

Com uma rede estadual ampla e diversificada, São Paulo concentra um grande número de docentes atuando nos ensinos fundamental e médio, divididos entre docentes efetivos, temporários e contratados sob diferentes regimes de trabalho. A rede estadual de ensino de São Paulo conta com aproximadamente 154 mil docentes, dos quais 81 mil atuam em caráter temporário — o que corresponde a uma parcela significativa (Brasil, 2024). Essa estrutura gera uma realidade heterogênea, marcada por desigualdades na carreira, instabilidade profissional e dificuldades para o pleno exercício da docência.[50]

Um dos principais aspectos que caracterizam o perfil dos professores paulistas é a elevada taxa de contratação temporária. Nos últimos anos, a expansão da modalidade de contratação por tempo determinado tem reduzido a estabilidade do magistério, comprometendo a continuidade pedagógica e a valorização da profissão. De acordo com Silva e Araújo (2020), a chamada Categoria O impõe contratos de curta duração, restringe a progressão na carreira, resulta em insegurança trabalhista e dificulta a construção de um vínculo sólido entre o professor, estudantes e a comunidade escolar.

Além da instabilidade contratual, as condições de trabalho dos professores em São Paulo são impactadas por uma jornada exaustiva e pela sobrecarga de atividades extraclasse. Muitos docentes precisam acumular aulas em diferentes escolas para complementar a renda, enfrentando longos deslocamentos entre unidades escolares, especialmente na capital e na região metropolitana. Conforme analisado por Gatti (2019), essa fragmentação do trabalho compromete a qualidade do ensino e reduz o tempo

[50] Notícias circuladas sobre o Censo 2024: CBN SÃO PAULO. Censo 2024: rede de ensino estadual de SP continua com mais docentes com contratos temporários do que concursados. CBN, São Paulo, 9 abr. 2024. Disponível em: https://cbn.globo.com/sao-paulo/noticia/2025/04/09/censo-2024-rede-de-ensino-estadual-de-sp-continua-com-mais-docentes-com-contratos-temporarios-do-que-concursados.ghtml. Acesso em: 12 abr. 2025.

disponível para planejamento de aulas, formação continuada e acompanhamento individualizado dos estudantes.

O contexto salarial também é um fator crítico na realidade do professorado paulista. Apesar da existência do Piso Nacional do Magistério, o salário dos professores da rede estadual muitas vezes não acompanha o custo de vida elevado do estado e não cumpre com a carga horária destinada a atividades extraclasse.

Segundo dados do DIEESE (2021), a defasagem salarial e a falta de reajustes compatíveis com a inflação alteram a atuação dos profissionais, pois precisam recorrer a atividades complementares, agravando ainda mais a sobrecarga de trabalho. Essa falta de valorização financeira se reflete na alta rotatividade de docentes e na desmotivação de muitos profissionais, que acabam buscando outras carreiras.

Outro ponto relevante é a precarização das condições estruturais das escolas estaduais, que afetam diretamente o cotidiano dos professores. Muitas unidades apresentam infraestrutura inadequada, falta de materiais pedagógicos e dificuldades para garantir um ambiente de ensino seguro e estimulante. “Nas escolas estaduais situadas em distritos com menor nível socioeconômico, é evidente a precariedade da infraestrutura, a escassez de materiais pedagógicos e a dificuldade em garantir um ambiente escolar seguro e propício ao aprendizado” (Carnaval, 2021, p. 15).

Na entrevista concedida, Josué de Castro (2025) tratou da questão da infraestrutura nos seguintes termos,

> Problema. Infraestrutura. Eu observo que, na minha realidade, as escolas estão sucateadas. Então, você não tem infraestruturas mínimas. Na minha realidade, por exemplo, não tem canetão, caneta, para os professores escreverem na lousa. Não tem água gelada, não tem funcionários. Nós ficamos, nos últimos seis meses do ano passado, sem agentes de organização escolar, que é aquele profissional aqui em São Paulo que organiza a escola, que fica nos corredores, que fecha as portas, que recolhe os alunos após o intervalo. Então, eu acho que esse é um problema muito sério. Essa falta de infraestrutura. Do mesmo modo, eu observo que não há mais professores efetivos. Nós caminhamos para uma flexibilização muito grande no processo de contratação. Hoje, são muito mais contratados do que efetivos. O que fragiliza muito a questão da organização sindical uma coisa está ligada à outra. E somado a tudo isso, eu observo que estar na educação não garante que você se aposente hoje. Não há um caminho retilíneo que você observe hoje.

Segundo Santos (2017), a ausência de investimentos contínuos na rede pública impacta tanto a qualidade da aprendizagem quanto a motivação dos educadores, que

precisam lidar com desafios adicionais, como a violência escolar e a indisciplina em salas superlotadas.

A implementação de políticas neoliberais na educação paulista também influenciou significativamente a profissão docente. A ênfase na avaliação de desempenho e na padronização curricular impôs um modelo de ensino voltado para resultados quantitativos.

Programas como o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e a ampliação da terceirização da gestão escolar têm criado um ambiente de trabalho mais competitivo e burocrático, limitando a liberdade dos educadores na escolha de metodologias mais adequada à realidade dos estudantes.

Diante desse cenário, a luta por melhores condições de trabalho e valorização profissional continuam sendo um desafio central para o professorado paulista. Movimentos sindicais têm denunciado a precarização da carreira docente e reivindicado políticas públicas que garantam estabilidade, salários dignos e infraestrutura adequada para o exercício da docência.

Como afirma Antônio Callado (2025),

> Olha, a posição do sindicato é de luta. É de enfrentar, de debater, de discutir e dizer para o docente, olha, vale a pena lutar se você quiser mudar a sua situação, você tem que lutar. Porque tudo que nós conquistamos, nós temos hoje, não foi dado de mão beijada. Tudo foi conquista, foi resultado da pressão, de muita mobilização, foi resultado de greve, de atos públicos. E, se a gente não continuar fazendo isso, nós não vamos ser ouvidos. Porque você chega num determinado lugar, por exemplo, vai na Assembleia Legislativa com poucas pessoas, se você não tem... Porque precisa caracterizar também o que você está fazendo. De repente, você faz um ato de 50 pessoas na Assembleia Legislativa, vale a pena, porque tem peso. Mas, de repente, você convoca um ato para fazer em frente à Assembleia, é um ato grande para pressionar os deputados de uma maneira geral e pode não ter gente suficiente e isso é um problema. Está certo? Então, eu acho que o que vale a pena, o papel do sindicato é esse, incentivar a organização, mostrar para o professor, para a professora, para o funcionário, que a luta vale a pena. É um ditado antigo, velho, é um refrão antigo, mas é o que vale, porque se não lutar, vai continuar, vai morrer reclamando e a situação vai ser a mesma. E vai ser infeliz, porque vai chegar no fim, vai perguntar, será que valeu a pena mesmo ter me dedicado 40, 30 anos nisso? Valeu a pena? Quando ele for fazer o retrospecto da vida, ele precisa sentir que valeu a pena ter sido professor.

A desvalorização da profissão docente contribui para a manutenção das desigualdades sociais, impedindo que a educação cumpra seu papel emancipatório. Assegurar condições dignas e reconhecimento profissional aos docentes trata-se de uma

medida estratégica e indispensável para elevar a qualidade do ensino na rede estadual paulista.

CAPÍTULO 4. O TRABALHO DOCENTE E SEUS DESAFIOS

O trabalhador individualmente é submetido a intensos processos de exploração, mas a análise não deve se limitar a esse indivíduo isolado. É fundamental compreender a coletividade, a classe trabalhadora, como um fenômeno em constante construção.

Nesse sentido, Thompson (2012) argumenta que a classe não é uma entidade fixa e preexistente, mas um resultado histórico moldado pelas experiências e pelas lutas dos trabalhadores. Essa construção ocorre de maneira dinâmica, à medida que os trabalhadores desenvolvem uma consciência coletiva, passando a reconhecer não apenas a si mesmos, mas também aos outros e ao contexto social em que estão inseridos.

Com base nessa perspectiva, este capítulo se volta para as experiências de resistência do professorado nos estados de Mato Grosso e São Paulo, evidenciando como essas lutas refletem o processo contínuo de formação da classe trabalhadora.

4.1 O COTIDIANO

O discurso das Secretarias de Educação ressalta que o objetivo principal da educação, conforme definido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e pelo Novo Ensino Médio, é o desenvolvimento de habilidades cognitivas, em vez de um foco estrito no conteúdo.

Dessa forma, a política apresenta uma contradição evidente: apesar dessa nova orientação, o conteúdo ainda se faz necessário, especialmente porque as avaliações externas, incluindo concursos, processos seletivos e vestibulares, ainda não se adaptaram completamente a essa abordagem. Isso coloca o docente em uma situação difícil porque a demanda de ensino se torna um elemento complexo, gerando insatisfação e fragilizando a saúde mental.

Além disso, a redução progressiva da carga horária das disciplinas de humanas nas escolas resulta em menos tempo para o desenvolvimento das habilidades, ou seja, menos conteúdos que são a base do conhecimento das ciências. Esse cenário cria uma pressão que, muitas vezes, se mostra infrutífera e inadequada, acarretando no cansaço e no desgaste emocional tanto para educadores quanto para estudantes.

A seguir serão apresentadas quatro situações que podem agravar a saúde docente como resultado da degradação das condições de trabalho no ambiente escolar.

O episódio de agressão em escolas, culminando na trágica morte da professora Elizabete Tenreiro, de 71 anos, na Zona Sul de São Paulo[51], é mais um exemplo alarmante do sucateamento da educação no país e da crescente escalada da violência. Infelizmente, esse não é um caso isolado. Na mesma semana, um estudante tentou entrar armado em uma escola em Santo André.

Esses eventos não podem ser vistos como meras coincidências. Eles refletem problemas estruturais e sistêmicos que assolam o sistema educacional brasileiro. O sucateamento das escolas, a falta de investimento em infraestrutura e recursos, a ausência de políticas eficazes de segurança escolar, e a crescente polarização política estão contribuindo para um ambiente cada vez mais propenso à violência.

A agressão à professora Elizabete Tenreiro evidencia as condições precárias em que muitos educadores trabalham diariamente. Professores enfrentam salas superlotadas, falta de materiais adequados, baixos salários e, agora, o medo constante de violência física e verbal. Essa realidade não apenas compromete a qualidade da educação oferecida aos estudantes, mas também coloca em risco a vida e a integridade física daqueles que trabalham nas escolas.

A violência nas escolas não é apenas um problema do sistema educacional, mas um reflexo das desigualdades e injustiças presentes em nossa sociedade como um todo. Somente com um compromisso coletivo com a educação e o respeito aos direitos humanos poderemos construir um futuro melhor.

A retomada das atividades escolares presenciais no pós-pandemia de Covid-19 impõe inúmeros desafios e inseguranças aos trabalhadores da educação. O ano de 2023 foi marcado pelo retorno gradual às condições de trabalho anteriores ao surgimento da doença, mas as sequelas físicas e mentais persistem, especialmente para os professores.

Em publicação de 2023, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) alertou que o avanço do movimento Escola Sem Partido acabou por institucionalizar práticas constantes de intimidação nas escolas, incentivando atitudes que buscam constranger, desqualificar e enfraquecer a autoridade pedagógica dos docentes.

[51] Materiais. Acesso em: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Casos de violência em escolas expõem sucateamento da educação no país e escalada do extremismo de direita. CNTE, 30 mar. 2023. Disponível em: https://cnte.org.br/noticias/casos-de-violencia-em-escolas-expoem-sucateamento-da-educacao-no-pais-e-escalada-do-extremismo-de-direita-382f. Acesso em: 12 abr. 2025.; CNN BRASIL. Professora de 71 anos morre após ser esfaqueada por aluno em escola de SP. *CNN Brasil*, São Paulo, 27 mar. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/adolescente-esfaqueia-professores-e-aluno-em-escola-estadual-de-sao-paulo/. Acesso em: 12 abr. 2025.

Segundo a entidade, essa ofensiva converteu a perseguição política em um elemento presente no cotidiano da educação brasileira.[52]

A pandemia aprofundou problemas preexistentes, como o adoecimento mental causado pelo estresse, síndrome de burnout e síndrome do pânico, relacionados aos baixos salários e jornadas extensas.

Uma pesquisa realizada por Santos et al. (2023) revelou que 76,6% dos professores apresentaram alto risco de desenvolver a síndrome de burnout durante a pandemia, associando esse risco as condições de trabalho precárias e à sobrecarga de atividades. Além disso, a falta de recursos adequados para o ensino remoto e a pressão por resultados imediatos agravaram o cenário de adoecimento mental entre os docentes.

Segundo aponta Josué de Castro (2025),

> Contribuiu para a amplificação do trabalho docente — e essa amplificação do trabalho levou a transtornos. Porque, depois da pandemia, você abre um canal, uma fragilidade muito maior dos docentes em questões de mobilização, em questões de enfrentamento das políticas governamentais. Você ouve, aqui no estado de São Paulo, uma enorme flexibilização dos direitos e a plataformização. Hoje, faz-se uma outra tarefa do trabalho docente do que se fazia antes da pandemia.Contudo, você recebe o mesmo salário e tem as mesmas condições de trabalho — ou, senão, piores. Então, você teve uma remodelação do trabalho depois da pandemia, com a intensificação do trabalho através das plataformas, coisas que não existiam antes da pandemia. A pandemia abriu esse canal para que o trabalho do professor se plataformizasse, e acho que, a partir disso, nós temos um adoecimento — porque tivemos que aprender a fazer algo novo sem ter as condições para fazer isso.

Cabe mencionar também sobre a aplicação da Lei do Piso demonstra respeito e investimento na educação, mas também em saúde. A valorização da carreira, respeitando o terço de atividade extraclasse, remuneração justa e boas condições de trabalho são fundamentais para a saúde mental do professorado.

Como afirma Antônio Callado (2025),

> O plano de carreira dos seus funcionários, legislar sobre a vida dos profissionais — município e estado — tá certo? Então, é uma luta grande para a gente conseguir articular tudo isso, construir reivindicações que possam atender a esses desafios. Um grande passo que foi dado foi quando nós conseguimos unificar a luta em defesa do piso, tá certo? Porque — e olha que isso não é cumprido — no meu estado, no estado de São Paulo, não é cumprido. O piso hoje é R$

[52] Acesso: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Escola Sem Partido transformou perseguição a trabalhadores(as) em educação em parte do cotidiano escolar. Brasília: CNTE, 2023. Disponível em: https://cnte.org.br/noticias/escola-sem-partido-transformou-perseguicao-a-trabalhadoresas-em-educacao-em-parte-do-cotidiano-escolar-d3d2. Acesso em: 12 abr. 2025.

> 5.300,00, e o estado não paga os R$ 5.300,00 como deveria. Ele até paga, o professor até recebe isso, mas completando com abono. E abono, nós sabemos, não incide para a aposentadoria, não incide com outras vantagens. É um dinheiro que entra lá, que o professor usa, né? Mas as vantagens pessoais não incidem sobre o abono. Então, nossa luta tem sido essa.Eu fui presidente da confederação e sei muito bem como cada pedacinho desse país é um pedaço muito próprio, com características muito deles, com culturas muito próprias, né? Mas em todos, de uma maneira geral, eu posso dizer o seguinte: há belos discursos de valorização dos trabalhadores, de que a educação é prioritária, de que a educação liberta. Porém, na prática, pouco acontece.

A inclusão obrigatória de profissionais de psicologia e serviço social nas redes públicas, determinada pela Lei 13.935/2019[53], é fundamental para lidar com as necessidades da comunidade escolar. A estruturação do ambiente escolar, apoio emocional e escuta são essenciais para evitar o adoecimento. O Estado deve estabelecer mecanismos de escuta, oferecer estruturas mínimas de tecnologia e permitir que eles indiquem carências na organização do trabalho. Em suma, é necessário investir na educação não apenas como política de formação, mas também como prevenção ao adoecimento. A escola deve ser um espaço de acolhimento e desenvolvimento, e não de desesperança.

O próximo episódio é sobre os bons resultados em testes e avaliações escolares e uma suposta qualidade da educação oferecida[54]. No entanto, essa correlação nem sempre reflete a realidade do processo educacional. A ideia de que bons resultados em testes são sinais de boa educação merece ser problematizada.

Primeiramente, é importante considerar que os testes padronizados nem sempre conseguem capturar a complexidade e a diversidade do aprendizado deixando de lado aspectos essenciais como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a criatividade e o pensamento crítico.

Os professores se sentem pressionados a ensinar para o teste, deixando de lado atividades que estimulam a curiosidade, a investigação e a reflexão. Outro ponto

---

[53] BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União: *seção 1*, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 12 abr. 2025.

[54] CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Bons resultados em testes não são sinais de boa educação. CNTE, Brasília, DF, 13 fev. 2023. Disponível em: https://cnte.org.br/noticias/bons-resultados-em-testes-nao-sao-sinais-de-boa-educacao-169f. Acesso em: 12 abr. 2025.

importante é que os bons resultados em testes muitas vezes refletem mais as condições socioeconômicas dos estudantes do que a qualidade do ensino propriamente dita.

Por fim, é fundamental reconhecer que a educação vai muito além de notas e pontuações em testes. Uma educação de qualidade deve proporcionar aos estudantes não apenas conhecimento acadêmico, mas também habilidades para a vida, valores éticos e cidadãos e o seu desenvolvimento integral.

Uma escola que promove o bem-estar emocional, o respeito à diversidade e o senso de responsabilidade social pode estar oferecendo uma educação excelente, mesmo que seus estudantes não alcancem os melhores resultados em testes padronizados.

Portanto, é essencial que repensemos nossos critérios de avaliação da qualidade da educação, valorizando não apenas os resultados em exames externos, mas também outros aspectos que são igualmente importantes para o desenvolvimento dos estudantes e para a formação de cidadãos críticos, criativos e comprometidos.

O último episódio é referente ao movimento denominado "Escola Sem Partido" que emergiu como uma força influente no cenário educacional[55], transformando em perseguição aos trabalhadores da educação em uma triste realidade do cotidiano escolar. Sob o pretexto de neutralidade política e ideológica, essa iniciativa tem se revelado como um instrumento de censura e cerceamento da liberdade de expressão dentro das escolas.

A proposta do "Escola Sem Partido" busca limitar a atuação do professorado, restringindo sua capacidade de discutir questões sociais e políticas em sala de aula. Sob a justificativa de evitar supostas doutrinações e viés ideológico por parte dos educadores, esse movimento promove uma atmosfera de desconfiança e vigilância constante, transformando o ambiente escolar em um espaço de tensão e repressão.

Aqueles que ousam questionar as injustiças sociais, defender os direitos humanos ou abordar temas sensíveis como diversidade de gênero, sexualidade e racismo são frequentemente alvo de intimidação, assédio e até mesmo processos disciplinares.

Como afirma Antônio Callado,

> Eu só gostaria de dizer o seguinte: eu, particularmente — claro que a gente, quando se envolve nesses movimentos sociais, sindicatos — sofre muitas perdas. Você sacrifica muito a sua vida pessoal. Quem se envolve neles está valendo, certo? E há perdas, há dificuldades com a família, com tudo isso. O emprego, muitas vezes, é perdido. Mas, no

[55] CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Escola Sem Partido transformou perseguição a trabalhadores(as) em educação em parte do cotidiano escolar. Brasília: CNTE, 2023. Disponível em: https://cnte.org.br/noticias/escola-sem-partido-transformou-perseguicao-a-trabalhadoresas-em-educacao-em-parte-do-cotidiano-escolar-d3d2. Acesso em: 12 abr. 2025.

> meu caso, com todas as dificuldades, com todos os problemas que eu passei, eu acho que valeu a pena. Continuar valendo e continuar lutando.Eu acho que, só lutando, a classe trabalhadora vai conseguir.

Essa perseguição sistemática aos trabalhadores da educação cria uma esfera de medo e insegurança no ambiente escolar, destruindo com a autonomia e a liberdade acadêmica. Além disso, ela compromete a qualidade do ensino, ao cercear a capacidade dos educadores de abordar de maneira crítica e contextualizada os conteúdos curriculares, privando os estudantes de uma educação plural, democrática e inclusiva.

O "Escola Sem Partido" não apenas viola os princípios fundamentais da educação democrática, como também contribui para a perpetuação da ignorância e da intolerância em nossa sociedade. É preciso lutar por uma escola que valorize o pluralismo de ideias, o respeito à diversidade e o exercício pleno da cidadania, garantindo assim um ambiente educacional saudável.

Esses quatro episódios são recorrentes no cotidiano em sala de aula e expressam a fragilização e os contornos da precarização que tem resultado em ambientes insalubres, propícios para o adoecimento.

A precariedade educacional, assim como em outros setores da sociedade, é um fenômeno intrinsecamente ligado às dinâmicas do capitalismo e às disputas ideológicas que atravessam a formação social.

Como apontam Henri Lefebvre (2000) e David Harvey (2005), o espaço é um produto social e, no caso da escola, esse espaço se torna um campo de disputas políticas e econômicas que determinam suas condições materiais e simbólicas.

Nesse sentido, compreender a precariedade educacional exige uma análise que contemple sua relação com o modo de produção capitalista, com as políticas neoliberais e com as desigualdades estruturais que configuram a escola como um espaço de conflito. A crise educacional que afeta grande parte das escolas públicas é, em larga medida, fruto das políticas de austeridade que limitam os investimentos no setor e favorecem a mercantilização da educação.

David Harvey (2005) argumenta que o neoliberalismo promove a acumulação por espoliação, transferindo recursos do setor público para o privado e transformando serviços essenciais em mercadorias. No contexto educacional, isso se manifesta na desvalorização dos professores, na falta de infraestrutura, na sobrecarga de trabalho e na escassez de recursos pedagógicos, que comprometem a qualidade do ensino.

Essa dinâmica não é um mero efeito colateral do sistema econômico, mas um projeto político deliberado que busca enfraquecer a educação pública e abrir espaço para a expansão do ensino privado.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) destacam que o neoliberalismo não é apenas uma política econômica, mas uma racionalidade que permeia todas as esferas da vida, promovendo a concorrência e a individualização em detrimento da solidariedade e da justiça social.

A precarização da educação também está profundamente ligada às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Milton Santos (1996) discute como a dinâmica do capitalismo periférico aprofunda as desigualdades territoriais, criando espaços diferenciados de acesso a direitos básicos, como a educação.

As escolas localizadas em periferias urbanas e zonas rurais são frequentemente as mais afetadas pela falta de investimentos, consolidando um círculo vicioso de exclusão social e reprodução da pobreza. [56]Além disso, Soares (2008) aponta para as desigualdades raciais e de classe também desempenham um papel fundamental nesse processo. A histórica marginalização da população negra e pobre no Brasil se reflete na distribuição desigual de recursos educacionais.

Como aponta Florestan Fernandes (1979), a estrutura educacional brasileira não foi concebida para promover a ascensão social das camadas populares, mas para manter a estratificação social e o privilégio das elites. A escola não é apenas um espaço de reprodução da ordem social, mas também um campo de luta e resistência.

Henri Lefebvre (2000) enfatiza que o espaço é um produto das relações sociais e, portanto, está em constante disputa. No caso da escola, essa disputa se manifesta na luta por um currículo mais inclusivo, na resistência às políticas de privatização e na mobilização dos professores e estudantes contra a precarização do ensino.

Para Paulo Freire (1987), a educação deve ser um processo de conscientização e emancipação, e não um instrumento de reprodução da ideologia dominante. Nesse sentido, a luta pela educação pública é também uma luta por uma sociedade mais justa e democrática.

[56] Um dos estudos que aborda essa problemática é o trabalho de Maria Ozanira da Silva e Silva (2014), divulgado na revista Brasileira de Educação. Nele, a pesquisadora analisa os efeitos da pobreza e das desigualdades sociais sobre a efetividade das políticas públicas, com ênfase na área educacional. Segundo a autora, há uma relação profunda entre a pobreza no Brasil e a concentração de renda, o que compromete o acesso a uma educação de qualidade, especialmente nas regiões rurais e nas periferias urbanas.

A violência dentro das escolas também pode ser compreendida como um reflexo das contradições do sistema capitalista e das desigualdades sociais. Segundo Neil Smith (2008), o capitalismo produz geografias desiguais, criando espaços de exclusão que fomentam tensões e conflitos.

No ambiente escolar, essas desigualdades se manifestam na falta de recursos, no desrespeito às condições de trabalho dos professores e na vulnerabilidade social dos estudantes, que muitas vezes vivem em situações de extrema precariedade. A resposta do Estado a essa questão têm sido, muitas vezes, marcada pela criminalização da juventude e pela militarização das escolas, em vez de uma abordagem que enfrente as causas estruturais da violência. Essa é mais uma dimensão da disputa em torno do espaço escolar: de um lado, movimentos sindicais defendem uma educação pautada no diálogo e na inclusão; de outro, setores conservadores incentivam práticas repressivas e mecanismos de controle autoritário.

A precarização da educação é um fenômeno complexo, que decorre de um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais. No entanto, a escola também é um espaço de resistência e transformação, onde se travam batalhas fundamentais pelo direito à educação pública, pela valorização dos professores e pela inclusão de perspectivas críticas no currículo escolar. Assim, a luta contra a precarização da educação é uma luta por um futuro mais justo e igualitário.

4.2 PRÁTICAS DOCENTES EM LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES E RECONHECIMENTO

4.2.1 Luta em Mato Grosso - Sintep-MT

O Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, que abrange profissionais da educação básica pública em âmbito estadual e municipal, já atuou na organização de importantes e duras batalhas com o estado de Mato Grosso no qual levou à conquista, por exemplo, da Lei n° 510/2013 (com validade até 2023), o qual objetiva tornar o salário do profissional da educação equivalente à outros profissionais do poder público com nível superior, que juntamente com a Revisão Geral Anual (RGA) Lei n° 10.572/2017, resguarda os servidores no recebimento de recomposições salariais.

Além disso, o SINTEP contém mais 15.000 associados em 139 subsedes municipais, e é um dos poucos sindicatos da educação no Brasil que abrange duas escalas

de atuação distintas, a estadual e municipal, se destacando com propostas avançadas no que concerne à luta sindical.

A sua origem data de 1965, representando os profissionais do setor. No entanto, o termo "Sindicato" foi adotado somente após o período da ditadura militar, em 1988, marcado pela resistência dos trabalhadores em busca da consolidação de direitos, inclusive aqueles afirmados pela nova Constituição Federal daquele ano.

A década de 1980 ficou marcada, não apenas em Mato Grosso, mas em vários estados do país, pela luta por direitos na educação pública. Greves, ocupações de órgãos estaduais e paralisações foram algumas das formas de assegurar e conquistar direitos, como o recebimento de salários sem atrasos naquela época. [57]Em 2013, a conquista da Lei n°510[58] representou um marco importante, estabelecendo a reestruturação dos subsídios dos profissionais da Educação Básica do estado. Desde então, essa legislação tem sido a principal ferramenta de luta e conquista para o SINTEP-MT.

A Lei n° 510/2013 [59]proporcionou conquistas significativas, como a instituição da hora-atividade para os docentes contratados, garantindo que ⅓ da jornada seja

[57] Durante os anos 1980, o cenário educacional brasileiro foi fortemente impactado pela atuação combativa dos profissionais da educação, que protagonizaram movimentos reivindicatórios em vários estados do país, entre eles Mato Grosso. Nesse período, greves, paralisações e ocupações de instituições públicas tornaram-se ferramentas essenciais na luta por direitos fundamentais, como o recebimento regular dos salários e a melhoria das condições de trabalho no serviço público educacional. Referência: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO (SINTEP-MT). *História*. Cuiabá: SINTEP-MT, [s.d.]. Disponível em: https://sintep.org.br/sintep/Institucional/historia/menu%3A2/submenu%3A1/. Acesso em: 12 abr. 2025.

[58] A lei dispõe sobre a reestruturação dos subsídios dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso. Referência: MATO GROSSO (Estado). Lei Complementar nº 510, de 11 de novembro de 2013. Dispõe sobre a reestruturação dos subsídios dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 11 nov. 2013. Disponível:https://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/b164a161bc043b4084257c21003da71f?OpenDocument. Acesso em: 12 abr. 2025.

[59] Antes da sanção da Lei Complementar nº 510/2013 em Mato Grosso, os profissionais da educação protagonizaram uma intensa mobilização. No ano de 2013, a categoria deflagrou uma greve histórica, que se estendeu por 67 dias — uma das mais longas já registradas no estado. O movimento teve como foco principal exigir do governo estadual a adoção de uma política concreta de valorização salarial, além de melhorias nas condições de trabalho para os educadores da rede pública. A Lei Complementar nº 510/2013, instituída no âmbito do Estado de Mato Grosso, surgiu como instrumento normativo voltado à efetivação das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11.738/2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério. Mais do que apenas atender à legislação federal, essa norma estadual representou um avanço na política de valorização docente, ao estabelecer um plano progressivo de recomposição salarial e reconhecimento da carreira ao longo de uma década. Assim, a referida lei consolidou-se como marco estratégico no

remunerado e destinado ao planejamento de aulas e atividades burocráticas. Além disso, prevê reajustes anuais de 5% a 7,69% até 2023 sobre o valor bruto do vencimento, contribuindo assim para melhorar as condições de trabalho e valorizar os profissionais da educação.

Para apresentar a proposta da Lei nº 510, o SINTEP-MT conduziu estudos e pesquisas sobre a economia de Mato Grosso, visando viabilizar a chamada "Lei da Dobra do Poder de Compra". Esses estudos, que fundamentaram a implementação da Lei em 2013, revelaram indicadores que em 2019 confirmaram os resultados obtidos, evidenciando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual em mais de 12% acumulado.

Isso resultou em uma renda per capita de R$ 37 mil, colocando o estado como o quinto com maior renda per capita do país. Esse crescimento contínuo, em comparação aos anos anteriores, posiciona Mato Grosso entre os nove estados brasileiros com o crescimento mais significativo de sua estrutura produtiva, destacando-se como um dos que mais crescem proporcionalmente no país.[60]

Apesar desse panorama, em 2019, o governo [61]que assumiu o mandato naquele ano sancionou um decreto que congela o pagamento do Reajuste Geral Anual (RGA) e da Lei nº 510 por dois anos, com possibilidade de prorrogação por mais dois, na prática essa prorrogação se estendeu por mais dois anos. O governo fundamentou essa decisão no argumento de que a Lei nº 510 seria inconstitucional, alegando que sua aplicação infringiria a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000).

De acordo com o governo, se a Lei nº 510 continuasse em vigor, a recomposição salarial dos profissionais, que compõem a maioria dos servidores do poder executivo, resultaria em um gasto superior a 49% da receita corrente líquida na folha salarial do poder executivo, configurando assim uma suposta inconstitucionalidade com base nos Artigos 19 e 20 da referida lei.

---

fortalecimento das condições de trabalho e no compromisso com a qualidade da educação pública no estado.

[60] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Contas Regionais 2022: Produto Interno Bruto dos Estados. Brasília: IBGE, 2024. Disponível: https://www.secom.mt.gov.br/web/sedec/w/pib-de-mato-grosso-registra-a-maior-varia%C3%A7%C3%A3o-percentual-do-pa%C3%ADs-e-cresce-mais-de-1.230-em-20-anos. Acesso em: 12 abr. 2025.

[61] Mauro Mendes assumiu o governo de Mato Grosso em 1º de janeiro de 2019, após ser eleito nas eleições de 2018 pelo partido Democratas (DEM), à frente da coligação “Pra Mudar Mato Grosso”, formada por diversas siglas, como DEM, PDT, PSD, PSC e MDB. Já no exercício do mandato, filiou-se em 2022 ao partido União Brasil (UNIÃO), legenda pela qual permanece até hoje, continuando à frente do Poder Executivo estadual.

Entretanto, um dos principais argumentos da categoria contra essa justificativa do governo é que ela se apoia em uma artimanha fiscal, ao considerar o imposto de renda retido na fonte como saída de recursos, em vez de uma entrada. Isso contribuiria para que a folha salarial ultrapassasse o limite de gastos estabelecido em 49% da receita corrente líquida do estado.[62]

Por outro lado, ao requerer apenas o cumprimento da Lei n°510 e ao ter ciência da situação financeira do estado, a categoria declarou a greve como um movimento legalista, ou seja, baseado unicamente na observância das leis existentes e totalmente passível de aplicação. Nesse sentido, esperava-se que o movimento grevista fosse reconhecido como legal pelo Tribunal de Justiça.

Em 2019, ocorreu o último confronto direto entre a categoria e o governo devido à recusa deste em dar continuidade à implementação da Lei n°510 e do Reajuste Geral Anual (RGA) para os profissionais da educação. Esse embate resultou na greve mais prolongada da categoria, totalizando 75 dias de paralisação.

Conforme afirma Jorge Amado (2024),

> A última greve foi em 2019. Foram 75 dias de paralisação. Um dos principais motivos: uma lei que nós tínhamos aprovado em 2013, a Lei 510, que tinha dois pontos principais: uma política salarial de valorização em 10 anos dos trabalhadores da educação, e outra, a questão da diminuição da rotatividade para contratos temporários. O governo que assumiu à época, logo de cara, deixou de cumprir a Lei 510. E foi isso que desencadeou — um dos principais pontos que desencadeou — a greve de 2019. Além, claro, do debate da época sobre garantir direitos aos contratos temporários, nos quais avançamos no terço de hora-atividade. No entanto, aqui no estado de Mato Grosso, você tinha as rescisões contratuais que não observavam, nem garantiam, os direitos trabalhistas dos contratos temporários. Então, foram esses dois pontos que mais estiveram presentes durante esse período. Além, claro, do calote da Revisão Geral Anual, que a atual gestão deu e, até agora, sequer cumpriu. Nesses três anos, deixou de fazer essa aplicação — que era a revisão geral de 2019 e a de 2018.

O movimento tinha como agenda, além do congelamento dos salários, a escassez de materiais, a manutenção da infraestrutura física das unidades escolares e dos profissionais, demandando a convocação imediata dos aprovados no último concurso, em 2017, e um cronograma de reformas. Diante dessas reivindicações, o governo se defende utilizando o discurso de crise e má gestão (anterior).

---

[62] MATO GROSSO. Controladoria Geral do Estado. CGE orienta órgãos sobre retenção do Imposto de Renda em pagamentos de bens e serviços. Cuiabá, 7 ago. 2019. Disponível em: https://www.cge.mt.gov.br/-/cge-orienta-órgãos-sobre-retenção-do-imposto-de-renda-em-pagamentos-de-bens-e-serviços. Acesso em: 12 abr. 2025.

Após reduções salariais, ameaças de demissões e divulgação de informações incompletas por parte do governo, o movimento grevista enfrentou um revés significativo quando foi declarado ilegal pelo Tribunal de Justiça do estado em 30 de julho de 2019, a decisão da desembargadora Maria Erotides Baranjak, embasada na escassez de recursos e no cumprimento do limite prudencial dos gastos públicos, visava encerrar a luta dos trabalhadores, garantindo também o atendimento prioritário aos estudantes em situação de vulnerabilidade, dada a interrupção das aulas.[63]

O movimento grevista sofreu um golpe devastador após dois meses de paralisação, quando o governo anunciou sua intenção de não apenas implementar cortes salariais, mas também demissões. Já fragilizado devido às dificuldades enfrentadas, no qual a categoria esperava um recuo do governo após dois meses, como ocorreu em greves anteriores, o governo permaneceu inflexível em seu discurso. Diante disso, o movimento rapidamente perdeu força e os profissionais retornaram às suas unidades escolares.

No entanto, a categoria obteve conquistas que foram implementadas gradualmente, como um plano de recuperação da infraestrutura de algumas escolas estaduais, nomeação de profissionais aprovados no último concurso público realizado em 2017, pagamento do terço de férias aos profissionais em regime de contrato temporário, regularização das concessões de licença-prêmio e oportunidades de capacitação para os profissionais efetivos[64].

Nesse contexto, após o término da greve e diante da não obtenção de todas as demandas reivindicadas durante o movimento, a categoria se mobilizou para iniciar a reposição dos dias paralisados. Em decorrência disso, o calendário escolar das unidades que aderiram à greve precisou ser ajustado para atender a legislação, que garante 200 dias letivos e cumprimento de carga horária mínima de 800 horas.

Assim, o encerramento do ano letivo de 2019 ocorreu em fevereiro de 2020, resultando na extinção de vários contratos, pois o período de férias escolares estava previsto para o final de fevereiro e início de março, seguido por novas contratações. No entanto, em 26 de fevereiro de 2020, foi registrado o primeiro caso de coronavírus no

[63] MATO GROSSO. Tribunal de Justiça. Servidor grevista deve voltar ao trabalho sob pena de demissão, orienta PGE. Cuiabá: Procuradoria Geral do Estado, 5 ago. 2019. Disponível em: https://www.pge.mt.gov.br/-/12348130-servidor-grevista-deve-voltar-ao-trabalho-sob-pena-de-demissao-orienta-pge. Acesso em: 12 abr. 2025.

[64] SINTEP-MT. História. Cuiabá: Sintep-MT, [s.d.]. Disponível em: https://sintep.org.br/sintep/Institucional/historia/menu%3A2/submenu%3A1/. Acesso em: 12 abr. 2025.

Brasil. Em resposta, o governo de Mato Grosso implementou uma série de medidas de combate à Covid-19 por meio do Decreto nº 407, de 16 de março de 2020, que incluía a suspensão das aulas como forma de antecipação do recesso.

Quando o ano letivo deveria começar, as aulas foram suspensas devido à pandemia de COVID-19, resultando no adiamento indefinido dos professores contratados. Apenas os profissionais da educação com vínculo efetivo puderam continuar suas atividades em casa durante o período inicial da pandemia.

Diante desse cenário, o SINTEP-MT começou a lutar pela contratação de vários docentes e funcionários da rede de ensino[65], que enfrentavam dificuldades financeiras, afetando aproximadamente 2.200 profissionais da educação. Além disso, o impacto não se limitou aos profissionais, afetando também muitas famílias que dependiam desses contratos suspensos.

Por outro lado, uma rede de solidariedade, organizada pelo sindicato, foi estabelecida para arrecadar alimentos e distribuí-los aos profissionais da educação em situação de vulnerabilidade, combatendo assim a reprodução das desigualdades sociais e econômicas.

Houve também um projeto de lei, o PL 365/2020, que visava estabelecer uma renda mínima emergencial para os professores contratados do Estado de Mato Grosso, devido à emergência causada pela pandemia de COVID-19. No entanto, este projeto foi vetado pelo Governador Mauro Mendes.[66]

No final de junho de 2020, com a reabertura do comércio em algumas cidades, começou-se a cogitar o retorno às aulas, mesmo com a pandemia ainda fora de controle. Neste momento, a CUT- MT continuou a se manifestar em defesa do isolamento e do distanciamento social[67]. No entanto, os profissionais contratados começaram a defender o retorno das aulas, buscando garantir a continuidade de seus empregos.

---

[65] SINTEP-MT. Sintep-MT reafirma falta de transparência de vagas no quadro da educação estadual. Cuiabá: SINTEP-MT, 18 nov. 2021. Disponível:https://sintep.org.br/sintep/Utilidades/view_noticia/sintep-mt-reafirma-falta-de-transparencia-de-vagas-no-quadro-da-educacao-estadual/trees. Acesso em: 12 abr. 2025.

[66] MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. Deputados derrubam veto do governador e garantem auxílio para professores interinos. Cuiabá: ALMT, 22 jun. 2020. Disponível em: https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/deputados-derrubam-veto-do-governador-e-garantem-auxilio-para-professores-interinos/visualizar. Acesso em: 12 abr. 2025.

[67] CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DE MATO GROSSO (CUT-MT). Nota pública da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2020. Disponível em: https://cnte.org.br/cnte-news/73063. Acesso em: 12 abr. 2025.

No começo de julho de 2020, foi divulgado o retorno das atividades na rede estadual de ensino de forma remota e a retomada do processo de atribuição de aulas e jornadas. Com isso, novos desafios e obstáculos começaram a surgir com a volta às aulas.

É relevante ressaltar que já em 2021, um ano antes das eleições federais e estaduais, apesar da crise global e nacional desencadeada pela pandemia de Covid-19, do aumento dos preços do petróleo internacional, da significativa desvalorização do real em relação ao dólar e do aumento expressivo dos preços dos combustíveis, juntamente com a crise hídrica e a seca que afetam profundamente as cadeias produtivas, gerando altos índices de inflação, o discurso oficial parece ter mudado drasticamente, com a crise sendo praticamente negada (De Paula et. Al, 2022).

O governo enfatizou amplamente que o estado está batendo recordes de exportação de soja e carne, e as finanças parecem estar em ordem, com os salários dos servidores sendo pagos pontualmente no final de cada mês. Com essa mudança de discurso, emendas são liberadas e as obras de infraestrutura para o agronegócio avançam em ritmo acelerado, transmitindo uma imagem de perfeita "normalidade".

Em suma, o setor público se encontra agora em uma nova dinâmica de poder, caracterizada pela cultura empresarial competitiva, que busca minar os sistemas ético-profissionais (BALL, 2005). Essa perspectiva neoliberal assume novas dimensões e oportunidades com a pandemia de COVID-19, a qual exacerbou a precariedade das condições de trabalho dos professores. Diante desses desafios, é incumbência dos educadores unir esforços e persistir na resistência e na luta dentro desse campo em constante disputa.

Nesse contexto, a fim de aprofundar a compreensão sobre a luta em Mato Grosso, realizamos uma análise da série temporal, que será apresentada no apêndice deste trabalho, permitindo uma visão mais detalhada de sua trajetória.

As greves organizadas pelo Sintep entre 1984 e 2019 revelam padrões recorrentes de mobilização e reivindicação. Com um histórico de paralisações motivadas, principalmente, por questões salariais e condições de trabalho, a evolução das greves demonstra tanto a insistência das demandas quanto a mudança de estratégias governamentais para lidar com os movimentos paredistas.

A série temporal das greves indica três principais períodos de intensa mobilização: 1984-1996, fase inicial de organização e consolidação sindical, com paralisações curtas e demandas básicas como pagamentos em dia e reajustes; Entre 2000 e 2010, registrou-se o auge das mobilizações, com greves mais longas e complexas, marcadas por intensos

debates sobre direitos trabalhistas, estrutura escolar e reformas no financiamento da educação; e 2011-2019, reestruturação e endurecimento das negociações, com maior intervenção judicial, repressão aos grevistas e radicalização das posições.

A análise das causas das paralisações permite identificar quatro grandes elementos: questões salariais, sendo a maior parte das greves motivada pelo reajuste do piso salarial ou a recomposição de perdas inflacionárias; atraso no pagamento, especialmente entre 1988 e 2000, quando a categoria cruzou os braços devido a salários atrasados; condições de trabalho, com crescimento das demandas por infraestrutura, nomeação de concursados e melhorias no plano de carreira a partir dos anos 2000; e políticas públicas e gestão educacional, quando as greves passaram a incluir críticas às reformas no financiamento da educação e à terceirização dos serviços.

A média de duração das greves também reflete o grau de tensão entre os trabalhadores e o governo. Enquanto na década de 1980 e 1990 a maioria das paralisações durava poucos dias (1 a 4 dias), a partir dos anos 2000, os movimentos tornaram-se mais longos e estruturados. A greve de 2013, com 67 dias, e a de 2019, com 75 dias, foram as mais extensas da história do SINTEP.

Os encaminhamentos após as greves mostram padrões repetitivos, como negociação e concessão parcial, com o governo oferecendo reajustes parciais para encerrar as paralisações; judicialização e repressão, com aumento no uso de decisões judiciais para declarar as greves ilegais e impor multas a partir de 2004; cortes salariais e punições, prática comum desde 2013 para desmobilizar os trabalhadores; e negociações prolongadas sem solução efetiva, levando a novas paralisações posteriormente.

A análise da série temporal das greves do SINTEP revela um histórico de lutas persistentes por melhores condições salariais e estruturais. A judicialização dos movimentos e a crescente dificuldade nas negociações indicam um ambiente mais adverso para os trabalhadores da educação, ao mesmo tempo em que apontam para a necessidade de novas estratégias sindicais para garantir avanços concretos. O ciclo de reivindicações mostra que, enquanto problemas estruturais na educação não forem resolvidos, as greves continuarão sendo uma ferramenta de pressão fundamental para a categoria.

4.2.2 Luta em São Paulo - Apeoesp

A APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) é uma entidade composta por professores, professoras e especialistas da educação, dedicada à defesa dos interesses e direitos individuais e coletivos da categoria diante do cenário de exploração do trabalho, evidenciado por lacunas nos direitos dos trabalhadores (De Paula, 2011).

Reconhecida por sua representatividade e combatividade, a Apeoesp tem se utilizado das greves e paralisações como principais ferramentas de luta, ganhando destaque nas décadas de 1980 e 1990, em meio ao processo de redemocratização e ao aumento do custo de vida. No entanto, apesar do histórico de resistência, as mobilizações sindicais têm enfrentado desafios diante das políticas governamentais que fragilizam a categoria, resultando na perda de direitos conquistados e no agravamento das condições de trabalho e saúde dos professores (Apeoesp, 2017; De Paula, 2011).

Os decretos e resoluções governamentais têm sido utilizados como instrumentos políticos para materializar ações que prejudicam os direitos dos professores. Um exemplo disso foi a mudança em 2013 na entidade responsável pela emissão de licenças médicas, que dificultou o acesso dos docentes a esse direito. Anteriormente, o órgão responsável era o Departamento de Perícia Médica do Estado de São Paulo, mas passou a ser a Secretaria da Educação (Apeoesp, 2016).

Diante da crescente precarização das relações de trabalho docente e seu impacto direto na saúde dos professores, a Apeoesp conduziu uma pesquisa em 2010 durante o XXIII Congresso Estadual da APEOESP. Os resultados revelaram uma série de doenças enfrentadas pelos professores, incluindo estresse, problemas de voz, gripe, resfriado, rinite, depressão, hipertensão arterial, enxaqueca, sinusite, gastrite, tendinite, varizes, bursite, lombalgia, vertigem, conjuntivite, micose e fadiga crônica (Apeoesp, 2016).

Além dessas condições de saúde, é importante destacar a Síndrome de Burnout, que leva os professores à exaustão física, mental ou emocional, resultando em desistência e perda de identidade profissional devido a um conjunto de situações desgastantes. Nesse sentido, Codo (2002) observa:

> para explicar o burnout desde os mais recônditos conflitos afetivo familiares, aqueles que costumam frequentar o divã da psicanálise, até as relações sociais travadas em meio ao cotidiano, o ambiente físico do trabalho, a rede de relações sociais e hierárquicas que se estabelecem no trabalho e fora dele, a carga da tarefa em si, os vínculos que se estabelecem e se perdem com o produto e, literalmente, tudo o mais que

> se possa lembrar. Outra vez, cada uma destas faces da vida e do trabalho podem e devem ser responsabilizadas por burnout; outra vez, nenhuma delas pode reivindicar para si o papel de determinante exclusivo do problema. (CODO, 2002, p.249).

Outra pesquisa relevante sobre o ambiente de trabalho dos professores foi divulgada pela Apeoesp em 2014, com o objetivo de avaliar a qualidade das escolas. Foram conduzidas 2.100 entrevistas, distribuídas igualmente entre professores, pais, mães e estudantes, buscando abordar os principais problemas no ensino, como falta de segurança, progressão continuada, falta de infraestrutura (laboratórios, aulas de informática e acessibilidade), falta de interesse, violência, assédio moral, entre outros (APEOESP, 2014).

Esta pesquisa, de natureza quantitativa, identifica as questões mencionadas anteriormente, assim como outras problemáticas relacionadas ao ambiente escolar e seus impactos na vida de professores, estudantes, pais e outros profissionais que atuam diretamente nesse contexto. Ela apresenta diversos dados ilustrativos com o objetivo de estimular o debate sobre a qualidade da educação pública no Estado de São Paulo.

Entre os resultados da pesquisa, destaca-se que 37% dos docentes relataram ter sofrido algum tipo de discriminação, sendo a homofobia o motivo mais comum, seguido pelo racismo, sexismo e preconceito regional. É preocupante também o fato de que mais da metade dos professores (55%) precisam complementar sua renda com outro emprego, seja em outras redes de ensino ou em atividades não relacionadas com a educação. Além disso, 48% dos docentes consideram inadequado o tempo disponível para planejamento e preparação das aulas (Apeoesp, 2014).

A Apeoesp é um sindicato que se destaca pela realização de diversas pesquisas. No entanto, para uma compreensão mais aprofundada de sua trajetória, conduzimos uma análise da série histórica de greves, a série na íntegra estará no apêndice deste trabalho, permitindo uma visão mais ampla sobre sua atuação ao longo do tempo.

A análise temporal das greves da Apeoesp revela um padrão histórico de reivindicações docentes marcadas por uma luta contínua por melhores condições salariais, estabilidade no emprego e estruturação da carreira docente.

Esse histórico, que atravessa décadas, reflete tanto a permanência de problemas estruturais no sistema educacional paulista quanto as mudanças nas estratégias governamentais e sindicais ao longo do tempo. A série temporal das greves revela uma constância na pauta reivindicatória dos professores, que inclui reajuste salarial significativo, melhoria das condições de trabalho, incorporação de gratificações e

estabilidade no emprego, definição de um plano de carreira sólido e políticas de segurança nas escolas. Esses temas se mantêm ao longo dos anos, indicando que muitos dos problemas estruturais da educação pública paulista não foram resolvidos de forma definitiva, mas apenas mitigados temporariamente por medidas paliativas.

Analisando a duração das greves ao longo do tempo, observa-se uma alternância entre greves curtas, de um a poucos dias, e paralisações prolongadas, que chegaram a ultrapassar 90 dias. Nos anos 1980 e 1990, houve greves mais longas e intensas, algumas com duração de até 80 dias, indicando um período de maior adesão e capacidade de mobilização. Nos anos 2000, as paralisações ficaram mais curtas e espaçadas, com uma tendência crescente de greves de advertência[68].

A partir de 2010, observa-se uma dificuldade crescente de manter greves prolongadas, com muitas paralisações encerradas sem conquistas significativas e com maior repressão estatal. A redução da duração das greves pode ser atribuída a diversos fatores, como o endurecimento das políticas governamentais, a judicialização da mobilização sindical, a fragmentação da categoria e a falta de adesão massiva dos professores.[69]

Outro aspecto fundamental da análise é a postura do governo estadual em relação às greves. A resposta governamental [70]evoluiu ao longo dos anos e pode ser categorizada

[68] As greves de advertência consistem em interrupções breves e programadas das atividades laborais, articuladas por trabalhadores ou por suas organizações representativas, com a finalidade de sinalizar insatisfação diante de demandas não atendidas. Essas paralisações funcionam como um alerta formal ao empregador ou ao poder público, sem implicar na suspensão prolongada das funções ou serviços.

[69] Conforme análise do DIEESE (2011), o cenário de encurtamento das greves e o crescente enfraquecimento da mobilização sindical estão profundamente relacionados à intensificação do controle jurídico sobre as paralisações, com decisões judiciais que impõem restrições severas aos movimentos. Soma-se a isso a ausência de respostas concretas às demandas salariais, o esvaziamento da coesão entre os trabalhadores, a dispersão das categorias por diferentes vínculos contratuais e a redução do engajamento coletivo em ações prolongadas. Referência: DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Balanço das greves de 2010. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: https://www.dieese.org.br/analisepesquisas/2011/analisegreves2010.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

[70] Desde o início da década de 1980 até o ano de 2025, o Estado de São Paulo foi governado por diferentes lideranças políticas que expressaram os diversos ciclos da vida partidária brasileira, em especial no contexto da redemocratização e posterior consolidação de forças políticas conservadoras e liberais. Ainda sob a vigência do regime militar, Paulo Maluf governou São Paulo de 1979 a 1982, representando o PDS (Partido Democrático Social), sendo sucedido por José Maria Marin, também do PDS, que completou o mandato até 1983. Com a reabertura política, Franco Montoro assumiu o governo entre 1983 e 1987, eleito pelo PMDB, em uma coligação que simbolizava a transição democrática. Em seguida, Orestes Quércia, também pelo PMDB, governou entre 1987 e 1991, consolidando o partido como força dominante naquele momento.

em três fases principais. Entre 1980 e 1990, houve uma negociação relativa, com espaço para concessões, como reajustes salariais e incorporação de gratificações. No período entre 2000 e 2010, observa-se um aumento na repressão e judicialização das greves, com cortes de ponto e uso da justiça para declarar greves ilegais.

De 2010 em diante, a desmobilização e o desgaste do movimento sindical tornaram as greves menos eficazes, com menor adesão e menos concessões por parte do governo, que aposta na fragmentação da categoria para reduzir o impacto das paralisações.

Outro elemento crucial são as dificuldades de mobilização sindical. Nas décadas de 1980 e 1990 as greves contavam com uma adesão expressiva, ao longo do tempo a categoria se fragmentou. O aumento da contratação de professores temporários, a desconfiança crescente em relação ao sindicato, as mudanças nas estratégias governamentais e a repressão policial e judicial contribuíram para a redução da adesão as greves.

Conforme afirma Antônio Callado (2025),

> Olha, eu vou entrar em outra questão também. Nós temos hoje normas que estão regulando, vamos dizer assim, o trabalho docente de uma forma castradora, que tenta castrar o direito dos profissionais a se sindicalizarem. E eles proíbem? Ninguém está proibido, não tem nada escrito que é proibido ser sindicalizado. Mas exercem pressão, tá certo?

Na década de 1990, o PMDB continuou no poder com Luiz Antônio Fleury Filho (1991–1995), até que em 1995 houve uma ruptura significativa com a ascensão de Mário Covas, eleito pelo PSDB com apoio do PFL. Covas foi reeleito, mas faleceu durante o mandato em 2001, sendo substituído por seu vice, Geraldo Alckmin, também do PSDB, que se reelegeu e governou até 2006. Com sua renúncia, Cláudio Lembo (PFL) assumiu brevemente até o fim do mandato. Em 2007, José Serra foi eleito governador pelo PSDB com uma coligação ampla envolvendo DEM, PPS e outros partidos. Renunciando em 2010 para concorrer à Presidência, deixou o cargo para seu vice, Alberto Goldman (PSDB), que governou até o fim daquele mandato. Geraldo Alckmin retornou ao governo em 2011, também pelo PSDB, sendo reeleito e permanecendo até 2018, quando renunciou novamente. Em seu lugar assumiu Márcio França, então vice-governador, filiado ao PSB, que disputou a reeleição naquele ano, mas foi derrotado por João Doria, eleito pelo PSDB em uma coligação com DEM, PRB e PPS. Doria governou de 2019 até 2022, quando deixou o cargo para concorrer às eleições presidenciais, sendo substituído por Rodrigo Garcia, também do PSDB. Em 2022, Garcia tentou a reeleição, mas foi derrotado por Tarcísio de Freitas, eleito em 2022 e empossado em janeiro de 2023. Filiado ao Republicanos, Tarcísio foi apoiado por uma coligação composta por PL, PSD e partidos do espectro conservador, simbolizando a vitória de uma força política aliada ao então ex-presidente Jair Bolsonaro no maior colégio eleitoral do país. Ao longo de mais de quatro décadas, a política paulista foi marcada pela hegemonia tucana — o PSDB governou o estado por quase três décadas ininterruptas —, alternando momentos de estabilidade, ruptura e renovação, em meio a cenários nacionais de crise, polarização e reconfiguração partidária. Referência: SÃO PAULO (Estado). Governadores do Estado de São Paulo: cronologia política de 1980 a 2025. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, [s.d.]. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br. Acesso em: 12 abr. 2025.

> Direta ou indiretamente, sobre aquelas pessoas que são sindicalizadas, que querem fazer debate dentro da escola, que querem levar para dentro da escola a situação dos professores, tá certo? Dos trabalhadores da educação de uma maneira geral. Isso é feito em quase todos os estados. Além disso, as contratações — no caso de São Paulo — até algum tempo atrás, nós tínhamos metade da rede contratada temporariamente, ou seja, contratos temporários que podem ser, de uma forma ou de outra, extintos por uma canetada do secretário. Isso termina interferindo, porque cria uma pressão em cima do professor, que é ameaçado: "Olha, se você for cuidar... se você é temporário, você é categoria tal, você é categoria tal..." Isso pressiona. Ainda que os professores e os funcionários, em São Paulo, não vivam bem, tenham dificuldades. Os professores são obrigados a dar aula em duas, três escolas. Exerce-se essa ação repressiva, exerce um papel que dificulta o trabalho do sindicato. Mas nós somos teimosos, nós não nos entregamos e continuamos fazendo o trabalho. Ora um diretor não permite que entremos, ora outro diretor chama a polícia. Em alguns estados, o sindicato é multado, organizam mobilização, recebe multas que são impagáveis, que têm como objetivo inviabilizar financeiramente a organização dos trabalhadores, está certo? Isso vive-se hoje. Mas nós, felizmente, estamos resistindo. Estamos encontrando formas de enfrentar esses desafios, trabalhando a formação da nossa base, buscando convencê-los de que é necessário que se organizem — inclusive para dizer: "Olha, eu concordo com isso", mas digam.

A análise da série temporal das greves da Apeoesp deixa claro que o movimento sindical docente enfrenta desafios cada vez maiores. Se nos anos 1980 e 1990 a mobilização era capaz de gerar vitórias significativas, atualmente as greves têm tido menor impacto e menor adesão. Isso não significa que a luta perdeu sua importância, mas indica a necessidade de reestruturação das estratégias de mobilização, buscando novas formas de pressão e engajamento da categoria.

Para que a luta sindical continue relevante, é essencial aproximar o sindicato dos professores mais jovens, fortalecer a mobilização digital sem abandonar as manifestações presenciais e encontrar formas de superar a fragmentação da categoria. O histórico das greves demonstra que a precarização da educação pública não é um acaso, mas um projeto político que precisa ser enfrentado com organização e resistência coletiva.

4.3 TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES/ DIRIGENTES SINDICAIS EM MATO GROSSO E SÃO PAULO

Em complemento às análises das experiências previamente apresentadas, este subcapítulo destina-se à exposição das análises das entrevistas, cujo conteúdo integral será disponibilizado no apêndice. É importante destacar que as entrevistas foram

realizadas em conformidade com as diretrizes do comitê de ética, visando preservar a identidade dos entrevistados, optamos por nomeá-los com referências aos grandes autores da literatura brasileira. A opção se deve a fim de evitar a impessoalidade de identificá-los por números ao longo do texto, garantindo, ao mesmo tempo, um registro mais humanizado e significativo.

4.3.1 Atuação da luta no estado de Mato Grosso

A TRAJETÓRIA DE RACHEL DE QUEIROZ

A entrevista concedida por Rachel oferece uma visão ampla e detalhada sobre sua trajetória profissional, sua atuação sindical e os desafios enfrentados pelos sindicatos da educação. A seguir, apresenta-se uma análise sobre os principais aspectos abordados, com foco na dinâmica sindical, na representatividade dos trabalhadores da educação, nos desafios do setor e no impacto das transformações sociais e políticas na educação pública.

A Rachel apresenta uma trajetória consolidada no setor educacional e sindical, com uma experiência que se estende por mais de três décadas. Destaca-se a influência familiar na formação de sua identidade sindical, evidenciando a continuidade geracional do ativismo. Essa transmissão de valores e práticas militantes é um aspecto sociológico relevante para compreensão da permanência e da reprodução do sindicalismo docente, que se estrutura não apenas em reivindicações trabalhistas, mas também em uma construção histórica e ideológica.

A experiência da Rachel também revela a importância da continuidade nas lideranças sindicais e da organização em projetos coletivos, sem disputa de chapas concorrentes. Essa caracterização pode indicar uma coesão interna sólida, mas também levanta questionamentos sobre a pluralidade de opiniões dentro da estrutura sindical e os mecanismos de democratização interna.

A entrevista evidencia que o sindicato desempenha um papel fundamental na formação profissional, na defesa dos direitos trabalhistas e na participação em instâncias decisórias, como conselhos municipais, estaduais e nacionais de educação. No entanto, também é relatada uma crescente dificuldade na mobilização e engajamento dos trabalhadores, o que pode ser interpretado como um reflexo das mudanças estruturais no mundo do trabalho.

Dentre os desafios enfrentados, destaca-se o processo de militarização, privatização e terceirização da educação. Esses fenômenos inserem-se em um contexto político mais amplo de reformas estruturais e reconfiguração do papel do Estado na oferta de serviços públicos. A questão central aqui é a necessidade de reconfiguração das estratégias sindicais para enfrentar tais desafios, garantindo que a educação permaneça como um direito social e não um bem mercantilizado.

Assim, conforme Rachel de Queiroz (2024),

> Trabalhar a educação hoje, representar a educação hoje não é uma tarefa fácil diante do processo da militarização, diante do processo da privatização, diante do processo da terceirização. Então hoje trabalhar a educação pública, hoje ela tem um viés de dificuldade, seja do ponto de vista dos novos filiados, seja do ponto de vista do processo da formação sindical e da compreensão de fato de estar dentro de um sistema que hoje está muito mais para a capitalização ou capital do que para transformar pessoas, moldar e muitas vezes trazer uma concepção de luta, de lutar por aquilo que está estabelecido como direitos e deveres. Muito se avançou e muito ainda precisa se avançar. Dentro da educação nós passamos a trabalhar o financiamento da educação, que são os recursos hoje do Governo federal, estadual e municipal, que de fato trazem o processo educacional, que constroem o processo educacional. A educação não pode ser vista como um gasto e sim como um investimento.

Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de ampliar a participação dos profissionais da educação no sindicalismo. A resistência dos trabalhadores em aderir às mobilizações, seja por contratos temporários precários ou por medo de represálias, revela a fragilidade do vínculo empregatício e a desmobilização progressiva da categoria. Essa é uma questão estratégica para a sobrevivência da atuação sindical.

O depoimento destaca um dos temas mais críticos da atualidade, o adoecimento dos profissionais da educação. O desgaste físico e emocional decorrente da sobrecarga de trabalho, do excesso de burocracia e das novas exigências tecnológicas são elementos centrais da problemática do ensino.

Segundo Rachel de Queiroz (2024),

> O desgaste, ele vem ocorrendo justamente por causa das mudanças, que elas são naturais no processo educacional, são mudanças naturais, mas ao mesmo tempo, ela traz ao professor condições adversas. O trabalho hoje, quando ele não tem um reconhecimento e quando ele não tem um processo de qualificação em serviço, a chamada formação continuada em serviço, não do ponto de vista apenas da cobrança, mas do ponto de vista de orientar, de melhorar, de criar mecanismos que dêem ao professor uma melhor condição, inclusive de atuar. Então o Sintep hoje, ele busca criar, com esses processos de formação que nós temos também, essa condição de melhorar o trabalho em sala de aula.É claro

> que nós não vamos promover dentro da nossa estrutura, que é a defesa do trabalhador, promover cursos para dar a eles todas essas condições, até porque a função do sindicato hoje, ela é também uma função social, o sindicato também tem uma função social, não apenas de defender o trabalhador, mas uma função social de contribuir com a sociedade, de contribuir com o processo educacional.

A pandemia de COVID-19 intensificou esses desafios, impondo a necessidade de adaptação a um modelo de ensino remoto sem preparação adequada. Esse episódio reforçou a falta de suporte e formação para os docentes, agravando os níveis de estresse, ansiedade e burnout. A menção à evasão escolar e ao aumento do número de profissionais afastados por doenças ocupacionais é um demonstrativo da crise estrutural, indicando a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à saúde mental e ao bem-estar dos educadores.

Para Rachel de Queiroz (2024),

> A pandemia e o pós-pandemia trouxeram uma condição que nenhum trabalhador conhecia: o mecanismo da aula virtual e o mecanismo online. Então, a educação reaprendeu... Acredito que não é "reaprendeu" — vou modificar aqui a minha palavra —, a educação passou a usar um mecanismo ao qual ela não tinha conhecimento e nem formação, que é o mecanismo da aula online, através da tecnologia.
> Os alunos também não; os pais dos alunos também não. E nós tivemos um processo muito difícil, onde a nossa condição foi colocada em xeque. Nós iríamos participar de uma condição que, até então, não conhecíamos — que eram as aulas por videoconferência, as aulas online, os alunos nos seus celulares, nos seus computadores, das suas casas... e nós, nas nossas casas. E quem não tinha acesso à internet? Como ficou esse ensino? Como ficou essa formação? Como se deu essa condição? E o professor que não conhecia a ferramenta? Que não dominava a tecnologia? Como ficou? As pessoas adoeceram. As pessoas se sentiram numa condição de incapacidade — mas não a incapacidade do ser humano, e sim da condição que lhes foi imposta. Então, a pandemia e o pós-pandemia, hoje, trazem um retrato da questão educacional, principalmente do mecanismo tecnológico, que não é de acesso a todos.

A entrevista também aponta para o futuro do sindicalismo docente, ressaltando a dificuldade de sensibilizar os novos trabalhadores para a importância da filiação sindical. Esse fenômeno é resultante de mudanças no perfil do trabalho, da precarização e da flexibilização das relações laborais.

A entrevista sugere que o futuro do sindicalismo depende da capacidade de reinvenção das estratégias de mobilização e de atuação política. O fortalecimento da formação sindical, a modernização dos mecanismos de comunicação e a construção de

uma agenda política mais inclusiva são elementos que podem contribuir para a revitalização do movimento sindical docente.

Conforme Rachel de Queiroz (2024),

> A atividade sindical, hoje, não é uma atividade fácil do ponto de vista de você sensibilizar os trabalhadores da educação para estarem filiados ao Sintep, participando das atividades e, ao mesmo tempo, contribuindo com a formação. Porque, hoje, estar no Sintep envolve dedicação — inclusive pessoal. E o sindicato, hoje — a exemplo do Sintep —, é um sindicato que atua com a exclusividade dos trabalhadores da educação. É uma das representatividades, hoje, de sindicato com credibilidade e que leva o processo da formação, inclusive, a outros estados. O Sintep é protagonista no processo da formação. E isso é muito importante.

A análise da entrevista revela um panorama complexo e multifacetado da atuação sindical no setor da educação. Ao mesmo tempo em que o sindicalismo se apresenta como um pilar essencial na luta por direitos e na qualificação dos trabalhadores, ele também enfrenta desafios significativos relacionados à mudança no perfil dos profissionais, à resistência à mobilização e às transformações estruturais na política educacional.

O futuro da educação pública e do movimento sindical dependerá da capacidade de adaptação às novas realidades, da construção de estratégias eficazes de engajamento e da consolidação de uma representatividade sindical mais abrangente e conectada às demandas da sociedade.

A TRAJETÓRIA DE GRACILIANO RAMOS

A entrevista concedida por Graciliano apresenta uma visão ampla e reflexiva sobre a atuação profissional e sindical no contexto da educação pública. A seguir, realiza-se uma análise densa e profunda sobre os principais aspectos abordados, incluindo a trajetória profissional e sindical, os desafios enfrentados pelos sindicatos, o impacto das políticas públicas e a necessidade de reorganização e fortalecimento do movimento sindical docente.

O Graciliano apresenta uma carreira consolidada na educação pública, com atuação na rede estadual e municipal como professor pedagogo. Sua formação acadêmica é robusta, com especialização na formação de professores e práticas pedagógicas, o que demonstra uma preocupação com a qualificação docente e o impacto da formação na melhoria da educação.

A formação sindical, por outro lado, ocorreu através de um curso específico promovido pelo sindicato, articulado com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Esse dado é relevante porque indica que a militância sindical não necessariamente emerge da formação acadêmica, mas sim de um processo formativo próprio da organização sindical. Esse tipo de formação interna fortalece a identidade sindical e a continuidade da luta por direitos.

O entrevistado descreve uma longa trajetória sindical, ocupando cargos de relevância tanto na esfera local quanto na direção estadual. Essa atuação demonstra uma estrutura organizacional complexa, em que o sindicato se apresenta como um espaço de representação e formulação de políticas educacionais.

O sindicato se diferencia de outras organizações sindicais por representar não apenas os docentes, mas também os técnicos administrativos, auxiliares educacionais e demais profissionais da educação. Essa abrangência é um diferencial, pois amplia a base de representação e possibilita uma luta sindical mais unificada. No entanto, também impõe desafios, como a conciliação das demandas específicas de cada subgrupo dentro da categoria.

Conforme Graciliano Ramos (2024),

> Então, eu não sei se você quer focar somente no sindicalismo docente, mas, primeiro, antes, só relatar que o nosso sindicato — que é o Sintep — não representa somente o sindicato docente. Se você pegar a maioria dos sindicatos no Brasil, as categorias, elas são... a categoria "trabalhadores da educação pública" possui vários sindicatos: sindicato de rede municipal, sindicato de professores, sindicato de técnicos escolares, sindicato de auxiliares da educação. Então, há alguns estados e municípios que se organizam dessa forma. No Sintep, do qual eu faço parte, a nossa organização é um Sintep único, que vai representar os trabalhadores da rede municipal, os trabalhadores da rede estadual e, dentro dessa categoria "trabalhadores da educação", a gente representa o professor, o técnico administrativo educacional, o apoio educacional — que são os vigias, merendeiras e os motoristas. Então, é um único sindicato que vai representar todos esses.

O sindicato também realiza planejamentos estratégicos anuais e avaliações periódicas, o que demonstra um esforço em manter uma atuação organizada frente às mudanças na educação.

Um dos principais desafios identificados é a baixa adesão dos trabalhadores da educação às atividades sindicais. O entrevistado aponta que muitos profissionais enfrentam barreiras institucionais, como restrições impostas por gestores educacionais, que dificultam a participação em assembleias e cursos de formação.

Além disso, há um problema estrutural na organização do trabalho, em que muitas unidades escolares carecem de representantes sindicais ativos, dificultando a mobilização e a disseminação das informações.

Conforme Graciliano Ramos (2024),

> O Sintep, do qual eu faço parte, realiza os planejamentos estratégicos tanto para atuação anual — que a gente faz no início do ano, geralmente no mês de janeiro — no final de janeiro, quando realizamos o planejamento estratégico anual. Porém, a gente também faz uma avaliação do planejamento estratégico no recesso escolar, para o mês de julho. Então, são dois momentos em que a gente se reúne para discutir a nossa atuação como sindicato. E nós, hoje, temos enfrentado alguns desafios. A principal identificação e reclamação nossa, enquanto direção, é a pouca adesão dos trabalhadores da educação nas questões sindicais. E essa pouca adesão dos trabalhadores da educação nas questões que envolvem o sindicato, nós temos apontado que, no Mato Grosso, está relacionada à dificuldade que os gestores da educação têm imposto a esses profissionais — na verdade, desencorajando os trabalhadores da educação a participar das assembleias, a participar de algum curso de formação oferecido pelo sindicato, a fazer parte ou até mesmo a mobilizar outros trabalhadores na escola. Porque nós temos, inclusive estatutariamente, o representante de unidade escolar, que, na teoria, deveria existir em cada unidade escolar — um representante do sindicato que, então, mobilizaria aqueles que fazem parte daquele espaço de trabalho. Então, hoje, o que nós temos identificado é que a maioria das unidades escolares e as diretorias regionais de ensino, na verdade, acabam cerceando o sindicato, inclusive com relatos de que há escolas que proíbem os dirigentes sindicais de entrarem na escola, sob a alegação de que ali é um espaço governamental e que o sindicato não tem espaço para entrar lá e conversar ou dialogar com os trabalhadores da educação.

Outro desafio crítico é a tendência à individualização dos profissionais da educação, intensificada pela pandemia. O distanciamento social e a digitalização das atividades pedagógicas levaram a um enfraquecimento do sentimento de coletividade, essencial para a atuação sindical.

Como destaca Graciliano Ramos (2024),

> A pandemia, ela contribuiu no sentido de que impulsionou, principalmente, os trabalhadores da educação — especificamente os professores — para um outro contexto, em que a forma de dar aula ou de trabalhar com o aluno teve que ser alterada. Então, tudo isso gerou — inclusive — situações extremas: tivemos trabalhadores da educação que cometeram suicídio aqui no estado de Mato Grosso, em função dessa nova sobrecarga de trabalho, que gerou — e tem gerado até hoje — muito desgaste profissional e causa de vários problemas. [...]A pandemia trouxe — e fez se acirrar ainda mais — o distanciamento do filiado em relação aos espaços coletivos. A identificação que nós tivemos é que a pandemia individualizou os trabalhadores da educação. Então, aquele sentimento coletivo que havia antes da pandemia... Hoje,

> mesmo estando em um momento pós-pandemia, mesmo a gente trabalhando as questões de filiação e trazendo pessoas novas, temos muitas pessoas se desfiliando do próprio sindicato. Mas, geralmente, tanto a desfiliação quanto o fracasso da atuação sindical estão relacionados à individualização do trabalhador. Cada vez mais ele está se sentindo isolado, sem esse sentimento de coletividade. Então, a pandemia acirrou ainda mais esse tema.

O sindicato tem um papel essencial na crítica e monitoramento das políticas educacionais. A entrevista destaca a importância de atuar como contraponto às políticas de curto prazo implementadas por governos municipais e estaduais, que muitas vezes não correspondem às necessidades estruturais da educação.

A greve de 2019 é citada como um dos poucos momentos em que a categoria conseguiu uma mobilização ampla, evidenciando que a principal motivação para as paralisações é a questão salarial. Questões pedagógicas e estruturais, embora relevantes, não têm o mesmo poder de mobilização, o que indica uma necessidade de repensar estratégias de conscientização da categoria.

Assim, Graciliano Ramos (2024) destaca,

> Quando são outras pautas que a gente encaminha, então, geralmente, a gente vai conseguir um dia de paralisação, uma mobilização — são outros instrumentos que a gente utiliza dentro do sindicato. Mas, agora, greve mesmo, a gente só consegue mobilizar a categoria, no nosso contexto, somente quando for relacionado a salário.

A entrevista também aborda a questão do adoecimento dos profissionais da educação, especialmente no contexto pós-pandemia. O relato de professores que cometeram suicídio devido à sobrecarga de trabalho é um alerta grave sobre as condições de trabalho na educação pública. O aumento de atestados médicos e afastamentos reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde mental e ao bem-estar docente.

Conforme Graciliano Ramos (2024),

> O sindicato não só tem recebido esses relatos, como tem protocolado ações, inclusive judiciais. Então, recebe — recebe bastante. [...] Existe uma frequência com que esse tema aparece: são todas as reuniões de direção do sindicato. A frequência mínima é a cada 30 dias. A cada 30 dias, esse tema vem à tona em nível estadual. E aí temos as subsedes — a subsede se reúne com a direção também, a cada 15 dias, a cada 30 dias, para realização de conselho de representantes. Então, esses temas, minimamente em nível de Estado, são debatidos a cada dois meses — eles são retratados.

O entrevistado enfatiza a necessidade de renovar o movimento sindical, atraindo novas lideranças e adaptando-se às novas dinâmicas do trabalho. A revitalização do

sentimento de coletividade e o fortalecimento da formação sindical são estratégias centrais para garantir a continuidade da luta pelos direitos dos trabalhadores da educação.

Para Graciliano Ramos (2024),

> O futuro do sindicato é renovação: continuar combatendo tudo aquilo que os trabalhadores da educação entendem que prejudica a sua saúde profissional e financeira, a sua vida pessoal — porque o sindicato não vê somente as questões profissionais, mas, geralmente, a questão profissional vem ligada com a questão pessoal também. E a questão pessoal vai estar relacionada às condições de trabalho. Então, o Sintep não é um sindicato que tem um pensamento pequeno ou um pensamento de desistir de existir. Jamais. É um pensamento de se adaptar às realidades, trazendo, principalmente, trabalhadores da educação novos — ou seja, novos dirigentes sindicais — para que tragam ideias novas, ou inovadoras pelo menos, para que o sindicato possa atender, cada vez mais, os anseios dos trabalhadores da educação, mas nunca abrindo mão de fazer o contraponto ou a crítica às políticas.

A entrevista com Graciliano revela um panorama complexo do sindicalismo na educação pública. O sindicato desempenha um papel crucial na defesa dos direitos dos trabalhadores, mas enfrenta desafios significativos, como a desmobilização da categoria e as restrições institucionais impostas pelos gestores públicos. O futuro do movimento sindical docente dependerá da capacidade de adaptação às novas realidades, da construção de estratégias eficazes de engajamento e da consolidação de uma representatividade sindical mais abrangente e conectada às demandas da educação.

A TRAJETÓRIA DE JORGE AMADO

Jorge apresenta um panorama denso do sindicalismo docente e das condições de trabalho da educação básica de Mato Grosso, destacando elementos estruturais que perpassam desde a precarização da carreira docente até a reorganização das lutas sindicais frente às novas dinâmicas laborais.

Conforme afirma Jorge Amado (2024),

> O docente é um dos profissionais da educação, dos trabalhadores da educação. Olhando para esse tema, é bem amplo. Quando se fala da questão de como está a situação do sindicato, eu vejo que a gente tem duas vertentes. A primeira é que a gente vinha num processo de ataque sistêmico ao movimento sindical, principalmente no que ocorreu agora, na história recente, de 2013 para cá, e com os governos que nós tivemos. No entanto, hoje a situação do sindicato passa a ter um outro protagonismo. Então, as pessoas compreenderam que o golpe que ocorreu em 2016, o processo que levou o ex-presidente da República ao poder — o próprio Michel Temer —, era na lógica de atender o mercado e da retirada de direitos. Então, hoje as pessoas passam a

> compreender isso um pouquinho mais, com o processo de terceirizações que vem com força, a uberização, a ausência de concurso público. Então, o sindicato passa a ter uma cobrança maior, de ter o seu protagonismo para garantir os direitos e, ao mesmo tempo, organizar a classe trabalhadora. Mas um sindicato que tem uma organicidade e capilaridade maior ainda é o Sintep, o que aumenta, de certa forma, essa responsabilidade e, ao mesmo tempo, esse desafio da organização dos trabalhadores. A terceirização, o apagão do Sintep, a saúde do trabalhador, a pauta salarial e as questões do ambiente laborativo — que é você ter um ambiente tranquilo —, a questão da melhoria das infraestruturas das nossas unidades escolares: esses são os temas mais recorrentes. O sindicato, principalmente como em muitos lugares, você precisa ter uma atuação não só por trabalhador, pois não avança, mesmo porque o processo de perseguição aos trabalhadores é muito latente. Então, o papel do sindicato é exatamente esse: buscar essa organização da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, conseguir protocolar essas pautas e avançar no seu processo de negociação — inclusive judicial.

Jorge exemplifica um perfil típico do sindicalismo docente brasileiro, um profissional que ingressa na educação após experiências laborais diversas e, ao longo do tempo, se engaja na luta sindical em razão do contato direto com a precarização da carreira e das condições de trabalho. Seu relato evidencia a transição de um envolvimento inicial, ainda como temporário, para um papel de liderança dentro do sindicato, tornando-se presidente após a perda da antecessora.

Conforme exposto por Jorge Amado (2024),

> Então, desde 98, eu convivo muito próximo com as questões educacionais, com a pauta dos trabalhadores, com as suas reivindicações, os enfrentamentos aos governos, mas, principalmente, com o cotidiano do desafio escolar. Mas, efetivamente, na atuação direta da educação, desde 2006. Então, fiz muita coisa nessa vida, desde trabalhar em madeireira — o meu primeiro registro em carteira foi com 16 anos de idade, em madeireira —, no comércio, entregador de leite e vendedor de verduras. No entanto, em 2006, é o pontapé. Assim que eu comecei na educação, como já convivia com essa realidade da educação, uma das primeiras coisas que eu fiz, no meu primeiro mês, ainda como contrato temporário, foi fazer a sindicalização ao sindicato. Na realidade, a remuneração, como eu ainda não tinha concluído o ensino superior, era uma remuneração baixíssima, mas uma das primeiras coisas que eu fiz foi essa: fazer a sindicalização. Então, assim que eu comecei, vim para o Sintep numa atividade que teve aqui, e depois a gente começou. A chapa atual, né? Atual. Na realidade, eu era, na chapa anterior, vice-presidente. Aí a nossa presidente faleceu num acidente automobilístico, e eu concluí o mandato. Era a primeira eleição dela. Daí, fiz essa conclusão do mandato e tivemos, com o meu nome mesmo concorrendo à presidência do Sintep, a última eleição. Mas a gente sempre — como a gente milita numa corrente chamada Articulação — sempre busca não votar pelo voto ou disputar pela disputa, mas criar o maior arco possível de aliança, aglutinando as forças para que a gente tenha uma certa unicidade naquilo que é o movimento sindical.

A sindicalização precoce e o envolvimento quase imediato com a luta política são sinais de um professor que, ao contrário de muitos da categoria, já possuía uma leitura crítica do papel do sindicato antes mesmo de ingressar na carreira docente. Esse fator é crucial para entender sua perspectiva sobre a importância da mobilização coletiva e da articulação de alianças dentro do sindicalismo, que ele menciona como uma estratégia de resistência frente aos ataques aos direitos dos trabalhadores.

Além disso, o fato de sua trajetória ser marcada por uma progressiva profissionalização dentro do movimento sindical revela um aspecto relevante do sindicalismo educacional, a necessidade de dirigentes altamente capacitados, que conciliam formação acadêmica e prática política para enfrentar as adversidades do setor. Seu relato também demonstra como o sindicato se estrutura de forma complexa, contando com 49 diretores e um Conselho Fiscal, indicando um nível elevado de organização e representatividade.

O entrevistado traz uma análise contundente sobre a transformação do papel do sindicato ao longo das últimas décadas, especialmente a partir de 2013, com o aumento da perseguição e deslegitimação dos sindicatos, intensificado com o golpe de 2016 e os governos subsequentes. Esse contexto não apenas fragilizou as relações de trabalho e a organização sindical, como também potencializou a terceirização e a precarização da profissão docente.

A menção ao processo de "uberização" da educação reflete um fenômeno crescente no Brasil, a substituição de profissionais concursados por contratos temporários e a introdução de mecanismos privatizantes, como parcerias com empresas e modelos educacionais estruturados por corporações. A ausência de concursos públicos e a insegurança trabalhista emergem, assim, como temas centrais no debate sindical, demonstrando que a luta pela estabilidade e valorização da carreira docente é um dos principais desafios enfrentados pelo movimento sindical no Mato Grosso.

Outro ponto crítico abordado pelo entrevistado é o descumprimento da Lei 510, que previa uma política salarial progressiva e a diminuição da rotatividade dos contratos temporários. A greve de 2019, com duração de 75 dias, foi resultado direto dessa violação governamental, evidenciando o desgaste das relações entre trabalhadores da educação e o estado de Mato Grosso. A falta de cumprimento da Revisão Geral Anual (RGA) e a mudança arbitrária da data-base para janeiro sem alteração legal também são sinais da resistência do governo em negociar melhorias salariais.

Esses aspectos revelam um cenário de constante desmonte das políticas educacionais e uma tentativa sistemática de fragilizar o movimento sindical por meio do cerceamento financeiro e da ausência de diálogo institucional.

O tema do adoecimento da categoria é um dos pontos mais importantes da entrevista. O entrevistado ressalta que as condições precárias de trabalho, aliadas ao assédio dentro das escolas e à sobrecarga de funções, têm provocado um aumento expressivo nos casos de afastamento de professores por transtornos psicológicos. O problema se agrava com a falta de equipamentos adequados para trabalhadores da limpeza e da merenda escolar, demonstrando que a precarização não atinge apenas os docentes, mas todos os profissionais da educação.

Como menciona Jorge Amado (2024),

> Em todos os nossos conselhos de representantes, um dos pontos que sempre vem presente é esse: o adoecimento. Então, você tem, na rede estadual, a sobrecarga com os sistemas — desde frequência ao estudante às plataformas utilizadas até a formação. Além do próprio espaço da escola, tratando-se, por exemplo, das merendeiras, do pessoal da limpeza, que não tem o equipamento adequado e, consequentemente, vem desenvolvendo uma série de doenças, mesmo do fazer. Mas o que mais tem nos preocupado é o adoecimento psicológico — esse, em razão do assédio dentro da escola, do assédio da gestão, entre outros, tem sido um dos motivos mais gritantes do afastamento de trabalhadores de dentro da escola, e que trazem esse tema para dentro do sindicato [...] não há uma receita pronta, mas a gente tem buscado. Como a questão da segurança dentro do espaço e a saúde do trabalhador é uma prerrogativa do empregador, a cobrança tem sido feita. No entanto, as ações do governo sobre esse tema — como é um governo neoliberal e é um governo que parece que odeia servidor público — têm sido muito tímidas para conseguir fazer frente ao adoecimento.

Os casos de alcoolismo e uso de drogas também são citados, embora ainda não constituam um tema central na atuação sindical. No entanto, o crescimento desses problemas pode indicar uma tentativa dos trabalhadores de lidarem com o estresse e a exaustão por meio de mecanismos prejudiciais à saúde.

O impacto da pandemia também é analisado como um fator crucial para o agravamento das condições de trabalho e saúde dos docentes. O retorno às aulas presenciais trouxe desafios inéditos, como o aumento da indisciplina e o esvaziamento da autoridade do professor em um contexto em que as avaliações perderam credibilidade. A "aprovação em massa" de estudantes sem a devida exigência acadêmica, aliada à falta de um currículo estruturado para garantir a aprendizagem, compromete ainda mais a eficácia do ensino e intensifica o desgaste emocional dos profissionais.

O entrevistado menciona que, apesar do enfraquecimento dos sindicatos nos últimos anos, há uma nova consciência emergindo entre os trabalhadores. A crescente retirada de direitos e a precarização das relações de trabalho têm levado mais pessoas a questionarem o sistema e a buscarem formas de organização coletiva. Isso sugere que o movimento sindical pode passar por um processo de fortalecimento nos próximos anos, caso consiga articular estratégias eficazes para dialogar com a base.

Contudo, ele também destaca que um dos principais desafios do sindicalismo atual é furar a bolha e alcançar aqueles que ainda não se envolvem na luta sindical. Há um grande contingente de trabalhadores com uma visão distorcida do papel dos sindicatos, o que dificulta a ampliação da mobilização. Para enfrentar essa realidade, será necessário repensar as formas de comunicação e engajamento da categoria.

O uso de plataformas digitais para reuniões e debates, intensificado durante a pandemia, surge como uma ferramenta promissora para ampliar a participação sindical. No entanto, o entrevistado reforça que a luta presencial continua sendo fundamental, pois a mobilização de rua ainda é o principal instrumento de pressão sobre o governo.

Outro ponto relevante é a crítica aos "sindicatos de fachada", que oferecem apenas serviços aos trabalhadores, como planos de saúde e convênios, sem atuar efetivamente na defesa dos direitos da categoria. A reforma sindical é apontada como uma necessidade urgente para garantir que apenas entidades legítimas e comprometidas com a luta dos trabalhadores tenham representatividade.

O entrevistado demonstra um otimismo cauteloso em relação ao futuro do sindicalismo, destacando que a luta coletiva será essencial para enfrentar a precarização e garantir a valorização dos profissionais da educação. Ele sugere que o sindicalismo passará por uma ressignificação, adaptando-se às novas dinâmicas do mundo do trabalho e ampliando sua base de apoio.

A necessidade de repensar estratégias de mobilização, aliada à urgência de reformas estruturais no sindicalismo, aponta para um futuro em que os sindicatos precisam se modernizar sem perder sua essência combativa. A articulação com movimentos de trabalhadores uberizados e outras categorias precarizadas pode ser um caminho promissor para fortalecer a luta sindical de forma ampla e integrada.

Nos termos do que afirma Jorge Amado (2024),

> Eu vejo que o sindicato — o futuro dele — é um futuro de fortalecimento. Eu sou muito otimista em relação ao futuro do sindicalismo aqui no Brasil, mesmo porque não há como você falar numa sociedade igualitária, ou numa sociedade em que a maioria são

> trabalhadores, sem a presença do sindicato[...] talvez o que nós teremos seja uma ressignificação em algumas formas de atuação nossa, que até então a gente sempre achou que era a receita pronta. Talvez a gente tenha que pensar em outras formas de organização e mobilização dos trabalhadores para furar a bolha e chegar àqueles... Porque eu digo assim: tem aqueles que já estão dentro do sindicato, que já compreendem. Agora, a gente tem um número muito grande que está fora do sindicato, tem uma compreensão de sindicato totalmente diferenciada — não só de sindicato, mas de movimento estudantil, de outros movimentos sociais — totalmente equivocada. E que até o meu irmão fala bem assim: é fácil você fazer a conversão de quem já está convertido; agora, tenta converter aquele que não está. Mas a retirada de direito tem sido tão gritante, que os governantes — não só os governantes, mas a própria estrutura do capital na iniciativa privada — têm sido tão gritantes, que inevitavelmente criam alguns questionamentos que acabarão fortalecendo, e que fortalecem, as entidades sindicais no âmbito das suas atuações.

A entrevista de Jorge revela um cenário complexo e desafiador para os profissionais da educação no estado de Mato Grosso. O desmonte das políticas educacionais e a precarização do trabalho docente são aspectos centrais dessa realidade. No entanto, o relato também aponta para um movimento de resistência e reorganização da luta sindical, que pode se fortalecer caso consiga dialogar com as novas gerações de trabalhadores e adotar estratégias inovadoras de mobilização. A luta sindical na educação, portanto, permanece como um campo essencial para a defesa da escola pública e dos direitos dos trabalhadores da educação.

A TRAJETÓRIA DE GIANFRANCESCO GUARNIERI

A entrevista realizada com Gianfrancesco traz um relato profundo e reflexivo sobre a trajetória sindical e a luta dos profissionais da educação no estado de Mato Grosso. Suas reflexões apresentam uma abordagem crítica e combativa sobre o impacto das políticas neoliberais na educação pública, o papel do sindicalismo docente, as dificuldades estruturais enfrentadas pelos trabalhadores da educação e os desafios do movimento sindical.

A trajetória de Gianfrancesco é marcada por um percurso atípico, que transita entre a vocação religiosa e a militância política. Sua formação filosófica e teológica, aliada à atuação social da igreja na defesa dos mais pobres e dos povos indígenas, contribuiu para a construção de uma consciência política alinhada a um viés de luta pelos direitos dos trabalhadores. Esse percurso demonstra a intersecção entre a luta sindical e o

pensamento humanista, que molda sua visão sobre o papel da educação como um instrumento de transformação social.

Ao ingressar na educação, ele se envolve imediatamente com o movimento sindical, evidenciando uma percepção aguçada sobre a centralidade da luta sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação. Sua ascensão rápida dentro do sindicato e sua participação na CNTE demonstram não apenas um compromisso ideológico, mas também um domínio estratégico sobre a organização sindical e a formulação de políticas educacionais. O fato de ter liderado programas de formação sindical a nível nacional reforça sua compreensão sobre a necessidade de capacitar a base para fortalecer a luta coletiva.

Conforme afirma Gianfrancesco Guarnieri (2024),

> Então, em 1995, eu já atuei um primeiro ano como interino aqui na rede estadual. Aí eu voltei para a igreja, fiquei mais um ano, quando eu saí definitivamente. Quando eu voltei, em 1997, já foi questão de imediato para a educação. E, nesse mesmo ano, eu já acompanhava o movimento sindical. Um ano depois, eu já estava compondo a direção local. E, mais um ano depois, a direção estadual. Então, assim, quase que instantaneamente. Ou seja, a chegada para a educação foi um encontro com a luta, de imediato. Nesse momento, nós estávamos vivendo o final dos anos 90. Era um tempo de muitas lutas, muita resistência do sindicato. Há que se lembrar que nós estávamos em uma onda neoliberal extremamente forte, em que todos os governos participavam, de uma forma ou de outra, dessa avalanche neoliberal. E, aqui em Mato Grosso, havia uma luta sindical muito intensa, que já vinha desde os anos 80, com uma impressão muito forte de uma luta sindical combativa, com bases cutistas e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. O estado de Mato Grosso, inclusive, se torna pioneiro, do ponto de vista de muitas pautas que hoje se debatem a nível nacional. Nós, aqui, já havíamos planejado, pensado — quem vinha antes de mim. Portanto, eu chego em um momento de grande efervescência da luta sindical, em que nós fazemos uma caminhada contrária justamente a essa onda neoliberal. [...]Lamentavelmente, hoje tudo isso está sendo questionado, sendo destruído por governantes negacionistas de extrema direita — como é o caso de Mato Grosso —, que se alia a governos de extrema direita para destruir direitos dos cidadãos. Então, eu chego nesse momento. Eu chego num momento em que o movimento sindical já vem construindo bases históricas fundamentais. [...] Condição essa que, inclusive, me concedeu uma grande bagagem, do ponto de vista até de atuação — não só a nível estadual, na formação política, mas a nível nacional. Eu fui o responsável por levar o programa de formação do Sintep para a CNTE, que é um dos maiores programas de formação que nós temos estruturados a nível de país.

Esse percurso indica um sindicalista que transcende a militância cotidiana, pois se posiciona como um formulador de políticas e um estrategista do movimento sindical.

Sua visão de mundo é marcada por um entendimento dialético da realidade, que contrapõe a lógica capitalista de mercantilização da educação a um modelo de ensino voltado para a emancipação social.

Gianfrancesco apresenta uma leitura histórica detalhada da luta sindical no estado de Mato Grosso, destacando como o movimento docente se posicionou de maneira vanguardista em diversas pautas, especialmente na conquista de um plano de carreira que reconhecesse todos os profissionais da escola como educadores — do porteiro aos docentes. Essa concepção amplia a noção de valorização profissional e rompe com a visão hierárquica tradicional da escola, onde apenas os professores eram considerados trabalhadores intelectuais.

Conforme afirma Gianfrancesco Guarnieri (2024),

> Enquanto, no país — repito de novo —, numa onda neoliberal, inclusive apoiada pelo Banco Mundial, os governos, na época do Fernando Henrique Cardoso, forçavam as prefeituras a fazerem planos de carreira para o magistério, aqui, no estado de Mato Grosso, nós construíamos e conquistávamos um plano de carreira dos profissionais da educação e abríamos as portas da educação para uma condição que, hoje, é revolucionária: reconhecer que, desde o porteiro lá da escola até a senhora que faz a limpeza ou faz a alimentação, todos são profissionais da educação, são educadores. Ou seja, não só fazem o que têm que fazer, mas têm que educar ao fazer aquilo que têm que fazer. Essa é uma dimensão importantíssima E isso, então, marca — como dizer assim —, delimita uma dualidade que nós temos, do ponto de vista nacional. No país, enquanto muitos estados falam apenas em profissionalismo docente, nós, aqui, no estado de Mato Grosso, falamos do profissionalismo na educação. Então, para mim, hoje, falar só do profissionalismo docente é uma espécie de redução. Por quê? Porque nós temos a leitura histórica de entender que, no espaço da escola, todos são educadores e todos precisam receber a formação profissional — e precisam receber também o reconhecimento profissional —, para que possam se dedicar ao ato da sua função, do seu cargo que exercem na educação. Eu vejo, hoje, a luta — e agora não tenho problema em falar só do profissionalismo docente —, eu vejo que hoje nós corremos um grande risco, que é o de uma redução ainda maior dessa condição da escola: de, novamente, se pensar apenas no docente, esquecendo os outros profissionais. Aliás, no encontro que estamos debatendo hoje aqui — no Conselho de Representantes —, foram vários os municípios que deram testemunhos, dizendo que, nos últimos anos, os prefeitos estão tratando de tirar os funcionários da educação do plano de carreira dos profissionais da educação e voltando novamente a ter um plano apenas para o magistério. É claro que as contradições, mesmo aqui, no estado de Mato Grosso, continuaram.

Essa conquista, no entanto, está sendo desmontada por governos neoliberais e negacionistas, que buscam restringir direitos e implementar políticas privatizantes. O relato expõe como o estado de Mato Grosso se tornou um campo de experimentação

dessas políticas, com a introdução de empresas privadas na formulação curricular e na gestão educacional. O exemplo do Ensino Médio reformado, que flexibiliza a contratação de professores sem formação pedagógica, é citado como um reflexo dessa tendência de precarização.

Outro ponto crucial é a denúncia da estratégia governamental de esvaziamento sindical por meio do corte de liberações sindicais, impedindo que dirigentes possam se dedicar exclusivamente à luta política. Esse tipo de ataque, segundo o entrevistado, visa enfraquecer o sindicato e transformar a educação em um campo de negócios para grandes corporações, como Google e Somos Educação. A análise reforça a ideia de que a luta sindical não é apenas pela valorização salarial, mas pela defesa de um projeto de educação pública e democrática.

Como destaca Gianfrancesco Guarnieri (2024),

> Então, nós, aqui em Mato Grosso, diante de um governo altamente truculento, sofremos um corte salarial na greve, que, de fato, foi minando o próprio movimento até chegar a um dado ponto em que a gente, pela nossa própria experiência sindical, não poderia mais levar a categoria ao sacrifício extremo. Era preciso recuar. E recuamos. Hoje, a Justiça deu ganho de causa, dizendo que a nossa greve era justa, era legal. Isso já foi definido na Justiça. Porém, passado o tempo, o governador conseguiu engessar toda a luta sindical, o movimento, agora com as medidas autoritárias, o fim da gestão democrática, a flexibilização da própria carreira e uma intervenção direta e profunda no próprio sistema estadual de ensino, que, hoje, eu diria que é um sistema muito mais empresarial. Ou seja, é um sistema que está voltado, hoje, para os grandes contratos, para os grandes convênios — a estilo Google, Somos Educação, essas ONGs que estão aí para vender pacotes de currículo, de formação — e também para as perfumarias que nós temos hoje. Hoje, o atual secretário que nós temos é um secretário que se orgulha em fazer convênio com SESI, SENAI, com empresas que vendem uniformes ou computadores. Quer dizer, essa coisa que é superficial, do ponto de vista daquilo que seria uma política educacional que atenderia à necessidade da população, de fato. Hoje, nós tivemos — eu tive contato com uma notícia do IBGE — dizendo que o estado de Mato Grosso continuou como o pior estado, do ponto de vista do analfabetismo, na região. Esse governo foi eleito criticando os governos anteriores por ser o pior estado em termos de analfabetismo. Passados seis anos, não mudou nada. Não mudou nada. Então, a última greve foi conduzida por esse sindicato com muita luta, com muito sacrifício. Nós pautamos as questões importantes da categoria, principalmente da dobra do poder de compra do salário, mas, lamentavelmente, não tivemos sucesso. Mas, como a gente pensa, no sindicato, que uma greve prepara a outra, o governo não perde por esperar.

O relato de Gianfrancesco expõe de forma contundente a degradação das condições de trabalho dos profissionais da educação no Mato Grosso. Entre os principais fatores apontados estão:

- Aumento da carga horária: o governo obriga professores a assumirem jornadas exaustivas de 40 horas, sob a falsa promessa de valorização salarial;
- Adoecimento mental e físico: professores trabalham doentes, muitas vezes à base de medicamentos, por medo de perder gratificações ou serem penalizados financeiramente;
- Desmonte da gestão democrática: o estado centraliza decisões e engessa a autonomia das escolas, impedindo que professores participem ativamente na formulação curricular;
- Expulsão dos trabalhadores do plano de carreira: prefeituras estão retirando funcionários administrativos do plano dos profissionais da educação, revertendo conquistas históricas da luta sindical;
- Fechamento de escolas e superlotação de salas: o governo estadual prioriza a redução de custos, comprometendo a qualidade do ensino e sobrecarregando os professores.

Esses aspectos revelam que a precarização da educação pública não é um fenômeno isolado, mas parte de uma estratégia política de desmonte do serviço público. O governo, segundo o entrevistado, age de maneira deliberada para minar a resistência sindical e abrir espaço para a privatização da educação, transformando-a em um mercado altamente lucrativo.

A pandemia acelerou o processo de precarização da educação, aprofundando problemas estruturais já existentes. O entrevistado destaca que, no retorno às aulas presenciais, professores enfrentaram desafios inéditos:

- Alunos desmotivados e indisciplinados: o isolamento social afetou as relações interpessoais, tornando a dinâmica escolar mais caótica;
- Carga emocional excessiva sobre os docentes: professores precisam lidar com problemas psicológicos dos estudantes sem o devido suporte institucional;
- Aceleração da tecnologia como ferramenta obrigatória: a exigência de uso de plataformas digitais sem a devida formação aumentou o desgaste dos profissionais;
- Redução da duração das aulas: o tempo de ensino foi encurtado, comprometendo a aprendizagem e aumentando a frustração dos professores.

Além disso, a pandemia dificultou a mobilização sindical. O entrevistado aponta que, apesar do aumento das interações digitais, o movimento sindical perdeu força por não conseguir mobilizar massas presencialmente. Isso gerou uma nova realidade, onde a militância virtual se tornou um fator importante, mas insuficiente para promover mudanças concretas.

Gianfrancesco apresenta uma visão otimista sobre o futuro do sindicato, baseando-se na ideia de que a história é cíclica e que os períodos de repressão e autoritarismo não são eternos. Ele enfatiza que a luta sindical deve se pautar por princípios de resistência e pela construção de um projeto alternativo à lógica mercantilista da educação.

A grande preocupação, no entanto, é a falta de renovação da militância sindical. O envelhecimento da categoria e a falta de tempo para a atuação sindical são desafios que podem comprometer a continuidade da luta. Ainda assim, ele acredita que novas lideranças surgirão à medida que a retirada de direitos se tornar insustentável.

Sua analogia final, sobre o menino que levanta uma espada de madeira diante do exército romano para mostrar "de que lado está", sintetiza sua visão sobre o papel do sindicalismo, manter-se firme, mesmo diante de adversidades, para mostrar que existe uma alternativa frente à barbárie neoliberal.

Conforme afirma Gianfrancesco Guarnieri (2024),

> Ele vai continuar existindo, com certeza. Porque eu acredito sempre na história como um movimento de contradição. Então, se, nesse momento, agora, nós estamos vivendo um momento de refluxo, de negacionismo, de autoritarismo — vai passar. Nós só precisamos não abrir mão de lançar as sementes, de continuar acreditando no devir, que o que virá vai ser bem melhor do que nós estamos vivendo hoje. Então, acho que a humanidade precisa construir sonhos, pontes, utopias. Aquilo que ainda não aconteceu, mas que ainda pode acontecer. Nós, essencialmente, enquanto sindicato, enquanto educadores e educadoras, precisamos nos pautar por isso: acreditar sempre que é possível melhorar, de que nós vamos superar o egoísmo humano, de que não é essa laia neoliberal, extremamente rentista, que só quer o lucro pelo lucro, sem nenhum compromisso com o ser humano, que vai vencer. Não, eles não vão vencer. A gente precisa acreditar que é possível pensar o outro, ter o outro como referência. O nosso grande projeto de formação sindical teve sempre essa condição. E a gente precisa, enquanto movimento sindical — mesmo sob as mais difíceis situações —, dizer de que lado nós estamos. Eu sempre costumo terminar os meus encontros sindicais lembrando a história de um general romano que, ao destruir as cidades e os vilarejos, passava depois fazendo a revisão daquilo que foi a destruição, para ver se não tinha ficado nenhum foco de resistência. E eis que o general e sua cavalaria param diante de um muro — tinha sobrado apenas um muro de um vilarejo —, e eis que, de dentro do muro, dos escombros, surge um menino com uma espada de

> madeira na cintura. E o general brinca com o menino, dizendo assim: "Meus soldados mataram seus pais, seus amigos, e você, menino... você acha que, com essa espada, vai me vencer? "E o menino diz: "Vencer eu sei que não vou vencer, mas eu vou lhe mostrar de que lado eu estou." Então, o movimento sindical precisa existir para mostrar que existe um outro lado, para além dessa desumanidade chamada capitalismo explorador, desumano, de morte, que promove a violência, a deseducação.

Sua análise demonstra que o desmonte da educação pública não é um fenômeno isolado, mas parte de um projeto ideológico que visa transformar o ensino em mercadoria. Frente a esse cenário, ele defende que o sindicato permanece como a última linha de defesa contra o autoritarismo e a mercantilização da educação, e que, apesar das dificuldades, a luta sindical continua essencial para garantir a dignidade dos trabalhadores da educação.

4.3.2 O MOVIMENTO DE LUTA EM MATO GROSSO

É possível realizar algumas reflexões importantes sobre o contexto da educação, as condições de trabalho dos profissionais da área e o papel do movimento sindical no estado, a partir das quatro entrevistas realizadas com os professores/ dirigentes sindicais no Mato Grosso.

As análises individuais de cada entrevistado já evidenciaram diversos aspectos, mas ao cruzar essas informações, podemos destacar as seguintes conclusões gerais, os entrevistados ressaltam o papel fundamental do sindicato na organização dos trabalhadores da educação no estado de Mato Grosso. Em um estado de grande extensão territorial e diversidade de realidades municipais, os sindicatos atuam como elo de mobilização e defesa dos direitos da categoria.

Eles são responsáveis por organizar greves, reivindicar melhores condições salariais, lutar contra a terceirização e denunciar precarizações do trabalho docente e dos funcionários das escolas.

Além disso, há um claro enfrentamento ao que os entrevistados chamam de "onda neoliberal" que vem promovendo cortes de direitos, dificultando negociações e impondo um modelo de gestão que favorece a privatização da educação.

O sindicato aparece, portanto, como um espaço essencial para a resistência e a defesa de uma educação pública de qualidade.

Um ponto de grande destaque em todas as entrevistas é o adoecimento dos profissionais da educação no Mato Grosso. Os relatos indicam que os professores enfrentam um alto nível de estresse e esgotamento físico e emocional, resultante de diversos fatores:

- Sobrecarga de trabalho, com ampliação de jornada sem as devidas condições para que ocorra o aprendizado de maneira efetiva;
- Pressão por resultados, com a implementação de sistemas avaliativos superficiais e exigências burocráticas excessivas;
- Falta de infraestrutura nas escolas, dificultando o trabalho pedagógico;
- Violência e indisciplina dentro das escolas, que aumentaram no pós-pandemia;
- Falta de valorização salarial e instabilidade nos contratos, com muitos professores atuando como temporários;
- Falta de assistência médica e psicológica adequada para os profissionais adoecidos;
- O desgaste mental e físico é uma realidade alarmante, que leva muitos profissionais a desenvolverem doenças emocionais, como ansiedade e depressão, além de problemas de saúde causados por esforço repetitivo e longas jornadas de trabalho.

A pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo sobre os profissionais da educação no Mato Grosso. O ensino remoto e o isolamento social trouxeram novos desafios, tanto tecnológicos quanto pedagógicos.

Após a retomada das aulas presenciais, os professores passaram a lidar com estudantes que apresentam dificuldades de socialização e aprendizado, agravando ainda mais a carga de trabalho docente.

Outro ponto levantado é a dificuldade que os sindicatos enfrentaram para mobilizar a categoria durante e após a pandemia. Com o isolamento social, a participação nos movimentos de luta diminuiu, e muitos trabalhadores passaram a se envolver apenas virtualmente, sem uma participação ativa nas ruas e assembleias.

Os entrevistados mencionam que a gestão educacional no Mato Grosso tem sido marcada por políticas que retiram direitos dos profissionais e dificultam a atuação sindical. Entre os principais desafios enfrentados na relação com o governo estadual e municipal, destacam-se:

- Falta de diálogo entre o governo e os sindicatos, dificultando as negociações sobre reajustes salariais e condições de trabalho;
- Implementação de políticas educacionais que priorizam interesses empresariais, como parcerias com grandes grupos privados na produção de materiais didáticos e plataformas tecnológicas;
- Enfraquecimento da gestão democrática das escolas, com a redução da participação de professores e funcionários na tomada de decisões;
- Cortes na carreira docente e falta de concursos públicos, aumentando a contratação temporária e precarizando o trabalho dos professores.

Os relatos evidenciam um governo estadual que, segundo os entrevistados, adota uma postura autoritária, dificultando a luta sindical e a conquista de melhorias para a categoria.

Apesar dos desafios enfrentados, os entrevistados demonstram otimismo quanto ao futuro do sindicato e da educação pública. Eles acreditam que, mesmo diante de ataques e retrocessos, a luta sindical continua sendo essencial para garantir direitos.

Os sindicatos buscam novas formas de atuação para envolver mais os trabalhadores, utilizando redes sociais e plataformas digitais para ampliar a participação. No entanto, há o reconhecimento de que o contato presencial e a mobilização nas ruas continuam sendo fundamentais para fortalecer o movimento.

Há também uma preocupação com a necessidade de renovar a liderança sindical e atrair novos profissionais para a luta, especialmente diante do envelhecimento da categoria e das dificuldades impostas pelas novas formas de contratação.

O futuro do sindicato, segundo eles, depende da capacidade de adaptação às novas realidades, sem perder sua essência de mobilização e defesa dos direitos da categoria.

4.4 ATUAÇÃO DA LUTA NO ESTADO DE SÃO PAULO

A TRAJETÓRIA DE JOSÉ LINS REGO

José apresenta uma trajetória acadêmica e profissional diversa, com graduações em Ciências Contábeis, Matemática e Direito. Essa formação multifacetada revela um profissional que transita entre diferentes campos do conhecimento, mas cuja vocação principal se consolidou na docência.

A experiência docente de 14 anos na rede estadual, sempre na condição de professor contratado, evidencia um aspecto crônico da precarização do trabalho docente. A ausência de estabilidade funcional impõe uma série de incertezas ao profissional, um aspecto recorrente em sua fala, que reflete a vulnerabilidade da categoria.

A participação sindical do entrevistado é intensa e progressiva, desde a filiação inicial até a ascensão ao cargo de coordenador da subsede da Apeoesp. Seu relato destaca a importância do sindicato na defesa dos direitos da categoria, além da luta contra a deterioração das condições de trabalho.

Os desafios internos da organização sindical são notórios, especialmente no que se refere à resistência de parte da categoria em aderir ao movimento sindical. O depoimento também revela como a gestão estadual do governo tem dificultado o diálogo, negando audiências e centralizando decisões em órgãos de comando político.

A entrevista destaca transformações estruturais na educação, principalmente o impacto da plataformização do ensino e a fiscalização sobre o trabalho docente. O controle tecnológico sobre a atividade do professor, aliado à pressão para cumprimento de conteúdo sem a devida autonomia pedagógica, são apontados como fatores de desgaste e adoecimento profissional.

Conforme afirma José Lins Rego (2025),

> Então, assim, você tem que cumprir isso durante essa aula. Porque, se você não cumpriu aquilo naquela aula, você não consegue passar para a próxima aula que você tiver naquela sala. Porque, se você fizer isso, você já é punido, já é feita a sua observação, e eles conseguem acompanhar. Porque eles abrem as plataformas, os slides já vêm prontos. Então, assim, não há uma contribuição pedagógica do professor. Aquele aprendizado que nós tivemos na faculdade, que nós queremos passar para os nossos alunos, às vezes, a gente não consegue. Tipo assim: é uma cartilha. Segue isso, e é isso, e é isso, e é isso. Isso acaba gerando desinteresse dos alunos. Com essa plataformização, os alunos também têm acesso à plataforma. E, às vezes — muitas vezes —, aquele aluno não consegue acompanhar. Nós temos alunos que têm tipos de deficiências e que precisam do professor auxiliar. E ele não consegue fazer o acompanhamento igual ao acompanhamento de um aluno que não tem nenhuma deficiência. O autismo, enfim, as deficiências intelectuais... Então, também somos controlados sobre isso: “essa sala está com 60% de registro”, porque os alunos realizam atividades também dentro da plataforma. Então, além de usarmos a plataforma para aplicar o conteúdo para o aluno, nós temos que monitorar se os alunos estão executando. Porque, se os alunos não estiverem executando, a responsabilidade cai sobre o professor.Então, assim, atualmente, a maior dificuldade está nisso: o professor está trabalhando sob pressão. E aí, sob pressão, a gente não consegue atingir o resultado, a aprendizagem dos nossos alunos corretamente. É como se fosse uma máquina. A gente vai construindo a máquina. Então,

> assim, se a gente não construir do jeito que o governo quer, a gente sofre as devidas penalidades. A extinção contratual, principalmente dos professores contratados, é frequente. Muito frequente, esses desligamentos, né?

O modelo de gestão baseado em metas também é uma crítica central, pois reduz o professor a uma engrenagem de um sistema produtivista, onde a aprendizagem real cede lugar à mera execução de um currículo padronizado.

O entrevistado aponta o descumprimento da data-base, a falta de reajustes salariais adequados e a tentativa de fragmentação da categoria como estratégias do governo para desmobilizar o movimento sindical. O receio dos professores de aderirem às greves é um reflexo da instabilidade profissional e da política de penalização adotada pelo governo estadual.

A narrativa sobre as greves – especialmente a de 2015 e a recente "greve dos aplicativos" – ilustra a mudança na dinâmica de mobilização, com a tecnologia desempenhando um papel central tanto na repressão quanto na organização da categoria.

Como afirma José Lins Rego (2024),

> A última greve de rua foi em 2015. Nós tivemos uma greve no ano passado, que foi uma greve dos aplicativos — que é aquela questão da plataformização. Nós tivemos uma adesão, mas não houve greve de rua. Foi greve de não preenchimento, foi uma greve de aplicativos. Mas greve de rua, rua mesmo, foi em 2015. A greve de 2015 foi por reajuste salarial e pelo cumprimento da jornada do piso. Nós temos aquela lá, que é um terço da jornada do piso. A gente cumpre fazendo os trabalhos pedagógicos, em ATPC, planejando aula e tudo mais. E condições de trabalho também. Isso foi um dos pontos que desencadeou a greve de 2015 — inclusive, a greve mais longa da história, com 92 dias. E depois, a greve do ano passado — que foi a greve dos aplicativos — foi para barrar esse avanço do governo na cobrança de aplicativos, de plataformizações. Porque, assim, pasmem: quando você está na sala de aula, às vezes você não consegue fazer a chamada naquele momento. Você anota no seu diário físico, para depois passar. Então, o governo agora está monitorando. Pelo georreferenciamento, você tem que preencher o seu diário na escola. Você não pode deixar para preencher o seu diário na sua casa, porque o georreferenciamento acusa que você não está na escola — e você recebe falta. Então, a greve dos aplicativos foi para amarrar um pouco esse avanço, esse monitoramento do governo Tarcísio e de Renato Feder sobre toda a categoria.

Outro destaque da entrevista foi referente ao quadro alarmante de adoecimento docente, com síndromes de estresse, depressão e outros transtornos psicológicos se tornando cada vez mais frequentes. A pressão para cumprir metas, aliada à falta de suporte

para lidar com a indisciplina e a violência nas escolas, contribui para um ambiente de trabalho insalubre.

O controle burocrático, que dificulta os afastamentos por saúde, é um agravante, especialmente para os professores contratados, que podem perder suas aulas caso precisem se afastar por licença médica. A fragilidade desse vínculo é um fator crítico que impacta diretamente a qualidade da educação.

O período pós-pandemia trouxe novos desafios, incluindo a necessidade de buscar ativamente estudantes que abandonaram a escola, uma tarefa que recaiu injustamente sobre os professores. O uso da tecnologia no ensino foi intensificado, porém sem um suporte adequado, gerando ainda mais tensão na rotina dos docentes.

Conforme afirma José Lins Rego (2025),

> Quando terminou a pandemia, liberaram um chip para os professores. Então, assim, com a pandemia, claro que nós tivemos falecimento de professores, né? Mas, pós-pandemia, esse adoecimento ocorreu pelo alto nível de estresse, por estar fazendo uma busca ativa desses alunos — um serviço que não é do professor, né? O professor tinha que fazer, porque, senão, ele ia responder a um processo administrativo, ia ser exonerado, sendo contratado. Então, o adoecimento em si veio em reflexo da pandemia, mas pela cobrança, porque já tem a cobrança de trabalho, já tem a plataformização e tudo mais. Ainda assim, o professor tinha que gerir esse tempo para fazer a busca ativa desses alunos, que, muitas vezes, não tinham retorno. E aí o professor acabava... o nível da escola baixava, e os gestores ficavam cobrando, cobrando, e o professor acabava ficando estressado — e a gente sente isso como um pouco de assédio, né? Não é um serviço do professor, mas eles exigiram que os professores fizessem isso.

A mudança na interação entre professores e sindicato também é um fator relevante. O distanciamento físico fez com que o contato sindical ocorresse predominantemente de forma virtual, alterando a dinâmica de mobilização.

A preocupação com o futuro do sindicato é um tema recorrente. José destaca que a nova geração de professores, em sua maioria, não possui uma formação política e sindical consolidada. O aumento da contratação de bacharéis sem licenciatura enfraquece a identidade docente, dificultando a construção de uma categoria unificada na luta por direitos.

Para enfrentar esse desafio, ele sugere uma maior aproximação com os cursos de licenciatura, de modo a conscientizar os futuros professores sobre a importância da luta sindical e das condições de trabalho.

A entrevista revela um panorama complexo da educação pública no estado de São Paulo, marcado por um processo crescente de desumanização do trabalho docente. As

políticas de controle e avaliação intensificadas por ferramentas digitais transformam a escola em um espaço cada vez mais hostil para os professores, restringindo sua autonomia e afetando sua saúde.

A precarização do trabalho docente, os entraves políticos nas negociações salariais e a resistência ideológica dentro da própria categoria são desafios que exigem novas estratégias de mobilização sindical.

O futuro da luta sindical passa pela renovação do discurso e pela incorporação de novos professores ao movimento. A aproximação com os cursos de licenciatura surge como uma estratégia essencial para reverter o enfraquecimento da mobilização docente e garantir a continuidade da luta por melhores condições de trabalho e educação de qualidade.

A TRAJETÓRIA DE JOSUÉ DE CASTRO

Josué revela um retrato complexo da realidade da docência e do sindicalismo na educação pública paulista, refletindo tanto a trajetória profissional do entrevistado quanto sua percepção sobre as condições estruturais e organizacionais. A seguir, serão explorados os principais eixos temáticos emergentes na entrevista, destacando elementos de continuidade e ruptura na luta sindical e na própria dinâmica educacional.

O entrevistado apresenta uma trajetória profissional robusta, com graduação, mestrado e doutorado em Geografia, além de especializações em história e educação. Sua formação acadêmica não teve impacto direto em sua atuação sindical, sendo a experiência prévia como trabalhador braçal e os desafios enfrentados na sala de aula os fatores determinantes para sua inserção na luta sindical.

Essa afirmação é relevante porque evidencia um distanciamento entre a formação teórica e a prática cotidiana na educação pública. O conhecimento acadêmico, apesar de fundamental, não substitui a vivência concreta dos desafios enfrentados pelos docentes, o que reforça a importância da experiência como elemento central na compreensão das demandas educacionais e sindicais.

Josué revela uma relação ambígua entre o professorado e o sindicato. O entrevistado, apesar de acreditar na importância da luta coletiva, reconhece a desmobilização crescente dos docentes e a fragilidade estrutural do sindicalismo na educação paulista. Esse distanciamento decorre de vários fatores:

- Fragilidade jurídica: o sindicato não consegue garantir a preservação dos direitos trabalhistas dos professores, o que leva a uma descrença na efetividade das suas ações;
- Desconexão com a realidade da escola: o entrevistado destaca que as pautas sindicais, muitas vezes, não estão alinhadas às necessidades concretas dos docentes;
- Direção distante: a liderança sindical, tanto regional quanto estadual, é percebida como ausente, sem promover debates e sem buscar um contato mais próximo com os professores;
- Mudança no perfil do professorado: com a precarização crescente da carreira, há um número maior de professores contratados, o que reduz a estabilidade e, consequentemente, a capacidade de mobilização coletiva.

Esses elementos apontam para grandes desafios por parte da representação sindical, em que os professores veem o sindicato como uma entidade distante e não como um movimento integrado à sua própria luta.

Outro ponto central da entrevista é a precarização da carreira docente. O entrevistado aponta questões estruturais preocupantes:

- Baixos salários: a falta de um plano de carreira digno desmotiva os docentes;
- Infraestrutura precária: faltam materiais básicos como canetas para lousa, além de condições mínimas de conforto, como água gelada nas escolas;
- Excesso de estudantes por sala: a superlotação prejudica o ensino e a saúde dos professores;
- Plataformização do ensino: a imposição de conteúdos padronizados, que reduzem a autonomia docente, é vista como um fator de desumanização do ensino;
- Adoecimento dos professores: o aumento dos casos de transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão, é um reflexo direto das condições precárias de trabalho.

Esses desafios refletem uma realidade preocupante, pois, à docência tornou-se uma profissão marcada pela instabilidade e pelo desgaste físico e mental, dificultando a permanência de profissionais experientes e comprometidos na carreira.

Conforme afirma Josué de Castro (2025),

> Então, eu acho que esse é um problema muito sério. Essa falta de infraestrutura. Do mesmo modo, eu observo que não há mais professores efetivos. Nós caminhamos para uma flexibilização muito grande no processo de contratação. Hoje, são muito mais contratados do que efetivos. O que fragiliza muito a questão da organização sindical uma coisa está ligada à outra. E somado a tudo isso, eu observo que estar na educação não garante que você se aposente hoje. Não há um caminho retilíneo que você observe hoje. Hoje, eu estou trabalhando na escola X, vou continuar na escola X. Daqui a um determinado tempo, eu vou ganhar um tanto a mais. E as condições de trabalho serão melhores. Então, nós não assistimos mais isso. No estado de São Paulo, hoje, nós não temos nem mais cargo. Por quê? Porque se flexibilizou tanto o cargo docente, que hoje você é punido, por exemplo, se você tirar uma licença médica. Eu nunca tirei licença médica. Mas eu vejo que os colegas que tiram hoje, perdem o cargo. O que quer dizer perder o cargo? Não que você seja demitido. Mas você não consegue mais, se você tirar uma licença saúde, ficar naquela mesma escola. Então, vejam só. Tem profissionais que trabalham muitos anos na escola que não conseguiram pegar aula lá. Por quê? Porque foram prejudicados no processo de atribuição de aulas. Então, vejam só. Você não tem tudo aquilo que nós já comentamos. E nem a garantia, hoje, de que você vai trabalhar na mesma escola. Então, eu acho, sim. São grandes desafios, grandes problemas. Nós não avançamos ainda nessas questões. Há muita coisa para se avançar. Um outro detalhe. A quantidade de alunos por sala de aula. O barulho é ensurdecedor. A agitação escolar. E a insalubridade. Eu vejo as escolas hoje, depois de tantos anos, como algo insalubre. Já são, praticamente, 15 anos de docência. E a insalubridade é muito alta. Sim, eu vejo muitos colegas com problemas psiquiátricos. Professores que foram frustrados durante todo esse tempo de escola e isso me faz pensar se eu devo continuar ou não. Então, isso desmotiva até os trabalhadores que já estão dentro da carreira e que já são efetivos. Então, você tem toda uma atmosfera desmotivante. Você entende o que eu quero dizer? Então, esses são os problemas e os desafios, certo? Que eu observo enquanto professor. Só para a gente terminar sobre isso. Eu vejo políticas públicas também, dentro do estado de São Paulo, sem sintonia com a realidade dos alunos, dos professores e da comunidade escolar.

Referente a pandemia de COVID-19 esta representou um divisor de águas na educação, ampliando a precarização do trabalho docente, Josué destaca a intensificação do trabalho por meio das plataformas digitais sem uma contrapartida em termos salariais ou de condições de trabalho. Além disso, a falta de preparação para lidar com esse novo formato de ensino contribuiu para o adoecimento docente e para o aumento da insatisfação com a carreira.

Esse ponto reforça a ideia de que a pandemia serviu como um catalisador de problemas já existentes, tornando a precarização ainda mais evidente e acentuando a falta de perspectiva para o futuro da profissão.

Como salienta Josué de Castro (2025),

> Ela contribuiu para a amplificação do trabalho docente, e essa amplificação do trabalho levou a transtornos. Porque, depois da pandemia, você abre um canal, uma fragilidade muito maior dos docentes em questões de mobilização, em questões de enfrentamento das políticas governamentais. Você ouve, aqui no Estado de São Paulo, uma enorme flexibilização dos direitos e a plataformização. Hoje, faz-se uma outra tarefa do trabalho docente do que se fazia antes da pandemia. Contudo, você recebe o mesmo salário e tem as mesmas condições de trabalho — ou, senão, piores. Então, você teve uma remodelação do trabalho depois da pandemia, com a intensificação do trabalho através das plataformas — coisas que não existiam antes da pandemia. Então, a pandemia abriu esse canal para que o trabalho do professor se plataformizasse, e acho que, a partir disso, nós temos um adoecimento. Porque tivemos que aprender a fazer algo novo sem ter as condições para fazer isso.

Josué se mostra cético quanto ao futuro do sindicato e da própria carreira docente. Sua análise aponta para um cenário de fragilização crescente, em que os professores perdem direitos e se encontram cada vez menos motivados para se engajar na luta coletiva. As questões-chave levantadas incluem:

- A necessidade de um novo modelo sindical: um sindicato mais conectado à realidade dos professores, mais presente nas escolas e mais efetivo na defesa de direitos.
- A luta contra a precarização: a mobilização para impedir a desvalorização crescente da carreira.
- O papel da base docente: a consciência coletiva dos professores é apontada como um fator determinante para a reversão do quadro atual.

A entrevista encerra com uma reflexão contundente: até quando os professores suportarão a precarização? A resposta para o futuro do sindicato e da carreira docente dependerá da capacidade de organização e resistência dos próprios professores frente às políticas educacionais e trabalhistas vigentes.

A TRAJETÓRIA DE LUIZ RUFFATO

Luiz apresenta um retrato sincero e detalhado sobre a realidade enfrentada pelos professores da rede estadual de São Paulo, especialmente no que tange às condições de trabalho, ao impacto das políticas públicas na educação e à luta sindical.

O entrevistado, com sete anos de experiência docente, oferece uma visão que combina uma reflexão crítica sobre as falhas do sistema educacional e um olhar esperançoso sobre o papel do sindicato e da mobilização coletiva.

A entrevista destaca uma trajetória que começa na educação superior com participação ativa em comissões universitárias e trabalhos voluntários relacionados à agroecologia.

Embora o entrevistado não tenha tido participação sindical direta durante sua graduação, ele relata um contato indireto e relevante com sindicatos através de greves e ocupações estudantis. Esse contato inicial ajudou a construir uma compreensão sobre a relação entre universidade, educação pública e organização sindical.

O ingresso na docência, em 2017, ocorre em um contexto de cortes de investimentos e aumento da burocratização do trabalho docente, o que impacta diretamente sua percepção sobre os desafios do setor.

Ao longo de sua trajetória, ele passa a observar a falta de infraestrutura das escolas, o sucateamento da educação e a sobrecarga dos professores como barreiras estruturais que dificultam o desenvolvimento do ensino.

Luiz denuncia um paradoxo significativo dentro do sistema educacional paulista, a exigência do uso de tecnologia em um ambiente estruturalmente precário. Ele relata que o governo impõe o uso de slides digitais e provas online, mas falha em garantir condições básicas para que essas ferramentas sejam utilizadas de forma eficaz.

A falta de computadores em bom estado, de conexão adequada e de suporte técnico torna impraticável a implementação dessas novas metodologias, resultando em punições indiretas para os professores que não conseguem cumprir as exigências.

Esse ponto reflete um problema mais amplo da educação pública brasileira, a adoção de soluções tecnológicas como uma medida superficial para mascarar a falta de investimentos reais em infraestrutura. Ao invés de promover a inclusão digital, essa política acaba intensificando a precarização do ensino e dificultando o trabalho docente.

Outro problema destacado pelo entrevistado é a implementação deficiente das políticas de inclusão nas escolas públicas. Ele enfatiza que, embora a inclusão de estudantes com deficiência seja essencial, sua efetividade é comprometida pela falta de professores especializados.

Sem o suporte adequado, os docentes regulares são sobrecarregados com demandas para as quais não foram preparados, resultando em um atendimento inadequado

tanto para os estudantes com necessidades específicas quanto para os demais estudantes da sala.

O fato de que muitos pais precisam recorrer à justiça para garantir um tutor especializado para seus filhos expõe a ineficiência das políticas públicas de inclusão. Essa lacuna evidencia o descaso do governo em relação à educação especial e demonstra como a falta de investimento pode prejudicar tanto os estudantes quanto os professores.

Luiz descreve um cenário de crescente adoecimento entre os professores, atribuindo esse problema à sobrecarga de trabalho, ao aumento das cobranças burocráticas e à falta de reconhecimento profissional.

O assédio moral dentro das escolas é apontado como uma prática comum, especialmente por parte de coordenadores e diretores, que pressionam os docentes com metas inalcançáveis impostas pelo governo.

Como afirma Luiz Ruffato (2025),

> Porque, um exemplo: a maioria desses professores nunca precisou estar preenchendo tantas papeladas durante toda a sua vida — e todas essas papeladas dentro de um sistema, o sistema de notas também. Foi muito difícil para esses professores mais velhos conseguirem se adaptar a essa rotina informacional, tecnológica. Por que a gente tinha o quê antes? A gente tinha as cadernetas. [...] É interessante observar que essa rotina se tornou muito mais exaustiva dentro desse sistema, dentro de toda essa papelada que a gente precisa preencher a todo momento. É interessante ver que tem coisas ali que são "burrocráticas" — são coisas que não funcionam para um desenvolvimento; funcionam apenas para, a todo momento, fazer com que você se sinta reprimido. Por que reprimido? Porque, dependendo do que você escreve, da nota que você lança, do que você relata, tudo cai por parte de... a culpa é sempre do professor. Então, há diversas críticas, diversas queixas. Porém, a gente percebe que o pessoal mais novo, que tem entrado agora, consegue ter um pouco mais de facilidade em mexer com as questões tecnológicas, porém com pouco conhecimento de como é uma rotina educacional, de todo esse processo pedagógico.

A percepção do entrevistado sobre o sindicato é ambígua. Ele reconhece a importância da organização sindical na defesa dos direitos dos professores, especialmente em questões como transparência nos processos de atribuição de aulas e apoio jurídico. No entanto, também faz crítica a seletividade da atuação sindical, apontando que os professores da categoria O são frequentemente negligenciados.

A falta de um trabalho de base efetivo também é um problema levantado. Para o entrevistado, muitos professores desconhecem as funções e a importância do sindicato, o que resulta em uma categoria desmobilizada e enfraquecida frente aos ataques do governo.

Luiz finaliza sua análise reforçando a necessidade de maior união entre os professores e de uma mobilização mais efetiva. Ele alerta que a fragmentação da categoria é um projeto deliberado de sucateamento da educação e que, sem uma luta coletiva organizada, as condições de trabalho tendem a piorar.

Conforme afirma Luiz Ruffato (2025),

> Espero que o futuro do sindicato se estabeleça como o núcleo central para que os professores consigam se unir muito mais, porque, atualmente, o que a gente vê é uma classe desunida. E essa classe, hoje em dia, não é desunida à toa. A gente tem um projeto para acabar com a educação e manter os professores em categorias separadas. Isso é um plano que está aí, previsto para o sucateamento da educação — e é ele que faz a desunião da nossa classe. Eu espero que o sindicato consiga se fortalecer como núcleo, para que nós consigamos, no futuro, lutar de uma forma muito mais junta, com muito mais avanço. É isso.

A necessidade de greves e manifestações é destacada como um dos únicos meios de pressão capazes de gerar mudanças concretas. A entrevista termina com uma chamada à ação: “A gente tem que ir para a rua. Reclamar nas redes sociais não adianta. Se não lutarmos agora, seremos esmagados depois.”

Luiz apresenta um diagnóstico contundente sobre os problemas enfrentados pela educação pública paulista. A precarização da infraestrutura, a falta de apoio aos professores e o adoecimento da categoria é um retrato alarmante, que exige uma resposta organizada e coletiva.

A entrevista evidencia a necessidade de resistência e luta para que a educação não seja reduzida a uma estatística de desempenho, mas sim fortalecida como um direito fundamental para todos.

A TRAJETÓRIA DE ANTÔNIO CALLADO

Antônio oferece um relato riquíssimo sobre a trajetória docente e sindical de um professor aposentado, cuja vivência atravessa cinco décadas de transformações na educação brasileira. O relato combina experiências pessoais, uma análise histórica e um olhar crítico sobre os desafios atuais enfrentados pelos profissionais da educação. A seguir, serão explorados os principais eixos da entrevista.

A formação do entrevistado transita por diferentes áreas do conhecimento, passando inicialmente pela Matemática até encontrar na Arte o seu caminho profissional definitivo. Essa versatilidade demonstra a complexidade das escolhas acadêmicas em um

contexto histórico em que a educação superior era menos acessível e exigia adaptações frequentes.

A participação precoce no movimento estudantil, destacada por sua atuação como presidente de um grêmio em 1968, coloca sua trajetória em um período crítico da história brasileira, a ditadura militar e o Ato Institucional nº 5 (AI-5). O fato de ter vivenciado a repressão e a censura nesse contexto fortaleceu sua convicção na luta coletiva e na educação como ferramenta de transformação social.

Antônio teve uma ascensão significativa dentro do movimento sindical, ocupando cargos de liderança na APEOESP, CUT e CNTE, além de sua atuação na Internacional de Educação para a América Latina. Sua visão de que a luta sindical é essencial para garantir direitos e avanços educacionais reflete uma perspectiva de longo prazo, em que conquistas são alcançadas através da organização coletiva.

Como destaca Antônio Callado (2025),

> Então, a minha vida foi aí. Aí eu fui para a CUT, fui para a Direção Nacional da CUT, fui trabalhando sempre na perspectiva de unir o interesse da escola pública. A defesa da escola pública não é algo que seja única e exclusivamente trabalho dos profissionais da educação, mas é do conjunto da classe trabalhadora. A escola pública boa, de qualidade, é do interesse da classe trabalhadora — e sempre trabalhei junto com a CUT nisso. Até que eu fui para a presidência da CNTE, trabalhei na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Durante o meu mandato — não fruto só da minha ação, mas também de uma luta que já vinha acontecendo —, nós, no meu primeiro mandato, conseguimos que fosse aprovada a lei que criou o Piso Nacional de Salário dos Professores. É uma lei que ainda demanda muita luta para que ela exista como deve existir.Mas, então, a minha trajetória é essa: movimento sindical. Trabalhei em fóruns fora do Brasil, representei a CUT no Mercosul da Educação, por aí.

Dentre os avanços citados, destaca-se a luta pela aprovação do Piso Salarial Nacional para professores, uma reivindicação histórica que ainda encontra desafios para sua implementação integral. Antônio também enfatiza a importância da unificação das pautas sindicais e da articulação entre diferentes instâncias do movimento sindical, para fortalecer a defesa dos trabalhadores da educação.

Conforme afirma Antônio Callado,

> Olha, o sindicato tem muita importância, porque muitas coisas foram conseguidas por conta da ação sindical. O próprio piso salarial nacional foi conseguido a partir da mobilização nacional que houve — das marchas a Brasília, das pressões que foram feitas nos deputados, no governo, para que votassem, para que aprovassem a lei — e outras questões que os sindicatos conquistaram. Mesmo as questões salariais: se o sindicato não fizer pressão, os reajustes, que já não são grandes,

> serão menores ainda. [...]Esse olhar para isso é o sindicato que faz, é o sindicato que denuncia, é o sindicato que busca a solução para isso junto aos governos. Então, a nossa luta é essa: a melhoria da qualidade da educação num conjunto de coisas que... quando lutamos[...]O sindicato — nossa presença no Plano Nacional, na construção do Plano Nacional de Educação... Eu falo enquanto CNTE, e enquanto APEOESP um pouco, porque tenho uma lógica dos últimos anos do Brasil — até um pouco do mundo. Mas a gente... Por falar em mundo, eu queria só lhe dar um dado: a IE, Internacional da Educação, participou de um painel da ONU sobre a qualidade... sobre o docente, sobre a docência. E, no fim de tudo, a conclusão a que se chegou foi que faltam 50 milhões de professores no mundo — isso segundo os dados que a ONU oferece. Porque nós temos — nós, da IE — informações com outros sindicatos do mundo de que é muito mais. Mas vamos trabalhar com aquilo que a ONU trabalha: faltam 50 milhões de professores no mundo. Por vários motivos: a profissão não é atraente, não há formação adequada de professores. Há locais onde quem sabe um pouco mais dá aula, quem sabe menos também. A educação no mundo tem problemas graves. Só trouxe esse dado aqui para lembrar que a briga é geral. E, no Brasil, claro, alguns dirão: "A minha cidade tem uma educação de primeiro mundo." Tudo bem, pode ter. Pode até ser que exista. Só que nós queremos que o Brasil inteiro tenha uma educação que seja boa para o Brasil todo, para o conjunto do Brasil — respeitando as peculiaridades de cada região. Porque nós também não achamos que tem que se pasteurizar a educação. Você tem que ter uma linha, um Plano Nacional de Educação, mas que respeite, que resguarde as diferenças locais.

Antônio faz uma análise crítica sobre a situação da educação brasileira, apontando desafios estruturais que comprometem a qualidade do ensino e a valorização profissional dos docentes. Entre os principais problemas levantados estão:

- Precarização do trabalho docente: contratos temporários, falta de estabilidade e baixa remuneração são entraves para a consolidação de uma carreira digna;
- Infraestrutura das escolas: falta de condições básicas, desde materiais didáticos até instalações inadequadas, dificultam o processo de ensino-aprendizagem;
- Plataformização do ensino: o uso de tecnologias para monitoramento e padronização do ensino reduz a autonomia docente e burocratiza ainda mais a função do professor;
- Violência nas escolas: o aumento da indisciplina e da agressão contra professores é visto como reflexo de problemas sociais mais amplos, que deveriam ser tratados em um contexto educacional mais humanizado e inclusivo.

Antônio destaca também o impacto da pandemia na educação, expondo desigualdades e acelerando processos de precarização, como o ensino remoto sem infraestrutura adequada.

Sobre o futuro do sindicalismo, o entrevistado levanta questões importantes:

- A necessidade de reformulação dos sindicatos: diante das mudanças no mundo do trabalho, as organizações sindicais precisam se adaptar para continuar representando de maneira eficaz os trabalhadores;
- O enfraquecimento financeiro e estrutural das entidades: o fim do imposto sindical e as dificuldades de arrecadação colocam desafios para a sustentação das entidades de classe;
- A mobilização como único caminho para avanços: para o entrevistado, a história demonstra que todas as conquistas da categoria foram fruto de greves, manifestações e pressão política.

Ele também destaca a importância da participação da educação nos debates sobre direitos humanos, questões de gênero e violência, contrariando perspectivas que defendem uma escola neutra e despolitizada.

Conforme destaca Antônio Callado,

> Hoje, há um policiamento das escolas, com denúncias de professores — que professores são comunistas, que professores querem trabalhar a questão da ideologia de gênero, tá certo? — como se isso não devesse ser tratado. Dizem que precisa ser respeitado, que essas questões que dizem respeito, por exemplo, às orientações sexuais são tarefa da família, e que a escola não tem que se meter. E nós sabemos que isso é uma violência. Eu tenho para mim o seguinte: a violência só vai se resolver se nós tivermos esse debate feito na educação.Respeito às mulheres, por exemplo, é algo que precisa ser discutido na sala de aula, tá certo? Por quê? Porque o menino não pode chegar e puxar o cabelo da menina só porque é bonitinho, só porque é engraçado. A partir daí, você constrói coisas novas, que vão respeitar as mulheres, tá certo? Ele precisa saber que ali é uma pessoa que tem sexo diferente, mas que é gente — que tem que ser respeitada com as suas peculiaridades. E, se esse debate não for feito, se a questão da violência não for debatida na escola... Por que a nossa sociedade hoje está violenta? Se isso não for discutido, se a escola não estiver inserida na comunidade para fazer esse debate, a coisa vai continuar enxugando gelo. Porque só tratar a questão da violência como algo restrito à segurança, à polícia — como se fosse uma questão puramente policial — não é suficiente.Nós sabemos que a violência que existe em todos os lugares, principalmente nos mais vulneráveis, é resultado da falta da presença do Estado, tá certo? Principalmente pela falta da presença do Estado. E não se resolve violência só com a presença da polícia. Precisa de escola, que debata. Precisa de saúde, que discuta, tá certo? Precisa de lazer, para aproximar as pessoas.

Antônio oferece uma visão ampla e bem fundamentada sobre a história e os desafios do sindicalismo na educação pública brasileira. Seu depoimento reforça a necessidade de resistência, mobilização e valorização da carreira docente.

Ao mesmo tempo, é um alerta sobre os riscos da desmobilização e da fragmentação das pautas educacionais. O entrevistado reforça que a educação de qualidade não deve ser apenas um interesse dos professores, mas de toda a sociedade, pois dela depende a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Desse modo, sua entrevista é um convite à reflexão sobre o papel da escola, dos professores e da luta sindical na construção de um país mais justo e democrático.

4.4.1 O MOVIMENTO DE LUTA EM SÃO PAULO

As quatro entrevistas realizadas em São Paulo revelam um panorama detalhado sobre a docência na rede pública estadual, destacando desafios estruturais, precarização do trabalho docente e a crise da representação sindical. Embora cada entrevistado apresente uma trajetória singular, há elementos comuns que permeiam todas os relatos, configurando um retrato complexo da educação no estado.

A análise a seguir aborda os principais temas emergentes nas entrevistas e propõe uma reflexão sobre os desafios e possíveis caminhos para o futuro da educação e do sindicalismo docente.

Todas as entrevistas evidenciam um processo crescente de precarização da carreira docente. A ausência de estabilidade funcional, a desvalorização salarial e as condições inadequadas de trabalho são mencionadas como fatores que contribuem para um ambiente de insegurança e desmotivação.

José, com 14 anos de experiência na rede estadual, destaca a vulnerabilidade do professor contratado, que sofre com a falta de garantias trabalhistas e o risco constante de perder suas aulas. Josué reforça essa percepção ao mencionar a ausência de um plano de carreira digno, os salários baixos e a infraestrutura precária.

Luiz, com sete anos na docência, chama atenção para a sobrecarga dos professores, intensificada pela falta de suporte pedagógico e pelas cobranças burocráticas excessivas. Antônio, aposentado após décadas de atuação, observa que a precarização não é um fenômeno recente, mas que se aprofundou significativamente nos últimos anos, especialmente com a intensificação das políticas neoliberais.

A instabilidade da carreira não é apenas um problema trabalhista, mas também um obstáculo para a qualidade da educação. Professores sem segurança trabalhista têm menos condições de se dedicar plenamente ao ensino, impactando diretamente a formação dos estudantes.

As entrevistas revelam uma relação ambígua entre os professores e o sindicato. Embora reconheçam sua importância histórica, os entrevistados também apontam para um processo de enfraquecimento e distanciamento da base.

José enfatiza a resistência da categoria em aderir ao movimento sindical por questões ideológicas e o papel do governo na tentativa de fragmentação dos professores. Josué faz crítica a desconexão entre o sindicato e a realidade da escola, argumentando que muitas pautas não refletem as necessidades imediatas dos docentes.

Luiz destaca a seletividade na atuação sindical, observando que os professores contratados são frequentemente negligenciados. Antônio, com uma perspectiva mais ampla, ressalta a necessidade de reformulação das entidades sindicais para enfrentar os desafios atuais.

A luta docente não se resume à falta de mobilização, mas também à dificuldade de renovar o discurso e integrar as novas gerações de professores ao movimento. A crescente contratação de bacharéis sem licenciatura e a formação política limitada dos novos docentes são fatores que dificultam essa integração.

A adoção de tecnologias na educação é um dos pontos mais criticados pelos entrevistados. Embora a digitalização possa ser uma ferramenta pedagógica poderosa, a forma como tem sido implementada no contexto paulista é percebida como uma estratégia de controle e desumanização do trabalho docente.

José menciona a fiscalização digital como um fator de desgaste profissional. Luiz denuncia o paradoxo de exigir o uso de tecnologia sem garantir infraestrutura adequada. Antônio aponta para a padronização do ensino como um instrumento de perda da autonomia pedagógica.

Essas observações indicam que a plataformização não tem sido acompanhada de investimentos estruturais, resultando em uma sobrecarga ainda maior para os docentes e comprometendo a qualidade do ensino.

O desgaste emocional dos professores é uma constante nas entrevistas. O aumento dos casos de depressão, ansiedade e síndromes de estresse reflete um ambiente de trabalho hostil, agravado por cobranças excessivas, falta de suporte institucional e condições inadequadas de trabalho.

José relata um quadro de adoecimento generalizado na categoria. Josué aponta a falta de apoio diante da indisciplina e violência nas escolas. Luiz menciona o assédio moral como uma prática comum dentro das instituições de ensino. Antônio alerta que a educação pública só será valorizada quando a sociedade compreender seu papel essencial na construção de um país mais justo.

As entrevistas oferecem um retrato contundente dos desafios enfrentados pelos professores na rede estadual de São Paulo. A precarização do trabalho, os desafios do sindicalismo, a plataformização sem suporte e o adoecimento docente compõem um cenário alarmante que exige transformações.

O futuro da educação dependerá da capacidade de resistência e mobilização dos professores, bem como da renovação das estratégias sindicais para enfrentar os desafios atuais.

4.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MATO GROSSO E SÃO PAULO

As entrevistas realizadas com professores/ dirigentes sindicais em São Paulo e Mato Grosso revelam um panorama abrangente da luta docente em dois contextos distintos, mas interligados por desafios estruturais semelhantes. A análise comparativa a seguir explora os pontos em comum e divergentes entre os dois estados, destacando os principais fatores que influenciam a educação pública e o movimento sindical docente.

PAPEL DO SINDICATO

Ponto em Comum:

Tanto em São Paulo quanto em Mato Grosso, os entrevistados enfatizam a relevância do sindicato como um pilar de organização e defesa dos direitos dos professores. Em ambos os estados, o sindicato atua como espaço essencial para mobilização, organização de greves e reivindicação de melhores condições salariais.

Diferença:

Enquanto em Mato Grosso o sindicato é visto como uma força essencial para unificar uma categoria dispersa por um território extenso e com realidades municipais

diversas, em São Paulo há uma percepção mais crítica da atuação sindical, especialmente devido à desconexão entre as lideranças e a base. Professores paulistas relatam um distanciamento dos dirigentes em relação às demandas concretas da categoria, além da dificuldade de renovação do movimento.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Ponto em Comum:

Em ambos os estados, a precarização do trabalho docente é uma realidade gritante. Salários baixos, excesso de trabalho burocrático, falta de infraestrutura nas escolas e aumento da violência escolar aparecem de forma recorrente nos depoimentos. Além disso, o adoecimento dos professores é um fenômeno presente em São Paulo e Mato Grosso, agravado pelo estresse, pressão por resultados e falta de suporte psicológico.

Diferença:

Enquanto os docentes paulistas apontam para a plataformização do ensino como um fator de desumanização do trabalho, em Mato Grosso, o foco maior recai sobre a sobrecarga de trabalho presencial, com ampliação de jornada sem a estrutura necessária. A instabilidade nos contratos também é um problema em ambos os estados, mas no Mato Grosso foi ressaltado a falta de concursos públicos e o aumento da terceirização.

IMPACTOS DA PANDEMIA

Ponto em Comum:

A pandemia de COVID-19 impactou profundamente a educação nos dois estados. O ensino remoto foi implementado de forma abrupta, sem preparo adequado, e os professores tiveram que lidar com desafios tecnológicos e pedagógicos inéditos. O retorno presencial foi marcado por dificuldades na socialização dos estudantes, aumento da indisciplina e intensificação da carga de trabalho docente.

Diferença:

Em São Paulo, houve uma maior integração da tecnologia no ensino, mas de forma desorganizada e sem infraestrutura adequada. Os professores foram pressionados a utilizar plataformas digitais sem treinamento e sem suporte técnico. Em Mato Grosso, o impacto pós-pandemia foi mais relacionado à falta de políticas de acolhimento e suporte aos estudantes e docentes, além da redução da participação sindical devido ao distanciamento social.

DESAFIOS POLÍTICOS

Ponto em Comum:

A relação conflituosa entre os sindicatos e os governos estaduais é uma realidade compartilhada nos dois estados. Ambos os grupos de entrevistados denunciam a falta de diálogo, a adoção de políticas neoliberais que favorecem a privatização da educação e a resistência do governo em conceder reajustes salariais ou melhorar as condições de trabalho.

Diferença:

Em Mato Grosso, a preocupação com a terceirização e a gestão privatista é mais evidente, com relatos sobre parcerias entre o governo e grandes grupos empresariais para a produção de materiais didáticos e gestão de plataformas tecnológicas. Em São Paulo, o foco das críticas é a gestão baseada em metas e indicadores, que transforma os professores em meros executores de um currículo padronizado.

O FUTURO DO SINDICALISMO

Ponto em Comum:

Apesar das adversidades, os entrevistados de ambos os estados acreditam que o sindicato continuará a desempenhar um papel essencial na luta pela valorização da carreira docente. Há um consenso sobre a necessidade de renovar as estratégias de

mobilização, ampliando o uso das redes sociais e fortalecendo o contato presencial com a base.

Diferença:

No Mato Grosso, a preocupação maior é com a descentralização do movimento sindical para atingir todas as regiões do estado e garantir que os professores temporários também sejam representados. Em São Paulo, a discussão gira em torno da necessidade de reaproximação entre o sindicato e os docentes, combatendo o distanciamento das lideranças e fortalecendo a formação política dos professores.

4.6 REFLEXÕES ACERCA DA LUTA SINDICAL

A análise comparativa das entrevistas realizadas em São Paulo e Mato Grosso evidencia que, apesar das especificidades de cada região, os desafios enfrentados pelos professores da rede pública são similares: precarização da carreira, instabilidade contratual, adoecimento docente, resistência à privatização e dificuldades na mobilização sindical. No entanto, as estratégias de luta variam conforme as realidades locais. Enquanto em Mato Grosso o foco está na expansão da representatividade sindical e na resistência à terceirização, em São Paulo a luta está voltada para a reestruturação do movimento sindical e a recuperação da autonomia docente.

A precariedade no trabalho docente não surge de forma espontânea ou inevitável; ela é construída por meio de escolhas políticas, econômicas e administrativas que moldam o sistema educacional. As entrevistas realizadas em São Paulo e Mato Grosso evidenciam que a precarização da docência é um processo deliberado, fruto de políticas públicas que promovem a desvalorização da carreira, a instabilidade contratual e a sobrecarga de trabalho.

A precariedade é criada por meio de políticas que enfraquecem a estabilidade da categoria, reduzem investimentos na educação e limitam a atuação sindical. Entre as estratégias utilizadas para intensificar esse cenário, podemos destacar a contratação temporária em massa. A opção por vínculos precários em detrimento da realização de concursos públicos garante maior controle sobre a categoria e dificulta a organização sindical. A plataformização do ensino, a imposição de tecnologias sem infraestrutura

adequada serve como um mecanismo de controle, desumanizando a prática docente e transferindo responsabilidades que deveriam ser do estado para os professores.

A política salarial desmotivadora, a ausência de reajustes e a defasagem dos salários mantêm os docentes em uma constante luta pela sobrevivência, o que reduz sua capacidade de mobilização. A gestão baseada em metas e produtividade, a lógica empresarial aplicada à educação transforma o ensino em uma atividade mecanizada, sobrecarregando os professores e retirando sua autonomia pedagógica. O enfraquecimento sindical, governos e setores empresariais implementam estratégias para dividir a categoria, promovendo descrédito e dificultando a atuação das entidades de classe.

Embora a precariedade seja construída por políticas deliberadas, também há fatores estruturais e conjunturais que a ampliam. O avanço do neoliberalismo, a falta de investimento público na educação e as crises econômicas contribuem para o agravamento do quadro. Além disso, a resistência reduzida da própria categoria em determinados momentos históricos também pode facilitar o avanço da precarização.

A precariedade, portanto, não deve ser entendida como um desdobramento natural ou inevitável, mas sim como fruto de decisões políticas e econômicas que privilegiam a contenção de gastos e enfraquecem à docência enquanto profissão estável e socialmente valorizada. A luta contra essa precarização exige organização, conscientização e resistência por parte dos professores e da sociedade.

O chão da escola é um território de disputa constante, onde diferentes forças políticas, econômicas e ideológicas se enfrentam para definir o futuro da educação pública. As entrevistas realizadas em São Paulo e Mato Grosso evidenciam que a escola não é um espaço neutro, pelo contrário, reflete os embates presentes na sociedade, tornando-se um campo de conflito entre professores, sindicatos, governos, mercado e até mesmo os próprios estudantes.

O Estado, como principal regulador do ensino público, impõe diretrizes e políticas que muitas vezes servem a interesses políticos e econômicos específicos. A gestão baseada em metas, a plataformização do ensino e a precarização da carreira docente são estratégias que transformam a escola em um ambiente hostil, onde a lógica da produtividade se sobrepõe à formação humana e crítica. Nesse cenário, os professores enfrentam uma batalha diária para preservar sua autonomia pedagógica, resistindo às pressões para a execução de um currículo padronizado e imposto de cima para baixo. Além disso, lidam com a sobrecarga de trabalho, a instabilidade contratual e o

adoecimento psicológico, elementos que tornam a profissão cada vez mais desgastante e desvalorizada.

O sindicato emerge como um dos principais agentes de resistência nesse território em disputa. Em ambos os estados analisados, as entidades sindicais são vistas como fundamentais na luta contra o desmonte da educação pública. No entanto, enfrentam desafios que vão desde a tentativa governamental de desmobilizar a categoria até a própria fragmentação dos professores, muitos dos quais descrentes na efetividade da luta sindical.

Além da influência estatal e sindical, há também a crescente penetração do setor privado dentro da escola pública. Grandes grupos empresariais disputam espaço na formulação de políticas educacionais, fornecendo materiais didáticos e plataformas digitais, muitas vezes sem um debate amplo com os educadores. Essa privatização velada intensifica a desumanização do ensino, pois reduz o professor a um executor de tarefas e transforma a aprendizagem em um produto mensurável por números e estatísticas. Paralelamente, a escola também se torna um campo de disputa ideológica, onde diferentes grupos tentam controlar o que pode ou não ser ensinado, limitando a liberdade pedagógica e censurando determinados temas.

Os estudantes, por sua vez, não são apenas receptores passivos nesse embate. Suas demandas por uma educação mais inclusiva e conectada à realidade se chocam com um sistema que frequentemente os trata como meros números dentro de um modelo de ensino engessado. A escola pública, muitas vezes, é o primeiro espaço onde as desigualdades sociais se tornam evidentes, refletindo a disparidade de oportunidades entre diferentes grupos. A precarização do ensino e a falta de suporte adequado fazem com que muitos estudantes enfrentem dificuldades de aprendizado e socialização, especialmente no contexto pós-pandemia.

Diante desse cenário, a grande questão que se impõe é: a quem pertence a escola pública? Ela será um espaço de formação crítica e emancipadora ou apenas uma linha de produção de mão de obra barata e submissa? A disputa pelo chão da escola define não apenas o futuro da docência, mas o próprio papel da educação na construção de uma sociedade mais justa. A resistência de docentes, estudantes e sindicatos busca assegurar que a escola permaneça um espaço de conhecimento, reflexão crítica e transformação social. A luta pelo direito à educação pública de qualidade é, portanto, uma luta pelo próprio significado da escola e pelo tipo de sociedade que se deseja construir.

O futuro da educação pública nesses estados dependerá da capacidade de mobilização do professorado e da adaptação das estratégias sindicais para enfrentar os desafios impostos pelo atual cenário político e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que as diretrizes neoliberais têm acentuado a deterioração das relações de trabalho, intensificando o adoecimento de diferentes categorias profissionais — com destaque para os profissionais da educação, foco central deste estudo. Isso ocorre porque, ao priorizar a flexibilização e a precarização do trabalho com vistas à maximização de lucros, à contenção dos gastos públicos e ao alcance de metas e indicadores, essas políticas impõem à escola e aos seus trabalhadores a responsabilidade de atender demandas cada vez mais técnicas.

Ressalta-se, ainda, que os investimentos públicos têm se direcionado de forma significativa à contratação de serviços oriundos da iniciativa privada, bem como a contratação de empresas terceirizadas para prestação de serviços e contratos com empresas tecnológicas em grande escala.

O ponto de tensão recai sobre a ausência de políticas que garantam formação adequada e contínua aos profissionais da educação. Frequentemente, esses trabalhadores são obrigados a custear, com salários desvalorizados, suas próprias capacitações — recorrendo a plataformas pagas, conteúdos de inteligência artificial, cursos extracurriculares e treinamentos não ofertados institucionalmente. Os terceirizados, por sua vez, enfrentam vínculos frágeis, remuneração inferior e pouca estabilidade, o que desencoraja a adesão de profissionais qualificados e compromete a qualidade dos serviços prestados.

Além disso, observa-se uma sobrecarga crescente imposta pelas políticas educacionais do Estado. Multiplicam-se formações e cursos oferecidos em modelo EaD, sem diálogo com as necessidades reais da prática docente, acompanhados por pressões contínuas para o cumprimento de metas e resultados, muitas vezes utilizados apenas como justificativa contábil para os investimentos governamentais.

Frente a essa conjuntura, os docentes, para obter um rendimento minimamente compatível com o custo de vida e suas necessidades básicas, veem-se compelidos a acumular o maior número possível de turmas, frequentemente compostas por classes superlotadas ou a atuar em múltiplas unidades escolares, comprometendo sua saúde física e emocional, bem como a qualidade do ensino ofertado.

O esforço exigido dos professores para conter a agitação dos estudantes é exaustivo, exigindo deles, diariamente, não apenas resiliência, mas também maturidade emocional, leitura crítica da realidade e controle psicológico apurado. Contudo, repetir

continuamente esse enfrentamento compromete a estabilidade psíquica, uma vez que o desgaste se acumula silenciosamente. Mesmo diante desse cenário, espera-se do docente um domínio absoluto das situações escolares, uma expectativa irreal, mas rigidamente cobrada.

Quando ocorrem falhas, entra em cena uma política de intimidação: o medo é instrumentalizado como forma de coerção e responsabilização. A própria estrutura de gestão escolar, composta por colegas em cargos administrativos, reforça esse controle, não por escolha pessoal, mas por força da posição que ocupam e da pressão que também enfrentam. A ameaça de prevaricação paira como ferramenta de disciplinamento, perpetuando o ciclo de vigilância e silenciamento.

Diante disso, torna-se inevitável reconhecer os reflexos das políticas neoliberais na rotina educacional. A busca incessante por metas, números e resultados afasta o foco de uma educação humanizada, reduzindo a complexidade do processo formativo a parâmetros quantitativos. Essas mesmas políticas, ao priorizarem a contenção de custos, impõem mão de obra barata como estratégia, o que precariza ainda mais o ofício docente.

Nesse panorama, o comprometimento da saúde mental docente se apresenta como uma consequência lógica e quase inevitável. Ressalta-se que a pandemia de Covid-19 funcionou como catalisadora desse processo: a centralidade das tecnologias nas políticas educacionais ampliou exponencialmente as exigências sobre os professores. Planejar aulas remotas, produzir materiais didáticos digitalizados, atender alunos por diferentes canais, participar de formações a distância, tudo isso sem a devida compensação, orientação ou estrutura.

Além disso, a dissolução dos limites entre vida pessoal e vida profissional agravou esse quadro. A casa virou sala de aula, a intimidade cedeu espaço ao ambiente institucional. Esse desequilíbrio tem se mostrado fator determinante para o adoecimento da categoria, e é urgente que os sindicatos assumam uma postura firme na defesa de políticas que garantam esse necessário equilíbrio. Como aponta Varela (2018), a degradação das condições de trabalho não apenas fragiliza a qualidade do ensino, como também ameaça diretamente a saúde dos profissionais, sendo essa uma pauta inadiável para a luta sindical.

A investigação demonstrou que, em períodos de instabilidade conjuntural, como o vivenciado durante a pandemia, intensificam-se significativamente os mecanismos de precarização do trabalho docente. Com o retorno das atividades presenciais, os profissionais da educação se viram imersos em um volume avassalador de novas

demandas, sendo compelidos a incorporar, de forma imediata e compulsória, o uso de plataformas digitais, participar de formações remotas e se adaptar, sem qualquer transição adequada, ao chamado "novo normal" que passou a reger a dinâmica escolar.

É necessário considerar, também, que o uso da noção de “crise” para explicar a situação sindical se mostra limitado. A categoria docente vive, na verdade, os desdobramentos de um sistema estruturalmente excludente. O conceito de crise, mais adequado ao ciclo econômico e às oscilações do capital, não dá conta de dimensionar plenamente o papel do sindicato. Afinal, essas organizações emergem justamente como resposta histórica às contradições do sistema capitalista, lutando por dignidade, direitos e melhores condições de vida para aqueles que fazem da educação um ato de resistência.

Portanto, o conceito se encaixa melhor ao modelo econômico do que o papel da luta sindical. Dessa forma, não cremos que o sindicato esteja se deparando com uma crise, mas sim com os mesmos desafios que o mundo atual vivência, seja no campo das relações sociais, das instituições públicas ou privadas, principalmente no que se refere às transformações nunca antes imaginadas a respeito do papel que a tecnologia tem moldado às formas e relações de trabalho, a política e economia e as relações sociais no século XXI.

Ainda que a participação dos trabalhadores nos movimentos sindicais oscile e possa até reduzir de tempos em tempos, como no momento presente ao desenvolvimento dessa pesquisa, não significa que a atuação da instituição esteja enfraquecida ou inoperante. Ao contrário, a trajetória histórica do sindicalismo demonstra sua capacidade de resiliência ou de adaptação às mudanças do mundo do trabalho. Além disso, a análise dos movimentos sindicais deve ser feita em uma perspectiva de longo prazo, ou seja, em um longo período, levando em conta seu caráter contínuo e sua capacidade de reorganização.

Nessa perspectiva, avaliações precipitadas, baseadas apenas em momentos históricos pontuais de baixa mobilização, podem distorcer e escamotear a real influência da luta sindical por direitos e melhores condições de trabalho, premissas essas que direcionam as ações e o processo de luta sindical.

Desse modo, diante das dificuldades enfrentadas no dia a dia, da sensação do imediatismo e que a captação do movimento da história acontece diante dos olhos, é comum que os trabalhadores responsabilizem os sindicatos de forma superficial e deixem de considerar a complexidade do movimento dialético da história e das relações de forças entre capital e trabalho. Daí a importância de fomentar a percepção que é no "chão das

vivências" ou no “chão da escola” que se constrói a resistência coletiva capaz de dar o movimento da realidade somada com tempos passados e vindouros é que se constrói, do fugaz, ao movimento dialético da história.

Isso posto, se deve reforçar a importância do sindicato como a única instituição legalmente ainda aceita que continua (deve) atuar na defesa dos interesses da classe trabalhadora. Dessa maneira, a força da docência vai muito além do simples ato de ensinar conteúdos no momento presente e fugaz. Ela se reflete na capacidade transformadora que o professor exerce sobre sua vida funcional, sobre a vida dos estudantes e, em última análise, sobre a reprodução social, pois está auxiliando o sujeito que irá atuar nela.

Assim, no cotidiano escolar, o professor pode auxiliar na formação integral, apresentar perspectivas, meios, formas e, mais importante, mostrar caminhos possíveis, etc, pois ele não apenas possibilita o contato com conteúdo, mas pode contribuir para desenvolver cidadãos críticos e conscientes, capazes de questionar e transformar a realidade ao seu redor.

O professor, ao inspirar seus estudantes, desperta a curiosidade, o pensamento crítico, reflexivo e espacial, estimulando-os a buscar o conhecimento e a entender o mundo de forma mais profunda e ampla. Nesse sentido, a Geografia tem grande potencial ao propor que tal cidadão desperte para a percepção espacial, tão importante na construção de atuação e sentidos de vida.

Mesmo diante das condições adversas a que o professor está submetido, ele tem consciência plena da responsabilidade que carrega consigo, sabe que o jovem que está sob seu cuidado dispõe de um futuro muitas vezes incerto. Então, ele acaba por julgar como sua obrigação trazer a melhor formação possível para o estudante, a fim de que ele crie meios próprios de realizar as melhores escolhas para sua vida, fato esse que muitas vezes traz sofrimento mental, pois sabe que sua ação é limitada pelas políticas que tem o dever de cumprir e pela falta de interesse a que o jovem está submetido. As políticas, por sua vez, não parecem ter essa perspectiva como horizonte.

Em um sistema educacional marcado por desafios como a falta de recursos ou quando os tem os investimentos não suprem as lacunas, infraestrutura inadequada, na maioria das vezes ambientes insalubres e desvalorização profissional, os professores se tornam exemplos de dedicação e persistência por uma educação que opere positivamente. Eles enfrentam diariamente situações difíceis, mas continuam a desempenhar seu papel fundamental com o objetivo de garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Em suma, a força da docência é múltipla e profunda. Ela é essencial não apenas para o desenvolvimento intelectual dos estudantes, mas também para a formação de uma sociedade mais justa, crítica e transformadora. A docência é, sem dúvida, uma das forças mais poderosas para a construção de um futuro melhor para todos.

Por outro lado, é importante destacar que diante do crescente esgotamento profissional dos docentes, caracterizado pela exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal, torna-se imprescindível que os sindicatos dos professores adotem estratégias eficazes para combater esse quadro. O impacto da precarização do trabalho, da sobrecarga laboral e da falta de suporte institucional exige ações concretas que fortaleçam a categoria e garantam melhores condições para o exercício da docência.

Nesse contexto, é fundamental que a saúde dos professores seja uma pauta prioritária nas reuniões sindicais, reconhecendo o espaço sindical como um ambiente essencial de promoção da saúde e do bem-estar da categoria. Dessa forma, o sindicato deve ser compreendido não apenas como um espaço de reivindicação trabalhista e salarial, mas também como um território de acolhimento, reflexão e formulação de estratégias preventivas que protejam a integridade física e mental dos docentes, assim como debater a redução da carga horária excessiva e a criação de um ambiente laboral mais humanizado e prazeroso.

Simultaneamente, a criação de ambientes de trabalho mais saudáveis e inclusivos deve ser uma prioridade, garantindo que as escolas ofereçam condições estruturais adequadas para o desempenho da função docente. Os ambientes de trabalho exercem influência direta sobre a qualidade de vida dos trabalhadores, o que reforça a necessidade de o sindicato atuar como um mediador eficaz na cobrança por melhorias infraestruturais e ergonômicas.

Para que isso tudo tenha atenção pelas autoridades, é necessário que a questão se torne pauta para exigência de implementação de políticas efetivas voltadas à saúde mental e emocional dos professores. O sindicato deve pressionar governos para garantir programas de apoio psicológico, grupos de suporte emocional e campanhas de conscientização sobre o burnout. Essa pauta deve ser política de Estado, nunca uma política de governo.

A luta sindical também deve se concentrar na valorização profissional e na regulamentação de uma nova carga de trabalho ou ao menos manter a existente garantindo que os professores tenham tempo adequado para planejamento, formação pedagógica, descanso e um ótimo salário. Entendemos que um bom salário, plano de carreira que

valorize cada formação complementar, tempo adequado para o planejamento, produção científica, número de turmas adequado que não passe de oito e descanso são os fatores principais de atratividade de bons profissionais.

Ao pensar nisso tudo, se está valorizando o aprendizado e a formação do estudante porque é o professor que está na linha de frente, em contato direto com o estudante. Esse profissional precisa ter as melhores experiências de vida possíveis e viver bem. O contato com o estudante precisa ser o mais amistoso possível, a fim de fomentar experiências boas e únicas tanto ao estudante quanto ao professor.

A profissão precisa chamar os mais talentosos provenientes de várias classes sociais, de universidades públicas ou privadas, sem distinção de sexo, orientação sexual e classe social. O estudante precisa estar em contato com diversos mundos e realidades, a fim de conhecer desde cedo e respeitar a diversidade social.

Parcerias com universidades e sindicatos, oferta de cursos de atualização e debates sobre metodologias inovadoras são iniciativas que fortalecem a categoria e reduzem os impactos do desgaste profissional. Sempre respeitando a quantidade de horas de cursos de formação, àqueles referentes às quatro horas semanais, já destinadas à formação continuada.

Outro ponto crucial é o fortalecimento da representatividade e da mobilização coletiva dos professores. O sindicato deve estimular a participação ativa da categoria em assembleias, protestos e campanhas de sensibilização, consolidando sua atuação como um espaço legítimo de luta por melhores condições de trabalho e de promoção da saúde. Deve realizar visitas constantes às escolas, conversas informais e chamar para reuniões no espaço do sindicato que não tenham somente objetivo da luta, mas para debates e momentos de socialização.

Por fim, a defesa da educação pública e o combate à precarização do ensino devem estar no centro da atuação sindical. A qualidade do ensino está diretamente relacionada à saúde e bem-estar dos professores, e qualquer política que desconsidere esse elemento compromete o futuro da educação.

O desgaste progressivo dos profissionais impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados à sociedade, tornando urgente a implementação de medidas eficazes para mitigar esse cenário. Dessa forma, ao reconhecer o sindicato como um espaço de promoção da saúde, fortalecemos não apenas a luta trabalhista, mas também a preservação da dignidade e da qualidade de vida dos docentes, garantindo que a educação seja exercida com plenitude e reconhecimento social.

Destacamos assim que o professorado inserido no contexto contemplado na pesquisa, bem como as rápidas transformações tecnológicas, profundas mudanças nas relações de/no trabalho e políticas que resultaram/resultam em perda de direitos, tornando-se exposto à fragmentação identitária à precarização das condições materiais e subjetivas de trabalho e as doenças, os quais impactam não apenas sua atuação profissional, mas também em sua qualidade de vida.

O papel de um sindicato contestatório é fundamental para a luta e resistência dos trabalhadores em prol de melhores condições de vida, mas não somente este, ou seja, de acolhimento, de socialização, de debates científicos e acadêmicos etc. Ao contrário a perda de identidade acarreta sérios desafios na convivência com o outro, fazendo com que a luta deixe de ser pautada por interesses coletivos e passe a ser dominada por objetivos individuais. Esses interesses, por sua vez, são marcados pelo individualismo, egocentrismo e solidão, fragilizando os laços sociais.

Nesse contexto, à medida que o individualismo é exaltado, os sindicatos tentem a perder força, pois a noção de coletividade deixa de ser prioritária, enfraquecendo os espaços de construção conjunta. Ainda assim, mesmo diante desse cenário adverso, esses espaços persistem na resistência.

Diante da redução das relações sociais a uma dimensão fragmentada e isolada, torna-se fundamental contestar essa lógica e não aceitar passivamente a cultura individualista e competitiva, pois a frustração gerada por essa realidade contribui para o adoecimento. O sofrimento do trabalhador, antes reconhecido como um problema coletivo e público, tornou-se cada vez mais recorrente e individualizado, dificultando soluções estruturais e reforçando o isolamento dos indivíduos em meio a questões que deveriam ser enfrentadas coletivamente.

Por fim, há de se salientar que estamos em tempos de luta por melhores condições de trabalho e vida. Deste modo, trabalhos de base para conscientização da classe trabalhadora é apenas o começo para as transformações.

No contexto atual, a perspectiva geográfica possibilita evidenciar preocupações e desafios que demandam reflexão e superação, mesmo diante da complexidade de questões como a precarização do trabalho, os impactos na saúde e a vulnerabilidade das vidas atingidas. As ações sindicais constituem um tecido dinâmico de relações que exigem interpretações aprofundadas para dar visibilidade aos sujeitos, às interações estabelecidas e às potencialidades inerentes às relações sociais mediadas pelo trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. A subjetividade às avessas: toyotismo e 'captura' da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 11, n. 2, p. 223-239, 2008. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172008000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 16 mar. 2025.

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil. **Blog da Boitempo**, 2013. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/. Acesso em: 16 mar. 2025.

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho. **EstudosdoTrabalho**,v.1,n.49,2016.Disponívelem:https://www.redalyc.org/pdf/3215/321529409003.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil:** uma tragédia histórica. Praxis, 1. ed., 2024.

ALVES, Giovanni. Trabalho digital, cooperação complexa e trabalhador coletivo do capital: notas críticas. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à Deriva**: O Trabalho nas Plataformas Digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

ANDES. **Estudo da OCDE aponta que Brasil tem o pior piso salarial para educação entre 40 países**. 2023. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/estudo-da-oCDE-aponta-que-brasil-tem-o-pior-piso-salarial-para-educacao-entre-40-paises1. Acesso em: 12 abr. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. **Terra & Cultura**: Revista de Desenvolvimento Local, n. 39, p. 45–60, 2007. Disponível em: https://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/39/Terra%20e%20Cultura_39-3.pdf . Acesso em: 13 abr. 2025

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Tradução de Maria Helena Castanheira e Silva. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2024.

BALL, S. J. Profissionalismo, Gerencialismo e Perfomatividade. **Cadernos de Pesquisa**. V. 35, n. 126, set./dez. 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 1999.

BATISTA, P. N. **Em Defesa do Interesse Nacional**: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público", São Paulo, Editora Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal,1988.Disponível:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: setembro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o § 5º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: abril de 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 7.180, de 2014**. Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar do ensino fundamental e médio de princípios éticos, morais e valores familiares e comunitários. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as diretrizes e bases da educação nacional para reformar o ensino médio e instituir a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: março de 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: março de 2024.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020**. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2252589. Acesso em: março de 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2024 – Resultados Preliminares**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARNAVAL, Marilya Mariany. A desigualdade da infraestrutura escolar das escolas estaduais no município de São Paulo**. Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 15, n. 22, p. 1–20, maio 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/79216. Acesso em: 12 abr. 2025.

CARRANO, Paulo. Educação na periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 221–240, jan./mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pwvvqJpcJxWbpMRsRTV38sk/. Acesso em: 12 abr. 2025.

CARTA CAPITAL. **Em menos de 24 horas, Tarcísio derruba liminar e retoma terceirização de escolas em São Paulo**. Outubro, 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/em-menos-de-24-horas-tarcisio-derruba-liminar-e-retoma-terceirizacao-de-escolas-em-sao-paulo/. Acesso em: 12 abr. 2025.

CAZAROTTO, R. T. Políticas territoriais de ciência, tecnologia e inovação, ação e atores: o caso dos pólos de modernização tecnológica do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari - RS- Brasil. IN: SILVEIRA, R. L. L; SOUZA, M. B. (Orgs). **Norma e Território**: contribuições multidisciplinares. 1ªed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017.

CBN SÃO PAULO. **Censo 2024: rede de ensino estadual de SP continua com mais docentes com contratos temporários do que concursados**. *CBN*, São Paulo, 9 abr. 2024. Disponível em: https://cbn.globo.com/sao-paulo/noticia/2025/04/09/censo-2024-

rede-de-ensino-estadual-de-sp-continua-com-mais-docentes-com-contratos-temporarios-do-que-concursados.ghtml. Acesso em: 12 abr. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Casos de violência em escolas expõem sucateamento da educação no país e escalada do extremismo de direita.** CNTE, 30 mar. 2023. Disponível em: https://cnte.org.br/noticias/casos-de-violencia-em-escolas-expoem-sucateamento-da-educacao-no-pais-e-escalada-do-extremismo-de-direita-382f. Acesso em: 12 abr. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Escola Sem Partido transformou perseguição a trabalhadores(as) em educação em parte do cotidiano escolar**. Brasília: CNTE, 2023. Disponível em: https://cnte.org.br/noticias/escola-sem-partido-transformou-perseguicao-a-trabalhadoresas-em-educacao-em-parte-do-cotidiano-escolar-d3d2. Acesso em: 12 abr. 2025.

DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE PAULA, R. P. **Uma história da APEOESP (1945 – 1989):** Entre o sacerdócio e a contestação – Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

DE PAULA, Luiz Fernando; VAZ, Camila; MACHADO, Pedro Lange Netto. A economia política da pandemia de Covid-19: o Brasil na encruzilhada entre o "velho normal" e as novas tendências internacionais. In: FONTAINHA, Tula; et al. (Org.). **Covid-19 e agendas de pesquisa nas ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022. p. 261-278.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A valorização do professor e a qualidade da educação**. São Paulo: DIEESE, 2021.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Impactos da terceirização sobre as condições de trabalho: Nota Técnica nº 172**. São Paulo: DIEESE, mar. 2017. Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.html. Acesso em: 12 abr. 2025.

DRUCK, Graça. **Precarização e trabalho no Brasil**: uma regressão social histórica. São Paulo: Boitempo, 2018.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FERREIRA, Leandro M. B.; ARAÚJO, Rômulo M. Políticas ambientais no Brasil sob o governo Bolsonaro: desmontes e resistências. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 429-453, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7449. Acesso em: 18/05/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores para o ensino básico: cenários e desafios. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2019.

GOMES, José Menezes. 21 anos de Plano Real, sistema da dívida e ajuste fiscal. **Marxismo21**, 2015. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Jos%C3%A9-Menezes-Gomes.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações**.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, David. Anti-Capitalist Politics in the Time of COVID-19. Jacobin Magazine, 20 mar. 2020. Disponível em: https://jacobin.com/2020/03/david-harvey-coronavirus-political-economy-disruptions. Acesso em: jan de 2021.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

JABBOUR, Elias. **China**: desenvolvimento e socialismo de mercado. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

KALIL, Renan Bernardi. Capitalismo de Plataforma. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da (orgs.). *A regulação do trabalho via plataformas digitais*. São Paulo: Blucher, 2020. p. 67-98. Disponível em: https://openaccess.blucher.com.br/article-details/02-22295/. Acesso em: 15/08/2022.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.São Paulo: Boitempo, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Luiz Carlos de. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. Campinas: Autores Associados, 2018.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.Machado, 2019

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Contraponto, 2019.

MACHADO, N. M. C. A "Primeira Versão" da Teoria da Crise de Marx: a queda da massa de mais-valia social e o limite interno absoluto do capital. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 163-203, jan.-mar. 2019.

MARINI, R. M; **Ruy Mauro Marini**: dialética da dependência e outros escritos/ Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (org.) 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 99-101

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**: estudos na ideologia da sociedade industrial avançada. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.Mello, 1999.

MATO GROSSO (Estado). Lei Complementar nº 510, de 11 de novembro de 2013. Dispõe sobre a reestruturação dos subsídios dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 11 nov. 2013.Disponível:https://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/b164a161bc043b4084257c21003da71f?OpenDocument. Acesso em: 12 abr. 2025.

MELLO, Alex Fiuza de. **MARX e a globalização**. 1°Edção. BOITEMPO EDITORIAL. 1999.

MÉNDEZ, Ricardo. **Sitiados por la pandemia: de la Gran Recesión al Gran Colapso**. Madrid: Ediciones Revives, 2020. Disponível em: https://revives.es/wp-content/uploads/2020/09/SITIADOS-POR-LA-PANDEMIA.pdf. Acesso em: mar. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza**.** ***O desafio do conhecimento****: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MOREIRA, Ruy. ***O que é geografia crítica***. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília**. O Brasil Republicano**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política e 2016. RJ: Civilização Brasileira, 2018.

NETO, Francisco das Chagas Fernandes. Neoliberalismo, precarização e resistências no campo da educação. **Revista Germinal**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 432-453, jul./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/31901. Acesso em: 25/11/2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Precarização do trabalho docente e impactos na qualidade da educação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Verdades e mentiras sobre o financiamento da educação. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desindustrialização nas metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, e202403pt, 2024. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7486. Acesso em: 16 mar. 2025.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1980. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, Isabela Teodoro dos; COUTO, Maria Fernanda Flausino; PEREIRA, Michelle Morelo; BRAZ, Matheus Viana. Síndrome de Burnout em professores durante a pandemia da COVID-19. **Revista Psicologia em Pesquisa,** v. 17, n. 2, p. 1–24, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/35535. Acesso em: 12 abr. 2025.

SESEMP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. **Risco de apagão de professores no Brasil**. São Paulo: Instituto Semesp, 2022. Disponível em: https://www.semesp.org.br/pesquisas/risco-de-apagao-de-professores-no-brasil/. Acesso em: 12 abr. 2025.

SILVA, Luciano Mendes de Faria; NEVES, Lúcia Maria Wanderley; CATANI, Afrânio Mendes. **Políticas neoliberais para a educação**: do consenso à crítica. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA, Maria Lúcia G. & ARAÚJO, João Batista. **O impacto da contratação temporária na educação básica**. Brasília: MEC, 2020.

SINGER, André. **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos?. São Paulo: Boitempo, 2012.

SISMONDI, Jean Charles Léonard de. **Novos Princípios de Economia Política**. Tradução de Fábio Barbieri. São Paulo: Segesta, 2020.

SOARES, José Francisco. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 104, p. 1135–1156, out. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/JDpHpqdd5J57TxPhXW8mLcg/. Acesso em: 12 abr. 202
SOUZA, Jessé. **Brasil em colapso**. São Paulo: Boitempo, 2019.

THOMAZ JR. A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v.19, n.37, 6 – 26, 2004.

VARELA, Raquel. **Desgaste na profissão docente**: relatório. Lisboa: FCSH/NOVA, 2018.

VAZ, Vinícius Rezende Carretoni; MERLO, Edgard Monforte. O consenso de Washington no Brasil: estabilização conservadora e estagnação. **Revista Aurora**, v. 13, n. 1, p. 37-58, 2020. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/10334.

.

APÊNDICE

SÉRIE TEMPORAL GREVES – SINTEP-MT

PERÍODO DA GREVE	DURAÇÃO EM DIAS	CAUSA	ENCAMINHAMENTOS/RESULTADOS
6/10/1984 a 6/10/1984	1	Piso de 3 salários-mínimos (o piso atual é de 1,3 salários) e gratificação.	Realizaram passeata pelo centro de Cuiabá.
7/4/1988 a 10/5/1988	34	pagamento de salários	A greve foi encerrada depois que o governo concordou em instituir um calendário de pagamento para os professores. Assim, quem ganha até cinco vezes o salário-mínimo receberá o pagamento até dia 10 de cada mês. Para aqueles que recebem entre cinco e dez salários-mínimos, o pagamento será efetuado até o dia 20 de cada mês.
13/10/1988 a 13/10/1988	1	Atraso no pagamento dos salários.	Nesta data a greve continua.

20/2/1991 a 20/2/1991	1	Protestam contra o atraso no pagamento dos salários.	Os professores decidiram manter a greve até que o Governo do Estado pagasse os quatro meses de salários atrasados.
29/9/1993 a 6/10/1993	8	Reivindicam reajuste salarial.	No dia 06.10, em assembleia, decidiram retornar às atividades.
15/3/1994 a 30/3/1994	16	Reivindicam reajuste salarial de 160%, piso de um salário-mínimo para quem trabalha vinte horas/aula e dois salários-mínimos para quarenta horas/aula, reposição integral da inflação mensal e liberação dos cheques-salários no último dia de cada mês trabalhado.	Retornaram às atividades após conquistarem piso salarial de 133,61 URVs para quem trabalha quarenta horas/aula.

1/6/1995 a 1/6/1995	1	Reivindicam piso salarial de R$ 220,00.	Conquistaram 43% de reajuste e voltaram ao trabalho.
19/8/1996 a 22/8/1996	4	Reivindicavam o pagamento de salários e da última parcela do 13o. salário de 1994 atrasados, incorporação das gratificações aos salários e reajustes salariais.	Em acordo fechado em 1995 entre governo e os trabalhadores, o governo se comprometeu a conceder reajustes salariais. Em 22/08, os trabalhadores estavam parados.
9/3/2000 a 9/3/2000	1	Exigiam, entre outros pontos, o pagamento de retroativos referentes ao período de outubro de 1998 a outubro de 1999 e o acerto dos juros de dez anos em que o governo atrasou os salários para quitar as folhas de pagamento.	Em Cuiabá e Várzea Grande foi registrada uma adesão de 100% à greve. No total, segundo o sindicato, foram paralisadas as atividades em 90% das cerca de 640 escolas estaduais. Para a Secretaria da Educação, os salários estavam em dia e as discussões sobre questões pedagógicas avançavam. O Estado não se negava a debater os juros devidos, mas afirmava não haver recursos para quitá-los. Estava previsto que o movimento de paralisação se estenderia até 10/03.

10/4/2000 a 23/5/2000	44	Protestavam contra o descumprimento da Lei Complementar nº 50, que previa a recomposição salarial a cada doze meses, exigindo um reajuste de cerca de 10%, relativos a perdas salariais de outubro de 19 98 a outubro de 1999. Além disso, reivindicavam o pagamento dos subsídios referentes a diferenças salariais dos meses de outubro, novembro de 1998, além do 13º referente àquele ano; juros de salários atrasados, que girariam em torno de R$ 150 milhões; pagamento das horas-atividade e do 13º para os professores interinos (com carga horária de trinta horas) e equiparação salarial destes com os concursados; pagamento imediato de professores contratados e concursados; e regularização das datas para os repasses de verbas do governo às escolas - o sindicato defendia seis repasses anuais.	O piso dos professores estaduais estava em R$ 465,00. O governo afirmou que começaria a pagar as diferenças salariais devidas a partir de junho de 2000, em seis parcelas. A proposta foi considerada pelo sindicato como provocação do governo, já que a maior parte dos valores seriam irrisórios, variando entre R$ 2,00 e R$ 150,00. A administração estadual declarou que não acertaria as horas-atividade dos docentes interinos, alegando o desejo de que todos os profissionais de educação sejam concursados. A dívida dos juros relativos a atrasos de salários foi reconhecida, mas o governo afirmou não haver possibilidade de quitá-los sem comprometer o equilíbrio fiscal. O governo garantiu que efetuara o pagamento do mês de março para mil professores concursados. Todos os outros contratados e concursados receberiam na folha de abril e o 13º começaria a ser pago a partir deste ano. Teria sido criada uma comissão, com membros do sindicato e da Secretaria da Educação, para analisar os repasses de verbas às escolas. Em 12/04, o governo anunciou que o ponto dos grevistas seria cortado. Para a administração estadual, quatro dos sete itens da pauta de reivindicações já haviam sido cumpridos. De acordo com o sindicato, 80% dos funcionários da Educação em Cuiabá haviam aderido à greve, o que contabilizaria 2,9 mil trabalhadores. No estado, 63% das escolas estariam paradas, com outros 7% funcionando parcialmente. A rede estadual contava com 609 escolas, que empregavam um total de 30 mil funcionários. - MAIO - Em 09/05, a Secretaria da Educação informou que seria feita uma auditoria na folha de pagamentos da pasta, a fim de provar ao sindicato a inexistência de recursos para atender às reivindicações dos trabalhadores. Segundo a secretaria, o governo estadual passava por dificuldades financeiras, já que estaria devendo ao funcionalismo público 14,3 folhas salariais. Em 15/05, os professores mantinham vigília em frente ao prédio da Secretaria da Educação. Com 60% de adesão, segundo a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) a greve foi suspensa em 23/05, em caráter tático. A categoria pretendia tomar fôlego e se reorganizar para fortalecer o movimento e dar continuidade à luta pelas suas reivindicações. Durante a assembleia que decidiu pelo fim da paralisação, foram aprovados encaminhamentos como a não-reposição das aulas, no caso de corte do ponto; realização de manifestações nas visitas do governador e dos secretários em todos os municípios do estado; e o envio de uma carta ao Executivo e à Assembleia Legislativa, cobrando a substituição do secretário de Educação, acusado de incompetência pelos professores.

31/7/2001 a 7/8/2001	8	Reivindicam 23% de reajuste salarial.	A categoria conseguiu a adesão de praticamente 100% dos professores e funcionários do estado, a exceção de alguns municípios em que o sistema de gestão é unificado. O governo do estado sinalizou com uma proposta de conceder 20% de reajuste divididos em quatro parcelas de 5%, a serem pagas até agosto de 2002. A proposta não foi aceita pelos professores que decidiram protestar bloqueando a BR-174, que liga Cáceres a Porto Velho (RO), no dia 07. Nesta data a greve prosseguia.

31/7/2001 a 31/8/2001	32	Reivindicam reajuste salarial e a não redução da hora-atividade de 33% para 20%.	Em reunião realizada dia 17/08, professores e governo não chegaram a nenhum acordo. O secretário de educação não apresentou nenhuma proposta nova e a categoria decidiu manter a greve. O secretário só a ceita pagar a reposição salarial de 23% se houver a redução de hora atividade. Atualmente 33% das 30 horas semanais são dedicadas a hora atividade. A proposta do governo é reduzir para 20% e aumentar a hora aula. Como o impasse permaneceu até o fim de agosto, os professores elaboraram uma nova contraproposta; pedem reajuste imediato de 13,42%, retroativo ao período de agosto de 1998 a agosto de 20 00, além de 7% referente ao período de outubro de 2000 a outubro de 2001. Reivindicam nesta também correção inflacionária de 7% a 10%, a ser aplicada a partir da folha de dezembro de 2002. O governo tinha apresentado proposta de reajuste de 10% neste ano, sendo 5% agora e 5% na folha de dezembro. Propunha também mais 15% de reajuste, divididas em três parcelas a serem acrescentadas nas folhas de junho, setembro e dezembro de 2002. Para o sindicato, esta proposta, além de oferecer um índice de correção inferior à inflação, mantém o gasto com a educação em nível menor do que o previsto em lei, que é de 25% do orçamento do estado. Os professores denunciam também que a proposta não cumpre com o artigo 44 da lei complementar nº50/98 e nem da constituição federal, que garantem revisão salarial a cada 12 meses. O governo do estado ofereceu 20% de reajuste na hora-aula, a serem pagos gradativamente, a primeira parcela seria paga em de fevereiro de 2002 e a última em agosto do mesmo ano. Par a o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sintep), a proposta chegou a ser indecente. Nesta data a greve prosseguia.

25/4/2003 a 25/4/2003	1	Protesto contra o não pagamento dos salários dos interinos, o não pagamento de adicional noturno aos vigias de escolas desde 1999, a falta de merenda escolar em algumas unidades, entre outros pontos.	Em 25/04, a categoria fez um protesto, pela manhã, na Secretaria de Estado de Educação (Seduc). De acordo com a diretora do Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública (Sintep), o mesmo ato ocorre u em todos os municípios do estado para chamar a atenção da Seduc sobre a necessidade de resolver os problemas já conhecidos pelo órgão
10/11/2003 a 10/11/2003	1	A categoria reivindicava reajuste salarial de 77%.	Em 10/11, a categoria iniciou uma greve com término previsto para 14/11. No primeiro dia de greve, 27,28% das escolas paralisaram todas as atividades, 23,03% paralisaram parcialmente e34,15% não aderiram ao movimento. A greve prosseguia.

1/3/2004 a 8/3/2004	8	Desde outubro de 2003 (data-base), a categoria reivindicava reajuste salarial de 21,62%.	O governo estadual propunha reajuste salarial de 7,67% e 12% de benefício para o professor em sala de aula. Um dia antes do início da greve, a Justiça julgou-a ilegal. A liminar determinava multa diária de R$ 10 mil ao sindicato profissional em caso de descumprimento da decisão judicial. Apesar da medida cautelar obtida pelo estado, os professores decidiram deflagrar a greve. O presidente do sindicato informou que a entidade possuía um patrimônio estimado em R$ 1 milhão, o que possibilitaria sustentar pelo menos cem dias de greve. A Procuradoria Geral do Estado pretendia protocolar queixa-crime contra o sindicalista por desobediência e ajuizar representação contra o sindicato junto ao Ministério Público Estadual (MPE) por desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), alegando que 480 mil alunos ficariam sem aulas. O governo ameaçava demitir os grevistas, acusando-os de improbidade administrativa. Mais de 5 mil manifestantes participaram de uma passeata até a Assembleia Legislativa do Mato Grosso. Durante reunião do sindicato com parlamentares foi definido que o Tribunal de Contas apresentaria os dados da arrecadação do estado, para que fosse esclarecida a viabilidade de concessão do reajuste reivindicado. Em 02/03, a adesão à greve era de aproximadamente 19 mil dos 23 mil trabalhadores da categoria. O governo decidiu cortar o ponto dos grevistas, medida que possibilitaria o cancelamento dos contratos dos professores interinos. Em 05/03, grevistas montaram acampamento na Assembleia Legislativa. Em 08/03, a greve prosseguia.

22/10/2004 a 22/10/2004	1	A categoria reivindicava reajuste salarial imediato de 18,33%, além de uma política salarial que repusesse, até dezembro/2006, 75,39% de perdas acumuladas desde 1990.	Os professores fizeram greve de 24 horas.

5/5/2005 a 18/5/2005	14	Exigiam reajuste salarial 11,28%, referente às perdas dos dois anos anteriores; melhores condições de trabalho; ampliação de vagas na rede estadual de Ensino; e apuração das irregularidades contra a Previdência praticadas pelo Estado. Profissionais contratados temporariamente ou em cargos comissionados vinham reclamando ao Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) de que o estado não estaria recolhendo corretamente o INSS.	O governo estadual propunha reajuste salarial de 6,13%. Em 05/05, a Justiça declarou a greve ilegal e determinou o retorno imediato ao trabalho, sob pena de multa diária de R$ 10 mil ao sindicato. O Sintep/MT afirmou que recorreria da decisão judicial. Em 18/05, a greve prosseguia.

14/3/2008 a 24/3/2008	11	A categoria reivindicava implantação do piso salarial de R$ 1.050 para nível médio e de R$ 1.575 para nível superior.	Em 15/03, após o Dia Nacional de Paralisação chamado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), os professores da rede pública estadual prosseguiram em greve por tempo indeterminado no Mato Grosso. Em 24/03, após rejeitarem proposta oficial da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), que previa implantação de um piso salarial de R$ 912 no mês de maio, os grevistas seguiram em passeata da praça Ulysses Guimarães até à Seduc, para entregar documento oficial com a decisão da categoria. Em 28/03, segundo o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de MT (Sintep/MT), a paralisação atingia as escolas estaduais em Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Alta Floresta, entre outras cidades da região norte do estado. Em 07/04, a greve prosseguia.

25/8/2010 a 25/8/2010	1	Os trabalhadores protestam contra o acórdão n° 18.881 do Tribunal Regional Eleitoral, que proíbe, durante o período de campanha eleitoral, a contratação de profissionais da educação para substituição de profissionais que se ausentam do serviço em caráter de excepcionalidade- licenças médicas, falecimento, licença maternidade. Segundo o sindicato, o governo do Estado poderia tomar uma medida efetiva para enfrentar a decisão do Tribunal.	Em 25/08 os trabalhadores do ensino público suspendem suas atividades em um movimento que dura 24 horas.

6/6/2011 a 4/7/2011	29	Professores reivindicam piso salarial de R$ 1.312, contratação dos aprovados no último concurso, pagamento de hora atividade para professores contratados, reestruturação do PCCS e melhores condições de trabalho.	Dia 06/06, professores deflagraram greve. Dia 21/06, a justiça declarou a ilegalidade do movimento, estipulando multa diária de R$ 50 mil. Dia 29/06, o governador anunciou corte no ponto dos grevistas. Em 04/07, o movimento foi encerrado. A Secretaria Estadual de Educação determinou reposição das aulas.
4/3/2013 a 11/4/2013	19	Protesto contra as más condições de uso do edifício da escola - salas estão destelhadas e parte do muro desabou. Também reivindicam a construção de uma quadra esportiva.	Em 24/03, os professores da escola paralisam suas atividades. Em 11/04, uma comissão envolvendo professores, diretores do sindicato da categoria, vereadores do município, pais e alunos a greve é recebida pelo secretário da Educação, em Cuiabá. A administração estadual acredita que na primeira quinzena de junho a reforma do prédio deve ser iniciada. A greve está em andamento.

28/6/2013 a 28/6/2013	1	Exigem a revogação da Emenda Constitucional nº 66/2013, que reduz em 1/3 a previsão dos recursos destinados ao financiamento da educação no Estado e a responsabilidade na aplicação mínima de 35% para 25%. Além disso, também reivindicam: recomposição anual do piso salarial de no mínimo 10,41% acima da inflação de forma a dobrar o poder de compra a médio prazo e assim equiparar os vencimentos dos trabalhadores da educação às demais carreiras do executivo estadual; revisão imediata da política de isenção e renúncia fiscal; posse imediata dos classificados no concurso público e realização de novo concurso; hora-atividade para os professores contratados de acordo com a Lei (LC 50/98 e Lei 11.738/08); profissionalização de todos os profissionais da educação; e melhoria da estrutura física das escolas.	Em 28/06, profissionais da rede estadual de Educação paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.

12/8/2013 a 17/10/2013	67	Exigem a revogação da Emenda Constitucional nº 66/2013, que reduz em 1/3 a previsão dos recursos destinados ao financiamento da educação no Estado e a responsabilidade na aplicação mínima de 35% para 25%. Além disso, também reivindicam: recomposição anual do piso salarial de no mínimo 10,41% acima da inflação de forma a dobrar o poder de compra a médio prazo e assim equiparar os vencimentos dos trabalhadores da educação às demais carreiras do executivo estadual; revisão imediata da política de isenção e renúncia fiscal; posse imediata dos classificados no concurso público e realização de novo concurso; hora-atividade para os professores contratados de acordo com a Lei (LC 50/98 e Lei 11.738/08); profissionalização de todos os profissionais da educação; e melhoria da estrutura física das escolas.	Em 12/08, a greve é deflagrada. Em 02/09, representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Ensino Público (Sintep) reúnem-se com o governador. Em 10/09, o Tribunal de Justiça (TJ-MT) declara a abusividade da greve e exige o retorno ao trabalho em até 72 horas - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de até R$ 23 mil ao Sintep. Em 18/09, o secretário da Educação afirma que, após reunião com a Secretaria de Administração do Estado, chegou-se a uma proposta que prevê dobrar o piso salarial da categoria em 10 anos. O reajuste ocorreria de forma parcelada, sendo que 5% em 2014; 6% em 2015; 7% em 2016 e 7,69% de 2017 a 2023. Além disso, o secretário promete convocar novos profissionais classificados no último concurso público - 248 para o cargo de apoio técnico e 516 para o cargo de professor. Em 20/09, em assembleia, a proposta é recusada. Os servidores reivindicam o pagamento imediato da primeira parcela do reajuste. Em 27/09, ao decidir sobre ação do Sintep que questiona a declaração da abusividade da greve, o TJ-MT determina que metade dos profissionais voltem ao trabalho em até 72 horas. Em 30/09, em nota, o governo afirma que o ponto dos servidores que não retornarem ao trabalho até 01/10 será cortado. Também informa que serão abertos processos administrativos contra todos os servidores em estágio probatório que se mantenham paralisados. Para os servidores contratados temporariamente, a penalidade será a rescisão do contrato. Em 14/10, as partes reúnem-se em audiência mediada pelo Ministério Público. Em 15/10, a secretaria da Educação (Seduc) apresenta uma nova proposta, que antecipa para o mês de março de 2014, dois meses antes da data-base, a primeira parcela do reajuste (5%). Outro ponto que sofreu alteração foi o percentual de pagamento da hora-atividade para os professores contratados temporariamente. A Seduc havia antes se comprometido a implantar gradativamente a hora-atividade, progredindo em um terço para cada ano até 2016. Agora fala em começar a pagar 40% do valor em 2014, outros 30% em 2015 e passar a pagar a hora-atividade integralmente a partir de 2016. Em 17/10, a greve é encerrada.

23/1/2014 a 31/1/2014	2	Por conta da greve de 2013, que durou 67 dias, o ano letivo está atrasado. Os professores exigem a manutenção dos salários durante a reposição das aulas. O governo, no entanto, entende que os profissionais temporários, cujos salários venceram em dezembro, devem repor as aulas sem receber salários, sustentando que já receberam por isso, já que não houve corte de ponto durante a greve. Também reivindicam a efetivação de professores aprovados em concurso.	Em 23/01, os professores paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Em 31/01, os professores voltam a cruzar os braços.

23/9/2014 a 7/10/2014	15	Dentre as exigências da categoria, estão a reforma e construção das unidades socioeducativas para se adequarem aos padrões do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), capacitação dos servidores, iluminação e limpeza nas unidades, auxílio alimentação para os servidores, a conclusão da unidade socioeducativa de Várzea Grande e escolta da Polícia Militar na saída de adolescentes. Por último, o fim da nomeação de cargos por afinidade política.	Em 23/09 agentes socioeducativos do Estado de MT iniciam a greve. No dia 30/09 ela é suspensa e, após negociações em que parte das reivindicações foram atendidas, a greve é oficialmente encerrada em 7/10.

15/2/2016 a 18/2/2016	4	Protestam contra falta de professores e funcionários.	Em 15/02, professores estaduais de Cáceres paralisam suas atividades em 6 escolas. Em 18/02, realizam ato público.
12/7/2016 a 4/8/2016	24	Reivindicam reposição salarial por Revisão Geral Anual de 11,28%, abertura de concurso público, encaminhamento de projeto de lei para aproveitamento de tempo de serviço e suspensão de Parcerias Público Privadas com a realização de conferências públicas sobre o tema.	Em 12/07, servidores estaduais da educação básica e servidores técnico-administrativos e professores da Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) decidem dar continuidade à greve unificada do funcionalismo público estadual iniciada em 31/05. Em 20/07, organizam passeata e ato em frente à Secretaria Estadual de Educação. Em 01/08, servidores técnico-administrativos da UNEMAT decidem em assembleia retornar ao trabalho após compromisso do governo estadual em realizar concurso público e encaminhar projeto de lei para aproveitamento de tempo de serviço. Em 04/08, professores da UNEMAT e servidores estaduais da educação encerram a greve e têm parte de suas reivindicações atendidas com a definição de abertura de concurso público, alterações no projeto das Parcerias Público-Privadas e pagamento da diferença do piso salarial retroativo a perdas salariais até dezembro de 2017.
3/8/2016 a 3/8/2016	1	Reivindicam fornecimento de material para o funcionamento da escola.	Em 03/08, os funcionários do Centro de Educação de Jovens e Adultos paralisam suas atividades.

16/8/2017 a 16/8/2017	1	Reivindicam que, nas escolas que foi implementado o projeto, só foi aumentada a carga horária das aulas, sem que as unidades recebessem melhorias na infraestrutura. As escolas possuem muitas necessidades que não foram sanadas pelo governo, como falta de refeitórios, bibliotecas, quadras esportivas e até mesmo banheiros para atender alunas e alunos em tempo integral. Bolsa para complementar a renda dos professores também não está sendo paga.	No dia 16/08 professores que trabalham no projeto Escola Plena paralisam suas atividades e fizeram um ato.

27/5/2019 a 9/8/2019	75	Reivindicam reajuste salarial e convocação dos aprovados em concurso.	Em 27/05, os profissionais da rede estadual de Educação paralisam suas atividades. Em 30/07, uma decisão judicial declara a ilegalidade da greve e determina o retorno dos servidores aos seus postos de trabalho - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R$ 150 mil ao sindicato da categoria. Em 09/08, a greve é suspensa. As negociações prosseguem.

FONTE: DIEESE, 2021.

ELABORAÇÃO: VILELA, 2024.

SÉRIE TEMPORAL GREVES - APEOESP

PERÍODO DA GREVE	DURAÇÃO EM DIAS	CAUSA	ENCAMINHAMENTOS/RESULTADOS
23/11/1983 a 23/11/1983	1	Greve de protesto por melhoria nas condições de trabalho, destinação de 25% do orçamento estadual para a educação e reajuste salarial de 156% em janeiro.	A greve foi parcial no estado e coordenada pela Apeoesp, os professores realizaram passeata e ato público no centro de São Paulo.

4/4/1984 a 17/4/1984	14	Reivindicava: 70% de reajuste salarial; reajuste semestral real; devolução de 5 referências para cálculo salarial, extintas na gestão governamental anterior; contagem de tempo de serviço em dias corridos para efeito de aposentadoria; redução do tempo de 60 para 36 meses para o cálculo da incorporação da jornada integral dos vencimentos; eleições diretas para delegados de ensino e diretor de divisão regional.	O governo ofereceu apenas aumento salarial de 10,25% referente à devolução de 2 referências. A greve foi coordenada pela Apeoesp, centro do professorado paulista, união dos diretores do magistério oficial e associação dos supervisores de ensino. Os professores continuaram comparecendo às escolas, onde assinavam o ponto e realizavam reuniões com alunos e pais, explicando os motivos do movimento. Realizaram também inúmeros atos públicos e passeatas em São Paulo e cidades do interior. No dia 06.04 o governo apresentou sua contraproposta que, entre outras coisas, oferecia a devolução das outras 3 referências a partir de julho de 1984, e assim sucessivamente, por ocasião de cada reajuste semestral. Numa assembleia de 30 mil professores a contraproposta foi recusada e se decidiu pela continuação da greve. No dia 12.04 o governo resolveu conceder imediatamente a devolução das 5 referências, o que significava um reajuste de 27,6% e a incorporação imediata ao estatuto do Magistério da contagem de tempo de serviço em dias corridos, para efeito de aposentadoria. No dia 13.04 realizaram a maior concentração pública do movimento em frente ao palácio do governo, com a presença de 90 mil pessoas. No dia 14.04 decidiram aceitar a proposta e terminar a greve, depois de uma assembleia da categoria.

22/5/1985 a 25/5/1985	4	Reivindicam reajuste de 47,7% a partir de primeiro de abril, a título de reposição de perdas salarial, e trimestralidade.	Em assembleia, os professores decidem voltar às aulas no dia 25/5, optando pela continuidade da paralisação os professores da rede oficial de ensino de Diadema. O vice-presidente da APEOESP deixou claro que os professores devem entender que a resposta que será dada pelo governo estadual no dia 31 deste mês se refere à reformulação do Estatuto no Magistério e não às reivindicações de trimestralidade e reposição salarial das perdas ocorridas durante o governo Montoro, com índice de 47,7%. A categoria continuará o movimento pelas reivindicações.
26/8/1986 a 26/8/1986	1	Reivindicam um piso salarial, para professor de nível I, de cinco salários-mínimos.	Greve de advertência. Uma comissão de quatro das dezesseis entidades de ensino foi recebida pelo governador, que se comprometeu a dar uma resposta às reivindicações dos professores.
10/9/1986 a 4/10/1986	26	Os professores reivindicam um aumento de 17 referências, ou seja, um piso salarial de 5 salários-mínimos.	Os professores entraram em greve por tempo indeterminado até que o governo se disponha a negociar o piso salarial. Representantes da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) reuniram-se com o secretário da Educação**,** mas não houve acordo. No dia 19/09, cerca de 10.000 grevistas realizaram uma manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes e foram recebidos pelo governador. A paralisação foi suspensa, mas a mobilização da categoria deverá continuar.

10/9/1986 a 16/9/1986	7	Reivindicavam a criação de um plano de cargos e salários para os professores das escolas técnicas estaduais.	Encerraram a greve depois que representantes do governo aceitaram receber uma comissão da Associação dos Docentes das Escolas Técnicas Estaduais para negociar a reivindicação.
9/4/1987 a 9/4/1987	1	Protesto contra o projeto do Governador do Estado de extinguir o gatilho salarial.	A paralisação atingiu cerca de 80% das escolas da rede oficial de ensino. Os professores devem se reunir em assembleia para avaliar a mobilização.
23/9/1988 a 12/10/1988	20	Reivindicam um reajuste salarial de 85% a partir de outubro, o fim da atual política salarial baseada na trimestralidade, pagamento das URPs atrasadas e recuperação das perdas salariais.	Os professores haviam deflagrado a greve em conjunto com uma parcela do funcionalismo, mas no dia 12.10 decidiram em assembleia encerrar o movimento. A criação de uma comissão paritária para estudar al tentativas à política salarial vigente.

19/4/1989 a 7/7/1989	80	Reivindicavam um piso salarial de um salário-mínimo necessário calculado pelo DIEESE, que em março ficou em NCz$ 470,68. Caso o piso fosse negado, os professores exigiriam a recuperação das perdas sal ariais desde março de 1979, o que representaria um índice de reposição salarial de 232,7%.	Em reunião com representantes de oito entidades do magistério da rede estadual, o secretário da Administração apresentou a contraproposta de reajustar os salários dos professores em 5%. Posteriormente, o governo ofereceu antecipações salariais que variavam entre 11,5% e 23,5%, mas os professores não aceitaram e decidiram manter a paralisação. A proposta formulada pelo governo e recusada pelos grevistas era de um piso salarial de NCz$ 400,00 para uma jornada de 20 horas. A categoria, que durante passeata na capital foi duramente reprimida pela polícia, só concordava em retornar ao trabalho mediante contraproposta satisfatória por parte do governo. A nova contraproposta do governo estabelecia um reajuste salarial de 76% sobre o salário inicial. Assim, o piso da categoria passaria de NCz$ 200 ,00 para NCz$ 353,00 por 20 horas de trabalho. Os professores recusaram essa proposta e concordaram apenas com um reajuste parcelado até chegar ao salário-mínimo necessário. A contraproposta da categoria era de um reajuste de 126% em julho, que chegaria a 80% do piso reivindicado, e em agosto o pagamento de 100% do salário-mínimo necessário.
27/2/1991 a 27/2/1991	1	Reivindicam piso de cinco salários-mínimos.	Prosseguir com a greve.

20/3/1991 a 22/3/1991	3	Reivindicam piso salarial calculado pelo DIEESE (Cr$99 mil em fevereiro)	Em assembleia realizada na Praça da República, no dia 22.03, os professores e funcionários decidiram encerrar a greve aceitando o prazo de dez dias proposto pelo secretário da Educação, para que fosse apresentada contraproposta às reivindicações da categoria.
21/5/1991 a 26/5/1991	6	Reivindicam piso salarial de um salário-mínimo do DIEESE (Cr$126.000,00 em maio) por vinte horas semanais para os professores e por trinta horas para os funcionários.	Os professores decidiram em assembleia retornar às aulas.
16/9/1991 a 8/10/1991	23	Reivindicam reajuste salarial de 152%, sendo 40% em setembro, 15,76% por mês, a partir de outubro, até janeiro.	O governador propôs 40% em sete aumentos mensais de 5% rejeitados pelos professores. No segundo dia de greve, o número de escolas paradas na capital era de 30%, enquanto no interior atingia 15% dos estabelecimentos. Em assembleia no dia 20.09 decidiram manter a greve. O governador não abriu mão da contraproposta de 40%. Retornaram ao trabalho sem conquistar nenhuma das reivindicações.

4/6/1992 a 5/6/1992	2	Reivindicam reajuste salarial de 250,14%.	Greve de advertência.
24/8/1992 a 31/8/1992	8	Reivindicam piso salarial de Cr$ 690 mil, incorporação das gratificações aos salários e jornada de trinta horas semanais.	Prosseguir com a greve.
1/9/1992 a 25/9/1992	25	Reivindicam a adoção do salário-mínimo do DIEESE como piso da categoria ou então 187% de reajuste para reposição das perdas ocorridas, a serem aplicado sobre o piso hoje vigente de Cr$ 624.000,00	Segundo estimativa da APEOESP a greve atingiu entre 40% e 45% das escolas do estado e cerca de 45% na capital. A Secretaria de Educação disse que não negociaria com os grevistas. Em 23.09 uma assembleia da categoria decidiu manter a greve e realizar uma nova assembleia em 25.09. Nessa assembleia, por sua vez, foi decidido o término do movimento, tendo a categoria aceitado os 30% de reajuste oferecido pelo governo do estado.

29/4/1993 a 20/5/1993	22	Reivindicam piso salarial de três salários-mínimos, reajuste mensal dos salários pelo ICV-DIEESE e redução da jornada de quarenta para trinta horas semanais.	No dia 07.05 o governo fez contraproposta de reajuste salarial que variava de 29,4% a 38,8% para os funcionários que trabalham em escolas sob gratificação especial, rejeitada pela categoria. Em 14.05 foi proposto um reajuste de 27,6% para todos, também rejeitado. Retornaram às atividades após conquistarem reajustes salariais que variam de 29,1% a 38,8% retroativos a abril e 26,7% no salário de maio/93.

18/8/1993 a 4/11/1993	79	Reivindicam uma política salarial que reponha a inflação mensalmente, reajuste salarial de 187% para repor as perdas acumuladas desde 1987, piso salarial de acordo com o salário-mínimo necessário do D IEESE e aplicação de 30% do ICMS na Educação.	No dia 20.08 o governo fez a contraproposta de reajuste salarial de 129% até setembro, sendo 20% este mês. A categoria rejeitou a proposta e fez uma passeata. Em 26.08 os professores fizeram uma manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes, onde houve represália por parte da Polícia Militar. No dia 09.09 o governo reabriu as negociações, mas não fez nenhuma contraproposta além da que previa a destinação de 26% do ICMS para o setor, reajuste mensal de 10,25% até o final do ano e 15,75% para o primeiro trimestre de 1994, já rejeitada pela categoria. No dia 08.10 o TRT se julgou incompetente para interferir na greve e foi extinto o dissídio coletivo da categoria. Em 21.10 o governo fez contraproposta de reajuste salarial de 10% em outubro e em novembro e dezembro a previsão era de reajuste de 50% da variação nominal do ICMS. Os professores, em assembleia, rejeitaram a contraproposta e decidiram invadir a Assembleia Legislativa. Já em 30.10 os professores foram retirados à força da assembleia Legislativa pela tropa de choque da Polícia Militar. Retornaram às atividades após conquistarem 55% da variação do ICMS nos meses de novembro e dezembro repassados para os salários do setor. O governo se comprometeu também a conceder reajustes salariais de 35% em janeiro e 30% em fevereiro de 1994. Para março de 1994 ficou acertada a reposição das perdas salariais de setembro de 1993 a março de 1994, de acordo com o IPC-FIPE. A partir de março de 1994 será adotado esquema de reposição quadrimestral de perdas.

10/5/1994 a 17/5/1994	8	Reivindicam piso de três salários-mínimos e incorporação das gratificações.	Retornaram às atividades, pois a paralisação não conseguiu mobilizar mais que 11% da categoria. O piso dos professores em início de carreira foi mantido em 97,03 URVs no mês de maio, 102,74 URVs em junho e 111 URV sem julho por vinte horas semanais.

27/3/1995 a 28/4/1995	33	Reivindicavam piso mensal de R$ 210,00 para professores (20 horas-aula semanais) e funcionários (40 horas semanais); incorporação dos reajustes no salário-base; política emergencial de reposição de perdas; só repor aulas se não forem descontados os dias parados com a greve; definição da data-base para 1o de março e cumprimento da lei orçamentária que prevê destinação de 21% da arrecadação do ICMS estadual para a folha de pagamento da educação.	O governo apresentou 3 contrapropostas rejeitadas pela categoria. A última delas previa piso mensal de R$ 180,00 para professores e de R$ 140,00 para funcionários; 15,76% desse reajuste incorporado à base salarial; política de médio prazo para reposição de perdas salariais; desconto dos dias parados com a greve e pagamento da reposição. Os trabalhadores conquistaram com a intermediação de uma comissão de deputados, piso mensal de R$ 200,00 para professores e R$ 140,00 para funcionários; sendo 15,76% desse reajuste incorporado à base salarial; início imediato dos trabalhos de uma comissão para discutir política salarial; pagamento dos dias parados desde que os professores reponham as aulas; fixação da data-base em março ou abril e diferença salarial entre níveis de carreira em torno de 2% o u 3%.

27/9/1996 a 27/9/1996	1	Reivindicavam reajustes salariais e a elaboração de um plano de carreira.	A categoria não tinha aumento desde outubro de 1995. Paralisação de advertência.
8/11/1996 a 8/11/1996	1	Reivindicavam aumento do piso de R$ 560,00, reposição de perdas salariais acumuladas nos últimos três governos, estimadas em 243%, plano de cargos e salários e incorporação das gratificações.	Os trabalhadores prometeram fazer novos atos de protesto. Paralisação de advertência.
17/4/1997 a 17/4/1997	1	Reivinidicavam 205% de reajuste salarial.	Greve de advertência.

4/9/1997 a 23/9/1997	8	Reivindicam a elevação do piso salarial de dois para cinco salários-mínimos, reposição das perdas salariais, incorporação de todas as gratificações ao salário-base, concurso público para todos os professores, novo plano de carreira que valorize a profissão docente, suspensão do processo de avaliação de desempenho (imposta pelo governo estadual), reabertura de todas as salas de aula fechadas, manutenção da aposentadoria especial, manutenção da estabilidade do setor público e isonomia salarial entre ativos e aposentados.	O governo estadual ofereceu à categoria um abono de R$30,00 a R$120,00, a partir do dia 1o. de agosto, por jornada de trabalho de 40 horas/aula e o envio do projeto do novo plano de carreira para a Assembleia Legislativa em 15 de outubro. Em 10.09 os professores retornaram ao trabalho, mas permaneciam em estado de greve. Em 23.09, os professores retomaram a greve, por não aceitarem a proposta do governo estadual. Em 23.09 a greve prosseguia.

11/5/1998 a 20/5/1998	10	Reivindicavam a revogação do artigo 16 do decreto 42.965/98, concurso público para professores de 1º a 4ª série (PEB1), reajuste salarial e a volta da grade curricular anterior àquela que estava sendo usada.	A categoria possui 283 mil professores. O artigo 16 do decreto possibilita a demissão dos professores em regime de admissão de caráter temporário (ACT) da rede no fim do ano sem as garantias trabalhistas da categoria. Os professores exigem o retorno da grade curricular porque antes havia seis aulas na parte da manhã e seis à tarde, com duração de 50 minutos, e cinco à noite, de 45 minutos. Hoje, são cinco aulas de manhã e cinco à tarde de 60 minutos cada, e quatro a noite, com a mesma duração. Com a redução do número de aulas houve também redução de salários. O primeiro dia do movimento foi fraco e serviu para explicar à população os motivos da paralisação. Em 12/05, cerca de 40% das escolas da capital aderiram ao movimento. A Secretaria da Educação publicou uma resolução no Diário Oficial, explicando que apenas os professores contratados por tempo determinado para substituir docentes em licença (gravidez ou dispensa médica) seriam desligados. Existem no Estado 120 mil professores contratados em regime de ACT. Em 13/05, cerca de 40% dos 240 mil professores aderiram ao movimento. Em assembleia realizada na av. Paulista no dia 14/05, os professores (cerca de 20 mil) decidiram continuar o movimento por tempo indeterminado. No mesmo dia, estava tramitando no Assembleia Legislativa em regime de urgência um projeto de decreto para substituir o decreto 42.956/89. O projeto deverá ser colocado em votação em 45 dias e precisa de maioria simples para ser aprovado. A Assembleia também aprovou a criação de uma comissão de deputados para acompanhar a greve. A ideia da Apeoesp é que a c omissão funcione como mediadora para a abertura de negociações com a secretaria. A assessoria de imprensa da Apeoesp informou que a adesão, no dia 19/05, era de 20% no interior, 30% na capital e 35% na Grande São Paulo. Em 20/05, a greve atingiu o litoral sul do estado. No mesmo dia, em assembleia realizada na av. paulista, os professores decidiram retornar às atividades. Na assembleia ocorreram incidentes na votação para acabar com o movimento e houve intervenção da tropa de choque da PM. Mesmo com o fim da greve, os professores garantiram que continuariam lutando pela revogação do artigo 16. A ideia é pressionar deputados estaduais a aprovarem um projeto que suspenda o artigo.

12/8/1999 a 12/8/1999	1	Protestavam contra as mudanças propostas pelo governo estadual na forma de recolhimento da contribuição previdenciária do funcionalismo público. O projeto previa o recolhimento de até 25% dos salários dos trabalhadores para um fundo de pensão a ser criado pela administração estadual. Até então, todos os servidores contribuíam com 6% do salário para o sistema previdenciário.	A paralisação nas escolas da cidade chegou a atingir 60%. Parte dos grevistas seguiu para a capital, a fim de participar de um ato contra a reforma do sistema previdenciário.

3/5/2000 a 14/6/2000	43	Reivindicavam reajuste salarial de 54,71% e piso de cinco salários-mínimos, o que elevaria os vencimentos dos professores do ensino básico de R$ 448,00 para R$ 755,00, por 24 horas-aula semanais; melhores condições de trabalho e de ensino; medidas contra a superlotação das classes, através do estabelecimento de um teto de 35 alunos por turma - para o sindicato, o governo vinha desrespeitando a legislação vigente, que fixaria um espaço de 1,2 metro quadrado por aluno; retorno da grade curricular vigente em 1997, com carga de seis aulas no período diurno e cinco no noturno - após as mudanças, o número de aulas semanais no diurno teria caído de trinta para 25, e, no noturno, de 25 para vinte; rediscussão do Regime de Ciclos, que garante a aprovação dos alunos matriculados nos ciclos de 1ª a 4 ª séries e de 5ª a 8ª séries, dentro do programa de Progressão Continuada; implementação de um projeto governamental de segurança nas escolas; fim das demissões no setor - 57 mil professores já teriam sido desligados pelo governo estadual, desde o início da última gestão; e reabertura das escolas desativadas.	Em 01/06, o governador convocou uma reunião com membros do Executivo ocorrida na Secretaria da Educação do Estado, na Praça da República (região central de São Paulo). Antes e depois da reunião houve conflitos. O tumulto começou na chegada do governador ao local, por volta das 16 horas. Ele insistiu em passar pelo portão que estava fechado com corrente e cadeado, por causa do acampamento montado pelos grevistas desde 12/05. Ao sair do prédio, após a reunião, o governador voltou a usar o portão principal, mas, desta vez, foi agredido pelos manifestantes. Três professores, acusados de desacato à autoridade e agressão, foram detidos. O sindicato classificou a insistência do governador em entrar em contato com os grevistas como provocação. Em 05/06, houve a primeira reunião entre o governo do estado e os professores, desde o começo da greve. A secretária da Educação ofereceu aumentos baseados em gratificações, não extensivas aos inativos. Os abonos seriam de R$ 48,00, para carga horária semanal de 24 horas; R$ 60,00, para trinta horas semanais; e R$ 80,00, para jornada de quarenta horas por semana. O pagamento seria parcelado - 50% em julho e o restante a partir de outubro. O vale-refeição passaria de R$ 2,00 para R$ 4,00. O sindicato, entretanto, recusou a proposta, afirmando que a política de gratificações é inaceitável. Quanto às reivindicações pedagógicas, a secretária afirmou que só seriam discutidas as que não estivessem contidas no programa de governo. Durante todo o dia, os professores coletaram assinaturas, na Praça da República (centro da capital), para compor um abaixo assinado que seria enviado ao governador exigindo a libertação dos três professores acusados de agressão ao governador. Representantes dos professores e a secretária estadual reuniram-se novamente, por quase cinco horas, em 07/06. Como as partes mantiveram as mesmas posições anteriores, permaneceu o impasse. Em 08/06, uma manifestação da categoria na Avenida Paulista atraiu 10 mil pessoas. Terminada a assembleia, que votou pela continuidade da greve, os participantes seguiram em passeata até a Praça da Re pública. O sindicato admitiu, nessa data, que a adesão à greve caíra de 60% para 20%. Segundo a entidade, parte da categoria voltara ao trabalho pressionada por ameaças de demissão e corte de salário. Os professores estariam receosos de sofrer processos administrativos, já que a tolerância de faltas era de quinze dias para professores temporários e trinta para efetivos. Na madrugada de 12/06, o acampamento dos professores na Praça da República foi desmontado, a mando do governo estadual, pela Tropa de Choque da PM. Alguns grevistas resistiram à desocupação e foram carregados pelos policiais. No final da tarde, os docentes fizeram uma manifestação de protesto em frente à Secretaria da Educação. Eles consideraram abuso de autoridade a ação da PM. Também houve um ato diante do 13º Distrito Policial, na Casa Verde (zona norte da capital), onde se encontravam detidos os três professores acusados de agredir o governador do estado. Ainda em 12/06, os professores da rede estadual de ensino em Bauru e região retornaram às aulas. Os docentes de Piracicaba também tomaram

			a mesma decisão. Em 14/06, nova assembleia geral da categoria resolveu encerrar a greve. As razões para o fim do movimento foram os baixos índices de adesão - calculados, então, em 9,5% dos professores - e as pressões da Secretaria da Educação. Os professores decidiram não repor os dias parados caso o governo se recusasse a pagar as aulas, programadas para julho e dezembro. Foi marcado para 12/07, dia do pagamento, um protesto pelo desconto dos dias de greve.

11/4/2003 a 11/4/2003	1	Os professores reivindicavam aumento do piso salarial da categoria, de R$ 800,50, para R$ 1.466. Ao contrário dos anos anteriores, quando a reivindicação foi de cinco salários-mínimos - o que equivale ria a R$ 1.200 – eles decidiram adotar como parâmetro o mínimo previsto pelo Dieese. Além disso, reivindicavam incorporação das gratificações aos salários, concurso público para todas as matérias e fim da municipalização do ensino.	Em 11/04, na Praça da República, cerca de 2 mil pessoas participaram da assembleia convocada pelo Sindicato dos Professores da Rede Estadual de Ensino (Apeoesp), para dar início à campanha salarial da categoria. Sob o tema Em Defesa da Escola Pública, do Emprego, do Salário e da Previdência Pública, a manifestação foi acompanhada da paralisação, por 24 horas, da categoria.

15/5/2003 a 15/5/2003	1	A categoria reivindicava reajuste salarial.	Em 16/05, os servidores da Educação estadual e municipal fizeram um dia de paralisação por reajuste salarial. Segundo a Secretaria de Estado da Educação, 65 das cerca de 6.000 escolas estaduais não ab riram. Passeata da Apeoesp (sindicato dos professores estaduais) saiu da av. Paulista para a praça da República encontrar com os servidores municipais. A passeata teve a participação de 5.000 pessoas para a Apeoesp e 2.500 para a PM.
26/3/2004 a 26/3/2004	1	Reivindicavam incorporação das gratificações; piso salarial correspondente ao salário-mínimo do Dieese (R$1.422,46); fim das perseguições políticas; jornada de seis aulas no período diurno e cinco no noturno; máximo de 35 alunos por sala de aula; abertura de novas salas de aula; e contratação dos professores eventuais.	A categoria fez uma paralisação de advertência durante todo o dia. À tarde, cerca de cinco mil professores compareceram a uma assembleia, na Praça da República (centro da Capital), e decidiram se mante r em estado de greve, ameaçando deflagrar paralisação por tempo indeterminado caso não houvesse acordo com a Secretaria Estadual de Educação após audiência marcada para o dia 12/04.

16/4/2004 a 16/4/2004	1	A categoria reivindicava a incorporação imediata das gratificações e bônus aos salários, o que redundaria num reajuste de 24,9%.	Os professores fizeram greve de advertência. Segundo a Apeoesp, cerca de 5 mil docentes participaram de manifestação no vão do Masp.
7/3/2005 a 9/3/2005	2	Reivindicavam revista aos internos antes das aulas e autonomia para suspender as atividades em caso de falta de segurança.	Os grevistas, que lecionavam na Febem do Tatuapé, paralisaram as atividades nos dias 07/03 e 09/03. A categoria protocolou documento com as reivindicações na diretoria de ensino.

24/10/2005 a 27/10/2005	4	O Executivo enviara à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (PLC) no. 26/2005, que alterava a forma de contratação dos 120 mil professores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs). Após protestos da categoria, o Executivo retirara o PLC no dia 05/10, prometera reestudá-lo e agendara negociação com a Apeoesp para dia 17/10. Entretanto, a negociação não ocorrera. Segundo a Apeoesp, de acordo com o PLC, os professores ACTs seriam contratados por tempo determinado, o contrato teria duração de seis meses e poderia ser renovado por mais seis, mas, após este período, os professores teriam que ficar dois anos afastados da rede pública estadual. O PLC também retirava o direito de férias, excluía o adicional de 6% após 20 anos de serviço, alterava o pagamento de 13o. salário, modificava as licenças para gestantes e casamentos, e transferia o atendimento médico do Iamspe para o INSS. A categoria reivindicava a extinção do PLC (para evitar a demissão dos professores ACTs), efetivação de todos os professores concursados, redução da jornada sem redução de salários (10 horas em sala de aula e 20 horas de trabalho pedagógico), máximo de 35 alunos por sala de aula, volta da grade curricular de 1997 (seis aulas no	Em 24/10, os professores da rede pública estadual deflagraram greve por tempo indeterminado. Segundo a Apeoesp, cerca de 30% dos 230 mil docentes aderiram à paralisação. Em 27/10, após publicação no Diário Oficial da retirada do PLC no. 26/2005, os professores suspenderam a greve e seguiram em passeata da av. Paulista até a Praça da República.

		diurno e cinco no noturno), e data-base para negociação.	

25/4/2007 a 25/4/2007	1	A categoria paralisou suas atividades para participar de uma audiência pública na Assembleia Legislativa sobre o projeto de lei que criaria o SPPrev (Sistema de Previdência dos Servidores Públicos).	A paralisação dos professores da rede pública estadual atingiu 718 escolas - 117 totalmente e 541 parcialmente.

16/6/2008 a 5/7/2008	20	Os professores da rede estadual de ensino reivindicavam a revogação do decreto 53.037, de 28/05/2008, que estabelecia novas regras para remoções, substituições e contratações temporárias, além de limitar transferências de profissionais entre escolas e prever realização de concursos regionalizados e avaliação de desempenho da categoria. Os professores também reivindicavam: reajuste salarial de 42,2 3%, referentes às perdas acumuladas desde 1998; piso salarial igual ao salário-mínimo necessário calculado pelo Dieese; garantia de emprego e estabilidade a todos os professores; realização de concurso público; melhores condições de trabalho; e limite de 35 alunos por sala de aula. Além disso, protestavam contra a Lei Complementar 1.041, que limitava o número de faltas por razões médicas.	Em 13/06, em assembleia na Praça da República, os professores decidiram entrar em greve a partir do dia 16/06. Segundo a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP), após a decisão, cerca de 30 mil professores seguiram em passeata até o Masp, na av. Paulista. Em 16/06, a categoria deflagrou greve por tempo indeterminado em todo o estado. Segundo a Apeoesp, 50% da categoria aderiu à paralisação. Em 18/06, os representantes da Apeoesp, CPP (Centro do Professorado Paulista), Udemo (Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do estado de SP), Afuse (Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação) e da Apampesp (Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de SP) foram recebidos pelo secretário de Educação, que oferece u reajuste salarial de 12,2% e abertura de negociações sobre o decreto 53.037/08. A Apeoesp informou que a greve atingia 60% da categoria. Em 20/06, em assembleia no vão livre do MASP, os grevistas recusaram a proposta do governo e decidiram permanecer em greve. Segundo a Apeoesp, dos 12,2%, 5% eram reajuste e o restante era incorporação das gratificações. Após a decisão, cerca de 80 mil manifestantes seguiram em passeata até a praça da República. A paralisação contava com 70% de adesão. Em 27/06, a secretaria de educação havia anunciado mudanças no decreto: quem faltasse até doze dias por ano poderia pedir transferência (antes eram dez); professores que tirassem qualquer licença também teriam o direito de tentar uma remoção (no decreto, só as licenças maternidade eram aceitas); e o prazo de três anos para solicitar uma mudança de escola só seria exigido de quem entrasse na rede após a publicação do decreto. A Apeoesp compareceu à audiência de mediação na Procuradoria Regional do Tra balho e se comprometeu a apresentar, até 01/06, documentos que comprovavam a contratação em “caráter precário” de 90 mil professores da rede estadual. Porém o governo não foi à audiência. O CPP (Centro do Professorado Paulista) decidiu aderir ao movimento. Nesse dia, provocado pela Polícia Militar, o Ministério Público Estadual instaurou inquérito para apurar se as passeatas, realizadas pelos grevistas ao longo desse movimento, atendiam às exigências legais para realização de protestos em locais públicos. Também nesse dia, o Ministério Público deu prazo de 15 dias para a Apeoesp pagar uma multa de R$ 156.410 ou nomear bens à penhora devido a manifestação, realizada em 1998, que interditou a av. Paulista sem comunicação prévia ao poder público. Em 03/07, a Secretaria Estadual de Educação informou que muitos grevistas não precisariam repor aulas e ficariam sem remuneração. Em 04/07, as partes chegaram ao seguinte acordo durante audiência de conciliação no TRT: suspensão da paralisação; pagamento dos dias parados e reposição das aulas; definição de um calendário de reposição das aulas até 08/06. O governo também se

			comprometeu a abrir a abrir negociações com o sindicato sobre a pauta de reivindicações dos trabalhadores.

3/6/2009 a 3/6/2009	1	Os professores protestam contra os projetos de lei complementares 19 e 20, sobre as novas regras para contratação de professores e criação de duas jornadas de trabalho. Reivindicam também reajuste salarial de 27,5% para repor perdas desde 1998, efetivação de professores por concurso público e cursos de formação continuada no local de trabalho.	Em 03/06 os professores deflagram a greve. Em assembleia realizada na frente da Assembleia Legislativa, que contou com cerca de mil pessoas, (segundo números da Polícia Militar) porém, a greve é suspensa. Alega-se que a mobilização entre os professores é muito baixa. Segundo a Secretaria de Estado da Educação cerca de 1% dos professores aderiram ao movimento, para o sindicato dos professores (APEOESP) foram cerca de 30%. Um grupo de docentes que defendia a manutenção da greve ameaçou invadir o prédio. Uma bomba foi lançada e a Força Tática de Polícia Militar entrou em confronto com os manifestantes.

8/3/2010 a 8/4/2010	32	A categoria exige reajuste de 34,3%. Melhorias no plano de carreira. Incorporação de todas as gratificações ao piso salarial, extensiva aos aposentados. Fim da prova para admissão de temporários (pela revogação da lei 1.093). Contra as avaliações de desempenho como condicionamento de aumentos salariais (pela revogação da lei 1.097). Contra a jornada de trabalho reduzida (pela revogação da lei 1.094). Revogação da lei 1.041 para faltas injustificadas, que limita esse tipo de falta a seis por ano. Garantia de emprego. Concurso público de caráter classificatório. Contra a municipalização do ensino.	Em 05/03 cerca de dez mil professores de todo o Estado se reúnem na Praça da República, em frente à Secretaria Estadual de Educação, para anunciar oficialmente a greve e definir um cronograma inicial. Na assembleia estão presentes diversas entidades: Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), CPP (Centro do Professorado Paulista), Apase (Sindicato dos Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo), Udemo (Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo), Apampesp (Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo) e Afuse (Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação). Após a votação da greve, os professores saem em passeata até a Praça da Sé. Em 08/03 inicia-se a greve por tempo indeterminado. Os professores que, de imediato, aderiram à greve são orientados a ir até as unidades escolares para esclarecer a situação a pais e alunos – e tentar a adesão de outros colegas. A Secretaria Estadual de Educação declara, através de sua assessoria de imprensa, que os professores faltosos terão os dias descontados, o que acarretará descontos no salário e no bônus por desempenho. Declara também que não há como negociar o percentual de reajuste reivindicado, já que isso significaria um custo de R$ 3,5 bilhões para o Estado. O balanço do governo aponta para a normalidade em 99% das escolas do Estado. A Apeoesp, no entanto, avalia que 70% das escolas do Estado funcionam normalmente. Em 09/03 a Secretaria da Educação declara que o movimento atingiu apenas 0,24% dos 5.400 estabelecimentos de ensino do Estado. A Apeoesp, porém, afirma que 55% dos professores cruzaram os braços. Em 11/03 a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) recomenda à Apeoesp a mudança de horário e local da assembleia – a ser realizada no dia seguinte, 12/03, às 15 horas no vão do Museu de Arte de São Paulo. A CET também envia um ofício à Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo para garantir o cumprimento de uma decisão judicial que impede o sindicato de fazer passeatas em vias de circulação de veículos. Na tarde de 13/03, no vão livre do MASP – interditando também as duas pistas da avenida Paulista – os professores reúnem-se em assembleia. A Apeoesp fala da adesão de 80% dos professores e da presença de cerca de 50 mil manifestantes. A Polícia militar calcula em mais ou menos 8 mil esse número. Vota-se pela continuidade da greve. No fim da tarde a categoria sai em passeata em direção à região central da cidade, para a praça da República, onde está o edifício da Secretaria da Educação. Os manifestantes tentam descer a rua Frei Caneca, mas, depois de um princípio de tumulto com os policiais, foram impedidos. Seguem pela Consolação. A Polícia Militar acompanha a manifestação. Em 18/03, véspera de nova assembleia, a Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de São Paulo solicita o impedimento da manifestação. O pedido é negado pela Justiça – que alega que não foi feita uma solicitação específica e que é obrigação da Polícia Militar impedir os manifestantes de ocuparem as vias públicas. Depois

			disso o órgão entra com medida cautelar para proibir apenas a possível obstrução da via pública. Em 19/03 a categoria realiza a assembleia. O sindicato fala em 60 mil pessoas, a polícia em 8 mil. A avenida Paulista foi paralisada pelos manifestantes que, após a votação que decidiu pela continuidade do movimento, seguem em passeata para a Praça da República. Os líderes do movimento pedem uma audiência com o secretário de Educação. Não são atendidos. Os docentes prometem radicalizar o movimento de paralisar todas as escolas da rede estadual. Em 26/03 uma nova manifestação reúne, nos arredores do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado, 5 mil professores, segundo cálculos da Polícia Militar. A Apeoesp estima a presença dE 20 mil pessoas. A continuidade da greve é aprovada. Um grupo de professores consegue ser recebido no Palácio dos Bandeirantes por representantes da Casa Civil. A posição do governo é negociar somente com o fim da greve. O intuito inicial dos professores era fazer o protesto em frente ao Palácio, mas a polícia cercou o local e impediu a aproximação dos docentes. Houve confronto já que um grupo de manifestantes teria tentado furar o bloqueio policial. A Polícia Militar usou balas de borracha e gás pimenta para conter os grevistas. Alguns professores atiraram pedras contra os policiais. Segundo a Polícia Militar nove policiais e dez manifestantes ficaram feridos. Um dos participantes do protesto foi preso. Em 31/03, em assembleia realizada na praça da República, os professores decidem continuar a greve por tempo indeterminado. A organização da manifestação diz que mais de 60 mil pessoas participam do protesto. A Polícia Militar, no entanto, afirma que estão no local cerca de 2.000 manifestantes. A PM impediu a entrada do caminhão de som na avenida Paulista. Os manifestantes tiveram, então, de se dirigir para a praça da República, onde encaminharam as votações. Em 08/04, nova assembleia realizada no vão livre do MASP, na avenida paulista. No início da tarde a categoria chega a interditar uma faixa de rolamento da avenida Paulista, no sentido Consolação. A Polícia Militar estima a presença de 1,5 mil pessoas no local. O movimento é votado e suspenso. Segundo a Apeoesp a decisão aconteceu porque a Secretaria de Estado da Educação aceitou negociar na próxima semana. Um grupo de professores, que questionavam a decisão, cercou o caminhão de som onde estava a presidente da Apeoesp. Pedaços de paus e bombas foram lançadas naquela direção. A presidente do sindicato teve de recorrer à proteção de uma escolta para deixar o local. De acordo com a Apeoesp, uma nova assembleia, em 07/05/2010, após as negociações com o secretário de Educação, deverá discutir o encaminhamento das reivindicações.

19/4/2013 a 10/5/2013	22	Os professores reivindicam o cumprimento do reajuste salarial previsto para 2012 pela Lei 1.143/11, que deveria ocorrer em três parcelas: 10,2% em 2012, 6% em 2013 e 7% em 2014. Metade do reajuste concedido em 2012, no entanto, realizou-se através da incorporação da Gratificação por Atividade de Magistério (GAM). Reivindicam ainda uma reposição de perdas salariais de 36,74%; melhores condições de trabalho, cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério, que determina que um terço da jornada de trabalho seja destinada a atividades de formação e preparação de aulas; extensão dos direitos da categoria aos contratados temporariamente; fim da lei das faltas médicas; fim do desconto de faltas e licenças médicas para efeito de aposentadoria especial; plano de carreira; fim da tentativa de privatização do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), através de Parceria Público-Privada e medidas para aumentar a segurança nas escolas.	Em 19/04, os professores da rede estadual paralisam suas atividades e, em assembleia realizada na Av. Paulista, decidem pela deflagração da greve. Após a assembleia, os professores saem em passeata até a Secretaria de Educação, na Praça da República. Em 25/04, representantes do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) reúnem-se com o secretário da Educação e pedem que o projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa, que estabelece um aumento salarial de 8,1%, assegure um novo percentual para outubro. Não há acordo, no entanto. Em 26/04 – e depois, em 03/05 – os professores voltam a se concentrar na Av. Paulista e depois saem em passeata até a Praça da República. Em 10/05, em uma assembleia tumultuada, os professores encerram a greve. Pela manhã, em reunião com representantes da Secretaria de Educação, algumas reivindicações foram atendidas parcialmente, como a redução de 200 dias para 40 dias o tempo que os professores temporários precisam ficar fora do cargo após o encerramento do contrato.

13/3/2015 a 12/6/2015	92	Reivindicam aumento de 75,33% para equiparação salarial com as demais categorias com formação de nível superior, aumento do valor do vale-transporte e do vale-alimentação. Os professores também pedem melhores condições de trabalho. Segundo a categoria, mais de 3 mil salas de aula foram fechadas, o que provoca superlotação das salas de aula restantes. A garantia de direitos para docentes temporários também está entre as demandas dos grevistas.	Em 13/03, os professores estaduais paralisam suas atividades. Em 01/04, a Justiça negado pedido de tutela antecipada feito pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) contra o corte nos salários dos grevistas. Em 15/04, manifestantes decidem ocupar as galerias da Assembleia Legislativa (Alesp) por 24 horas. Em 22/04, durante o início de uma audiência com os deputados estaduais na Alesp, há tumulto entre policiais e manifestantes. Um professor foi detido. Uma comissão de professores é recebida pelo presidente da Casa. Em 23/04, a reunião entre representantes da Administração Estatual e da Apeoesp termina sem acordo. Parte dos manifestantes, em assembleia diante da Secretaria de Educação, tenta ocupar o edifício. A Polícia Militar usa bombas de gás. Em 07/05, as partes reúnem-se novamente em negociação, agora em audiência mediada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Não há acordo. Neste mesmo dia, a Apeoesp consegue uma liminar que obriga o governo a pagar os professores pelos dias parados. No dia seguinte, no entanto, em 08/05, a liminar foi cassada pelo TJSP. Em 13/05, as partes voltam a se reunir. O Órgão Especial do TJSP determina que o governo estadual pare de registrar faltas injustificadas aos professores em greve e de descontar os dias parados - sob pena, em caso de descumprimento, de multa diária de R$ 10 mil (a decisão derruba liminar proferida no dia 01/04). Em 18/05, a Justiça multa a Apeoesp em R$ 300 mil por desrespeito a uma liminar que proíbe bloqueios parciais ou totais de rodovias paulistas durante protestos da categoria. Caso o sindicato não tenha a quantia de R$ 300 mil em caixa, a magistrada determinou que seja feito o bloqueio das contas pessoais dos dirigentes da entidade. Em 20/05, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) autoriza o governo de São Paulo a descontar os dias parados dos professores estaduais em greve. Em 22/05, o Supremo Tribunal Federal (STF) nega pedido dos professores de suspensão do desconto dos dias parados. Em 12/06, a greve é encerrada. Ao longo da greve, durante negociação, O governo informou que enviará, em até 30 dias, projeto de lei que estende o atendimento médico de saúde dos servidores públicos (Iamspe) a esta parcela da categoria. O governo também sinalizou que vai diminuir o intervalo contratual dos temporários para três anos - hoje, eles precisam se afastar das aulas por 40 dias após um ano de trabalho, para não haver vínculo empregatício.

30/3/2016 a 30/3/2016	1	Reivindicam pagamento de reajuste salarial maior que o anunciado pela Administração Estadual.	Em 30/03, os professores de nove escolas estaduais paralisam suas atividades em Ribeirão Preto e em Serrana.
1/4/2016 a 1/4/2016	1	Reivindicam reajuste salarial.	Em 01/04, professores de escolas estaduais em Itu param suas atividades.
8/4/2016 a 8/4/2016	1	Reivindicam reajuste salarial, melhores condições de trabalho e fornecimento de materiais de trabalho.	Em 08/04, professores paralisam suas atividades em escolas estaduais no Oeste Paulista.
29/4/2016 a 29/4/2016	1	Reivindicam reajuste salarial, redução do número de alunos por sala, interrupção do fechamento de salas e abertura de concurso para contratação de diretores.	Em 29/04, os professores paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.

26/8/2016 a 26/8/2016	1	Reivindicam reajuste salarial.	Em 26/08, os professores das escolas estaduais paralisam suas atividades.
8/3/2017 a 8/3/2017	1	Reivindicam reajuste salarial de 21,23%, aplicação da Lei de Piso para pisos salariais e jornada de trabalho, melhores condições de trabalho, investimentos para o cumprimento do Plano Estadual de Educação e do Plano Nacional de Educação e protestam contra a reforma do ensino médio.	Em 08/03, professores da rede estadual deflagram paralisação de um dia e realizam assembleia e passeata no centro de São Paulo.

28/3/2017 a 31/3/2017	4	Reivindicam reajuste salarial de 22,03%, reabertura das salas fechadas e melhores condições de trabalho e protestam contraproposta de reforma da Previdência (PEC 287).	Em 28/03, professores de escolas estaduais de Ribeirão Preto, Franca e Barretos deflagram paralisação. Em 31/03, deliberam em assembleia encerrar a greve e Secretaria da Educação anuncia em nota que descontará faltas não justificadas nos dias parados.
13/4/2017 a 13/4/2017	1	Protestam contra falta de condições de segurança em decorrência de assaltos e tentativas de assalto recentes.	Em 13/04, professores da Escola Estadual Jardim Monte Carlo paralisam suas atividades pela manhã e realizam protesto em frente à Diretoria Regional de Ensino.
27/10/2017 a 27/10/2017	1	Protestam contramedida do governo estadual de SP de congelamento de salários.	Em 27/10, professores da rede pública estadual de ensino paralisam suas atividades em advertência. Não há informações sobre negociações.

20/3/2018 a 21/3/2018	2	Protestam contra as situações de violência a que estão expostos durante o trabalho. Há alguns dias, dois professores foram assaltados logo após o expediente. Um terceiro professor encontrou seu carro com os pneus rasgados. No dia da paralisação, ao adentrar a escola, encontraram a biblioteca da escola depredada. Também reivindicam climatização adequada das salas de aula.	Em 20/03, os professores da escola estadual Jardim Marisa paralisam suas atividades em um protesto previsto para alongar-se por 48 horas. Em 22/03, as atividades são retomadas. Os professores conseguiram que a Diretoria Regional de Ensino garantisse um arame em cima da cerca e grade de segurança para a escola - além da instalação de ventiladores. Os dias paralisados não serão descontados.
30/10/2018 a 30/10/2018	1	Protestam contra falta de segurança na região da escola após uma professora ser sequestrada.	Em 30/10, professores da Escola Estadual Jardim Marisa paralisam suas atividades em advertência.

27/9/2019 a 27/9/2019	1	Reivindicam reajuste de 14,54%. Também denunciam perseguições e repudiam as escolas em tempo integral ou militarizadas e repudiam programas privatizantes e férias repartidas.	Em 27/09, os professores da rede estadual paralisam suas atividades e reúnem-se em assembleia no centro de São Paulo.
9/10/2019 a 9/10/2019	1	Protestam contra uma portaria do governo estadual que altera os critérios de atribuição de aulas e, na prática, impossibilita que o docente atue em mais de uma escola.	Em 09/10, os professores paralisam suas atividades em todo o estado e reúnem-se em assembleia no centro da cidade de São Paulo.
3/12/2019 a 17/12/2019	3	Reivindicam a retirada de dois projetos da pauta do Legislativo: reforma da previdência e reestruturação das carreiras.	Em 03/12, os professores estaduais paralisam suas atividades. As mobilizações devem se realizar semanalmente.

3/3/2020 a 3/3/2020	1	Protestam contra a proposta de reforma da previdência estadual em tramitação na Assembleia Legislativa.	Em 03/03, os professores da rede estadual paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.

FONTE: DIEESE, 2021.

ELABORAÇÃO: VILELA, 2024.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (SEMIESTRUTURADA)

Informações pessoais

1. Qual é o seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Qual o nome da sua cidade natal?
4. Hoje reside em qual município?
5. Qual é sua escolaridade? Qual curso e qual sua titularidade?
6. A titularidade teve algum impacto na ação sindical?

Atuação profissional/sindical

7. Quanto tempo de serviço tem na educação? Qual ano iniciou essa trajetória?
8. Antes dessa trajetória na educação, o senhor(a) teve experiência em outros espaços laborais? Qual?
9. Quando e como começa sua trajetória sindical?
10. Por que você se sindicalizou?
11. Quanto tempo têm na diretoria do sindicato?
12. Como se deu a eleição da chapa?

Sobre o sindicato e sindicalismo docente

13. Hoje, qual a situação do sindicalismo docente?
14. Comente os principais problemas/desafios identificados na educação.
15. Comente sobre os principais temas debatidos pelos representantes sindicais com relação à educação.
16. Qual a importância do sindicato para resolução desses problemas?
17. O sindicato possui prédio próprio no município?
18. Quando ocorreu a última greve, na esfera estadual/ municipal?
19. Cite alguns motivos que desencadearam a última greve.
20. As campanhas salariais são restritas à data-base?
21. Como a diretoria na sua presidência se relaciona com o conjunto da categoria?

22. O sindicato realiza formações sindicais? Com que frequência realizam cursos de formação sindical? Como é a participação dos trabalhadores da educação nesses cursos? É ofertada a formação para profissionais não sindicalizados?
23. O sindicato recebe queixas em relação à rotina burocrática dos docentes no ambiente escolar? Comente.
24. O sindicato recebe queixas com relação a indisciplina dos estudantes? Comente.
25. Qual a posição do sindicato em relação ao desgaste profissional docente? Comente.
26. Os trabalhadores têm procurado o sindicato com questões relacionadas ao uso de medicamentos em excesso, drogas e álcool de docentes? Comente.
27. O sindicato tem recebido relatos sobre o stress laboral docente? Comente.
28. Com que frequência os representantes sindicais se reúnem para tratar de assuntos referentes ao adoecimento docente? Comente.
29. A pandemia Sars-Cov-2 contribuiu com o aumento do adoecimento?
30. Qual o impacto da Sars-Cov-2 na atuação do sindicato junto a categoria?
31. O sindicato tem uma proposta de reforma para o ensino? Comente

EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS EM MATO GROSSO

Relatos de Rachel de Queiroz

Informações pessoais

Boa tarde, eu quero, primeiramente, agradecer a oportunidade de estar com a professora, desenvolvendo esse trabalho de suma importância dentro da sua tese. O meu nome é Rachel, eu tenho 57 anos. Eu sou cearense, nordestina, né, como falam, né, nordestinos, sou natural da cidade de Parambu, no Ceará.

Hoje, resido em um município de Mato Grosso há mais de 34 anos. Eu tenho pós-graduação em planejamento educacional e sou bióloga, licenciada em ciências físicas e biológicas pela Unemat.

O planejamento educacional é justamente o planejamento de atividades, muitas delas voltadas à escola e ao planejamento de atividades. Essas atividades também, muitas vezes, estão no campo da atuação sindical.

Atuação profissional/sindical

Eu sou professora aposentada, tenho 34 anos de serviço na rede pública de ensino e ocupei todos os cargos na gestão das unidades escolares.

Na verdade, eu sou professora desde os 17 anos, ainda menor de idade, iniciei o processo educacional. Trabalhei também na região do Ceará. A minha área de atuação hoje é o sindicato.

Essa trajetória se iniciou em 1993, quando tomei posse no concurso, na Escola Manoel Bandeira, que hoje já não existe mais em Alta Floresta. Então, desde 1993 passo a integrar aos trabalhadores da educação e a participar das assembleias do Sintep enquanto professora, uma participação apenas enquanto professora.

Na verdade, eu sou filha de militante sindical, minha mãe era uma professora, hoje não exerce mais em decorrência da idade e toda essa trajetória minha, ela vem justamente nesse sentido, da herança através da minha mãe que sempre foi da militância sindical. Então eu tenho essa herança, inclusive uma herança familiar.

Eu sempre fiz parte da gestão do sindicato ocupando cargos nas direções, mas desde o ano de 2012 eu assumi a direção regional do Sintep, que é a região considerada

02, que agrega sete municípios. Desde 2012 eu sou diretora regional e hoje sou presidente da subsede. No entanto, acúmulo duas funções na representatividade do sindicato.

Nós sempre trabalhamos com chapa única, do ponto de vista de colocar pessoas e trabalhar num projeto coletivo. Ao trabalhar num projeto coletivo, nós não nos deparamos com outras chapas concorrentes, até porque hoje o trabalho sindical não é um trabalho voluntário, ele é um trabalho de dedicação pessoal. Voluntário é quando você faz as coisas quando você quer, o trabalho sindical não. Ele exige dedicação, ele exige vocação. Então nós temos que ser vocacionados ao trabalho sindical, que muitas vezes exige inclusive a nossa disponibilidade pessoal e familiar.

Sobre o sindicato e sindicalismo docente

Contexto e Desafios

Os sindicatos hoje, como toda a sociedade se transforma e muda, seja na concepção de valores, seja na condição da atuação, seja na essência da representatividade, os sindicatos passaram a ter algo que precisa ser diferente, ou seja, os mecanismos da representatividade. Hoje nós temos dois sindicatos, a exemplo do Sintep, que representa com exclusividade os trabalhadores de educação.

Então nós somos um sindicato que tem uma especificidade, um trabalho coletivo único e exclusivo voltado aos trabalhadores de educação, diferente de outros sindicatos que representam muitos setores dentro de uma estrutura de organização, no nosso caso apenas os trabalhadores da educação. E hoje nós temos em algumas situações de dificuldade nessa representatividade em função de algumas situações que a própria organização da sociedade nos traz.

Hoje na educação nós temos as mudanças que aconteceram ao longo do tempo, principalmente no processo educacional. O processo da pandemia nos trouxe uma transformação em condições, inclusive de espaços. Nós temos dentro da educação hoje trabalhadores que muitas vezes não reconhecem o próprio sindicato como a gente que busca a garantia do direito e também zelar por aquilo que cada um de nós temos, que é os direitos e os deveres estabelecidos.

Trabalhar a educação hoje, representar a educação hoje não é uma tarefa fácil diante do processo da militarização, diante do processo da privatização, diante do processo da terceirização. Então hoje trabalhar a educação pública, hoje ela tem um viés

de dificuldade, seja do ponto de vista dos novos filiados, seja do ponto de vista do processo da formação sindical e da compreensão de fato de estar dentro de um sistema que hoje está muito mais para a capitalização ou capital do que para transformar pessoas, moldar e muitas vezes trazer uma concepção de luta, de lutar por aquilo que está estabelecido como direitos e deveres.

Muito se avançou e muito ainda precisa se avançar. Dentro da educação nós passamos a trabalhar o financiamento da educação, que são os recursos hoje do Governo federal, estadual e municipal, que de fato trazem o processo educacional, que constroem o processo educacional. A educação não pode ser vista como um gasto e sim como um investimento.

O sindicato, ao promover uma qualificação, uma formação, do ponto de vista da gestão dos recursos da educação, dá aos trabalhadores da educação uma condição melhor de atuação. Quando nós trabalhamos o processo de formação em serviço da qualificação profissional desses trabalhadores, nós damos a eles uma condição de qualidade no trabalho.

O processo da profissionalização é um processo trazido pelo sindicato, inclusive de cursos que venham fortalecer a área de atuação de cada trabalhador da educação, seja ele na docência, seja ele no administrativo que corresponde aos técnicos, que são aquelas pessoas que estão nas mais diferentes áreas dentro das unidades escolares, que são os técnicos na área da nutrição, que são os técnicos que colaboram na limpeza, que são os técnicos administrativos da escrituração escolar.

Todas essas pessoas hoje precisam estar e são vistos como trabalhadores da educação dentro de um processo de qualificação, que inclusive é referência trazida pelo Sintep, que deu essa oportunidade a exemplo de um curso que todos conhecem, o pró-funcionário.

Por que pró-funcionário? Porque é uma condição onde esses trabalhadores técnicos que estão nas unidades escolares, seja da nutrição, da infraestrutura, da limpeza e da escrituração escolar, são capazes de desenvolver as suas atividades com eficiência e qualidade. Então o Sintep, ao trazer esse curso, inclusive o protagonista foi o Sintep que criou esse curso, justamente para dar essa condição.

Então hoje nós temos essa condição de oferecer e ao mesmo tempo trazer projetos com condições, inclusive de qualificar e dar a esses trabalhadores uma melhor condição. Infelizmente, muitas vezes, nós somos patrolados pelo poder público. Porque

não reconhecem essas pessoas dentro da essência da sua jornada de trabalho, da sua carreira e da sua valorização.

O sindicato atua muito na participação dos conselhos. Ele atua muito, tem uma parcela significativa de atuação nos conselhos, que é onde demanda a atuação, seja no Conselho Municipal de Educação, seja no Conselho Estadual, seja nas instâncias, inclusive do MEC, que é o Ministério da Educação e da Cultura. O Sintep, ele tem uma forte atuação nisso, por quê?

Porque o que a gente observa muitos dos problemas dentro das esferas municipais e estaduais, o sindicato tem uma visão diferenciada. Não apenas de continuar a proteger o trabalhador, é garantir que esse trabalhador tenha, de fato, condições efetivas de trabalho e a sua valorização. Então, o que é importante para o sindicato? É atuar na reestruturação, inclusive dos planos de cargo, carreira e salários.

Ele tem uma atuação fundamental. E em outras políticas públicas também o Sintep tem contribuído significativamente, inclusive nos planos de educação. Então, os planos de educação, sejam da esfera nacional, estadual e municipal, têm o protagonismo dos sindicatos.

Greve

Nós tivemos um último movimento paredista de greve em 2016 e 2017. Tivemos atividades, mas a última greve mesmo estabelecida foi em 2019. Em 2019 nós tivemos um movimento intenso, onde por muito tempo estivemos paralisados com as atividades, buscando garantir o concurso público, melhores condições de trabalho nas unidades escolares, uma valorização profissional.

Então, em 2019 tivemos uma greve. E de lá para cá a gente tem tido movimentos, que esses movimentos trazem paralisações pontuais para que a gente possa trazer à sociedade quais são de fato as nossas condições, seja do ponto de vista da carreira, do salário, da jornada, inclusive da condição de vida de muitos. E essa condição de vida também é pontuada na saúde do trabalhador.

O trabalhador da educação hoje é um trabalhador que não está tendo uma qualidade de vida para garantir uma saúde de fato, que lhe dê condições, inclusive, de estar num processo de longevidade. Hoje nós temos trabalhadores da educação doentes, em função de toda uma situação estrutural que vive a educação. E a própria sociedade, os

chamados mudanças de paradigmas que cada um de nós somos submetidos com as transformações da sociedade, do mundo e do planeta onde a gente vive.

Nós tivemos, no ano de 2023, no município de Alta Floresta, uma última greve. Greve que perdurou um tempo considerado determinado, mas que foi protagonizada por ameaças. Tivemos os trabalhadores paralisados com as suas atividades. Paralisação essa que decorreu, inclusive, de muitas perseguições.

Não tivemos o êxito necessário, mas a categoria mostrou união, mostrou coletividade, mostrou coesão. O processo político não é fácil, principalmente quando ele agrega condições diferenciadas. Para isso, uma categoria que tem no âmbito de Alta Floresta, que há mais de 13 anos, ausente de um concurso público, apenas com contratos temporários, sem qualidade e sem condições, infelizmente.

A gente tem o medo das pessoas, que é algo natural, pairando sobre cada um e cada uma do contrato que ele tem, porque muitas vezes ele não tem a garantia do trabalho, justamente porque ele não é um servidor de carreira. E esses contratos, muitas vezes, são contratos precarizados e que dão às pessoas, muitas vezes, a condição de não fazer a luta por ameaças, por coação e por medo. Mas foi uma greve considerada importante do ponto de vista da mobilização e da coletividade em prol de um único objetivo, que é a condição das unidades escolares e a condição da valorização dos trabalhadores que perdem a cada ano quando os seus salários não são recompostos como deveriam ser do ponto de vista dos recursos que são únicos e exclusivos da educação.

Data-base

As campanhas não são totalmente restritas às datas-bases. As datas-bases é um preceito constitucional que cada ente trabalha no sentido de que aquela data possa, de fato, garantir às pessoas um planejamento e uma condição melhor. Mas toda e qualquer valorização não se restringe à data-base. A data base é apenas um mecanismo. Por quê? Porque os salários têm um padrão de janeiro, através do próprio salário-mínimo.

A educação, muitas vezes, traz um padrão diferenciado datas-bases em fevereiro, datas-bases em janeiro, datas-bases em maio. Então a gente tem aí um diferencial. Mas a data-base, ela não é parâmetro único para dizer que os trabalhadores da educação possam ter aí a sua valorização.

Todo dia é dia de valorizar os trabalhadores da educação, inclusive financeiramente, mas é só um parâmetro. Mas o que a gente busca enquanto sindicato é

de que, no mês de janeiro, onde o piso salarial profissional dos trabalhadores da educação é a referência, de que essa data base, ela seja janeiro, no piso salarial profissional que rege os trabalhadores da educação e que não está sendo respeitado por muitos gestores, inclusive de Alta Floresta.

Território

Nós temos um prédio que demorou sete anos para nós construirmos. Conseguimos inaugurá-lo com muita dificuldade no ano de 2017, um prédio próprio, através dos filiados. Aqui não tem nenhum recurso que não seja dos filiados, uma estrutura muito boa, mas que requer manutenção.

Então, tem uma estrutura própria, mas o Sintep é representado em 141 municípios, são poucos os municípios que ainda conseguem ter uma estrutura própria, porque não é fácil. Dependemos de uma estrutura administrativa, dependemos também do processo político para essas estruturas e também para esses prédios, porque demandam financeiramente de recursos. E, para isso, precisamos ter pessoas filiadas para que possamos, de fato, construir algo que seja em benefício da categoria.

Pandemia

Nos tempos de pandemia, nós nos tornamos muito ausentes. De 2022 para cá, a gente busca, nós, enquanto direção do Sintep, a gente tem buscado uma aproximação maior, mas não está fácil, porque, ao chegar nas unidades escolares, nós temos a resistência de muitos dos trabalhadores da educação em detrimento da sua jornada de trabalho. Muitas vezes não podem nos receber, não podem parar as suas atividades para conversar conosco.

Temos nos reunido esporadicamente, dentro de atividades pontuadas, para que a gente possa estabelecer um diálogo mínimo, mas a aproximação do sindicato com a categoria precisa ter algo mais próximo. Muitas vezes nós nos tornamos distantes.

Formação

Nós estamos nos cursos de formação a nível de direção central, direção do Sintep a nível de estado. As formações a nível de município, dentro da organização interna do

Sintep, ela não tem acontecido. Justamente por causa das demandas de trabalho dos trabalhadores de educação, que não conseguem encontrar espaços para trabalharem a formação do sindicato.

Quando ocorrem as formações do Sintep são fim de semana. Em função das demandas significativas desses trabalhadores, muitas vezes as nossas formações pontuadas dos finais de semana, elas também estão ficando com participações reduzidas.

Mas a nossa subsede hoje, ela não tem a formação cotidiana dos trabalhadores. Nós participamos das formações através da direção central. Formações essas que são para os trabalhadores das redes estaduais, municipais, uma delas aconteceu recentemente em Cuiabá, que foi a formação para um trabalho relativo aos recursos do município, que é chamada de oficina de financiamento dos recursos da educação para o estado e para o município.

Foi a última formação. Agora há poucos dias, no mês de abril, nós tivemos o encontro dos funcionários que discutiu todas as temáticas voltadas a esses servidores no interior das unidades escolares, que são os técnicos da escrituração escolar, que são os técnicos em nutrição, que são os técnicos da infraestrutura, que são os técnicos da limpeza, que têm uma nomenclatura chamada de apoio e que essa nomenclatura precisa ser modificada, porque eles não fazem parte do apoio, eles são técnicos, eles desenvolvem atividades técnicas.

Então hoje nós precisamos trabalhar com essas duas nomenclaturas, que são os trabalhadores da educação, os professores e os técnicos, que se desencadeiam nessas outras subáreas, que não são subáreas propriamente ditas, são áreas que atuam o técnico da nutrição, que atuam o técnico da infraestrutura e assim sucessivamente. Então nós temos hoje essas áreas de formação pontuadas, mas elas não são mensais e elas não são semestrais, elas são formações pontuadas, pontuais, para um grupo de trabalhadores, no caso professores e agora os técnicos.

Burocracia

Muitas queixas do excesso de trabalho, muitas queixas do processo tecnológico que muitas vezes trazem para essas pessoas o cansaço mental. Então a gente tem recebido muitas dessas demandas.

Indisciplina

O processo da indisciplina, ele vem de um contexto que muitas vezes não está restrito à unidade escolar e nem aos trabalhadores de educação. A indisciplina dos alunos, também é preciso observar o contexto familiar, os pais dessas crianças, desses adolescentes. As mães, a relação familiar que existe hoje, seja com a família, seja com a sociedade.

As relações familiares, elas interferem muitas vezes significativamente na disciplina dos filhos, a própria educação que os filhos estão tendo.

É necessário criar mecanismos para que as unidades escolares, junto aos trabalhadores, criem condições de diálogos com essas famílias e as situações e os problemas trazidos para dentro das unidades escolares e que acabam refletindo, inclusive no processo de ensino-aprendizagem.

Desgaste

O desgaste, ele vem ocorrendo justamente por causa das mudanças, que elas são naturais no processo educacional, são mudanças naturais, mas ao mesmo tempo, ela traz ao professor condições adversas. O trabalho hoje, quando ele não tem um reconhecimento e quando ele não tem um processo de qualificação em serviço, a chamada formação continuada em serviço, não do ponto de vista apenas da cobrança, mas do ponto de vista de orientar, de melhorar, de criar mecanismos que dêem ao professor uma melhor condição, inclusive de atuar. Então o Sintep hoje, ele busca criar, com esses processos de formação que nós temos também, essa condição de melhorar o trabalho em sala de aula.

É claro que nós não vamos promover dentro da nossa estrutura, que é a defesa do trabalhador, promover cursos para dar a eles todas essas condições, até porque a função do sindicato hoje, ela é também uma função social, o sindicato também tem uma função social, não apenas de defender o trabalhador, mas uma função social de contribuir com a sociedade, de contribuir com o processo educacional.

Adoecimento

O Sintep recebe, as demandas são muitas, principalmente do ponto de vista da condição dessas pessoas. Muitas pessoas doentes mentalmente pelo excesso de trabalho que vem ocorrendo dentro das unidades escolares, seja do processo tecnológico, sejam

das exigências. Estar à frente hoje de um computador produzindo muitos relatórios, trabalhando comportamento diferenciado de alunos hoje dentro das salas de aula não tem sido uma tarefa muito fácil.

A evasão escolar é um problema que aflige o sindicato. A quantidade de atestados, a quantidade de pessoas que deixaram de desenvolver as suas atividades, que adquiriram lesões dentro das unidades escolares, que não exercem mais as suas funções, ou seja, pessoas que hoje estão em readaptação, que não desenvolvem mais as suas atividades. Isso requer uma preocupação.

São pessoas que saíram da sua condição efetiva de trabalho para desenvolver uma outra condição de trabalho. Quais são os processos de qualificação de condições que essas pessoas estão tendo? E isso é algo que vem crescendo dentro das unidades escolares, que é a situação de continuidade desse trabalho.

Muitas vezes nós temos em uma única unidade escolar quatro, cinco trabalhadores que estão fora das suas atividades e que na sua grande maioria não tem tempo suficiente de serviço para buscar outra condição, inclusive da aposentadoria. Então são mecanismos que nós precisamos estar atentos, não do ponto de vista apenas do protecionismo, mas da visão humanista de como essas pessoas estão e qual é a condição e a capacidade delas. Temos recebido muitas e só tem aumentado. Depois da pandemia isso aumentou significativamente.

O Sintep tem quatro conselhos de representantes que tratam de todas essas demandas educacionais, de todas essas situações durante o ano. Então são quatro conselhos, eles acontecem no mês de fevereiro, eles acontecem no mês de maio e junho, eles acontecem no mês de agosto e eles acontecem no mês de novembro. Então são quatro conselhos institucionalmente dentro do sindicato, que são atividades já institucionalizadas através do próprio congresso estabelecido que estabelece um planejamento e dentro desses conselhos há uma discussão ampla de todas essas situações, que elas vão desde a infraestrutura do prédio até as condições de trabalho. E aí entram todos, todos esses assuntos e todas essas demandas e situações.

Pandemia e Adoecimento

A pandemia e o pós-pandemia trouxeram uma condição que nenhum trabalhador conhecia, que era o mecanismo da aula virtual e o mecanismo online. Então a educação reaprendeu, acredito que não é reaprendeu, vou modificar aqui a minha palavra, a

educação passou a usar um mecanismo ao qual ela não tinha conhecimento e nem formação, que é o mecanismo da aula online através da tecnologia. Os alunos também não, os pais dos alunos também não e nós tivemos um processo muito difícil, onde a nossa condição foi colocada em xeque.

Nós iríamos participar de uma condição que até então nós não tínhamos conhecimento dessa condição, que eram as aulas por videoconferência, as aulas online, os alunos nos seus celulares, nos seus computadores, das suas casas e nós nas nossas casas. E quem não tinha acesso à internet? Como ficou esse ensino? Como ficou essa formação? Como se deu essa condição? E o professor que não conhecia a ferramenta? Que não dominava a tecnologia? Como ficou? As pessoas adoeceram, as pessoas se sentiram numa condição de incapacidade, mas não incapacidade do ser humano e sim da condição que lhe foi imposta.

Então a pandemia e o pós-pandemia hoje trazem um retrato da questão educacional, principalmente do mecanismo tecnológico, que não é de acesso a todos.

Pandemia e Sindicato

Nós, enquanto atividades, estivemos na mesma condição, porque para nós também era tudo novo, para nós enquanto sindicato. Nossas reuniões eram virtuais, nossas ponderações eram para um campo tecnológico, onde você não estava junto às pessoas, então o sindicato também sofreu e o sindicato também precisou se ressignificar, inclusive continuar com a sua atuação. Inclusive os mecanismos hoje que nós utilizamos, nós aprendemos na pandemia, que são as atividades transmitidas, as atividades online, as atividades virtuais, o mecanismo híbrido da participação.

O aluno experimentou o mecanismo híbrido da aula, mas ele não estava presente. E hoje nós temos o mecanismo híbrido que você pode ou estar presente ou participar virtualmente. E nós sabemos que isso para a educação ainda é um desafio.

Reforma

A gente sempre discute as reformas para o ensino do ponto de vista de dialogar com todos os setores da sociedade através das audiências. E o Sindicato 01 tem discutido bastante, inclusive a reforma do ensino médio. Que hoje nós estamos com muitas

dificuldades com os alunos que saem de fato do ensino médio e a condição desses alunos dentro de um mercado de trabalho, inclusive do processo da formação acadêmica.

E o Sintep tem participado ativamente, inclusive contribuindo com as discussões e os debates, que é aquilo trazido pelos trabalhadores da educação. Que conhecem as realidades e pessoas que estudam, que discutem, que debatem e que estão aí nas suas teses de mestrado, de doutorado, discutindo a reforma do ensino, discutindo a educação e discutindo quais são as condições que hoje a educação precisa estar. Que é contribuindo para a formação de cada um e de cada uma.

E que essa formação vem em todos os vieses, seja intelectual, seja moral, seja dos valores, seja da conduta, seja do comportamento. Então o Sintep hoje, ele defende significativamente que o ensino, ele seja público, ele seja laico e ele seja de qualidade. Não o ensino que exclui, não o ensino apenas de habilidades.

Cada um de nós, cada adolescente, cada criança tem a sua especificidade, tem o seu aprendizado e que a gente crie condições de fato que nos possibilite melhorar cada dia mais o processo da educação. E o Sintep, ele não é só para a luta de valorização, ele é para a construção, inclusive do processo educacional, de debater, discutir e criar mecanismos que venham fortalecer a educação pública, porque é isso que nós defendemos.

Futuro do Sindicato

A atividade sindical hoje, ela não é uma atividade fácil do ponto de vista de você sensibilizar os trabalhadores da educação para estarem filiados ao Sintep, participando das atividades e ao mesmo tempo contribuindo com a formação, porque hoje estar no Sintep envolve dedicação, inclusive pessoal. E o sindicato hoje, é exemplo do Sintep, ele é um sindicato que atua com a exclusividade dos trabalhadores da educação. É uma das representatividades hoje de sindicato com credibilidade e que leva o processo da formação inclusive a outros estados. O Sintep é protagonista no processo da formação. E isso é muito importante.

Relato de Graciliano Ramos

Informações pessoais

Bom, meu nome é Graciliano, a minha idade hoje é 47 anos, resido hoje na cidade de Alta Floresta, estado de Mato Grosso, sou natural do estado do Paraná, uma cidade chamada de Reserva, e hoje, então, resido aqui no município de Alta Floresta e atuo na condição de professor da educação básica, concursado na área como pedagogo, professor pedagogo, trabalhando tanto na rede estadual quanto na rede municipal.

Então, a minha formação inicial é pedagogia e fiz um mestrado na área de formação de professores, teoria e práticas pedagógicas, educação escolar, na área de currículo, e na instituição Universidade Federal do Estado do Mato Grosso, a UFMT.

A minha titularidade, ela foi relacionada mais na área de formação de professores, porque, na época, era a linha, o meu campo de atuação, basicamente, estava na área de formação de professores, então ela, a titularidade, ela não trouxe impacto na minha atuação sindical, né, a minha atuação sindical, ela, a minha formação para atuação sindical foi numa outra formação, né, utilizada dentro do próprio sindicato, que é o curso de formação sindical mesmo, né, que era direcionado para formar dirigentes sindicais. É um curso de duração de três anos também, na ocasião ela era feita totalmente de forma presencial, é articulada junto com a CNTE, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, que é um curso que foi pensado dentro do estado de Mato Grosso, né, dentro do contexto do Sintep, e aí depois adotado pela CNTE, e aí outros sindicatos no Brasil também utilizaram essa formação, que é uma formação voltada especificamente para formar dirigentes sindicais.

Atuação profissional/sindical

Hoje eu estou com cerca de vinte e sete anos, mais ou menos, né, de atuação. O ano que eu iniciei na educação foi no ano de 1994, foi quando iniciei a minha trajetória na educação. A atuação no campo sindical foi aproximadamente em 1998 e 1999, foi onde eu comecei a participar das primeiras atividades sindicais a nível local, dentro da organização do Sintep, que eu já era profissional da educação básica, então foi quando eu já iniciei a nível local no município.

Não teve motivação específica certa para realizar minha sindicalização. Havia visto que já faz um bom tempo, se não me engano, algo em torno de 2002 e 2003, mais ou menos, que é registrada a minha sindicalização, isso eu não me recordo, mas é porque naquela ocasião a gente se sentia, como profissional da educação, a gente não era compartimentalizado. Então nós tínhamos, quem era daquela época, a gente tinha no

nosso ideário uma conceitualização de que a gente era um corpo, era um grupo unido, e aí nós tínhamos então o sindicato como algo que nos aglutinava como iguais.

Então fazer parte do sindicato, contribuir com o nosso financeiro coletivo e a contribuição pessoal e profissional no sindicato, era uma das formas da gente se sentir coletivo, como sentir-se profissional. Essa que foi uma das motivações à época.

Aliás, a minha atuação profissional antes da docência foi somente como trabalhador rural mesmo.

Na diretoria local eu penso que já faz uns 20 anos mais ou menos que eu faço parte da direção local. E uns 15 anos participando da direção estadual. Na direção local sempre ocupando funções de secretário de redes municipais, secretário-geral, secretário de formação, alguns cargos assim.

A nível estadual, também já secretário de políticas educacionais, secretário de articulação sindical, secretário, atualmente secretário de administração na direção central, diretor regional também já por dois mandatos. O nosso mandato são mandatos de quatro anos, então eu já passei dois mandatos como diretor regional. Então sempre a minha atuação no sindicato, ela veio atrelado à participação a nível local, a contribuição na subsede, mas também com a contribuição na direção central.

Enquanto direção central, eu sempre estive ligado nas comissões e conselhos que o nosso sindicato possui cadeira na nossa Secretaria Estadual de Educação. E também aqui a nível local, sempre representando o Sintep, inclusive na equipe que fez a fundação do Conselho Municipal de Educação, então eu representava o Sintep lá naquela ocasião, então também já fiz parte do Conselho Municipal de Educação. E hoje, atualmente, eu represento o Sintep na condição de suplente no Fórum Estadual de Educação, condição de suplente e conselheiro titular no Conselho Estadual de Educação, também já no, aliás ainda no primeiro ano do segundo mandato.

Sobre o sindicato e sindicalismo docente

Contexto e Desafios

Então, eu não sei se você quer focar somente no sindicalismo docente, mas primeiro, antes, só relatar que o nosso sindicato, que é o Sintep, ele não representa somente o sindicato docente. Se você pegar a maioria dos sindicatos no Brasil, as categorias elas são, a categoria trabalhadores da educação, da educação pública, eles

possuem vários sindicatos, sindicato de rede municipal, sindicato de professores, sindicato de técnicos escolares, sindicato de auxiliares da educação. Então, há alguns estados e municípios que se organizam dessa forma.

No Sintep, do qual eu faço parte, a nossa organização é um Sintep único, que vai representar os trabalhadores da rede municipal, trabalhadores da rede estadual, e dentro dessa categoria, trabalhadores da educação, então a gente representa o professor, o técnico administrativo educacional, o apoio educacional, que são os vigias, merendeiras e os motoristas. Então, é um único sindicato que vai representar todos esses.

O nosso sindicato, vou tratar o que a gente tem analisado e avaliado nos nossos planejamentos estratégicos, vale ressaltar que o Sintep, do qual eu faço parte, a gente realiza os planejamentos estratégicos, tanto para atuação anual, a gente faz no início do ano, geralmente no mês de janeiro, no final de janeiro a gente realiza o planejamento estratégico anual, porém a gente faz uma avaliação do planejamento estratégico também no recesso escolar para o mês de julho.

Então são dois momentos que a gente se reúne para discutir a nossa atuação como sindicato. E nós, hoje, temos enfrentado alguns desafios. A principal identificação e reclamação nossa, enquanto direção, é a pouca adesão dos trabalhadores da educação nas questões sindicais.

E essa pouca adesão dos trabalhadores da educação nas questões que envolvem o sindicato, nós temos apontado que no Mato Grosso que vai estar relacionado a dificuldade que os gestores da educação têm atribuído a esses profissionais, para eles, na verdade, desencorajando os trabalhadores da educação a participar das assembleias, a participar de algum curso de formação oferecido pelo sindicato, a fazer parte ou até mesmo a mobilizar outros trabalhadores na escola, porque nós temos inclusive estatutariamente o representante de unidade escolar, que na teoria a gente deveria ter um representante do sindicato em cada unidade escolar, e esse representante então iria mobilizar aqueles que fazem parte lá naquele espaço de trabalho.

Então hoje, o que nós temos identificado é que a maioria das unidades escolares e as diretorias regionais de ensino, na verdade eles acabam cerceando o sindicato, inclusive com relatos de que há escolas que proíbem os dirigentes sindicais entrarem na escola, sob a alegação de que ali é um espaço governamental e que o sindicato não tem espaço para entrar lá e conversar ou dialogar com os trabalhadores da educação. E isso vai estar sempre relacionado a se o profissional da educação daquela unidade escolar participa de algum evento da categoria, mesmo sendo garantido na legislação a livre

organização do trabalhador em sindicatos, a participação aliás é garantido, mas dentro do espaço de trabalho isso na verdade não acontece com tanta frequência na maioria das escolas.

Então tudo isso, essa dificuldade dos trabalhadores da educação de se organizarem ou poder falar de sindicato no seu espaço de trabalho, ou poder ir até o sindicato dialogar sobre suas questões de trabalho, isso tem enfraquecido o sindicato. Esse é um dos principais temas, além disso são debatidos vários problemas, não só de organização de trabalhadores, mas a gente tem no nosso sindicato o papel que é estatutário também a realização dos conselhos de representantes.

A gente realiza a cada bimestre um conselho de representante onde a gente reúne um só espaço, que é na nossa sede capital, a gente reúne representantes representando todos os municípios, todas as subsedes do estado de Mato Grosso. Então lá é levado temas que são temas pontuais da categoria como a própria jornada de trabalho, formação, organização do espaço de trabalho, a saúde do trabalhador, é debatido as questões do material didático que é utilizado com os alunos, enfim, são os temas do cotidiano escolar, todos eles são levados para esses momentos dos conselhos de representantes que acontecem bimestralmente. Fora isso, a cada dois anos a gente realiza também o Encontro Estadual de Educação do Sintep onde nesse encontro estadual a gente reúne mais pessoas, mais representantes de municípios, ou seja, mais pessoas são levadas ainda para discutir temas de grande relevância e de lá então a gente tira os encaminhamentos para onde a gente vai levar aqueles nossos temas.

Geralmente a gente formula o resultado de todo esse trabalho, tanto de conselho de representantes quanto dos encontros estaduais de educação ou do congresso, no próprio sindicato, e a gente encaminha para as entidades competentes que no caso seria o governo do Mato Grosso, Secretaria Estadual de Educação, notificação para Ministério Público, ou seja, existem todos os temas que fazem parte do cotidiano docente.

A principal importância do sindicato é em fazer contraponto às políticas emanadas pelos entes federados, seja pelo estado ou pelos municípios, que o Sintep, o sindicato, o movimento sindical, ele tem exclusivamente a função de fazer a crítica às políticas emanadas tanto do governo do estado quanto dos governos municipais.

Quando falo a crítica, apontar os pontos positivos daquilo que é bom, que a categoria aponta que é atitude louvável, quanto também discutir aquela política daquele ente federado e apontar quais são os elementos que não vêm de encontro com as necessidades educacionais daquele contexto. A gente sempre leva em consideração que

os governos, tanto estadual quanto municipais, são governos passageiros, que acabam, na maioria das vezes, implantando políticas que têm duração máxima de oito anos, quando o próprio governo se reelege, mas as políticas são implantadas a cada quatro ou oito anos, mas os trabalhadores da educação não têm a permanência somente naquele curto período de tempo. Então entra governo, sai governo, mas os trabalhadores da educação permanecem, que são, na verdade, a memória viva da educação.

Então a gente faz essa crítica dessas políticas, a função do sindicato é fazer a crítica, tanto positiva quanto fazer a crítica no sentido de dizer que aquilo que a categoria entende e percebe que não agrada é a política pública de boa qualidade para a educação pública no estado de Mato Grosso.

Greve

A última greve foi em 2019, mas por incrível que pareça, nós trabalhadores da educação aqui no estado 03, o único elemento que é possível desencadear uma greve é quando é relacionado a salário. Quando são outras pautas que a gente encaminha, então geralmente a gente vai conseguir um dia de paralisação, uma mobilização, são outros instrumentos que a gente utiliza dentro do sindicato. Mas agora, greve mesmo, a gente só consegue mobilizar uma categoria no nosso contexto somente quando for relacionado a salário.

Quando o governo do estado deixa de fazer a recomposição salarial ou quando deixa de aplicar na educação aquilo que é previsto constitucionalmente de repasse para a educação. E a categoria só consegue parar quando esse assunto se tratar com respeito a salário.

A greve na rede municipal, a última aconteceu no ano passado, em 2023, e aí também a motivação é a mesma, salário. Então não é aquilo que eu falei, já apontei. Nós trabalhadores da educação aqui no Mato Grosso, a gente não consegue mobilizar os trabalhadores da educação para uma greve se não tiver ali imbuída a questão de salário.

Data-base

Não, a data-base é o ponto mais alto, onde que a gente culmina ali um certo momento para fazer radicalização. Mesmo porque nós somos o Sintep e a nossa formação de base cutista que somos, é uma formação que a gente busca o diálogo e a construção.

Então, nos momentos que antecede a data-base, então a gente imbui aí a própria categoria, antes então na construção da pauta de reivindicação, no estudo das receitas, a gente faz toda uma mobilização anterior, várias tentativas e realização de audiências com o gestor municipal ou com o gestor estadual para a gente discutir as questões salariais e outras pautas que estejam à tona. Então, a mobilização ela começa muito antes da data-base.

Relacionamento

O relacionamento, o diálogo com a categoria, ela se dá de várias formas. Conversando, indo na escola, conversando com as pessoas no interior dos espaços escolares ou em qualquer momento, quem faz parte da direção dos sindicatos, geralmente são pessoas que são abordadas em vários espaços, seja no mercado, na rua, sempre as pessoas estão perguntando sobre os temas relacionados ao movimento sindical.

Sempre as pessoas querem ter essas informações e o diálogo é sempre feito na vida cotidiana, além do seu espaço de trabalho. Falo de relação com o espaço de trabalho porque a direção do sindicato não é uma direção que são uma equipe de dirigentes fora do contexto do local de trabalho. Então, são pessoas que estão no local de trabalho, mas que compõem a chapa, seja a chapa estadual ou a chapa da direção municipal ou estadual.

Então, são pessoas que estão lá no cotidiano da escola. Então, esse diálogo acontece nesse sentido, onde o filiado está, onde a categoria está e utiliza também outros meios de divulgação, que são as mídias sociais, o próprio site da entidade, o WhatsApp, o Instagram, são os meios utilizados hoje.

O sindicato realiza formações sindicais com os filiados? O sindicato realiza, porque assim, a formação além do curso de formação sindical, inclusive agora no período da pandemia ele foi a passos um pouco mais lentos, mas inclusive a gente é pautado isso no nosso planejamento estratégico para a retomada do curso de formação sindical de base.

Formação

Então, a formação sindical, ela não se dá somente no curso de formação sindical, mas em outros momentos que o filiado é convidado para participação. Então, o que a gente compreende? O convite que é realizado pelo Sintep para participação de uma assembleia local, para participação de um encontro regional de dirigentes municipais, um

encontro regional ou estadual que a gente tem realizado. Então, todos esses a gente compreende como momentos de formação.

A formação sindical para os profissionais da educação, principalmente porque é direcionado ao filiado, ele não vai se dar somente em um curso. E o próprio sindicato tem a compreensão de que o filiado, ele não vai ter a sua formação sindical sem participar do cotidiano do sindicato. Então, aquelas pessoas que têm interesse de participar das atividades do sindicato, então a gente procura envolver eles em todas essas atividades, porque são essas atividades cotidianas da vida do sindicato é que vai, na verdade, fazer a formação sindical.

O profissional não sindicalizado, ele vai participar basicamente das atividades locais. No contexto da subsede, ele vai participar dessas atividades. Agora, as atividades que exigem o deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação fora do seu município, então isso gera gasto, gera custo, custo com dinheiro do filiado.

E aí é previsto em nosso estatuto, o nosso estatuto é aprovado no Congresso Estadual do Sintep, então pelo estatuto é definido que só participam dessas atividades fora do município somente quem é filiado. Então, quem não é filiado somente participa das atividades locais.

Burocracia

Bem, a burocracia é um dos grandes temas apontados em todos os espaços de discussão do Sintep. Seja nos espaços de discussão local, seja nos nossos encontros regionais, nos encontros estaduais, encontros tanto de professores como nos demais técnicos e funcionários da escola, todos eles é apontada essa reclamação das questões burocráticas. Hoje o servidor está muito imbuído de uma rotina burocrática e aí essa rotina burocrática tem gerado neles, segundo os relatos, um certo distanciamento daquilo que eles compreendem como educação, que seria um ato político e pedagógico. Muitos ficam atrelados as questões burocráticas e deixando, eles mesmos têm a compreensão de que eles têm deixado de exercer aquilo que eles compreendem como educação.

Indisciplina

Recebemos muitas queixas com relação à indisciplina. Porém, essas queixas geralmente elas vêm atreladas não culpando somente o aluno. Quando chegam essas

queixas, que a gente debate no nosso espaço coletivo, que existe sim a indisciplina do aluno, mas essa indisciplina do aluno ela geralmente vai estar atrelada ou a técnicas pedagógicas que o estado tem direcionado que não está dando conta de atender a realidade escolar ou então a grande desestrutura familiar, que são as outras secretarias de governo que não têm dado o atendimento necessário para as famílias. Uma família desestruturada não atendida em outros setores acaba vindo todos os problemas para serem solucionados ali dentro da escola.

Então a escola se vê na verdade sozinha dentro de um emaranhado de problemas sociais que ao invés da escola somente discutir educação dentro da escola ela tem que se envolver e tratar de outras competências, de outras secretarias que não dão conta de atender enquanto política pública. Então isso é bem claro naquilo que é pautado e pensado na atuação do sindicato.

Desgaste

O desgaste profissional docente exclusivamente, a posição do sindicato é de culpabilização do próprio governo onde o governo, a gente compreende que apesar do grande esforço das universidades em querer profissionalizar o profissional da educação como um profissional valorizado, mas os governos, municipal e estadual não compreendem como tal. Então o próprio gestor, os próprios gestores tratam a educação e os profissionais da educação como meros trabalhadores, como se eles não fossem profissionais com a valorização adequada. E essa desvalorização automaticamente acaba sendo repassado, esse conceito desvalorizado para a própria sociedade.

Então quando o aluno vem para a escola, ele já chega na escola parece-me com o sentimento de que o profissional não é aquele profissional valorizado assim como, por exemplo, o próprio estudante quando chega a ser atendido por outro profissional naquele vê valorização naquele profissional, na educação isso é o inverso.

Estresse laboral

O sindicato não só tem recebido esses relatos como tem protocolado ações inclusive judiciais. Então recebe, recebe bastante.

Adoecimento

Existe uma frequência com que esse tema aparece são todas as reuniões de direção do sindicato. A frequência mínima é a cada 30 dias. Cada 30 dias esse tema ele vem a nível estadual e aí temos as subsedes. A subsede que se reúne com a direção também aí a cada 15 dias, a cada 30 dias para realização de conselho de representante. Então esses temas eles são minimamente a nível de Estado. Esses temas são debatidos a cada dois meses eles são retratados.

Pandemia e Adoecimento

A pandemia ela contribuiu no sentido de que ela impulsionou principalmente os trabalhadores da educação especificamente os professores para um outro contexto. Onde que a forma de dar a sua aula ou de trabalhar com aluno teve que ser alterada. Então tudo isso gerou, inclusive tivemos trabalhadores da educação que cometeram suicídio aqui no estado de Mato Grosso em função dessa nova sobrecarga de trabalho. Onde que gerou e tem gerado até hoje muito desgaste profissional e gerando vários problemas.

Pandemia e Sindicato

A pandemia trouxe, e fez se acirrar mais o distanciamento do filiado nos espaços coletivos. A identificação que nós tivemos é que a pandemia individualizou os trabalhadores da educação. Então aquele sentimento coletivo que havia antes da pandemia, hoje quando nós já estamos no momento pós-pandemia mesmo a gente trabalhando as questões de filiações, trazendo pessoas novas, então a gente tem muitas pessoas se desfiliando do próprio sindicato, mas geralmente tanto a desfiliação quanto ao fracasso da atuação sindical está relacionada a individualização do trabalhador. Então cada vez ele está se sentindo mais individualizado sem ter esse sentimento de coletividade. Então a pandemia acirrou mais esse tema.

Reforma

Temos. A proposta de ensino, são duas. Ela vem alinhada inicialmente a uma política de valorização do trabalhador da educação, onde o trabalhador da educação valorizado isso tanto financeiramente quanto imbuído de condição técnica e pedagógica para fazer a sua atuação sindical, ele vem atrelando também a ampliação da jornada de

permanência do aluno que é alinhado a política nacional lá do Plano Nacional de Educação, que é a ampliação da permanência do aluno na escola. Mas também nós temos ciência e a indicação nossa é de que a educação sozinha não faz nada. Então o governo também precisa investir em outras áreas, área da segurança, na área de saúde, na área de assistência social, que são as outras grandes áreas que toda a sociedade precisa para ser fortalecida.

Então para que haja o fortalecimento de todas as políticas públicas para que a educação também seja fortalecida com a maior permanência do aluno na escola. O profissional valorizado com salário, com formação, sendo detentor de uma jornada única e bem capacitado para isso precisa voltar novamente a dar o real valor às universidades ou faculdades de formação de professores. Hoje inclusive, mais ou menos alinhado a isso, temos a política do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação de frear um pouco a formação de professores exclusivamente à distância, porque a gente compreende que a educação à distância também é um dos fatores que não tem formado o profissional da educação, que é aquele profissional da educação que tem o sentimento de coletividade, que tem uma formação realmente adequada para o exercício, para mover as questões cotidianas da escola. Então, a proposta que o Sintep tem vai nesse sentido, de valorização e melhoria em todo o sistema de oferta de políticas públicas.

Futuro do Sindicato

O futuro do sindicato é renovação, continuar combatendo tudo aquilo que os trabalhadores da educação entendem que prejudica a sua saúde profissional e financeira, a sua vida pessoal, porque o sindicato não vê somente as questões profissionais, mas geralmente a questão profissional vem ligada com a questão pessoal também. E a questão pessoal vai estar relacionada às condições de trabalho. Então, o Sintep não é um sindicato que tem um pensamento pequeno, ou um pensamento de desistir de existir. Jamais. É um pensamento de se adaptar às realidades, trazendo principalmente trabalhadores da educação novos, ou seja, novos dirigentes sindicais para que tragam ideias novas ou inovadoras, pelo menos, para que o sindicato possa atender cada vez mais os anseios dos trabalhadores da educação, mas nunca abrindo mão de fazer o contraponto ou a crítica às políticas emanadas pelos entes federais.Que era uma cidade vizinha do estado de São Paulo. E, na época, a gente tinha um hospital. Então, dos quatro filhos que a minha mãe teve, o único que nasceu em hospital foi eu.

Relatos de Jorge Amado

Informações pessoais

Professor da educação básica na rede municipal de Sinop, estado de Mato Grosso, tenho 43 anos. Dia 7 de janeiro de 1981, meu nascimento. Nasci, eu digo que eu sou paranaense só de nascença. Porque eu nasci na cidade de Terra Rica, Paraná. E era o único que, na época, tinha essa possibilidade de maternidade e tal. Então, atravessou o rio Paranapanema. Nasci em Terra Rica.

Depois, retornei para o interior de São Paulo. E, com três anos de idade, viemos para o estado de Mato Grosso. Que é a trajetória da maioria das pessoas que estão aqui há um bom tempo. Então, desde então, essa tem sido a minha referência. Sempre mais, no Nortão. Então, na época, quando nós viemos, era próximo a Porto dos Gaúchos, 15 quilômetros, mas o município era de São José do Rio Claro. Mas o nosso vínculo sempre foi ali. Porto dos Gaúchos, o Distrito Novo Paraná, que também é de Porto dos Gaúchos.

Essa trajetória da vida de quem morou sempre no campo. E, hoje, moro no município de Sinop. A minha esposa diz que é nos dois. Que é em Cuiabá e em Sinop. Então, é residência, um deles é em Sinop e Cuiabá. E professor, escolaridade.

A minha formação é em letras, então professor. Concursado em Língua Portuguesa, lá no município de Sinop, português e inglês. Tenho a pós-graduação em Gestão Escolar e atualmente estou com três pós em curso, pretendo concluir o mais rápido possível, mas todas voltadas para a questão do direito educacional, voltado mais para esses temas.

Atuação profissional/sindical

Na educação desde 2006. E já tenho uma trajetória, mas que eu convivo mais próximo assim da educação, minha esposa era professora, então desde 90, quando eu deixei de ser estudante, ainda estudante né, já tinha um pouquinho dessa vivência da educação, e aí nesse dia a dia, querendo ou não, os nossos amigos acabam sendo professores. Então, desde 98, que eu convivo muito próximo com as questões educacionais, com a pauta dos trabalhadores, com as suas reivindicações, os

enfrentamentos aos governos, mas, principalmente, o cotidiano do desafio escolar. Mas, efetivamente, na atuação direta da educação desde 2006.

Então, fiz muita coisa nessa vida, desde trabalhar em madeireira, o meu primeiro registro em carteira foi com 16 anos de idade em madeireira. No comércio, entregador de leite e vendedor de verduras.

No entanto, em 2006, é o pontapé. Assim que eu comecei na educação, como já convivia já com essa realidade da educação, uma das primeiras coisas que eu fiz no meu primeiro mês que eu comecei na educação, ainda como contrato temporário, foi fazer a sindicalização ao sindicato. Na realidade, a remuneração era, como eu ainda não tinha concluído o ensino superior, era uma remuneração baixíssima, mas uma das primeiras coisas que eu fiz foi essa, de fazer a sindicalização. Então, assim que eu comecei, aí vim para o Sintep numa atividade que teve aqui e depois a gente começou.

A chapa atual, né? Atual. Na realidade, eu era, na Chapa anterior, eu era vice-presidente. Aí a nossa presidente faleceu num acidente automobilístico, aí eu concluí o mandato.

Era a primeira eleição dela, daí fiz essa conclusão do mandato, e nós tivemos aí a primeira, com o nome mesmo concorrendo à presidência do Sintep, a última eleição. Mas a gente sempre, como a gente milita numa corrente chamada articulação, então a gente sempre busca não vota pelo voto ou disputa pela disputa, mas criar o maior arco possível de aliança e aglutinando as forças para que a gente tenha uma certa unicidade naquilo que é o movimento sindical. E considerando o momento crítico que nós vimos, do ataque ao sindicato com Temer, depois isso se acentuou um pouco mais no governo Bolsonaro, é claro que a gente buscou criar esse arco de aliança para fazer essa disputa na presidência do Sintep, que na prática é composto por 49 diretores mais o Conselho Fiscal.

Sobre o sindicato e sindicalismo docente

Contexto e Desafios

O docente é um dos profissionais da educação, dos trabalhadores da educação. Olhando para esse tema é bem ampla, quando se fala da questão de como está a situação do sindicato, eu vejo que a gente tem duas vertentes.

A primeira é que a gente vinha num processo de ataque sistêmico ao movimento sindical, principalmente no que ocorreu agora na história recente, de 2013 para cá, e com os governos que nós tivemos. No entanto, hoje a situação do sindicato passa a ter um outro protagonismo. Então as pessoas compreenderam que o golpe que ocorreu em 2016, o processo que levou o ex-presidente da República ao poder, o próprio Michel Temer, era na lógica de atender o mercado e da retirada de direitos.

Então hoje as pessoas passam a compreender isso um pouquinho mais, com o processo de terceirizações que vem com força, a uberização, a ausência de concurso público. Então o sindicato passa a ter uma cobrança maior, de ter o seu protagonismo para garantir os direitos, e ao mesmo tempo organizar a classe trabalhadora.

Mas um sindicato que tem uma organicidade e capilaridade maior ainda é o Sintep, o que aumenta de certa forma essa responsabilidade, e ao mesmo tempo esse desafio da organização dos trabalhadores.

A terceirização, o apagão do Sintep, a saúde do trabalhador, a pauta salarial e as questões do ambiente laborativo, que é você ter um ambiente tranquilo, a questão da melhoria das infraestruturas das nossas unidades escolares, esses são os temas mais recorrentes.

O sindicato, principalmente como em muitos lugares você precisa ter uma atuação não só por trabalhador, pois não avança, mesmo porque o processo de perseguição aos trabalhadores é muito latente.

Então o papel do sindicato é exatamente esse, de buscar essa organização da classe trabalhadora e ao mesmo tempo conseguir protocolar essas pautas e avançar no seu processo de negociação, inclusive judicial.

Território

O sindicato possui prédio próprio no município de Cuiabá e em diversas subsedes nossas.

Greve

A última greve foi em 2019. Foram 79 dias de paralisação. Um dos principais motivos, uma lei que nós tínhamos aprovado em 2013, a Lei 510, que é uma lei que tinha dois pontos principais nela, uma que é uma política salarial de valorização em 10 anos

dos trabalhadores da educação e outra da questão da diminuição da rotatividade para contratos temporários. O governo que assumiu a época logo de cara deixou de cumprir a Lei 510 e foi isso que desencadeou, um dos principais pontos que desencadeou a greve de 2019, além, claro, do debate da época de garantir direitos aos contratos temporários, que a gente avançou no terço de hora atividade, no entanto, aqui no estado de Mato Grosso você tinha as rescisões contratuais que não olhavam e nem garantiam os direitos trabalhistas dos contratos temporários, então foram esses dois pontos que mais estiveram presentes durante esse período, além, claro, do calote da Revisão Geral Anual que a atual gestão deu e até agora sequer cumpriu o que, nesses três anos, ele deixou de fazer essa aplicação que era a revisão geral de 2019 e a de 2018.

Data-base

Sim, a gente tem duas, na realidade aqui no estado de Mato Grosso hoje a gente trabalha com duas frentes, uma que é a questão da revisão geral anual, que a data base era maio, mas desde 2021 o governo tem alterado essa data, mas sem alterar a legislação para dizer que a data-base é janeiro, ele tem antecipado para janeiro a aplicação da revisão geral anual e aí sempre no mês de dezembro e novembro, quando começa mais efetivamente chegar próximo a essa data e que é feito a discussão da LOA, aí a gente sempre tem acompanhado e no mês de maio, lamentavelmente é data-base, mas o governo não tem aberto esse diálogo.

Relacionamento

A nossa diretoria está nos nossos municípios, boa parte dentro das escolas, outras aposentadas, mas estão aí sempre nessa organização dos trabalhadores, alguns nas direções das próprias subsedes.

Formação

Temos as formações pontuais, de tema mais gritante para a categoria e a outra que é a política de formação permanente, que é o programa de formação do Sintep que a gente adota, que é o programa de formação da CNTE, que ele é dividido em três módulos. O primeiro módulo que são cinco encontros voltados mais para temas abrangentes da

educação, introdução à sociologia, introdução à filosofia, um movimento de trabalhadores e outro que ele já pega mais específico a questão dos dirigentes sindicais e o terceiro que pega os temas transversais, que são temas que entram na ordem do dia de economia, entre outros, e esse é um. A outra formação que a gente trabalha, que é o espaço do sindicato por si só, já é um espaço formativo, que são os encontros para se ter uma ideia esse ano. Nós já fizemos o encontro de redes municipais, que um dos pontos é debater o financiamento, conhecer o orçamento público, a pauta de reivindicação, é uma das frentes. Assim como nós já reunimos com os nossos funcionários de escola, aí debatemos questões da saúde do trabalhador, os ataques que pesam hoje sobre essa categoria, qual que é a perspectiva que a gente tem para o futuro em se pensando dentro do espaço da escola e os direitos, entre outros.

Adoecimento e Burocracia

Sim, recebemos queixas com bastante frequência. Em todos os nossos conselhos de representantes, um dos pontos que sempre vem presente é esse, do adoecimento. Então você tem, na rede estadual, a sobrecarga com os sistemas, desde frequência ao estudante, as plataformas utilizadas para a formação.

Além do próprio espaço da escola, se tratando, por exemplo, das merendeiras, do pessoal da limpeza, que não tem o equipamento adequado e, consequentemente, vem desenvolvendo uma série de doenças mesmo do fazer. Mas o que mais tem nos preocupado é o adoecimento psicológico, que esse, em razão do assédio dentro da escola, do assédio da gestão, entre outros, tem sido um dos motivos mais gritantes do afastamento de trabalhadores de dentro da escola e que trazem esse tema para dentro do sindicato.

Indisciplina

Chegam a esse tema, mas um dos meios que a escola sempre tem tratado da questão da indisciplina, vem também o reflexo do movimento. Os nossos educadores já têm essa compreensão de que a indisciplina é fruto de um contexto social que a gente tem vivenciado nesses últimos períodos, onde a Fake News é um instrumento... Agora há pouco tempo que a gente teve essas ameaças em redes sociais. Ah, vou entrar na escola. Alguns casos que se confirmaram, como aqui em Cuiabá que o estudante entrou dentro da escola, ainda chegou a efetuar três disparos dentro da escola e ainda bem que não se

concretizou em algo mais sério, mais contra a vida, mais o psicológico, nesse caso, já vem abalado.

E a questão da indisciplina vem de diversas frentes, do enfrentamento, desse convívio social, do enfrentamento dentro da própria escola, quando o professor busca, de certa forma, passar o seu conteúdo e o estudante faz esse enfrentamento, além do convívio. Vem sim, nesse tema ele aparece. No entanto, a resolução dele aparece muito dentro de três formas.

Tem escolas, por exemplo, aqui que nós tomamos conhecimento, tratando de indisciplina, dessa maneira que tem caso que é de polícia, tem caso que é do conselho, da própria escola resolver. E tem escolas aqui que fazem a opção de buscar os chefes do tráfico de drogas dessas facções para tentar resolver, que a gente fica, assim, horrorizado com esse tipo de atitude. Mas, infelizmente, formas que alguns têm buscado para resolver a indisciplina.

Desgaste

A gente tem buscado até mesmo essa compreensão, porque nós, como estamos dentro do processo também, não há uma solução pronta e acabada para dizer isso, aquilo, então tem que ser construída. Mas a saúde do trabalhador é um dos temas que a gente tem buscado fortalecer dentro do sindicato. A questão da reforma da previdência, a gente já tem uma compreensão que é algo de adoecimento muito grande dentro da escola pela ampliação do tempo de trabalho dos profissionais e nas condições precárias que a gente tem hoje, além de outras formas que têm afetado e que traz esse adoecimento dos trabalhadores dentro do espaço escolar.

Então, uma das formas que a gente tem feito a cobrança é que o governo institua a política de prevenção, que é um dos mecanismos, só que o governo entendeu só a primeira parte. Ele tratou de que a prevenção seria resolvida com psicólogo ou assistente social dentro das Diretorias Regionais de Ensino. Não é isso que a gente tem tratado e não é essa compreensão quando você trata de uma política de prevenção. A prevenção é muito mais ampla do que você compreender esse processo psicológico.

Adoecimento

Não há uma receita pronta, mas a gente tem buscado como a questão da segurança dentro do espaço e a saúde do trabalhador é uma prerrogativa do empregador, a cobrança tem sido feita. No entanto, as ações do governo sobre esse tema, como é um governo neoliberal e é um governo que parece que odeia servidor público, tem sido muito tímida para conseguir fazer frente ao adoecimento.

A poucos dias mesmo aqui no Sintep a gente recebeu um servidor com a questão do alcoolismo e é uma situação grave, foi gravíssima a situação dele. Mas isso tem ocorrido em outros locais, tenho conhecimento de dois casos bastante críticos de trabalhadores da educação com o uso de alcoolismo mesmo. A questão da droga que chega no sindicato até agora é mínima, não é um tema que a gente tem na ordem do dia para dizer que tem que atuar, o que é mais gritante são os problemas psicológicos mesmo, esse é o mais grave de questão de surto dentro do espaço da escola.

A nossa agenda, lamentavelmente, a agenda do sindicato é aquela agenda voltada mais para as questões laborais mesmo, salarial, voltada para a questão da melhoria do ambiente de trabalho e a saúde do trabalhador, todo mundo sabe que há uma importância dela, mas eu acho que ainda pela sua complexidade e por aquela lógica de que se eu estou trabalhando eu estou bem, não é necessário atuar preventivamente.

Nós não tivemos até agora nenhum evento específico exceto esse último dos funcionários que tratamos especificamente do adoecimento e da saúde do trabalhador. Então as nossas instâncias deliberativas, como é o caso da reunião de direção, o caso dos conselhos de representantes, esse tema não entra exatamente como um assunto a ser deliberado sobre ele.

Pandemia e Sindicato

A pandemia na realidade ela criou um desafio nosso gigantesco. O primeiro desafio que ela criou foi de manter as aulas, e o não retorno das aulas. Eu digo que até na gestão anterior eu sempre tratava assim, que se tem uma coisa que a gente deve deitar a cabeça no travesseiro e ficar tranquilo foi a quantidade de vidas que nós conseguimos salvar com o posicionamento de não retorno das aulas presenciais em dois momentos críticos da pandemia que o governo queria.

Em se tratando da atuação sindical, ela trouxe uma dinâmica para nós que até então era muito desconhecido, que era a possibilidade de reuniões virtuais, de você ter essa capilaridade de estar dentro do estado de grande dimensão que é o estado de Mato

Grosso de uma forma mais ágil. Então, só para você ter uma ideia, hoje nós estamos com o conselho de representantes em torno de trinta e poucas pessoas que se fossem para vir presencialmente não teriam como estar presencialmente, mas estão participando das discussões e dos debates através das plataformas que nós disponibilizamos para essas atividades.

Então, eu digo que toda vez que o sindicato consegue chegar e ampliar a sua voz esse é um ganho e isso é fruto da pandemia que trouxe para nós essas possibilidades.

Reforma

Hoje a gente tem acompanhado a questão da reforma do Ensino Médio, como nós somos filiados da CNTE, então nós participamos dessa elaboração e dessa discussão. Aqui do estado, uma das cobranças que a gente tem é a realização da conferência, da conferência de educação governamental.

E nós temos, no caso, o nosso encontro de educação que debate todas as modalidades e aponta para algumas perspectivas em relação à organização curricular. E, é claro, não tem como não fazer uma avaliação do desmonte que a gente vive aqui no estado de Mato Grosso com a forma da organização curricular proposta pelo governo através do sistema estruturado e da intervenção curricular e até administrativa dentro do espaço da escola para atender índices que não condizem com um processo educacional. Queremos que realmente tenha um currículo que garante a aprendizagem do estudante. Então, o treinamento para a prova, a avaliação e também a aprovação em massa dos estudantes que se quer, durante a pandemia talvez até tenha justificado um pouco, mas depois essa prática cotidiana da Secretaria de Educação de que você não precisa estudar e que você é aprovado, isso trouxe um reflexo no fazer docente.

Porque em alguns casos, por exemplo, tem professores que falam eu tinha uma turma que era excelente. Hoje, quando eu vou tratar dessas questões de que é necessário estudar, porque se eu estudar ou não, se eu tiver nota ou não, eu vou passar adiante, então eu não preciso. E é claro que um currículo pensado dessa forma que não garante a aprendizagem em que você faz uma inversão, porque também o outro debate de aprovação e reprovação ele também não é um debate coerente, porque o debate que a gente sempre tem feito aqui no sindicato é sobre o currículo ideal da escola é aquele que garante a aprendizagem.

Então, o número por si só, ou aprova ou reprova, é um debate raso sobre esse tema. Então, é claro que tratar da reorganização curricular do estado de Mato Grosso e nacional, que é do Ensino Médio, que tem sido o debate hoje no congresso dentro do próprio MEC, mas que a CNTE tem feito e nós estamos acompanhando, ele faz necessário.

Futuro do Sindicato

Eu vejo que o sindicato, o futuro dele é um futuro de fortalecimento. Eu sou muito otimista em relação ao futuro do sindicalismo aqui no Brasil, mesmo porque não há como você falar numa sociedade igualitária ou numa sociedade em que a maioria são trabalhadores sem a presença do sindicato. E isso parece que já começa a ter uma efervescência quando se fala da organização de uberizados, de dona de casa, de profissões até.

Aqui não, mas quando você vai, por exemplo, a alguns debates nacionais, você ouve de lugares que estão até as profissionais do sexo estão se organizando porque entendem que é uma atividade laborativa e que deve estar coberta dos direitos sociais mínimos. Então, o futuro do sindicalismo eu creio que passa por esse fortalecimento e quando eu olho para o futuro eu não vejo uma sociedade sem os sindicatos. Talvez o que nós teremos é uma ressignificação em algumas formas de atuação nossa que até então a gente sempre achou que era a receita pronta.

Talvez a gente tenha que pensar em outras formas de organização e mobilização dos trabalhadores para furar a bolha e chegar àqueles... Porque eu digo assim, tem aqueles que já estão dentro do sindicato que já compreendem. Agora a gente tem um número muito grande que está fora do sindicato, tem uma compreensão de sindicato totalmente diferenciada, não só de sindicato, mas de movimento estudantil, de outros movimentos sociais totalmente equivocados e que até o meu irmão fala bem assim, é fácil você fazer a conversão de quem já está convertido, agora tenta converter aquele que não está.

Mas a retirada de direito ela tem sido tão gritante que os governantes, não só os governantes, mas a própria estrutura do capital na iniciativa privada tem sido tão gritante que inevitavelmente cria alguns questionamentos que acabarão fortalecendo e que fortalecem as entidades sindicais no âmbito das suas atuações. Uma das lógicas que a gente espera nesse próximo futuro é a reforma sindical, eu creio que é algo que precisará acontecer a nível nacional, porque você vai dar legitimidade aos sindicatos que realmente

têm a sua atuação junto aos trabalhadores, no caso aqui, por exemplo, do estado de Mato Grosso.

A gente tem mais de 120 sindicatos municipais e mais de 32 sindicatos que a gente tem de servidores públicos, então é um número significativo de sindicatos, só que 90% desses sindicatos eles são sindicatos que se parecem mais, não é nem associação, mas de venda de serviço do que de organização de trabalhador, então tem um número grande de trabalhador porque oferece uma piscina, oferece um cartão de crédito e oferece não sei o que, mas não fazem a luta por aquilo que é estruturante na nossa sociedade, que são as condições dignas de trabalho, a distribuição justa do recurso financeiro chegando aos trabalhadores, a luta contra a precarização das relações de trabalho, entre outras, mas eu sou bastante otimista que, historicamente, os sindicatos já vêm há um bom tempo, quando surge o sindicalismo, ele surge exatamente de um contexto muito parecido do que nós estamos vivenciando e é claro que quanto mais aperta os profissionais, as pessoas que estão na ponta, no dia a dia, fazendo a máquina girar, uma hora isso tem um levante e esse levante pode estar muito próximo.

Relato de Gianfrancesco Guarnieri

Informações pessoais

Então, meu nome é Gianfrancesco, eu sou professor da Educação Básica, licenciado em Filosofia, com pós-graduação em Psicopedagogia, mas também tenho bacharelado em Teologia, e eu sou mato-grossense, mas de Mato Grosso do Sul, quando o Estado era um só, depois minha família migrou para Rondônia, e depois de Rondônia, minha família voltou para Mato Grosso.

Atuação profissional/sindical

Então, um contrafluxo migratório, nos inícios dos anos 90, mas eu já estava de lá, de Rondônia, eu já tinha saído para São Paulo, foi quando eu fui estudar, eu pensava que tinha a vocação sacerdotal, por força da própria realidade, de uma igreja muito atuante, na luta em defesa dos pobres, dos indígenas, eu me identifiquei muito com isso, e imaginei que eu tinha também a vocação, e fui, e cursei todos os tempos necessários para a preparação sacerdotal, mas depois desisti.

Então, eu sou natural de Vicentina, em Mato Grosso do Sul, mas a minha cidade, então, hoje, de residência é Várzea Grande, Mato Grosso, desde 1997, de lá para cá, então, resido em município Várzea Grande, e hoje eu trabalho na escola, escola estadual, portanto, profissional de educação de uma única escola, de uma única jornada, e desde 1998, eu já fazia parte, eu cheguei em 97, definitivamente, quando eu residi em Várzea Grande, eu já procurei fazer parte do movimento sindical, e já em 1998, eu já fazia parte da direção local, e um ano depois, em 99, eu já fazia parte da direção estadual, acho que um pouco pela minha formação, e pela minha atuação política também, em 2000, eu já participei das primeiras eleições diretas do sindicato, sendo eleito presidente da minha subsede e secretário de formação política sindical no âmbito do Sintep. Seis anos depois, então, eu fui eleito presidente do Sintep, eu atuei por dois mandatos até 2012.

Em 2005, já fui eleito, aliás, antes mesmo, em 2002, fui eleito para compor a direção da CNTE, dois anos depois eu passei a titularidade, e fiquei de 2005 até 2021 na direção executiva da CNTE. Isso é um pouco da minha trajetória.

Então, eu fiquei um tempo aqui no município Várzea Grande, em 1995, com meus familiares, que já moravam aqui. Nesse ano, um diretor quis que eu fosse, estava com problemas de titularidade na escola, e ele precisava de alguém com formação. E ele descobriu que eu estava na cidade com a minha família, e ele já pediu.

Então, em 1995, eu já atuei um primeiro ano como interino aqui na rede estadual. Aí eu voltei para a igreja, fiquei mais um ano, quando eu saí definitivamente. Quando eu voltei em 1997, já foi questão de imediato para a educação. E, nesse mesmo ano, eu já acompanhava o movimento sindical. Um ano depois, eu já estava compondo a direção local. E, mais um ano depois, a direção estadual. Então, assim, quase que instantaneamente. Ou seja, a chegada para a educação foi um encontro com a luta de imediato.

Nesse momento, nós estávamos vivendo o final dos anos 90, era um tempo de muitas lutas, muita resistência do sindicato. Há que se lembrar que nós estávamos em uma onda neoliberal extremamente forte, em que todos os governos participavam de uma forma ou de outra dessa avalanche neoliberal. E, aqui em Mato Grosso, havia uma luta sindical muito intensa, que ela já vinha desde os anos 80, com uma impressão muito forte de uma luta sindical muito combativa, com bases cutistas e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. O estado de Mato Grosso, inclusive, se torna pioneiro do ponto de vista de muitas pautas que hoje se debate a nível nacional.

Nós aqui já havíamos planejado, pensado, quem vinha antes de mim. Portanto, eu chego em um momento de grande efervescência da luta sindical, em que nós fazemos uma caminhada contrária justamente a essa onda neoliberal. Ou seja, enquanto se proibia debater carreira, aqui nós estávamos conquistando um piso salarial profissional, em 1998.

Quando não se falava em funcionário de escola no país, o funcionário era um mero subserviente, era um apoio qualquer, nós estávamos colocando os funcionários em 1998 aqui no plano de carreira. Eu, inclusive, fiz parte de uma greve que foi histórica em 1998, que nós ficamos aqui, me lembro bem, a Secretaria de Educação ficava na Avenida 18, eu era professor interino. Eu ainda não era da direção, mas eu fiz parte diretamente, como professor interino, eu atuei diretamente no movimento, inclusive acampado.

Nós ocupamos a Secretaria de Estado de Educação e a gente dormia lá dentro. Era uma coisa muito forte, muito engajada, de uma luta na rede estadual muito, muito, muito densa, muito exigente, do ponto de vista de perseguição, mas com grandes vitórias. Nós terminamos aquele ano, 1998, com aquilo que até hoje são referências não só a nível estadual, mas a nível nacional, do ponto de vista daquilo que é a condição de Estado de Educação, que é você ter uma referência de tripé legislacional baseada numa lei de sistema, numa lei de carreira, numa lei de gestão democrática.

Lamentavelmente, hoje, tudo isso está sendo questionado, sendo destruído por governantes negacionistas de extrema direita, como é o caso de Mato Grosso, que se alia a governos de extrema direita para destruir direitos dos cidadãos. Então, eu chego nesse momento. Eu chego num momento em que o movimento sindical já vem construindo bases históricas, fundamentais, e eu, então, participo já da eleição direta no sindicato, sendo eleito presidente da subsede e já participando pela primeira vez de uma eleição direta, de consulta às bases, integrando a direção estadual como secretário de formação política sindical.

Condição essa que, inclusive, me concedeu uma grande bagagem do ponto de vista até de atuação, não só a nível estadual, da formação política, mas a nível nacional. Eu fui o responsável para levar o programa de formação do Sintep para a CNTE, que é um dos maiores programas de formação que nós temos estruturados a nível de país, com 16 fascículos, uma atuação de vários eixos de programação intensa de formação, que, inclusive, teve reconhecimento não só a nível nacional, mas até em outros países. Eu cheguei a outros países para falar dessa coisa do programa de formação.

Sobre o sindicato e sindicalismo docente

Uma primeira coisa que a gente precisa dizer, para entender hoje o que se passa em termos de sindicalismo docente, estado de Mato Grosso esteve avante, à frente, foi vanguarda, é um sindicato de vanguarda do ponto de vista de que nós não trabalhamos apenas o profissionalismo docente, nós trabalhamos a condição do profissional da educação. Por isso, a carreira que nós construímos em 1998 não é a carreira dos docentes.

Enquanto no país, repito de novo, numa onda neoliberal, inclusive apoiada pelo Banco Mundial, os governos, na época do Fernando Henrique Cardoso, forçavam as prefeituras a fazerem planos de carreira para o magistério, aqui em estado de Mato Grosso nós construímos e conquistávamos um plano de carreira dos profissionais da educação e abrimos as portas da educação para uma condição que ela é hoje revolucionária, que é reconhecer que desde o porteiro lá da escola até a senhora que faz a limpeza ou faz a alimentação são profissionais da educação, são educadores, ou seja, não só fazem o que tem que fazer, mas tem que educar ao fazer aquilo que tem que fazer. Essa é uma dimensão importantíssima. E isso, então, marca, como dizer assim, ela delimita uma dualidade que nós temos do ponto de vista.

No país, enquanto muitos Estados falam apenas em profissionalismo docente, nós, aqui em estado de Mato Grosso, falamos do profissionalismo na educação. Então, para mim, hoje, falar só do profissionalismo docente é uma espécie de redução. Por quê? Porque nós temos a leitura histórica de entender que no espaço da escola todos são educadores e todos precisam receber a formação profissional e precisam receber também o reconhecimento profissional, para que eles possam se dedicar ao ato da sua função, do seu cargo que ele exerce na educação.

Eu vejo hoje a luta, e agora não tenho problema de falar só do profissionalismo docente, eu vejo que hoje nós corremos um grande risco, que é de uma redução ainda maior a essa condição da escola de novo você pensar apenas o docente, esquecendo de lado os outros profissionais. Aliás, no encontro que nós estamos debatendo hoje aqui, não vou ser de representantes, foram vários dos municípios que deram hoje testemunho dizendo que nos últimos anos os prefeitos estão tratando de tirar os funcionários da educação, do plano de carreira dos profissionais da educação, e voltando novamente a ter um plano para o magistério. É claro que as contradições, mesmo aqui em estado Mato Grosso, elas continuaram.

Mesmo a gente conquistando na lei um plano de carreira, na rede estadual, havia um desafio da própria formação profissional, da própria identidade profissional, mas isso sempre esteve no nosso horizonte, do ponto de vista de não deixar que reduzíssemos o escopo de atuação profissional apenas ao docente na escola. Inclusive, historicamente a gente sempre defendeu de que nas escolas não deveria existir sala dos professores. A sala teria que ser dos profissionais da educação, dos educadores, porque isso reverteria uma compreensão e uma concepção de educação integral, onde você tem profissionais da educação, todos eles que interagem, do ponto de vista de favorecer aquilo que é o mundo principal da existência da escola, que é garantir uma aprendizagem de qualidade, um ensino integral, uma aprendizagem em uma condição integradora da realidade.

Então, hoje, eu vejo que nós corremos o risco, nos últimos seis anos, principalmente com o golpe que nós tivemos, a interceptação de um governo democrático popular, que vinha numa implementação de um Plano Nacional de Educação a passos largos, do ponto de vista da gente melhorar as condições, inclusive profissionais da educação, que é o plano nacional de vigência de 2014 a 2023, com o golpe que aconteceu no país, houve uma interceptação desse projeto. E o que veio depois, resume-se, por exemplo, da tragédia do Ensino Médio, onde você abre a própria lei de diretriz e base da educação nacional para a contratação de notório saber, as pessoas que não são nem da área da educação, para lecionar na educação. Então, disso resulta todo um projeto de concepção privatizante, neoliberal, individualizante, descompromissada com a formação humana e profissional do cidadão, que mostra que o risco maior que nós temos hoje é de que essa condição docente, ela volta a ganhar centralidade não do ponto de vista de favorecer a melhoria da educação, da formação humana e cidadã, mas para seccionar ela e tornar ela refém de um projeto limitador, excludente, elitista de educação.

O sindicato é uma peça-chave. Principalmente um sindicato que tem um viés de classe, classista, um viés de luta e democrático. Quando ele reúne essas três coisas, o viés classista, democrático e sendo um sindicato de luta, o resultado é uma melhoria em termos de qualidade do ponto de vista do próprio projeto educacional. Então, a participação do sindicato, por exemplo, aqui em Mato Grosso, nós sempre buscamos, vamos dizer assim, a nossa opinião dentro do projeto de educação. Por isso, a luta pelos planos estaduais, os planos municipais de educação passa pela luta sindical.

Se não tiver a luta sindical, não tem planejamento decenal de educação. O que vai ter é uma agenda empresarial de venda de produtos educacionais, que é o que acontece hoje em Mato Grosso. Hoje nós não temos um plano estadual de educação.

Existe uma letra morta. Os planos municipais também, porque o governo do Estado tem como prioridade engessar os municípios. Por exemplo, com a privatização da demanda, ao empurrar o ensino fundamental, principalmente os anos iniciais para os municípios, o estado descobre um preceito legal, constitucional e ainda joga para quem não tem capacidade financeira uma responsabilidade que ele não deve assumir sozinho.

Então, isso tem impacto fortíssimo do ponto de vista daquilo que é a qualidade do projeto educacional. Então, onde você tem um sindicato organizado, onde você tem um sindicato que tem trabalho de base, trabalho de formação política, a chance que nós temos de ter uma política educacional de fato garantidora da qualidade da aprendizagem, da valorização profissional, a formação humana e cidadã, capaz de integrar o ser humano ao próprio ciclo de desenvolvimento nacional, com responsabilidade, com sustentabilidade ambiental e tudo mais, é importantíssimo. Então, nesse sentido, o sindicato é uma grande contribuição.

Não é por nada que o sindicato é combatido. Nesse atual momento, nós temos prefeitos, secretários de educação e o próprio governador que odeia o sindicato. Se eles pudessem, eles extirpariam o sindicato.

Isso está nos atos deles, na tentativa de intervir nas finanças do sindicato, segurando a contribuição do sindicalizado, no impedimento da participação, da liberação do pessoal que está na escola para participar de eventos, como, por exemplo, no último encontro estadual de educação que debateu o currículo. Essas intervenções, esse engessamento burocrático, esse emperramento da máquina, do ponto de vista de anular as individualidades, anular os sujeitos, os indivíduos dentro do processo educacional, a partir da escola, de impedir com que as pessoas partilhem suas opiniões, debatam democraticamente, tomem decisões, tenham deliberações, tenham autonomia, do ponto de vista daquilo que a LDB confere a cada escola, que o corpo profissional ali, trabalhadores, técnicos e docentes, o pessoal docente, que eles possam se reunir e deliberar sobre qual é a proposta curricular que a escola vai oferecer. Quando o Estado engessa de cima para baixo essa condição, ele está agindo do ponto de vista autoritário para impedir essa participação cidadã. Democrática e cidadã. Então, é nesse sentido que o sindicato é extremamente importante. Sem o sindicato, os governos nadam de braçada, do ponto de vista do autoritarismo.

Greve

Foi em 2019. Foi uma baita de uma greve. Essa greve teve um desfecho trágico, porque o governo, a partir do trigésimo dia de greve, cortou o salário da categoria. Foi um momento de muita dureza, mas um momento também de muita clareza da luta, porque nós havíamos conquistado uma outra coisa que nós fomos pioneiros no Mato Grosso, com base, inclusive, num discurso que foi reforçado no Plano Nacional de Educação, que era a aproximação da média salarial em 10 anos da educação com outras categorias.

Quando o Plano Nacional de Educação começou a debater isso para implementar, nós aqui já tínhamos a fórmula. Nós aprovamos e conquistamos uma política chamada de dobra do poder de compra do salário, que em 10 anos nós dobraríamos o poder de compra do salário dos educadores.

Quando esse governador atual, o governador 19, entrou, ele abortou essa lei. Ele utilizou de estratagemas, aprovando de estratagemas maracutaias mesmo, administrativas, contábeis, dentro da Assembleia Legislativa, e arguindo na Justiça, porque a lei ultrapassava um governo, e aí ele veio com a balela de que essa lei era inconstitucional, lamentavelmente, por relações eivadas, pragmatismo junto com a própria Justiça aqui em Mato Grosso, como acontece também com os meios de comunicação, o governador logrou maioria e a lei da dobra do poder de compra foi considerada inconstitucional.

Então, nós aqui em Mato Grosso, diante de um governo altamente truculento, nós sofremos um corte salarial na greve, que isso, de fato, foi minando o próprio movimento até chegar a um dado ponto de que a gente, pela nossa própria experiência sindical, a gente não poderia mais levar a categoria ao sacrifício extremo. Era preciso recuar. E recuamos. Hoje, a Justiça deu ganho de causa dizendo que a nossa greve era justa, era legal.

Isso já foi definido na Justiça. Porém, passado o tempo, o governador conseguiu engessar toda a luta sindical, o movimento, agora com as medidas autoritárias, o fim da gestão democrática, a flexibilização da própria carreira e uma intervenção direta e profunda no próprio sistema estadual de ensino, que hoje, eu diria que é um sistema muito mais empresarial, ou seja, é um sistema que está voltado hoje para os grandes contratos, para os grandes convênios, a estilo Google, Somos Educação, essas ONGs que estão aí para vender pacotes de currículo, de formação e também para as perfumarias que nós temos hoje. Hoje, o atual secretário que nós temos é um secretário que se orgulha em fazer convênio com SESI, SENAI, com empresas que vendem uniformes, ou com

computadores, quer dizer, essa coisa que é superficial do ponto de vista daquilo que seria uma política educacional que atenderia a necessidade da população mesmo.

Hoje, nós tivemos, eu tive contato com uma notícia do IBGE dizendo de que o estado de Mato Grosso continuou pior estado do ponto de vista do analfabetismo na região. Esse governo foi eleito, criticando os governos anteriores por ser o pior estado em termos de analfabetismo. Passados seis anos, não mudou nada. Não mudou nada. Então, a última greve foi conduzida por esse sindicato com muita luta, com muito sacrifício. Nós pautamos as questões importantes da categoria, principalmente da dobra do poder de compra do salário, mas, lamentavelmente, não tivemos sucesso. Mas, como a gente pensa no sindicato de que uma greve prepara a outra, o governo não perde por esperar.

Data-base

Então, nós temos assim, todo ano a gente tem campanha salarial, mas essa campanha salarial é precedida de um amplo debate sobre pauta de reivindicação. Então, a nossa pauta de reivindicação, que constitui depois a campanha salarial, ela começa a ser debatida bem antes.

O sindicato tem uma larga experiência do ponto de vista de quais são os elementos de infraestrutura, de previdência, de pessoal, de salário, que compõem. Então, são vários itens e, dentro desses itens, você tem os sub-itens. Por exemplo, cito para você, além da questão salarial, que aí entra a questão de carreira, jornada.

Por exemplo, na questão laboral, entra, por exemplo, a questão de saúde do trabalhador. Essa é uma pauta que está constantemente presente, nunca deixou de existir no movimento sindical. Outra pauta também que nunca deixou de existir no movimento sindical é a questão de infraestrutura, ou seja, assegurar as condições de infraestrutura para os profissionais de educação nas escolas. Outra condição é a própria condição de gestão democrática. Nós sempre cobramos, sempre fomos muito incisivos.

Um outro ponto também que sempre me chamou a atenção na pauta de reivindicação fugiu agora aqui o assunto. Deixa eu ver se eu me recobro aqui. É a questão das finanças. Nós sempre cobramos aqui em Mato Grosso, nós nunca nos pautamos pela questão do Fundeb. O Fundeb para nós é a subvinculação da vinculação. Como Mato Grosso é um estado do agronegócio, da agropecuária, então ele trabalha muito em cima de subsídios.

E a Constituição proíbe que, no caso da concessão de subsídios, os recursos da educação sejam incluídos nela. Os recursos da educação teriam que estar fora das políticas de subsídios. Isso não acontece em Mato Grosso. Então, aqui em Mato Grosso uma outra coisa que sempre teve em pauta é que em Mato Grosso a Constituição desde 1989 estabelecia que aqui não era 25%. Aqui era 35% de educação. Entendeu? Aí mudanças no início dos anos 2000, veio para 30%. Hoje não existe mais isso. Foi considerado inconstitucional também. Mas só para você entender o quanto que a nossa campanha salarial não é uma campanha só de salário. Salário é um dos índices. É claro que ele acabava tomando a dianteira como sendo o carro-chefe que puxava os outros assuntos. Por vezes nós tínhamos em campanhas salariais que se resolvia a questão salarial e as outras questões continuavam sendo debatidas.

Entendeu? Concurso, melhoria da carreira, formação profissional, a questão laboral, a questão de infraestrutura das escolas, a gestão democrática. Todos esses são eixos que a nossa campanha salarial quase que seria uma condição contínua. O grande lance é que, nesse momento, nessa quadra de governo que nós estamos vivendo, é lamentável que você tenha um governo mascarado. Mascarado. Talvez o termo filósofo dos safados seria você desmerecer os safados lá daí, no período da Grécia. Esse governo não merece ser chamado safado. É o mascarado. Por exemplo, essa semana ele veio à tona dizer que o sindicato sobre uma possível greve, o sindicato teria que dialogar. Quanto tempo nós estamos pedindo diálogo e ele não nos atende? Ele tem um secretário que mal consegue exercer as funções de um gerente de balcão de negócios, para vender a educação.

Entendeu? Um governador que traz gente de fora, do mercado financeiro, para colocar dentro da secretaria como segundo homem, que na verdade é o primeiro homem da educação. Gente que está envolvida em corrupção. Um consórcio de municípios está hoje dentro da secundaria. Como a raposa que toma conta do galinheiro. Então, você pode imaginar por que o governador não conversa com o sindicato, não dialoga, e ainda assim diz que é o sindicato que não é democrático. É canalhismo mesmo.

Relacionamento

Então, nós estamos no momento de muitos desafios do ponto de vista de constituição da diretoria. Porque, o que aconteceu? Houve um envelhecimento da categoria. Hoje, nós temos menos efetivos do que contratados temporariamente. Isso já

coloca um problema sério. Já colocava antes, mas agora, nesse regime quase que de contratação intermitente, sem concurso público, um web ponto que você tem hora para... você fica escravo de um relógio na escola para assinar um ponto. Você não pode sair para participar de um movimento. Não pode sair para participar... Não pode sair para fazer consulta.

Tem gente trabalhando doente, enfermo. Tem gente trabalhando a base de psicotrópico. Tem gente que não consegue se tratar porque não quer correr o risco de faltar e, faltando, não teria direito à gratificação. Então, nós tivemos essas condições de pioramento, piora das condições de trabalho, elas tiram a disponibilidade das pessoas para a luta. Então, nos anos 80, 90, início dos anos 2000, nós tínhamos, pelo menos, esse regime democrático na relação com os governos, inclusive com liberação de pessoas para a diretoria. Nós já chegamos a ter quase toda a diretoria liberada, nos anos 90. Na época do governador 20, quase a totalidade da diretoria, naquela época, se não me engano, era 36 ou 40 pessoas liberadas pelo Estado. Hoje, isso está reduzido a 3 pessoas por força do Diário Oficial.

Entendeu? Por força do Diário Oficial. Então, grande parte da diretoria que vem dos anos 80 e 90 continua hoje. Inclusive, muitos se aposentaram, mas não se aposentaram da luta. Por quê? Porque não tem pessoal liberado, inclusive, para fazer a luta. Nós estamos diante de um Estado que tem dimensões continentais. O sindicato não atende só a rede estadual.

Não são só 700 escolas, mais ou menos. Nós estamos falando de 700 escolas estaduais, aproximadamente, mas nós estamos falando de 141 municípios, cada um com sua rede de ensino. Nós estamos falando de 141, agora vamos para 142 municípios. Cada um terá sua rede municipal, com carreiras diferentes, com planos de educação diferenciados, muitos sem as mínimas condições de atendimento da sua demanda educacional, quando o Estado deveria subsidiar e não faz, acaba repassando para ele uma demanda.

Então, tudo isso são fatores que dificultam hoje você ter uma direção sindical liberada, dedicada e atuante, como deveria ser, do ponto de vista da luta do projeto educacional. Mas é uma direção que, mesmo com o aumento da idade e o envelhecimento, muitos de nós ou já são carecas ou já têm cabelos brancos, já estão aqui, mas continuamos ainda com todas as dificuldades, aqueles que não estão aposentados, aqueles que estão em sala, por exemplo, no meu caso, eu há quatro anos voltei para a sala de aula, porque o governo não me liberou mais para atividade sindical. Então, é uma forma que o governo

utiliza, inclusive, para amarrar o sindicato, porque, à medida que ele obriga, ele limita a liberação para o movimento sindical, para a organização da classe trabalhadora, apenas as três participações constitucionais que estão na Constituição Federal, ele amarra os outros, os demais.

Então, eu estou lá na escola, claro que a demanda da escola é exigente, ela me esgota, ela me ocupa e tem que ser assim mesmo. Por isso que a gente defende a dedicação profissional integral, principalmente naquela condição de eu ser um profissional pesquisador. Se eu quero trabalhar bem a questão do conhecimento, eu tenho que ser um pesquisador.

Qual é o problema? O problema é que o governo hoje impede essa condição profissional, ao ampliar jornada, estabelecer dia 30, agora pode ter 40, ele engana dizendo que você pode reduzir, mas quem é que vai querer reduzir quando você precisa de salário? Na verdade, o que está pautado é a ampliação de jornada.

Tudo isso leva a você ter menos disponibilidade pessoal para a luta sindical, para a formação de chapas, para a formação de diretoria. Mas mesmo aí, nós, do Sintep, não podemos dizer que a gente não tem uma participação orgânica. Nós temos dificuldade, mas nós temos uma direção que impede as condições do tempo, de certa forma, o envelhecimento de partes, pouco gente nova chegou, não é falta de esforço de renovar, mas é pelas próprias condições que impede as pessoas de vir.

Muita gente acha que o sindicato aqui é vida fácil, não é vida fácil, que é vida muito difícil, e muita gente se decepciona. Mas nós temos uma boa condição de relação dessa direção com a categoria do ponto de vista de que, por exemplo, hoje nós estamos aqui, provavelmente nós vamos ter de 70 a 100 municípios num período que é muito difícil você tirar pessoas de sala de aula para vir aqui para Cuiabá, sabendo que vai ter que perder um dia de volta de aula e tudo mais, mas nós vamos ter aqui, provavelmente, de 70 a 100 municípios, participando de um conselho de representante.

Formação

Então, nós aqui no Sintep, como eu falei para você inicialmente, nós somos pioneiros na formação de liderança sindical, pioneiros. Ou seja, se tem um projeto de formação política sindical sistemático hoje no país, ninguém tira de nós. Vou citar só para você dos temas que eu participei diretamente na elaboração, coordenando, buscando o autor, pedindo para ele propor um texto, fazendo a leitura, revisando, buscando

editoração, melhoria.Nosso programa de formação de liderança sindical tem três eixos. Um, traz o seguinte tema, vamos lá, vou fazer a memória aqui. Primeiro eixo, formação dos dirigentes sindicais introdução à sociologia. Segundo eixo, teoria política. Primeiro fascículo, introdução à sociologia. Segundo fascículo, teoria política. Terceiro fascículo, economia política. Quarto fascículo, história do movimento democrático e popular no mundo e no Brasil. E o quinto fascículo, história do movimento sindical na educação. Fascículos densos, vamos dizer assim, que seria hoje uma formação, só esse primeiro eixo daria uma formação básica de 300 a 600 horas, em estudos presenciais e à distância. O segundo eixo começa com introdução à filosofia, teoria da comunicação, gestão, teoria da comunicação, como fazer a análise de conjuntura, o terceiro, como fazer a análise de conjuntura, como fazer a análise de conjuntura, história do movimento sindical na educação, volta, repete esse tema, posso estar confundindo aqui agora, já faz algum tempo.

E o último, financiamento da educação. Terceiro eixo, começa com planejamento estratégico, gestão sindical, planejamento estratégico da ação sindical, dois fascículos diferenciados, quarto, sistema democrático de relações de trabalho, que era uma proposta de um novo trabalhismo a partir da reflexão da CUT. E depois nós construímos dois outros fascículos, um sobre racismo e construímos um outro sobre um fascículo que eu, inclusive, escrevi uma parte dele, que é, alguém que chegava pela primeira vez na direção do sindicato, ele fazia a pergunta, estou dirigente, diretor ou diretora do sindicato, e agora, o que fazer?

Então, eu escrevi um fascículo que compõe, então, 16 fascículos. Esses fascículos nós trabalhamos desde os anos 2000, ou seja, o período mais intenso seria dos anos 2000 até 2018, por aí. Nós trabalhamos intensamente essa formação sindical do ponto de vista de estabelecer encontros presenciais a cada um ou dois meses com um período de leitura em casa.

Portanto, é um fascículo que a gente sempre entregava o fascículo antecipado para a pessoa e essa pessoa lia o fascículo e voltava para um dia e meio de encontro, de reflexão, de debate, tendo o auxílio de uma pessoa. Além disso, as formações, as redes municipais específicas, formações em direitos humanos. Então, assim, a formação sindical sempre foi uma base fundamental da nossa condição.

Hoje, nós estamos num desafio, porque é o seguinte, as condições da própria tecnologia, a distância, online, o celular, isso coloca alguns desafios e a dificuldade das pessoas se ausentarem, porque nós reunimos por região. Então, mesmo em região, por

exemplo, se eu deslocasse daqui até município, onde a gente tinha um polo, tinha gente que vinha a 400 quilômetros de estrada de missão para participar em município de encontro. Hoje seria impossível, hoje é quase impossível você fazer isso.

Aqui em Cuiabá você pode até reunir num sábado, num domingo, o pessoal aqui da chamada região metropolitana, do Vale do Rio 17, que em questão de uma hora, uma hora e meia, todo mundo está aqui. Mas quando você vai para município X, por exemplo, se você for pegar os municípios que compõem o polo de município X, para as pessoas saírem, já ali já vai ter dificuldade. Imagina você vir para eventos aqui em Cuiabá.

Por isso a dificuldade que a gente tem hoje da participação. Mas a formação continua no horizonte, nesse sindicato ela é eixo fundante, estruturante. Formação sindical é necessária. Mas se a gente hoje, hoje talvez a gente está com uma certa dificuldade de fazer essa formação mais direta na base, mesmo porque também tem a formação da CUT e da CNTE, que também intercala ações em níveis diferentes. Mas se nós temos dificuldade hoje, se dá por essa condição, desse engessamento do educador e da educadora na escola, que ele se sente desautorizado a sair por prejuízo salarial. Alguém que falta um dia ele vai ter descontado, ele não vai receber gratificação de resultado e assim por diante. Mas formação é um eixo estruturante do sindicato.

Adoecimento e Burocracia

Sim, sim, com certeza. Nós temos os canais, não só as condições aqui de, por exemplo, toda vez que nós reunimos o conselho de representante e o conselho de representante estadual, que vem representante de cada subsede, ele deve ser precedido de uma assembleia local ou um conselho de representante. Então, esse reunir a nível local já é um espaço de apresentação das demandas, dos problemas.

Mas hoje se tornou também um espaço privilegiado de reclamação às mídias sociais. Inclusive, eu tenho aqui, por exemplo, ontem eu acordei, não sei se você leu um artigo que eu escrevi neste final de semana. Eu acordei com um problema, com uma dor no pulmão do lado direito e eu acordei porque eu já tinha passado por uma gripe e aí me veio um estalo e falei assim, eu vou escrever sobre isso. E me sentei e comecei. Hoje eu acordei, ainda mais cansado do que ontem. Felizmente não tinha aula. E aí fui descrevendo as minhas condições. Por que eu não busquei tratamento? Era resultado de uma gripe mal curada. Entendeu? E soltamos. Aí eu coloquei no grupo da direção e falei assim, companheirada, está aqui um texto que é da minha própria experiência pessoal, um relato pessoal.

Eu escrevi como se eu estivesse escrevendo para o governador e para o vice-governador. Porque em função da Assembleia Geral que nós vamos ter agora, na segunda-feira, em frente à Assembleia, o governo está incomodado.

E eles vieram a público, numa pretensa possibilidade de greve, que isso não tem condição de existir nesse momento, não tem condição. Mas eles vieram dizer que o governador veio dizer que o sindicato não dialoga, que é uma mentira, deslavada. E o vice-governador veio dizer que o salário de Mato Grosso é razoável.

Portanto, não tinha razão de lutar na categoria de dizer que precisa melhorar o salário. Então, diante dessas condições, dessas manifestações do governador, eu pensei, eu vou escrever a eles uma carta. E eu escrevi a carta.

A minha grata satisfação é de que as manifestações, eu posso até mandar para você depois alguns prints que me mandaram, a manifestação das pessoas dizendo o seguinte, você falou tudo o que nós estamos vivendo. Do adoecimento, do endividamento, da falta de ânimo para trabalhar, da desmotivação, tudo isso está lá. Então, a categoria, a nossa categoria se manifesta, em que pese ao mesmo tempo, e isso eu ouvi na sala de aula que eu estava essa semana, um professor diz assim, não, tem que fazer isso mesmo, tem que lutar mesmo, tem que reunir os sindicatos.

Mas não vai conseguir nada nesse momento. Entendeu? Então, a categoria sabe dos limites da luta nesse momento, sabe que tem uma força autoritária, negacionista, de extrema direita, que atua e que determina, inclusive, a morte e a miséria de muitos trabalhadores da educação, muitos educadores.

Mas, como diz assim, esse momento vai passar, ele não é eterno. E nós estamos criando as condições, nós estamos criando as condições para que muito em breve, novos enfrentamentos da forma direta acontecer, que é o espaço, enfrentamento, a greve, a manifestação, a participação nos debates públicos, é o lugar privilegiado da manifestação dessas reclamações. Inclusive, eu defendi, hoje eu defendi no conselho, que na segunda-feira nós precisamos abrir a maior parte do tempo o espaço lá da Assembleia, encerra-se a Assembleia rapidamente, não há muito debate a se fazer, e vamos abrir para a nossa companheirada falar, para denunciar quais são os abusos que estão acontecendo a partir dessa intransigência, dessa antidemocracia que está se instalada dentro das nossas escolas, a partir dos interesses econômicos do governo.

Desgaste

Hoje é de denunciar o governo como sendo desumano, um governo que hoje prioriza apenas o econômico, e o econômico prioriza não do ponto de vista de favorecer um projeto de educação inclusiva, de qualidade, para todos e todas, pelo menos para a maioria dos filhos da população de estado Mato Grosso, mas sim para favorecer os empresários, aqueles que querem lucrar. Aqueles que querem lucrar. Os Somos Educação, os Ayrton Senna da vida, os projetos Ayrton Senna da vida, é a fundação Getúlio Vargas, que está aqui, lamentavelmente aqui, participando de um conselho, junto inclusive com a faculdade, para negar o plano estadual de educação.

Hoje nós temos um cara que participa de um conselho, um cara que vem da formação aqui, que é inclusive dos quadros do PT, que foi ministro da educação e que hoje corrobora com essa destruição daquilo que é política de estado de educação. Esse cara hoje faz parte de um conselho, representando uma instituição, fundação Getúlio Vargas, que é privada, empresarial e que hoje deita e enrola vendendo produtos como esse sistema estruturado de ensino, materiais péssimos, com referência na iniciativa privada, mal feitos, mal elaborados, muda-se a capa, às vezes com um erro grotesco de impressão.

Essa é a realidade que nós estamos vivendo em Mato Grosso. Então, é bom que o governador nos odeie, porque ele tem razão de nos odiar. Ele nos odeia porque nós denunciamos as falcatruas desse governo.

O projeto dele que é de destruição daquilo que é política pública de estado gratuita e de educação. E no local ele quer colocar mercadoria, ele quer colocar pacotes, ele quer colocar empresários que apenas tem interesse de lucrar. Isso não nos interessa enquanto a maioria da população é do estado de Mato Grosso. Pode interessar os empresários, para nós não. Por isso a gente não arreda o pé. A gente faz a luta.

Adoecimento

Então, essas demandas elas são constantes. Nós temos procura, mas essa procura é muito esporádica. Às vezes os profissionais sofrem calados. Esse é um dado triste da realidade. Eles acabam se afastando da escola, se afastam da escola, vivem uma peregrinação do ponto de vista daquilo que se chama a perícia médica. Hoje, nas salas dos professores, é dramática quando as pessoas reclamam de que vão lá na perícia de um médico, para 90 dias de afastamento e um médico olha para sua cara e fala assim, você não tem nada. Dá 30 dias? Quando dá? Nós temos situações de pessoas que estão com as

rótulas dos joelhos estouradas. Não conseguem sustentar por uma hora. São obrigados a voltar. E o governo força inclusive eles a se aposentar, porque interessa o governo hoje aposentar eles com diminuição salarial. É um governo extremamente maléfico. Então, nós temos a categoria que vem, ela reclama, mas muitas vezes ela sofre calada, às vezes com a base de remédios psicotrópicos, controlados. Pessoas em risco de ataques. Simplesmente serem anuladas do ponto de vista profissional. Falta muita pesquisa. É muito caro fazer pesquisa na área da saúde e da educação.

Nós temos uma Secretaria de Estado de Educação que não tem nenhum pingo de preocupação com esse pessoal. Eu inclusive fui convidado esses dias para fazer parte de um grupo de WhatsApp. Um grupo de aposentadoria saudável.

É aqui. É aqui o grupo. Se você quiser depois eu posso printar e mandar para você. Eu fazer parte de um grupo de aposentadoria saudável com salário congelado a seis anos. Gratificação por resultado. Eu não tenho condição de pagar minhas contas no décimo dia do mês. E aí eles vêm com a conversa de aposentadoria saudável. É de amargar. Essa é a realidade.

Adoecimento e Sindicato

A pauta da saúde do trabalhador é uma pauta perene. Principalmente nós na questão da CUT, CNTE e o Sintep. É uma pauta sempre presente.

Agora, ela ganha contornos de urgência sobre essa elucidação de casos de doenças de lesões por esforço repetitivo. A questão emocional que é uma questão largamente estudada no âmbito da própria CNTE e aqui do Sintep desde os anos 90 que nós estudamos essa questão aqui. A própria CUT também.

Nós temos inclusive um coletivo de saúde do trabalhador no sindicato. Mas como eu disse pra você seria importante que nós tivéssemos as condições de fazer muita pesquisa e conhecimento sobre saúde do trabalhador. E isso a gente muitas vezes não tem condição de fazer.

Nós já fizemos algumas pesquisas aqui uma orientada pela CNTE em 1998 que redundou no livro Educação, Carinho e Trabalho, se você conhece esse livro uma das maiores pesquisas que nós tivemos, o Sintep participou diretamente dessa pesquisa tem até uma ex-secretária Geral do Sintep que foi coordenadora dessa pesquisa e hoje está aposentada.

Assim eu acho que é uma coisa que a gente deveria investir mais porque se tem uma coisa hoje que a gente dialogaria com a sociedade era a gente apresentar o quadro de saúde dos profissionais da educação.

Como eu disse pra você na carta que eu escrevi ao governador eu coloco alguns elementos primeiro, de um profissional com baixo poder aquisitivo ora, se eu tenho baixo poder aquisitivo em um período em que nós estamos sujeitos a tantas epidemias saímos de uma pandemia e agora tem uma síndrome respiratória que ela pega você tem gente que fica com diarreia 2, 3 dias tem vômitos essas pessoas muitas vezes não tem condição de ir ao hospital eu mesmo, na carta que eu escrevi provavelmente a dor que eu sinto no lado direito do pulmão é por causa de uma gripe mal curada eu não curei essa gripe porque eu não tive condição de ir ao médico meus cartões de crédito estavam todos limitados eu sou detentor de uma única jornada eu sei o preço que eu pago na minha vida por preferir uma única jornada o meu salário não dá pra pagar as minhas dívidas então eu não tive condição naquele momento de ir ao médico, resultado eu tive que buscar automedicação corre o risco, nós estamos depois de uma pandemia qualquer síndrome respiratória agora, redunda entupimento das vias respiratórias do pulmão, e aí é antibiótico na dor então eu explico isso e aí não é por outra coisa que as pessoas estão dizendo assim, isso aqui me representa ou seja, o que eu vivi e o que eu expressei da minha vida é o que as pessoas estão vivendo estão trabalhando enfermos estão trabalhando doentes por quê?

Porque não querem perder salário não podem perder salário se pudessem, até perderiam mas não podem perder salário, e o salário já é rebaixado e eles têm que garantir o salário, no final do ano, vem por uma miséria chamada gratificação de resultado chamada GR que o governo implementou claro, por causa da ele tirou 50 mil e está dando 5 a 10 mil para as pessoas inclusive hoje tem uma indicação que a gente tem que fazer um aplicativo para dizer, quanto que a pessoa está perdendo e o que o governo está dando de gratificação para ele todo ano, acho que vai ser um bom trocadilho para que a gente possa dizer que realmente esse governo está fazendo para a categoria.

Pandemia e Adoecimento

Diretamente eu avalio que diretamente, hoje por exemplo nós convivemos com sintomas as próprias síndromes respiratórias por exemplo a última que aconteceu agora é quase difícil alguém que não pegou essa síndrome ela vem justamente de um quadro pandêmico em que quem foi afetado teve consequências teve alteração do ponto de vista

das suas defesas hoje nós estamos muito mais suscetíveis a essas síndromes respiratórias e agravado por uma outra condição, que condição é essa?

O aluno que volta pós pandemia, ele volta em uma situação mais especial do que ele saiu da pandemia os alunos que voltam após pandemia, são os alunos que viveram um ano ou mais da família talvez com a ausência de regras com a ausência de uma série de questões que pudesse colocar ele como sendo alguém centrado ou participante de uma condição de disciplina e sala de aula quando ele retorna para a escola, ele retorna de um mundo que ele estava aprisionado a escola é o grande espaço para ele conviver com o outro com o diferente, para as manifestações culturais relacionais do ponto de vista que isso vai trazer uma grande dificuldade para nós os profissionais da educação porque os casos de rebeldia são muito grandes, entendeu?

Hoje eu tenho uma aula reduzida na escola isso primeiro já é uma coisa dramática porque antes eu tinha uma hora para trabalhar com um aluno hoje eu tenho 50 minutos nesses 50 minutos eu tenho que trabalhar com tecnologia às vezes eu tenho realidade de escola que me leva 10 a 20 minutos para acalmar os alunos mais outros 10 para organizar minha tecnologia o que vai sobrar de tempo para eu trabalhar com isso mesmo então assim muitos profissionais hoje estão agravados do ponto de vista emocional do ponto de vista psicológico por causa dessa alta carga profissional que restou a ele e as condições de trabalho.

As condições laborais não melhoraram, pioraram porque o governo retirou o profissional, o governo aumentou turmas, fechou escolas o governo aumentou o número de alunos por sala de aula, o governo está exigindo, do ponto de vista da tecnologia, a aula que eu preparava com o material, ela é completamente diferente da aula que eu preparo com esse bichinho aqui isso aqui me exige tempo dedicação, pré, durante e pós, porque durante tem um menino que não sabe onde fica o ponto no Chromebook, no computador não sabe o que é a tecla Ctrl C e Ctrl V ele não sabe o alfabeto nós estamos falando de alunos do ensino médio nessas condições portanto a carga profissional que se abate hoje sobre o profissional da educação, ela é extremamente desgastante de forma que nós estamos chegando no final do primeiro mês e as pessoas estão exaustas estão à espera do próximo final de semana estão à espera do feriado, graças a Deus o dia que não tem aula, graças a Deus mas não é porque não querem dar aula é porque estão exaustos, estão consumidos estão sufocados do ponto de vista daquilo que são as exigências desse período chamado pós-pandemia que é muito exigente muito exigente a facilidade com que os alunos tem acesso a informação torna isso muito mais trabalhoso para mim, porque

de fato agora eu preciso significar o conhecimento porque informação todo mundo tem acesso, o celular me dá acesso a informação, o problema é o que eu faço com essa informação? quais as consequências de eu ter essa informação?

Isso precisa de um profissional altamente dedicado a uma única escola a uma única jornada um profissional pesquisador ele tem que estar atualizado cotidianamente, as coisas acontecem na velocidade da luz os alunos estão com o aparelhinho na mão porque eles tem acesso a isso só não tem profundidade porque não sabe o significado, e isso nos torna doente porque nós não temos condição. No caso aqui no estado de Mato Grosso o governador obrigou que as pessoas se quisessem ganhar mais, saíssem de 30 para 40 horas você tem programas hoje de informação que não tem nada a ver com a atividade de sala de aula não tem nada a ver ou seja, os profissionais estão trabalhando numa linha, precisando dessas coisas não vem um governo com um pacote empresarial de lucro para um empresário que vende lá um conhecimento e ele tem que implementar e isso está tornando os profissionais adoecidos muito mais do que já era.

Pandemia e Sindicato

A pandemia afetou barbaramente, por que ela afetou? porque ela impede a locomoção de pessoas ao sindicato morreu muito mais a gente, e o sindicato não aprendeu a fazer movimento pelas mídias sociais ainda a gente até faz a gente até mobiliza na formação de opinião, mas o movimento de luta de reivindicação por direito ele precisa de uma coisa que se chama manifestação corporal até mesmo para que eu possa convencer o outro é preciso olho no olho.

É preciso chamar o companheiro para ser companheiro de fato entender que há uma luta por ser feito, a pandemia levou as pessoas para o mundo da casa para o mundo do individualizado para o mundo da tela para o mundo do computador nós temos casos de gente que é extremamente revolucionário no WhatsApp mas tudo do que se precisa fazer mas ele não se dispõe a fazer então o sindicato ressente de muito dessa condição ao não ter pessoas que se dispõem, por exemplo, na segunda-feira nós vamos estar diante de uma assembleia era a hora da gente manifestar com milhares de pessoas para dizer a esse governador que esse governador é um desumano no entanto a gente não vai ter isso porque as pessoas estão lá na sua condição de escola acabrunhadas pelo engessamento pelas exigências autoritárias da própria gestão da educação mas também de certa forma como diz assim entre aspas, acomodadas pelo esse novo momento em que eu consigo me lançar

para fora do meu próprio eu através da tela de um computador de um celular, eu me relaciono com o mundo e isso me impede de mobilizar, de movimentar de ir ao encontro do outro por que eu vou aguentar chateação, discussão debate se eu posso lidar com isso aqui então uma das coisas que afetou basicamente a luta sindical foi essa retração do ponto de vista da mobilidade o fato da gente não poder ir à rua onde estaria todo mundo.

A luta sindical foi essa retração do ponto de vista da mobilidade. O fato da gente não poder ir à rua, todo mundo tinha que ficar. Eu me lembro aqui que nós fazíamos carreadas aqui em Cuiabá. Nós não fazíamos passeatas, a gente fazia carreadas na pandemia. Com muito cuidado, mesmo assim, todos os cuidados. Até a gente recobrar isso novamente, até hoje a gente está ressentindo. Nós temos uma nova realidade que deriva disso. Por exemplo, um evento como esse aqui não é um evento mais só presencial.É um evento presencial e também online. Ou seja, nós temos pessoas que estão em casa, que estão participando aqui, junto com a gente, dessa atividade. Isso dá uma outra dimensão de desafio.

Porque o sindicato carece muito desse movimento, entendeu? Dessa coisa do contato, do debate, do esmerilhamento de ideia. Essa coisa do computador não permite essa coisa. Eu digo sempre nas formações sindicais, quando cada um é para si, o pessoal responde. Deus é para todos. Não, é o diabo que é para todos.

Porque quando cada um é para si, nós estamos divididos. No mundo da educação, quando cada um é para si, no mundo do movimento sindical, quando cada um é para si, não é Deus que toma conta de nós, é o diabo. Porque o diabo gosta da divisão. Na divisão ele é rei. Então, nós estamos nesse momento e estamos tendo que reaprender a fazer movimento sindical, reaprender a utilizar os aparelhos. Aí precisa um grande esforço para que a gente possa ser cirúrgico nas intervenções. Para a gente não expor a categoria e para a gente também não desanimar do ponto de vista da própria luta.

Futuro do Sindicato

Ele vai continuar existindo, com certeza. Porque eu acredito sempre na história como um movimento de contradição. Então, se nesse momento agora nós estamos vivendo um momento de refluxo, de negacionismo, de autoritarismo, vai passar. Nós só precisamos não abrir mão de lançar as sementes, de continuar acreditando no devir. Que o que virá vai ser bem melhor do que nós estamos vivendo hoje. Então, acho que a humanidade precisa construir sonhos, pontes, utopias.

Aquilo que ainda não aconteceu, mas que ainda pode acontecer. Nós, essencialmente, enquanto sindicato, enquanto educadores e educadoras, nós precisamos nos pautar por isso. Acreditar sempre que é possível melhorar, de que nós vamos superar o egoísmo humano, de que não é essa laia neoliberal, extremamente rentista, que só quer o lucro pelo lucro, sem nenhum compromisso com o ser humano, que eles vão vencer. Não, eles não vão vencer. A gente precisa acreditar que é possível pensar o outro, ter o outro como referência. O nosso grande projeto de formação sindical teve sempre essa condição. E a gente precisa, enquanto movimento sindical, mesmo sobre as mais difíceis situações, dizer de que lado nós estamos.

Eu sempre costumo terminar os meus encontros sindicais lembrando a história de um general romano que, ao destruir as cidades, nos vilarejos, passava depois fazendo a revisão daquilo que foi a destruição para ver se não tinha ficado nenhum foco de resistência. E eis que o general e sua cavalaria param diante de um muro, tinha sobrado apenas um muro, de um vilarejo, e eis que de dentro do muro, dos escombros, surge um menino com uma espada de madeira na cintura. E o general brinca com o menino, dizendo assim, meus soldados mataram seus pais, seus amigos, e você menino, você acha que com essa espada você vai me vencer?

E o menino diz assim, vencer eu sei que não vou vencer, mas eu vou lhe mostrar de que lado eu estou. Então o movimento sindical precisa existir para mostrar que existe um outro lado para além dessa desumanidade chamada capitalismo explorador, desumano, de morte, que promove a violência, a deseducação, o movimento sindical tem que fazer isso. Eu diria que as igrejas não vão fazer isso, é nós que vamos ter que fazer, é nós e a escola. A escola é o único espaço democrático que vai existir do ponto de vista de acolher o diferente. As igrejas não vão fazer isso, as famílias não vão fazer isso, mas nós temos que fazer.

EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS EM SÃO PAULO

Relatos de José Lins Rego

Informações pessoais

Meu nome é José, atualmente eu tenho 35 anos, né, sou natural do município de Castilho, Estado de São Paulo, atualmente resido no município de Presidente Prudente,

aqui no Estado de São Paulo, né, eu tenho a formação em bacharel em ciências contábeis, depois eu fiz complementação em matemática, a qual eu fui para a docência, né, e durante o percurso da minha docência na sala de aula, eu também concluí no ano de 2023, né, em agosto de 2023, a faculdade de bacharel em direito. Então, o meu histórico profissional, ele tem todas essas formações, né, a qual também eu acho muito importante termos a formação do curso de bacharel em direito para melhor entendimento, né, das legislações e resoluções em que são liberadas pela Secretaria Estadual da Educação e pelo Ministério da Educação e Cultura.

Atuação profissional/ sindical

Eu tenho aí, esse ano vai fazer 14 anos, né, eu iniciei no ano de 2010 como professor contratado. Não sou professor efetivo da rede e nem categoria estável. Então, eu sou professor contratado, né, pela lei 1093/ 2009.

Durante a minha primeira formação, eu tive só o trabalho voluntário, né, que naquela época existia o programa Escola da Família, um programa do governo estadual de São Paulo, né, que foi a primeira formação de ciências contábeis, onde nós, universitários, desenvolvemos as atividades nas escolas estaduais aos finais de semana, pelo pagamento da bolsa. Também serviço voluntariado, porque eu fui voluntário antes de ser educador e também desenvolvia o serviço voluntariado no Lar São Rafael, aqui os velhinhos, aqui de Presidente Prudente, antes de conseguir essa primeira bolsa de educador profissional do programa Escola da Família, o programa que existia lá atrás.

A trajetória no sindicato foi quando eu logo ingressei, como contratado no ano de 2010, né. Na primeira semana em que eu ingressei na sala de aula, eu fiquei sabendo que existia um sindicato dos professores, a qual me dirigia até a subsede de Presidente Prudente para fazer a filiação, porque a filiação é voluntária e não é uma filiação obrigatória, então os professores têm que se dirigir até a subsede para fazer essa filiação, né. E aí me informaram que tinha que ter primeiro o holerite, e aí quando chegou o primeiro holerite, já corri para a subsede de Presidente Prudente fazendo essa filiação, né.

Iniciei como RE, representante de escola da APEOESP, o elo em que a APEOESP e o sindicato têm dentro das escolas, os representantes de escola, né. E aí houve as eleições, quando houve as primeiras eleições para conselheiros estaduais e regionais, eu não me candidatei, mas participei voluntariamente, fazendo serviço de voluntário nas eleições da APEOESP, que elegeu a presidência e tudo mais. Quando

ocorreu depois a próxima eleição, já me candidatei a conselheiro estadual, fui eleito pelos professores, também já fiz parte da diretoria do secretário executivo da subsede, né.

E aí com o tempo foi se passando, houve próximas eleições, candidatei, reeleição, e aí houve o afastamento da coordenadora à época, que era a professora, que havia se aposentado, da coordenação da subsede, a qual a maioria me indicou para coordenar a subsede de Presidente Prudente. Então, eu tenho aí em torno de sete anos à frente da coordenação da subsede de Presidente Prudente, e nas eleições do ano passado, de 2024, peraí, eu estou tão perdido nos anos, não, em 2023. Em 2023, ocorreram as eleições da APEOESP novamente, a gente foi reeleito, fui reconduzido à coordenação da subsede, e agora também, além do coordenador da subsede de Presidente Prudente, eu integro a diretoria estadual colegiada em São Paulo, né.

Sou o diretor estadual da entidade aqui na região de Presidente Prudente. Como tem a subsede de Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Teodoro Sampaio, que é uma área muito grande geograficamente, todas essas subsedes têm os coordenadores regionais, mas eu respondo pela diretoria. Então, os coordenadores que têm difícil acesso à diretoria, tanto de Venceslau quanto de Teodoro, me passam a demanda e eu encaminho para a diretoria em São Paulo. Enquanto isso, em contrapartida, também faço a coordenação aqui na subsede de Presidente Prudente.

Sobre o sindicato e sindicalismo docente

Contexto e desafios educacionais

Os principais problemas da educação são a mudança, que houve uma mudança da reforma administrativa, em que retirou direitos dos professores, os professores tinham direitos abonadas a retiradas médicas, mudou o regime de aposentadoria desses professores, então, assim, isso prejudicou, os profissionais têm que ficar mais tempo em sala de aula para se aposentar, né? A cobrança está muito complexa, né? Nós temos a resolução número 04 e eles falam que essa resolução, ela cobra do professor.

Mesmo que o professor é efetivo, é estável e contratado, se ele não segue a cartilha do governo, ele sofre as penalidades, os processos administrativos. Então, assim, é um desafio muito grande. Aquela educação em que nós tínhamos anteriormente, que era lousa, livro didático, ela se tornou, assim, incomum, né?

Porque o último governo, né, e o atual, ele colocou a plataformização dentro das salas de aulas, então, o professor, ele tem que cumprir, porque, assim, depende da demanda da sala de aula. Alguma sala de aula, por exemplo, eu tenho o 9º ano A, o 9º ano A é uma sala mais tranquila, então, eu consigo transcorrer com a matéria normalmente, cumprindo o currículo exigido, o currículo do estado e o currículo federal. Mas, vamos supor, eu chego no 9º ano B, eu já tenho algum problema de indisciplina, então, eu não consigo transcorrer igual eu consigo transcorrer no 9º ano A.

E aí, com essa mudança do governo Tarcísio e do Renato Feder, eles exigem aquele cumprimento. Então, assim, você tem que cumprir isso durante essa aula. Porque você não consegue, se você não cumpriu aquilo naquela aula, você não consegue passar para a próxima aula que você tiver naquela sala. Porque, se você fizer isso, você já é punido, já é feito a sua observação e eles conseguem acompanhar. Porque eles abrem as plataformas, os slides já vem pronto. Então, assim, não há uma contribuição pedagógica do professor.

Aquele aprendizado que nós tivemos na faculdade, que nós queremos passar para os nossos alunos, às vezes, a gente não consegue. Tipo assim, é uma cartilha. Segue isso, e é isso, e é isso, e é isso. Isso acaba gerando desinteresse dos alunos. Tudo bem que as escolas estão equipadas com um retroprojetor, com lousa de caneta, que é mais fácil, visualização. Algumas salas de aulas têm acesso à internet, aí vem agora essa legislação proibindo o acesso aos celulares.

Então, há dificuldade, nós estamos nisso. Com essa plataformização, os alunos também têm acesso à plataforma. E, às vezes, muitas vezes, aquele aluno não consegue acompanhar. Nós temos alunos que têm os tipos de deficiências que precisam do professor auxiliar. E ele não consegue fazer o acompanhamento igual o acompanhamento de um aluno que não tem nenhuma deficiência. O autismo, enfim, as deficiências intelectuais. Então, e também a gente é controlado sobre isso, essa sala está com 60% de registro, porque os alunos realizam atividades também dentro da plataforma. Então, além de usarmos a plataforma para aplicar o conteúdo para o aluno, nós temos que monitorar se os alunos estão executando. Porque, se os alunos não estiverem executando, a responsabilidade cai sobre o professor.

Então, assim, atualmente, a maior dificuldade está sobre isso. O professor está trabalhando sob pressão. E aí, sob pressão, a gente não consegue atingir o resultado, a aprendizagem dos nossos alunos corretamente. É como se fosse a máquina. A gente vai construindo a máquina. Então, assim, se a gente não construir do jeito que o governo quer,

a gente sofre as devidas penalidades. A extinção contratual, principalmente dos professores contratados, é frequente. Muito frequente esses desligamentos, né?

Sindicato

Os principais temas são salário. Porque nós temos o piso salarial nacional, o piso do magistério. Porque não adianta nada o governo federal aumentar o piso salarial nacional se os governadores e prefeitos não cumprem esse piso salarial. Então, as principais dificuldades são o piso salarial e as condições de trabalho. Porque nós somos cobrados, tem tudo isso.

Então, a dificuldade da categoria está sobre isso. Condições de trabalho, os direitos e o piso salarial. Tudo bem que ele anunciou que, com o contrato novo, ele paga 5 mil reais. Que o governo fala que a nova carreira paga 5 mil reais. Mas isso não supre as reais necessidades da categoria.

Porque, assim, nós temos muitos problemas, né? Os problemas, assim, abordados em nível regional são problemas de indisciplina, problemas dos professores dentro das salas de aula, com a equipe gestora. A equipe gestora não são mais concursadas, a maioria são indicados.

Então, se eu indico um diretor, um vice-diretor, um coordenador, ele vai seguir a cartilha do governo. Então, isso acaba meio que assediando os professores no cumprimento das suas metas. A diretoria cobra a meta dos diretores e os diretores acabam cobrando essas metas.

Então, assim, quando acontece algum problema, principalmente em relação à atribuição de aulas, problemas administrativos, de convivência, a gente, enquanto subsede de Presidente Prudente, a gente faz a intervenção junto com a diretoria de ensino de forma verbal, e se a gente perceber que a gente não consegue resolver esse problema, nós ingressamos uma forma de protocolo. E se mesmo assim não resolvermos o problema, nós ingressamos de forma judicial.

Agora, em nível estadual, a dificuldade já é um pouco maior. Porque o secretário de Educação, Renato Feder, não recebe a APEOESP. Quem recebe é o secretário executivo, Vinícius.

Então, a gente fala, a gente pede uma mesa permanente de negociação, de toda a categoria, para debater tudo isso. E algumas coisas a gente é atendido, outras não. Então, a gente tem mais o trabalho regional do que estadual.

Claro que as mobilizações estaduais é geral, que todas as demandas são passadas, mas a gente tem esse problema. Nós temos um problema, principalmente, vamos supor, a atribuição de aula era presencial nas diretorias de ensino. Tanto pro efetivo, enfim. Depois que veio a pandemia, ela se tornou online. Então, a gente não consegue identificar a transparência. Mas nós não estamos mais na pandemia. E essas atribuições continuam ainda online. E a gente não consegue enxergar que tem uma transparência nessa atribuição de aula. Então, é uma briga nossa.

A gente briga em nível regional, em nível estadual, para que essas atribuições de aula se tornem presenciais. Porque é a vida do professor. Porque ali eu vou olhar em qual escola se na minha escola não tem aula, eu consigo enxergar qual é a escola mais próxima que eu tenho essa vaga, se eu faço essa atribuição online, eu vou apenas manifestar interesse em unidades, que, na verdade, eu não sei se tem aulas ou não naquela unidade. E, às vezes, acabo optando por unidade bem longe da minha residência, prejudicando o trabalho, sendo que perto da minha casa tem.

Entendeu? Então, assim, as dificuldades... A gente tenta fazer essa conversa em nível regional. Quando a gente não consegue resolver em nível regional, a gente passa para o nível estadual. Mas também no nível estadual, a gente tem essa barreira. Nós tivemos recentemente a aprovação da PEC 09, que foi a redução do orçamento da educação, o orçamento estadual, de 30% para 25%. E são mais de 10 bilhões de reais que nós vamos perder do investimento da educação, sem contar também das escolas, das parcerias públicas privadas, a PPP. Inclusive, a gente vai ter uma PPP, que também são essas parcerias públicas privadas, que também nós estávamos lá nos dois leilões da Bolsa de Valores. A nossa subsede esteve lá, mas, infelizmente, passa como um trator e a gente não consegue reverter essa situação. Muitas vezes, por medo da categoria. Muitas vezes, os professores têm medo de ir para a rua, eles têm medo de paralisar suas atividades por isso.

Por responder a um processo administrativo, por ter a sua extinção contratual, porque é aquela sua renda que sustenta a minha família. Então, muitas vezes, eles têm esse receio, esse medo, e acabam não lutando e acabam prejudicando, sendo prejudicados em geral. Porque sempre eu falo, né, Anna, que a APEOESP não sou eu, a APEOESP não é o prédio. A APEOESP somos nós. E se nós não lutarmos na coletividade, o governo pode passar, o governo que quiser, ele vai conseguir fazer o que ele quiser. Enquanto a gente não for para a rua, não mobilizar, os professores falarem chega, infelizmente, isso está vindo a cada dia que passa.

Sindicalismo

Nós temos bastantes professores associados, como se diz, é voluntário, não é obrigatório. Alguns professores acabam não se filiando porque eles acabam confundindo o sindicato com bandeira partidária. Tudo bem que as nossas lideranças, presidente da APEOESP, vice-presidente, segundo-presidente, enfim, o nosso segundo-presidente é deputado estadual, tem mais um alinhamento às lutas de esquerda, da luta dos trabalhadores em si. Então, muitos professores acabam confundindo a APEOESP com esquerda com partido. Mas a gente acaba sempre reforçando. A APEOESP é um sindicato, luta pela categoria, luta pelos direitos da categoria.

E se for tirado o direito da categoria, a gente tem que lutar, independente do governo, seja ele de esquerda, direita, sempre, a gente tem que continuar essa luta. Porque nós temos uma luta que foi o congelamento do tempo da pandemia para evoluções e aposentadoria, que houve, que foi feita pelo presidente Bolsonaro. Nós estamos com o presidente Lula, com o Ministro da Educação, Camilo, e a gente ainda não conseguiu derrubar. E a APEOESP foi em manifestações à Brasília para fazer essa pressão, para descongelar essa lei. Então, nós somos um sindicato que trabalha em prol dos direitos dos professores, independente se os nossos presidentes, representantes, secretários, coordenadores, diretores, são filiados a partidos. Então nós temos filiações a vários partidos, nós somos uma diretoria com vários partidos, que os professores são filiados. Mas a maior resistência que nós temos hoje, que eu consigo enxergar, é chegar na sala de aula e falar assim, chegar na escola e falar assim, olha lá, os petistas vieram, a esquerda está aqui, mas não, a gente vai falar da luta. Porque quem comanda o governo do Estado de São Paulo é o partido dos republicanos, não é o partido do PT. Porque se fosse o PT, se fôssemos para lutar, a gente ia lutar também, porque é luta da categoria.

Então o maior enfrentamento nas escolas é esse. Mas em si, ainda a APEOESP continua sendo o maior sindicato da América Latina, com mais de 180 mil associados, e nós temos um grupo, assim, um número de associados grande aqui na região de Presidente Prudente. A subsede conta em torno de 4.300 associados aqui na região de Presidente Prudente.

Território

Em Presidente Prudente nós temos prédios próprios. Algumas subsedes são prédios emprestados e outros alugados. Mas a maioria das nossas subsedes da APEOESP são prédios próprios. Em Prudente é prédio próprio.

Greve

A última greve de rua foi em 2015. Nós tivemos uma greve no ano passado, que foi uma greve dos aplicativos, que é aquela questão da plataformização. Nós tivemos uma adesão, mas não houve greve de rua. Foi greve de não preenchimento, foi uma greve de aplicativos. Mas greve de rua, rua mesmo, foi em 2015.

A greve de 2015 foi por reajuste salarial e o cumprimento da jornada do Piso. Nós temos aquela lá, que é um terço da jornada do piso. A gente cumpre fazendo os trabalhos pedagógicos, em ATPC, planejando aula e tudo mais. E condições de trabalho também. Isso foi um dos pontos que desencadeou a greve de 2015. Inclusive, a greve mais longa da história, por 92 dias.

E depois, a greve do ano passado, que foi a greve dos aplicativos, foi para barrar esse avanço do governo de cobrança de aplicativos, de plataformizações. Porque, assim, pasmem, quando você está na sala de aula, às vezes você não consegue fazer a chamada naquele momento. Você anota no seu diário físico, para depois você passar. Então, o governo agora está monitorando. Pelo georreferenciamento, você tem que preencher o seu diário na escola. Você não pode deixar para preencher o seu diário na sua casa. Porque o georreferenciamento acusa que você não está na escola e você recebe falta. Então, a greve dos aplicativos foi para amarrar um pouco desse avanço, desse monitoramento do governo Tarcísio e de Renato Feder, sobre toda a categoria.

Data-base

Elas têm data-base, mas o governo não cumpre data-base. E aí a gente fica na luta. Por isso, a gente pede uma mesa permanente de negociação para a gente debater essa questão da data base, a questão do reajuste.

Quando é município, é menor, é mais fácil. Porque o prefeito está ali do seu lado, no município, a gente está convivendo todos os dias. Quando é rede estadual, ele já acaba complicando bastante. Por quê? Com a nova lei de carreiras, os contratados ganham,

vamos supor, a jornada integral de 40 horas, 200 horas mensais, 5 mil reais. Então, ele ultrapassa o piso salarial nacional.

Então, o governo fala, como que vocês querem brigar por reajuste salarial do contratado, sendo que eu pago mais? Então, a gente tenta brigar sobre a questão dos efetivos, que são os estáveis, que não aderiram ao plano de carreira. Porque ele abriu um período que se o efetivo quisesse aderir ao novo plano de carreira, ele ganharia.

Mas ele perderia na questão da evolução. Ele prejudicaria a evolução dele, ele demoraria mais anos para evoluir na carreira. Então, nós temos professores que não aderiram ao novo plano de carreira e ele está com salário defasado.

Então, vamos supor, 3 mil reais dá um desconto, ganha 2.500, 2.800. Nós temos isso, é real. Mas a gente briga pelo reajuste salarial para todos. E sem contar também que nós não temos o tipo de alimentação. Quem tem 5 mil, não tem. Quem tem, não recebe um valor fixo. Recebe em torno de 100 reais, 120 por mês. A gente fala que é o vale coxinha. Não dá nem para comprar uma coxinha por dia. Mas a realidade é essa.

A data-base o governo não cumpre. A gente tenta negociar, tenta conversar, mas eu creio que a gente só conseguirá melhorar questões salariais com uma greve de rua mesmo. Igual nós tivemos uma plenária intersindical em dezembro. Intercongressual, desculpa. Em dezembro, para preparar, conversar com os professores nesse retorno no planejamento que vai ocorrer agora em janeiro. Para ver realmente se estamos dispostos a ir para a rua mesmo e fazer um enfrentamento e correr atrás das contas.Porque do jeito que está, não tem como.

O sindicato e suas relações junto a categoria

Em nível regional, nós temos as reuniões de RE e RA, porque nós temos o RA que é o representante do aposentado. Então, a gente ouve esses RE e RA em nível regional, fazemos ata, temos planilhas para preencher e encaminhamos para São Paulo.

Em São Paulo, tem a reunião do Conselho Estadual de Representantes, a qual todos os conselheiros estaduais da região vão até São Paulo. E lá tem uma reunião, os conselheiros estaduais junto com a diretoria, todos em conjunto. E nós fazemos aí as nossas indagações, as nossas preparações.

A gente começa a debater sobre a conjuntura nacional, sobre a conjuntura salarial. Então, a gente tem esse debate, funciona desse jeito. A gente pega as informações em níveis regionais, preenchemos a planilha e encaminhamos para São

Paulo. São Paulo marca uma reunião presencial ou virtual e nós fazemos essas indagações, essas discussões em nível estadual.

Formação

As formações sindicais é uma falta que eu brigo, brigo para ter. Infelizmente, não tem ocorrido ultimamente. E é muito importante, principalmente para os alunos de licenciatura que estão finalizando o curso de licenciatura e vão para a sala de aula. Muitos deles já estão ministrando aula. Isso é muito importante porque a gente precisa relacionar o conhecimento com a prática e, muitas vezes, você chega lá e acaba sendo formatado de acordo com o que o governo quer e não de acordo com o que deveria ser. Isso é uma falha e a gente sempre briga.

Temos a secretaria de formação que é responsável pelas apostilas, pelos boletins, mas muitos professores por conta da correria do dia a dia acabam não lendo, acabam não se interessando pelo assunto.

Burocracia

Demais, demais. Como eu falo, nós temos um advogado na subsede que faz o atendimento diariamente dessas queixas desses professores. E aí, como eu disse, a gente tenta fazer primeiro a intervenção verbal.

O advogado também se dirige até a diretoria de ensino, conversa com os supervisores, conversa com o dirigente regional, e se a gente vê que não vai resolver, aí a gente começa a fazer a forma escrita, protocolo, de acordo com as respostas, para ingressar com a ação judicial. Mas é muito frequente.

Os professores acabam adoecendo, acabam se afastando da sala de aula. É muito frequente isso, principalmente os professores efetivos. Os contratados, não, porque ele tem medo.

Porque, dependendo das aulas, se ele pegar uma substituição, se ele tirar 16 dias de licença, porque eles são afastados pelo INSS, eles perdem as aulas quando ele retorna. Não perde se tiver aulas livres, mas o governo mudou a legislação, e se ele tirar três licenças no ano, ele perde as aulas.

Ele está fechando o cerco para que não haja afastamento. O contratado, agora o efetivo pode tirar licença quanto tempo quiserem, não tem nenhum problema. Mas desde que sejam aulas livres.

Indisciplina

Demais. Porque o que acontece? Os estudantes hoje, com essa questão do celular, qualquer coisa eles estão gravando. Eles acabam gerando, às vezes muitos combinam entre eles, para gerar uma situação. Eu não gosto desse professor porque esse professor é exigente. Por exemplo: eles acabam gerando uma situação, armando uma situação para gravar, para que o professor responda a um processo administrativo. Isso tem ocorrido, sim. Sem contar as agressões.

Tudo bem que o governo do Estado tem aquele projeto do Conviva, que tem que registrar se houve agressão verbal, enfim. Mas a gente não sente uma efetividade sobre esse programa. Há só uma conversa, conversa, conversa, conversa, mas a gente não vê o resultado, na prática.

Adoecimento

A nossa posição ao desgaste é muito grande, como eu falei, entendeu, Anna? A gente precisa se mobilizar. O que acontece, Anna? Os professores efetivos e estáveis que estão desgastados, acabam se afastando. E quando eles se afastam, o governo faz a contratação dos professores contratados, que são os professores mais novos. Então, o governo não consegue sentir, na prática, o afastamento dessa categoria, o prejuízo pedagógico, porque já tem uma pessoa que pode substituir.

Então, na prática, ele está cumprindo os desgastes efetivos, independente se o aluno está com aprendizado ou não, ele pouco se importa. O que ele quer é o professor na sala de aula. Principalmente as escolas de ensino integral. As escolas de ensino integral, como são os professores que recebem uma gratificação a mais, se um professor faltar, o outro já tem que substituir.

Nós tivemos, no ano passado, o falecimento de um professor de uma escola de ensino integral, aqui em Presidente Prudente, que o professor foi enterrado, vamos supor, faleceu hoje e enterrou ele amanhã. Amanhã já tinha outro professor no lugar dele.

Então, o Estado não vê a questão da saúde do professor. Ele quer saber o quê? Cumprir os dias letivos, tendo aprendido ou não, ele pouco está se importando. Então, é um desgaste muito grande. Foi uma briga da APEOESP na criação da CIPA. Nós queremos CIPA em todas as escolas.

O governo criou CIPA em todas as diretorias de ensino. Houve o processo de eleição. Nós temos representantes sindicais que participam desta CIPA também, aqui na diretoria de Prudente. Mas o governo aparelha o aparelhamento. Porque quem pode presidir a CIPA? O indicado pelo dirigente de ensino. Não há assim. Elegeu a CIPA, eles mesmos decidem quem vai presidir.

Então, assim, ele criou, mas ele engessou. Então, a gente também não consegue avançar para debater sobre a saúde dos professores. Então, não consegue ter um debate amplo. Eles sabem dos afastamentos, mas a profundidade não conseguem aprofundar. Recebemos muitas queixas, professores com dores, professores que acabam aderindo até câncer. Pelo alto nível de estresse. Professores que acabam adquirindo síndrome do pânico, depressão. É frequente, muito frequente. Professores, por causa do nível de estresse elevado, acabam perdendo a voz. (2:35) Isso é frequente, muito frequente. Aí vai fazer um afastamento pelo SPPREV, vai fazer um afastamento pelo DPME. Aí não consegue fazer esse afastamento. Aí vai lá, o perito nega e tem que ingressar judicialmente. Isso, assim, é muito frequente. Nós temos um calendário que se reúne quatro vezes ao ano, de forma ordinária. Então, trimestralmente. E se surgir alguma outra demanda, a gente se reúne de forma extraordinária. Mas a reunião ocorre de forma trimestral, de forma ordinária. E extraordinária, de acordo com a demanda que for chegando, a gente faz a convocação e se reúne. Mas costuma ser quatro vezes ao ano, de forma ordinária. Extraordinária ocorre também, depende da pauta, do alto nível, como está sendo se tiver muito assédio nas escolas, reclamação, aquela escola lá está tendo muito isso. A gente se reúne para debater, para conversar, passar o problema e tudo mais.

Pandemia e Adoecimento

Olha, a pandemia em si, eu creio que não contribuiu pelo auto adoecimento, não. Ocorreu após pandemia, né? Porque foi exigido pela Secretaria da Educação que os professores fizessem a busca ativa desses alunos que abandonaram as escolas. Quando terminou a pandemia, liberou um chip para os professores. Então, assim, com a pandemia, claro que nós tivemos falecimento de professores, né? Mas, pós pandemia, esse

adoecimento ocorreu pelo alto nível de estresse, por estar fazendo uma busca ativa desses alunos, um serviço que não é do professor, né?

O professor tinha que fazer, porque senão ele ia responder processo administrativo, ia ser exonerado, contratado. Então, o adoecimento em si, ele veio em reflexo da pandemia, mas pela cobrança, porque já tem a cobrança de trabalho, já tem a plataformização e tudo mais. Ainda o professor tinha que gerir esse tempo para fazer a busca ativa desses alunos, que muitas vezes não tinha retorno.

E aí o professor, acabava, o nível da escola baixava, e aí os gestores ficavam cobrando, cobrando, e o professor acaba ficando estressado e a gente sente isso como um pouco de assédio, né? Não é um serviço do professor, mas eles exigiram que os professores fizessem isso.

Pandemia e Sindicato

Quando chegou a pandemia, a principal dificuldade que nós encontramos foi porque depois o presidente, o governador, deixou a cargo dos municípios fazer aqueles decretos suspendendo as aulas, né? E eu mesmo, como coordenador, visitei todas as prefeituras a qual nós temos representatividade, protocolando um ofício para que o prefeito fizesse o decreto, né, para suspender as aulas. Também participamos de várias reuniões do comitê de contingência da Covid para debater sobre esse retorno ou não, e muitas pessoas, né, acabaram não optando pelo retorno, com medo, né, porque não tinha vacina e tudo mais.

E isso, né, aquele contato físico que nós tínhamos com os professores em âmbito sindical, a gente sentiu um pouco o afastamento, né? Então, quando foi liberado esse retorno, não são todos os professores que voltaram a nos procurar. Muitos ainda nos procuram de forma virtual, através do WhatsApp, através de ligação.

Então, muitos serviços em que nós realizávamos somente presencial, a gente teve que se adequar pelo serviço online, né, para facilitar esse atendimento dos professores que não tinham medo de ir, né, no pós-pandemia, de procurar esses serviços nossos da APEOESP, né? E meio que eles acostumaram, né? Então, assim, a maioria dos nossos elogios de contato com os professores, né, são através do WhatsApp, redes sociais, né, Instagram, Facebook, ligação mesmo por telefone.

Então, assim, houve uma queda de pessoas que iriam de forma presencial. Ainda nós temos um índice grande, graças a Deus, né, porque esses professores que são, que

têm adoecimento nas escolas e precisam de afastamento, eles acabam nos procurando presencial, né? Mas ainda a gente tem bastante atendimento de forma remota, por conta do reflexo da pandemia. Não voltou na totalidade o 100% presencial. Ainda nós sofremos de reflexo, não só em nível regional, mas em nível estadual também.

Reforma

A reforma para o ensino não, né, porque nós fazemos o debate junto com a CNTE, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, sobre a questão do currículo. Então, todas as nossas demandas, né, nós fazemos a luta em nível nacional, em Brasília, porque ocorre o currículo nacional e aí os estados, eles usam como parâmetro o currículo nacional para colocar o currículo estadual, né? Então, o nosso trabalho em relação à melhoria do currículo, a gente faz em nível nacional, a qual nós temos representantes da APEOESP, que ocupam cargos da diretoria na CNTE, eles se reúnem frequentemente, tem congresso, né?

Nós temos também os fóruns municipais de educação, nós temos o Fórum Estadual de Educação, que é presidido pelo professor 03, é um secretário nosso da APEOESP. Então, a gente acaba recebendo as demandas até do currículo municipal, né, para fazer essa discussão em nível estadual e remeter para as nossas demandas para nível nacional. Então, a nossa demanda sobre o currículo, a melhoria, a gente encaminha em nível nacional, porque os Estados e o município usam como parâmetro o currículo nacional, né?

Futuro do Sindicato

O futuro do sindicato é assim, hoje nós estamos com uma categoria, assim, associados, muitos aposentados, né? Como a gente diz, esses novos que estão entrando, com essa abertura que o governo deu dos bacharéis darem aula, né? Vou dar um exemplo, ah, me formei em jornalismo, não consigo um emprego de jornalismo, mas eu consigo um emprego para dar aula de português, que ganho 5 mil reais.

Então, isso, né, com a abertura dos bacharéis, não exigindo os cursos de licenciatura, porque para concurso tem que ter licenciatura, né? Ele acabou abrindo esse leque, e muitas pessoas que acabam entrando não têm aquele conhecimento, porque o

bacharel, ele não tem o conhecimento pedagógico de um curso de licenciatura, ele não tem noção, né? Ele sabe da profissão dele, né?

Um jornalismo, vamos lá, uma profissão de, exemplo, direito, que dá aula de filosofia e fisiologia, ele não tem um ensino pedagógico, a realidade da sala de aula na faculdade de direito, fala sobre lei, mas atingiu a carga horária de 160 horas, ele pode ministrar a aula. Então, isso, a gente vê a dificuldade desses profissionais chegarem até nós. Eles acabam procurando nós, da APEOESP, quando eles estão com muitos problemas, né? Ou seja, atribuição, ou seja, de assédio, ou seja, de avaliação na avaliação 360 do ensino integral, né? Eles acabam procurando quando eles precisam, mas não tem esse elo de ligação igual nós temos com os alunos do curso de licenciatura. Então, por isso que é importante, né?

Como eu disse, a gente fazer essas formações nos cursos de licenciatura, aqui em Presidente Prudente, pela Unesp, pela Unoeste, né? Fazer essas parcerias com esse curso de licenciatura e explicar o que é o sindicato, como que ele é feito, como que ele representa, passar para eles a realidade da sala de aula, porque, como eu disse, eles chegam lá e são formatados de acordo com o que o governo quer, e aí a gente não consegue fazer essa conscientização da categoria. Olha, vamos parar hoje, hoje é Dia Nacional de Paralisação, para lutar por salário, para lutar por melhores condições de trabalho. Então, assim, o futuro do sindicato, aproximação com os cursos de licenciatura, para conscientizar melhor esses alunos, porque a gente vê pesquisas. Quem quer ser professor hoje? Muito pouco.

Antigamente, vamos colocar em 1970, em 1980, as salas dos cursos de licenciatura das faculdades e universidades eram lotadas. Hoje você vê um esvaziamento muito grande. Antigamente, lá em 1980, os professores compravam fazenda, comprava carro, comprava casa.

Hoje não, conseguem mal sobreviver e pagar as suas contas por conta das condições de trabalho. Mas o futuro do sindicato é estreitar relações, principalmente com esses alunos do curso de licenciatura, porque para concurso é válido a licenciatura, mas para contratação não. E aí, estreitando essa relação, a gente consegue fazer a exigência que o estado contrate somente pessoas do curso de licenciatura.

Ele acabou tendo aquele notório saber. Tanta gente tinha medo, medo, medo. Eu tenho notório saber, eu posso dar aula. E isso acaba prejudicando o ensino, a qualidade. Aí depois fala, o aluno não sabe ler. O aluno chega no sexto ano sem saber ler, escrever,

sem realizar as quatro operações. Muitas vezes, por conta disso. Por conta do notório saber, que às vezes o professor vai lá, vou cumprir isso aqui, que está no slide aqui.

Então, sim, é um desafio que nós temos que suprir, mas assim, o sindicato precisa estreitar, sim, relações com esses profissionais do curso de licenciatura, porque hoje a estrutura sindical é uma estrutura aposentada são aqueles que lá atrás foram para as ruas, nos diretas já e tudo mais, estão aposentados e vivos. Então, a gente precisa fazer esse estreitamento com essa, com esses profissionais que se tornarão professores.

Porque quando ele vai fazer licenciatura, ele sabe que ele vai ser professor. É totalmente quem vai fazer direito, que pensa que vai ser advogado e acaba se tornando professor. Não, se eu vou para a licenciatura, eu vou para a carreira docência, seja na docência pública ou privada, mas eu vou para a docência. É uma opção minha.

Então, é essa relação que nós temos. Eu até propus numa reunião do conselho aqui em Presidente Prudente, para nós fazermos essa conversa. Eu ouvi do professor 04. Ele era da Rede Estadual antes de ir para a UNESP. O professor 04 foi da APEOESP, tá bom? Pode perguntar. Ele foi da APEOESP. Então, assim, eu falei, gente, nós temos lá o pro-reitor. Lá é fácil a gente chegar à UNESP, chegar nos cursos de licenciatura. É uma ponte. Nós já temos uma ponte. Temos a professora doutora 05, que faz parte de nós, do Fórum Municipal da Educação, que tem essa relação estreita, sindical.

Enfim, nós temos a UNESP, que é fácil estreitar depois para os coordenadores de curso. Então, esse é um desafio que nós vamos ter que fazer. É um desafio que eu vejo e já passei esse desafio em nível estadual e a gente tem que fazer. Tem que tirar do papel e ir para a prática. Tem que visitar os cursos de licenciatura noturno e durante o dia, nas universidades e faculdades. Isso nós temos que fazer.

Relatos de Josué de Castro

Informações pessoais

O meu nome é Josué, eu tenho 35 anos. A minha cidade natal é Presidente Prudente, interior de São Paulo e também resido atualmente. Sou formado em Geografia, mestre em Geografia, eu tenho uma especialização lato-sensu em história, eu também tenho uma especialização em educação e agora estou terminando doutorado. A minha titulação não teve impacto na atuação dentro do sindicato. O que teve impacto na atuação do sindicato foi as experiências de tempo de sala de aula e também dentro do sindicato.

Atuação profissional/ sindical

Hoje, dia 6/01/2025 fará 15 anos de atuação dentro da escola, como professor. Eu comecei em 2010, logo após a minha formatura. Eu não quis trabalhar como contratado, eu prestei o concurso e depois de concursado, eu entrei como concursado em 2012, eu trabalhei ainda 2010 e 2011 como contratado, mas já sabendo que eu iria ser chamado no concurso, que eu tinha passado no concurso.

Antes dessa trajetória eu fui por muito tempo trabalhador braçal, posso citar aqui construção civil, também no setor de serviços, como garçom, muitos anos. Eu venho de uma família de trabalhadores, então, eu comecei a trabalhar muito cedo, a partir dos 13, 14 anos. E aí, cansado dessas situações, fragilidade, de ganhar muito pouco, não que eu ganhe bem hoje, mas são situações bem piores do que a docência, eu fiz o ensino noturno também, ensino médio, em escola pública, e aí, logo em seguida, eu fui cursar licenciatura em Geografia.

Olha, eu posso dizer que, desde quando eu comecei a me tornar professor, no sentido de aprender o que era a profissão, eu já me antenava pelos comunicados do sindicato, pelo site também da APEOESP, porque nós estamos em São Paulo, de como ele atuava. Então, eu sempre estava por dentro, enquanto professor, eu sempre esperei estar por dentro do que acontecia, por que o sindicato lutava por determinadas demandas, quais eram as críticas que ele fazia. E aí, comecei, a partir de 2010, a reparar também nas lideranças sindicais aqui da região, dentro do sindicato, e comecei a ter contato, comecei, aí eu me filiei, a partir de 2010 também, já como categoria O, como contratado, e comecei a atuação no sindicato.

Olha, eu posso dizer que são vários motivos para me filiar. O primeiro motivo era a percepção de que a luta sindical, naquele momento da minha formação, quando eu acabava de me graduar, era extremamente importante para mim. Então, eu queria fazer parte do sindicato. O segundo, a minha formação também, pelas minhas leituras, me indicava que, para ser professor, precisava também estar dentro dos sindicatos professores, para fazer um volume na luta, para me inteirar do que era feito e também fazer parte disso, dessa crítica que era realizada às políticas públicas. Então, era uma forma de eu estar além da docência. Era uma atuação que me somava.

Nunca fiz parte da direção. Só atuei na base, como representante, e por vários motivos aqui regionais e também de disputas de poder dentro do sindicato, eu acabei não entrando na direção, apesar de ter sido chamado já várias vezes.

Sobre o sindicato e sindicalismo

Contexto e Desafios

Eu percebo que, aqui em São Paulo, você tem uma fragilidade muito grande na questão de defesa dos direitos dos professores. Nós perdemos muitos direitos. Então, eu vejo uma fragilidade na questão jurídica.

Eu acho que era necessário uma atualização nessa questão jurídica. Não sei como ela funciona, mas a judicialização da luta contra o sindicato é um traço, hoje, dentro do sindicato aqui em São Paulo, que é o que mais se apresenta para os associados, eu vendo como professor. Então, muitas pessoas buscam o sindicato para a questão dos direitos.

Então, eu vejo ela muito fragilizada. Eu vejo também pautas dentro do sindicato sem sintonia com a realidade do chão da escola. Então, eu vejo um distanciamento da questão do direito e da realidade.

E, ao mesmo tempo, eu vejo também uma fragilidade dentro das direções sindicais. Do mesmo modo, o professorado, hoje, também tem tido uma opção de não participar do sindicato. Então, eu poderia resumir, acho que eu falei quatro situações importantes.

Eu falei da luta judicial, eu falei da direção, dessa luta sem sintonia e também da fragilidade dos professores. Então, eu acho que é um universo múltiplo. Atuar no sindicato é muito difícil, estar no sindicato é muito difícil e defender o sindicato também é muito difícil.

Então, eu vejo que é uma situação muito complexa e que deveria voltar às bases, voltar com formação, voltar com participação e com pautas mais realistas dentro da escola. Então, eu vejo discussões que, apesar de serem importantes, são muito complexas para que o professorado em comum absorva aquela pauta como uma luta para eles.

Desafios na educação

Desafios e problemas que eu vejo na educação. Também é algo muito complexo, mas vamos lá. Desafios: carreira docente. Não tem como passar pelo debate educacional hoje sem ter a garantia de uma carreira digna, que respeite o piso salarial docente como o início e aplicar a esse piso as vantagens correspondentes de cada trabalhador específico.

Então, o piso salarial docente é um grande desafio e que passa pela questão da valorização.

Não consigo observar, também, nítidos avanços nesses dois aspectos, tanto na valorização quanto na carreira. Outro detalhe. Problema. Infraestrutura. Eu observo que, na minha realidade, as escolas estão sucateadas. Então, você não tem infraestruturas mínimas.

Na minha realidade, por exemplo, não tem canetão, caneta, para os professores escreverem na lousa. Não tem água gelada, não tem funcionários. Nós ficamos, nos últimos seis meses do ano passado, sem agentes de organização escolar, que é aquele profissional aqui em São Paulo que organiza a escola, que fica nos corredores, que fecha as portas, que recolhe os alunos após o intervalo.

Então, eu acho que esse é um problema muito sério. Essa falta de infraestrutura. Do mesmo modo, eu observo que não há mais professores efetivos. Nós caminhamos uma flexibilização muito grande no processo de contratação. Hoje, são muito mais contratados do que efetivos. O que fragiliza muito a questão da organização sindical uma coisa está ligada à outra. E somado a tudo isso, eu observo que estar na educação não garante que você se aposente hoje. Não há um caminho retilíneo que você observe hoje.

Hoje, eu estou trabalhando na escola X, vou continuar na escola X. Daqui a um determinado tempo, eu vou ganhar um tanto a mais. E as condições de trabalho serão melhores. Então, nós não assistimos mais isso. No estado de São Paulo, hoje, nós não temos nem mais cargo. Por quê?

Porque se flexibilizou tanto o cargo docente, que hoje você é punido, por exemplo, se você tirar uma licença médica. Eu nunca tirei licença médica. Mas eu vejo que os colegas que tiram hoje, perdem o cargo. O que quer dizer perder o cargo? Não que você seja demitido. Mas você não consegue mais, se você tirar uma licença saúde, ficar naquela mesma escola. Então, vejam só. Tem profissionais que trabalham muitos anos na escola que não conseguiram pegar aula lá. Por quê? Porque foram prejudicados no processo de atribuição de aulas. Então, vejam só. Você não tem tudo aquilo que nós já comentamos. E nem a garantia, hoje, de que você vai trabalhar na mesma escola. Então, eu acho, sim. São grandes desafios, grandes problemas.

Nós não avançamos ainda nessas questões. Há muita coisa para se avançar. Um outro detalhe. A quantidade de alunos por sala de aula. O barulho é ensurdecedor. A agitação escolar. E a insalubridade. Eu vejo as escolas hoje, depois de tantos anos, como algo insalubre. Já são, praticamente, 15 anos de docência. E a insalubridade é muito alta.

Sim, eu vejo muitos colegas com problemas psiquiátricos. Professores que foram frustrados durante todo esse tempo de escola e isso me faz pensar se eu devo continuar ou não. Então, isso desmotiva até os trabalhadores que já estão dentro da carreira e que já são efetivos. Então, você tem toda uma atmosfera desmotivante.

Você entende o que eu quero dizer? Então, esses são os problemas e os desafios, certo? Que eu observo enquanto professor. Só para a gente terminar sobre isso. Eu vejo políticas públicas também, dentro do Estado de São Paulo, sem sintonia com a realidade dos alunos, dos professores e da comunidade escolar.

Enfrentamento

Eu vou caminhar em duas respostas. De forma geral, eu tenho escutado e sentido uma atmosfera desmobilizadora. Eu escuto os docentes falando que o sindicato não serve para nada.

Então, eu observo uma resposta negativa. Olha, o sindicato não vai resolver, o sindicato não luta por nós, o sindicato tem outros problemas. Não compensa mais pagar, não compensa mais ser filiado, nós não temos mais garantias ao mesmo tempo, eles esquecem que o professorado é o sindicato. O sindicato é formado pelos professores. E aí eu não observo, do mesmo modo que as críticas são feitas, uma vontade deles de fazerem parte do sindicato.

Então, o sindicato está lá, não aqui, ou seja, ele é algo externo e não algo próprio à carreira. O que não se entende dentro do professorado, e aí por uma questão de má formação, eu acredito que seja isso, é que não existe educação sem luta.

A educação é um direito que está sobre a margem da luta. A educação não é, apesar de estar garantido na Constituição, ela não é um direito consolidado. Ela é um direito que tem que ser buscado constantemente através de manifestações, lutas, e isso passa-se pelo sindicato, ou deveria se passar.

Então, eu vejo uma descrença desmobilizadora que faz parte desse cenário que nós estamos observando dentro da educação. Por outro lado, na minha posição, eu acredito no sindicato, acredito na organização coletiva de qualquer trabalhador, principalmente dos trabalhadores da educação. Inclusive, eu não vejo um horizonte de retomada de direitos, de melhores condições de trabalho, sem o sindicato.

Contudo, eu gostaria de esclarecer o seguinte, nós precisamos de um outro sindicato, não esse sindicato. Eu vejo um sindicato ainda com pautas muito fragmentadas,

muito amplas. Eu gostaria de ver um sindicato mais presente no chão da escola, que falasse mais com os professores.

Greve

A última greve de verdade ocorreu em 2015. Em 2015, nós tivemos uma ampla vontade política do governo estadual de fechar escolas. Então, o fechamento de escolas foi algo que promoveu uma greve muito forte, que foi chamada de organização escolar em São Paulo. Mas, em 2015 também, nós tivemos a maior greve dentro do estado de São Paulo na história.

E o que o motivou, além desse processo? A precarização, a falta de uma carreira, a falta de condições de trabalho, infraestrutura que as escolas não possuem. Depois de 2015, nós tivemos paralisações que são diferentes de fazer uma greve se quiser chamar isso como greve, também pode ocorrer. Entretanto, eu não concordo.

Nós temos paralisações que são feitas em dias específicos que duram um ou dois dias que aí o sindicato chama os associados para fazer as paralisações. Mas elas são também desmotivadas, tanto pelos professores, por um conjunto, como também pelo estado. Então, você tem esse compromisso, esse falso compromisso de desmobilizar o sindicato, tanto pela política pública, quanto por uma parcela do professorado. Então, a última greve, de fato, foi em 2015. Depois de 2015, nós tivemos paralisações.

Relacionamento com o sindicato

A direção do sindicato, tanto regional quanto estadual, falha muito em tentar organizar, em tentar ouvir os professores. A direção regional de Presidente Prudente, inclusive, eu acho que ela falha até mesmo no posicionamento político dela.

Eu vejo um grupo que, se eu não estiver enganado, é a favor do atual governador, a favor do atual secretário. Eu não sei até que ponto eles se posicionam contrários, tanto ao governo estadual quanto ao seu secretário. De todo modo, a presidência estadual também, eu vejo muito distante.Só aparece em datas específicas. Mas eu dificilmente vi, por exemplo, eles visitarem o oeste do estado de São Paulo, ou Presidente Prudente, ou qualquer cidade aqui, e vir conversar, forjar um debate com as lideranças locais, ouvir quais são os anseios, quais são as agendas de luta aqui do oeste do estado de São Paulo. Eu nunca vi isso.

Estou desde 2010. Então, não tem um fórum de debates que deveria ser feito, um fórum de discussão. Você não tem a formação que deveria ser feita. Então, nós não temos uma direção ativa, nem regional, nem central.

Burocracia

Hoje, nós temos um relato muito comum, que é a plataformização do trabalho. Então, hoje, os professores não estão dando mais aula. Chegamos a uma realidade em que a aula já vem pronta, o material já está disponível, você tem que reproduzir aquilo.

Então, isso se tornou uma burocracia digital. Então, não é uma burocracia do papel, mas é uma burocracia digital, o que vem afetando muito na questão de violência, de violência moral, abusos de autoridade, para que os professores façam essa burocracia digital. Percepções, você tem legislações a favor disso, contrárias ao trabalho livre dos docentes.

Então, no estado de São Paulo, eu posso te garantir que isso é uma queixa muito forte em relação a essa burocracia. E aí, tem várias questões que o sindicato poderia se posicionar de forma mais contundente contra essas políticas, mas não faz.

Indisciplina

Que eu saiba, não tem. Violência, sim. Violência tem um canal, quando o professor é agredido. Agora, casos de indisciplina, não. Agressão verbal, agressões físicas, desmerecimento do professor.

Adoecimento

Olha, não sei te responder de forma adequada. Qual seria o posicionamento? Mas eu acho que uma coisa está ligada à outra. Quando você exige carreira, quando você exige o pagamento correto do piso, quando você exige melhores condições e infraestrutura nas escolas, você chega nesse ponto.

Eu observo muitos doentes tomando medicações. Medicamentos para ansiedade, nervosismo, medicamentos para depressão, síndrome do pânico. Isso é muito comum, principalmente nos docentes que têm um tempo a mais de serviço de trabalho. Contudo,

já vi também em jovens professores se queixando de ter que tomar medicações para conseguir trabalhar.

Regionalmente, aqui, eu desconheço algum encontro. Nunca vi falando a subsede local de Presidente Prudente para debater o adoecimento docente. A nível estadual, acho que possa ter ocorrido, mas também nunca vi.

Pandemia e Adoecimento

Eu acho que ela contribuiu para a amplificação do trabalho docente, e essa amplificação do trabalho levou a transtornos. Porque, depois da pandemia, você abre um canal, uma fragilidade muito maior dos docentes em questões de mobilização, em questões de enfrentamento das políticas governamentais. Você ouve aqui no Estado de São Paulo uma enorme flexibilização dos direitos e a plataformização.

Hoje, faz-se uma outra tarefa do trabalho docente do que se fazia antes da pandemia. Contudo, você recebe o mesmo salário e tem as mesmas condições de trabalho, ou senão piores. Então, você teve uma remodelação do trabalho depois da pandemia, com a intensificação do trabalho através das plataformas, coisas que não existiam antes da pandemia. Então, a pandemia abriu esse canal para que o trabalho do professor se plataformizasse, e acho que, a partir disso, nós temos um adoecimento, porque tivemos que aprender a fazer algo novo sem ter as condições para fazer isso.

Pandemia e Sindicato

O sindicato se posicionou contrário às plataformizações, o sindicato se posicionou a favor do fechamento das escolas, o sindicato teve uma atuação durante a pandemia.

Reforma

Eu acho que, inclusive, isso em São Paulo teve muita repercussão quando se propôs uma nova carreira docente no antigo secretário. O que se buscava nos docentes era não só um posicionamento contrário do sindicato. O que faltou também era uma proposta sindical de uma carreira nova, e ela não foi feita.

Futuro do sindicato

Como eu te disse, dentro desse modelo atual eu vejo muitas fragilidades, eu vejo problemas sérios, eu vejo uma estrutura organizada que dificulta muito a ampliação de novos filiados. Diante das circunstâncias atuais, a resposta não é boa. Eu vejo ainda um espaço para a diminuição da atuação do sindicato se ela vai ocorrer ou não, eu não tenho resposta. Mas ainda vejo mais fragilização ainda. Então, a resposta para o futuro do sindicato também caminha junto para o futuro da profissão docente.

Eu acho que as duas coisas caminham juntas, o que é o professor, o que é o sindicato. O que vai ocorrer com a profissão docente? Não sei. Um aumento das plataformas, um aumento da fragilidade, um aumento do trabalho, um trabalho novo, um aumento dos contratados. Então, diante dessa situação, o que vai ser o sindicato? Eu não sei. Não sei te responder.

Então, ela vai nesse caminho, vai depender muito de como os professores vão se organizar ou não diante do enfrentamento das políticas públicas que o Estado oferece. Então, uma resposta para essa pergunta seria com base nisso.

Como os professores vão se organizar diante da retirada ainda maior de direitos? Eu acho que a pergunta para o futuro do sindicato passa por isso. Até quando os professores aguentam mais retiradas de direitos? Até quando os professores aguentam mais fragilidade? Até quando eles vão aguentar essas situações de trabalho precárias? E, do ponto de vista da política pública, até quando essas políticas vão ser políticas vexatórias? Políticas que condenam o trabalho dos professores? Políticas que vão contrários àquilo que as pesquisas dizem, àquilo que o próprio sindicato defende? A pergunta é essa, eu acho. Até quando os professores vão aguentar mais precarização?

Comentários

O comentário que eu gostaria de fazer é isso. O cenário é muito difícil. Ser professor hoje ainda é algo muito precário. É ainda algo, do ponto de vista social, muito... Como é que eu posso dizer? A palavra não me vem agora, mas é algo muito... A palavra não é vexatória. Mas é algo muito... Muito ruim para achar uma palavra. Não tem condições de trabalho. Não tem carreira. Você olha para frente e não vê futuro. Você vê uma responsabilização sobre o nosso trabalho muito grande. Então é algo muito difícil mesmo.

Relatos de Luiz Ruffato

Informações pessoais

Meu nome é Luiz. Tenho 27 anos, sou natural da cidade de Franca, São Paulo. Atualmente, eu moro em Presidente Prudente, porém estou indo morar em Tupã daqui a alguns dias, devido ter passado no concurso público. Minha escolaridade é graduação, em Geografia, e pós-graduação em Ciências Sociais.

Atuação profissional/ sindical

Eu estou, atualmente, sete anos atuando como professor no Estado de São Paulo. Eu iniciei minha trajetória em 2017, assim que finalizei a minha graduação. Antes da trajetória na educação, eu participei de alguns trabalhos executados dentro da graduação, dentro de alguns espaços de formação.

Então, trabalhei com uma questão voluntária relacionada à agroecologia. Também estive presente dentro de algumas comissões dentro da própria universidade, como, por exemplo, Comissão de Moradia, Comissão de R.U., Comissão de Ética, espaços dos quais buscavam uma melhoria para todos nós, enquanto estudantes. Não estive presente dentro dos espaços sindicais, de forma direta, porém, como a Unesp lugar, do qual me formei, teve sempre muito vínculo com os sindicatos, em algumas atuações, como greve e ocupação, eles estiveram presentes junto conosco, das quais eu pude conhecer um pouco mais do trabalho sindical.

Também foi importante a questão sindical quando nós começamos a fazer algumas parcerias dentro da universidade, com o sindicato e as escolas públicas. Então, esse tripé, durante um determinado tempo, foi muito importante para conhecer o trabalho sindical e também para que houvesse um conhecimento sobre de qual trabalho nós desenvolvíamos dentro da universidade e também compreender como esses dois setores poderiam contribuir com a educação pública, no caso aqui, na cidade de Presidente Prudente, da qual eu tive a maior parte da minha formação e concretização.

Sobre o sindicato e sindicalismo

Contexto e Desafios

Bom, como eu estive toda a minha atuação enquanto professor dentro da educação, no estado de São Paulo, o nosso primeiro desafio, ele inicia lá na ponta do iceberg, né? Ela inicia com o nosso governador, porque durante esses sete anos eu vi poucos investimentos acontecerem, eu vi muitos cortes acontecerem e vi também ser inserido diversas questões burocráticas relacionadas para o professor, para os estudantes, para a escola, que em nenhum momento conseguia favorecer um desenvolvimento na sua plenitude. Então, os principais problemas, ela inicia lá com a gestão maior, né?

Logo depois eu posso enumerar um segundo problema, um problema das escolas. Quais problemas são esses? Problemas de infraestrutura, por exemplo.

Atualmente exige-se que tenha um grande aparato tecnológico dentro das escolas, até porque o material que vem agora do nosso governador do estado de São Paulo exige que seja repassado para os estudantes diversos slides, a prova paulista que deve ser online. E aí a gente se depara com uma infraestrutura extremamente precária, na qual o sistema informacional não funciona, as tecnologias não funcionam direito, os computadores muito menos. Temos hoje em dia que repassar alguns slides que o governo repassa para a gente, então muitas das vezes nós não conseguimos projetar esses slides.

E é claro que quando a gente não consegue projetar o que o governo obriga que a gente faça, a gente tem algumas penalidades, tanto na esfera maior quanto dentro da própria escola, seja ela da nossa coordenação ou da nossa direção. Então há aspectos de infraestrutura extremamente precários, alguns desafios dos quais nós professores ficamos extremamente difíceis de enfrentar. Posso pontuar também sobre a questão dos nossos alunos, dos nossos estudantes.

Um dos nossos maiores problemas que eu tenho observado é que hoje em dia nós trabalhamos, eu acho extremamente importante que haja a inclusão de diversos alunos dentro das nossas salas de aula. Porém essa inclusão, quando ela não vem acompanhada de um aparato de um professor especialista, um professor doutor, fica muito difícil para que nós professores conseguimos, que a gente possa conseguir gerenciar 40 estudantes, e 40 estudantes onde praticamente 9, 10 vão ter peculiaridades específicas, como algum tipo de transtorno ou algum tipo de deficiência, das quais, quando foi inserido a questão da inclusão dentro das escolas públicas, vinha também um documento da qual esses alunos poderiam ter os seus tutores, professores especialistas com eles.

A gente percebe que sim, esses professores existem, mas não é na sua maioria. A gente tem muitos alunos até hoje que possuem dificuldades muito grandes e da qual a nossa formação não tem a capacidade de conseguir abraçar, porque não é uma total responsabilidade nossa. A gente percebe que o governo falhou na sua contratação de professores especialistas, de professores doutores, e muitos dos pais precisam entrar com uma ordem judicial para que seu filho tenha um tutor dentro da sala de aula.

E muitas das vezes a gente percebe que esses pais não conseguem. Mais um problema. O terceiro problema que eu posso elencar do desafio é a falta de compreensão com nós, professores.

A gente percebe que atualmente as responsabilidades aumentaram muito mais. O nosso salário não aumentou. Nós temos sido cobrados de uma forma muito mais rígida. Muitas das vezes acontecendo até um assédio moral por parte da nossa direção, por parte da nossa coordenação em relação ao bater metas. Então há ali um efeito dominó da qual acaba atingindo a saúde mental dos professores e do qual ninguém se importa. É muito interessante perceber isso, que ninguém se importa com essa questão. E aí nós, professores, precisamos caminhar de uma forma muito solitária dentro de todo esse percurso educacional.

Burocracia

Bem, já escutei diversas queixas, eu também já tive essas queixas. É interessante observar que essas queixas em relação à rotina burocrática, ela vem muito mais do professorado, que tem ali já uma longa caminhada, já uns 20 anos de carreira, etc. Os professores mais velhos, eles observam que as queixas maiores vêm muito mais deles.

Porque, um exemplo, a maioria desses professores nunca precisou estar preenchendo tantas papeladas durante toda a sua vida, e todas essas papeladas dentro de um sistema, o sistema de notas também. Foi muito difícil para esses professores mais velhos conseguirem se adaptar a essa rotina informacional, tecnológica, porque a gente tinha o que antes? A gente tinha as cadernetas.

Então, com as cadernetas, você conseguia fazer todos os seus fechamentos, você conseguia fazer todos os seus relatos, e hoje em dia não. Todas essas práticas, elas são dentro de um próprio sistema, chamado SED, aqui na cidade de São Paulo, das quais insere-se todo o fechamento, insere-se toda a questão avaliativa, e a partir desse sistema,

a partir do momento que você não consegue preencher todo esse sistema, há lá uma reclamação por parte da coordenação.

Porém, é interessante observar que essa rotina se tornou muito mais exaustiva dentro desse sistema, dentro de toda essa papelada que a gente precisa preencher a todo momento, é interessante ver que tem coisas ali que são burrocráticas, são coisas que não funcionam para um desenvolvimento, elas funcionam apenas para, a todo momento, fazer com que você se sinta reprimido. Por que reprimido?

Porque, dependendo do que você escreve, da nota que você lança, do que você relata, tudo cai por parte de a culpa é sempre do professor. Então, há diversas críticas, diversas queixas, porém, a gente percebe que o pessoal mais novo que tem entrado agora, consegue ter um pouco mais de facilidade em mexer com as questões tecnológicas, porém, um pouco conhecimento de como é uma rotina educacional, de todo esse processo pedagógico. Então, a gente vê duas falhas que, infelizmente, a burocracia exige de uma forma burra, burrocrática, é assim que eu chamo, porque não tem um objetivo de desenvolvimento, mas sim um objetivo de repressão, muitas das vezes.

Adoecimento

Acredito que atualmente nossa categoria se encontra muito doente. Por alguns aspectos, né? Como eu disse anteriormente, tem se tornado uma caminhada muito solitária, porque não há onde pedir ajuda, praticamente, sabe?

Temos nossos alunos cotidianamente? Temos. Mas, a partir do momento que acontece algum problema com o professor, não há mais um apoio da nossa coordenação, não há mais um apoio da nossa direção, não há um apoio da nossa gestão.

Nossos professores não são mais unidos. E aí, o que acontece? Acontece que nós somos vistos como meros robôs, acredito, sabe?

Dos quais, muitas das vezes, a gente tem que escutar da coordenação. Ah, mas isso aí você pode finalizar no final de semana. Mas, poxa vida, nós professores também temos o direito ao nosso tempo, temos o direito ao lazer, temos o direito a ter direito a estar com as nossas famílias e não a todo momento estar trabalhando.

Até porque, a partir do momento que se inseriu todo esse sistema informacional, tecnológico, começaram a ver os professores dessa forma também, como um mero número, como um mero sistema, da qual nós precisamos preencher papéis para levantar o índice, para ter uma nota boa no IDEB, para ter uma nota boa na prova política, para ter

uma nota boa no SARESP, para que a nossa escola seja reconhecida. Então, a todo momento, o interesse material. E esse interesse material acaba esquecendo que nós ainda, dentro das escolas, trabalhamos como seres humanos.

E a partir do momento que não nos vê, que não vê quem repassa, quem transpassa todo esse conhecimento como um ser humano, vem a solitude da caminhada dentro desse processo pedagógico e educacional.

Pandemia

Sobre a pandemia, foi um processo muito difícil, das quais foi daí que começou a exacerbação da questão da informática, da questão das tecnologias, porque foi a partir dali que as nossas aulas deveriam ser passadas, nossas reuniões, nossas ATPCs. Tudo passou a ser feito do home office. E aí, muito interessante destacar que a gente sofre até hoje com a questão da pandemia, porque quando colocou-se para que houvesse todas as aulas a partir de um sistema que precisasse de um computador, que precisasse de uma internet, a gente esqueceu que a maioria dos nossos alunos, principalmente nas escolas que eu atuei, escolas de periferia, escolas das quais se localizavam em bairros de grande vulnerabilidade social, a gente percebia que tinha dias que tinha dois alunos na aula. E aí, há uma grande questão, muitos professores dizem que a maioria não queria, mas não consegue ver de uma outra ótica também, de quem tinha esses aparelhos para poder estar em sala de aula ali, mesmo que online.

Essa pergunta não se faz, é sempre colocado que os alunos não queriam, não dá para negar que muitos realmente não queriam. Mas é importante também que não se destacou quais alunos que não tinham aparelho para conseguir ter as suas aulas. Os impactos relacionados à questão da pandemia se deu da seguinte forma, nossos alunos vêm até hoje com grandes dificuldades relacionadas àqueles períodos, por exemplo, alunos que estavam no segundo, terceiro colegial, foram fazer, não conheço nenhum deles que entraram na universidade.

Alunos que estavam ali entre o sexto e sétimo ano, hoje, chegaram no terceiro colegial com uma grande deficiência em conseguir interpretar e conseguir interpretar, de conseguir ler, de conseguir visualizar o mundo de uma forma muito mais pragmática, o mundo de uma forma teórica e vivência. Dificuldades assim, que os professores não poderiam sanar, infelizmente não, porque o governo vem impressionando a gente a todo momento de que deve-se passar o que ele pede naquele determinado período, naquele

determinado tempo no seu currículo. E sim, dentro da sala de aula, nós professores conseguimos fazer as nossas adaptações.

Mas qual professor está interessado em fazer essas adaptações? Falo para você, os professores mais velhos não estão interessados, tanto é que os slides deles são os mesmos até hoje, quando eles precisam dar suas aulas, fora dos slides do que o governo manda para a gente. E eu não culpo eles, não culpo mesmo.

Mas houve grandes impactos, a gente sofre com os impactos até hoje. Não sei quando que a gente vai conseguir sanar tudo isso, acredito que estamos chegando no final, para sanar todo o atraso que a gente teve. Mas essas são algumas observações que eu consigo ter em relação a esse período.

Sindicato

Eu acredito que o sindicato, ele é extremamente importante. Mas o sindicato, ele muitas das vezes se torna seletivo. Seletivo em qual sentido? E é uma crítica construtiva, tá? Se torna construtivo de qual sentido? Por exemplo, muitos da categoria O não fazem parte do sindicato.

Essas categorias Os, eles também passam por grandes assédios, passam por grandes problemas em relação aos seus pagamentos, passam por grandes problemas em relação à questão de falta, que é um contrato totalmente diferente do efetivo. E, por experiência própria, eu e alguns colegas, quando tivemos alguns problemas dentro das nossas unidades escolares e a gente foi buscar ajuda do sindicato, a primeira coisa que foi dita para nós, vocês são vinculados ao sindicato? E quando a gente dizia que não era, simplesmente eles diziam, então não tem como a gente te ajudar.

Bom, não sei até que ponto isso precisa ser revisto. Eu não sei até que ponto a obrigatoriedade de se vincular ao sindicato seria de extrema importância. Até porque esse desconto você tem, por mais que pareça pouco no salário, para as categorias Os ou para professores substitutos fazem alguma diferença.

A gente percebe que a maioria dos professores que são vinculados ao sindicato são os professores efetivos. Acho extremamente importante, porque, por exemplo, questões relacionadas à saúde mental, questões relacionadas ao assédio moral, eles podem ser reportados ao sindicato. A importância do sindicato também se dá, por exemplo, no estado de São Paulo, no início do ano passado, nós tivemos uma atribuição sem nenhuma transparência na cidade de Presidente Prudente.

Conheço muitas cidades do estado de São Paulo que tiveram muita transparência no seu processo de atribuição. Mas em Presidente Prudente não houve transparência e, não havendo essa transparência, começou a haver diversos erros nas atribuições. Eu fui uma das pessoas que foi prejudicada com essa questão.

E aí foi muito importante que o sindicato esteve ali por todos. Nós tivemos que fazer diversas manifestações aqui. O sindicato esteve conosco protocolando documentos, pedindo a transparência em relação à atribuição.

E foi de extrema importância, porque, no final, não conseguiu resolver muitas coisas, mas foram protocolados e foram colocados para a questão maior sobre a falta de transparência e até algo desonesto por parte da diretoria de ensino de Presidente Prudente. Então, a importância do sindicato se dá muito nessa esfera e nesses exemplos que eu te dei, que eu falei aqui, foram de extrema importância. Mas tem algumas críticas também, assim como eu já coloquei.

Futuro do Sindicato

O futuro do sindicato. Acredito que o sindicato, primeiro de tudo, precisa muito fazer um trabalho de base dentro das escolas. Porque, como eu já disse, muitos professores não conhecem o sindicato.

Ele ouve falar sobre o que é o sindicato, o que é diferente. E eu falo isso principalmente da categoria O, principalmente os professores que estão se formando agora. Então, acredito que falta muito um trabalho de base do sindicato de estar dentro das escolas e querer chamar para perto mesmo os professores. Porque o seu futuro, o futuro do sindicato, só vai se dar na sua plenitude a partir do momento que os professores conseguirem entender o que é realmente o sindicato.

Entendeu? Eu vou ser bem sincero, até antes de eu conhecer, eu ouvia falar coisas muito ruins. Talvez um pouco por isso que eu nunca quis me vincular. Mas a partir do momento que eu conheci, que tive acesso e que tive pessoas por perto para conhecer o sindicato, a minha mentalidade mudou. Então, o futuro do sindicato, ele só vai conseguir se estabelecer de forma plena, de forma concreta, a partir do momento que os professores conseguirem saber quem são eles. Entendeu?

Atualmente, tenho muito a agradecer ao sindicato, porque eu, por exemplo, passei em um concurso público e eu não tenho onde ficar lá na cidade de Tupã. E foi a partir do sindicato da APEOESP de lá que eu vou conseguir ter um lugar para ficar no

meu primeiro mês, vou conseguir ficar no alojamento da APEOESP de lá durante um mês, esse meu primeiro mês. Então, mais um ponto que eu entrego a importância do sindicato nessa ajuda da qual eu nunca esperava. E eu nem sabia que eles poderiam me ajudar dessa forma. Então, há um desconhecimento. O futuro do sindicato espero que seja muito mais forte.

Espero que o futuro do sindicato se estabeleça como o núcleo central para que os professores consigam se unir muito mais, porque atualmente o que a gente vê é uma classe desunida. E essa classe, hoje em dia, não é desunida à toa. A gente tem um projeto para acabar com a educação e manter os professores em categorias separadas.

Isso é um plano que está aí previsto para o sucateamento da educação. E é ele que faz a desunião da nossa classe. Eu espero que o sindicato consiga se fortalecer como núcleo para que nós consigamos, no futuro, conseguir lutar de uma forma muito mais juntas, com muito mais avanço. É isso.

Comentários

Não, assim, bem tranquilo, né? Como se diz. O reflexo da pandemia que a gente tem ainda, que eu comentei lá atrás, são esse congelamento do tempo, da evolução e para a aposentadoria que, infelizmente, a gente não conseguiu tirar ainda, né?

Muitos professores precisam desse tempo para se aposentar e, como houve a mudança da reforma da previdência, eles acabam pagando um pedaço, ficando um pouco mais tempo na sala de aula, né? Mas, assim, o reflexo da pandemia, assim, que entristece a categoria, é isso. É sobre o congelamento do tempo de trabalho.

Foi um tempo em que trabalhamos mais, porque a gente fez com aulas remotas, gravou, preparou, corrigiu. Trabalhamos mais do que o presencial e, infelizmente, não contou com o tempo, né? Isso, assim, é o reflexo-chave de toda a categoria da rede estadual. Todos os professores falam sobre isso. Não tem outro assunto, né? Pra quem tá pra aposentar, isso bate, assim, uma dor no coração e a gente, infelizmente, não conseguiu reverter ainda. A gente espera, né? Que a gente consiga reverter, mas eu falo, é só com o povo na rua, infelizmente.

Em rede social e reclamar, não. O povo tem que ir pra rua. Por isso que a gente fala, né? Defendemos manifestações pras ruas. Sejam seis, pode ser seis pessoas. De seis em seis, como se diz, né? De grão em grão, a galinha enche o papo. Então, como a gente

fala, né? Vamos começar uma greve? Ah, começamos com 10% hoje? Começamos, mas pelo menos nós começamos. Amanhã pode ser 12.

Então, com o tempo, a gente consegue aumentar e, infelizmente, é isso, né? A gente tem que preparar a greve da rede estadual. Os professores têm que ir pra greve agora, nesse ano, porque é um ano crucial, né?

Porque o ano que vem é um ano político. E se a gente não exigir, infelizmente, o ano que vem, se ele já está passando com um trator em cima de nós, imagine o ano que vem, que ele vai vir anunciando aí nas suas propagandas eleitorais melhorias, melhorias e, infelizmente, não aconteceram. Então, assim, esse ano é um ano crucial para a categoria e que nós, com certeza, da APEOESP, vamos preparar greve e nós temos que ir pra greve. E se não conseguirmos no primeiro semestre, mas no segundo semestre nós temos que ir pra greve da rede estadual aqui no Estado de São Paulo.

Relatos de Antonio Callado

Informações Pessoais

Boa tarde, quase boa noite, né, Anna Paulla? Quero dizer que é um prazer poder contribuir aí com um pouco daquilo que eu vivi na educação brasileira com vocês. É sempre bom a universidade estar presente na nossa vida cotidiana. Eu me chamo Antonio, tenho 76 anos, nasci em São Paulo, mas resido em Santos. Sou professor aposentado da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. Sou professor de arte, de educação artística, né? Hoje é só arte. História da arte, desenho geométrico, geometria descritiva, essas coisas. Sou, atualmente, militante do movimento sindical de trabalhadores da educação há 40 anos. Eu fui vice-presidente da APEOESP, meu primeiro sindicato é a APEOESP, Sindicato de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, do qual eu fui vice-presidente. Fui também participar de outras instâncias sindicais, fui da Direção Nacional da CUT, da Direção Estadual de São Paulo. Fui presidente por três mandatos da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação, a CNTE. Hoje eu sou secretário de Relações Internacionais da CNTE e ocupo o cargo de vice-presidente regional da Internacional de Educação para a América Latina, a IEAL. Eu fui vice-presidente mundial e hoje eu sou vice-presidente regional. A IEAL é uma organização sindical mundial, que está estabelecida em todas as regiões do mundo e a mim cabe representá-la aqui na América Latina.

Atuação Profissional/ Sindical

Eu conto o tempo de 1976, embora eu tenha tido um ano antes, que eu não consegui contar. São 49 anos atuando na educação.Tive muito pouco, principalmente porque eu estava naquela fase de terminar o curso da época, o científico, enquanto naquela fase de procura, é que você é bem nova, mas naquela época a gente tinha basicamente três áreas, o científico, o clássico e o magistério normal. E a gente fazia, o científico era destinado àquelas pessoas que queriam a parte mais de engenharia, embora eu não fosse esse engenheiro. Mas eu terminei fazendo científico, saí dali, estudei matemática três anos, terminei não me formando e fui fazer artes plásticas aqui em Santos, na Faculdade de Artes Plásticas. Mas a minha experiência é essa, de vida é essa. Eu tive, antes de ser professor, me habilitei. Eu fui bancário, trabalhei em banco, vendi livros. Todos esses trabalhos que você procura fazer enquanto está estudando, para conseguir alguma maneira de se manter, de ajudar, porque meus pais sempre me contribuíram com isso. Felizmente, eu sou um privilegiado, embora não seja de uma família rica, de uma família média, classe média, mais para baixo, mas meus pais sempre contribuíram para que eu tivesse, eu e as minhas irmãs, para que tivéssemos uma formação que a gente considerasse a melhor.

Então, eu marco, como eu tive, eu iniciei a docência oficial em 76, tinha trabalhado em escola particular, professor, e em 1978, além disso é importante ressaltar que eu tive uma participação na vida estudantil também, eu fui presidente do Grêmio da minha escola, aliás, num período bem difícil, que eu fui eleito em 1968, alguns dias antes do ato 5, do famoso ato institucional número AI5. E na faculdade, participei do diretório acadêmico, apontado na faculdade de artes plásticas. Em 1978, eu tinha escolhido aula, para dar aula, voltado para a escola, para a rede pública e por aí vai.

Aliás, em 78, dois anos depois, aconteceu uma greve muito grande, uma das primeiras greves organizadas pelos professores em São Paulo, que lutava pelo estatuto do magistério, e nós não tínhamos, não tínhamos estatuto, regulamento que norteasse a vida dos professores, e as questões salariais. E a partir dali, eu comecei a minha militância, fui representante de escola, fui da direção da APEOESP, onde eu já disse que cheguei a ser vice-presidente, e esses anos todos militando na defesa da educação pública.

Eu quero lembrar que a APEOESP tem a defesa da escola, da educação pública, como alguma coisa absolutamente permanente na sua luta. A gente acha que a educação brasileira, e no caso do estado de São Paulo, precisa melhorar muito, precisa ser uma

educação que atenda aos interesses da sociedade de uma maneira geral, que possa ter uma educação libertadora, que não seja uma educação adestradora, que a escola não se limite a transmitir conhecimento, mas que discuta, que debata, que reflita, na linha do que Paulo Freire trabalha, essas coisas. Então, a minha vida foi aí, aí eu fui para a CUT, fui para a Direção Nacional da CUT, fui trabalhando sempre na perspectiva de unir o interesse da escola pública, a defesa da escola pública, não é algo que seja única e exclusivamente trabalho dos profissionais da educação, mas é do conjunto da classe trabalhadora. A escola pública boa, de qualidade, é do interesse da classe trabalhadora, e sempre trabalhando junto com a CUT nisso. Até que eu fui para a presidência da CNTE, trabalhei na Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação. Durante o meu mandato, não fruto só da minha ação, mas também já vinha, já tinha, era uma luta que já vinha acontecendo, nós, no primeiro mandato meu, nós conseguimos que fosse aprovada a lei que criou o Piso Nacional de Salário dos Professores. É uma lei que ainda demanda muita luta para que ela exista como deve existir. Mas, então, a minha trajetória é essa, movimento sindical, eu trabalhei em fóruns fora do Brasil, representei a CUT no Mercosul, da educação, por aí.

Sobre o sindicato e sindicalismo

Contexto e Desafios

Olha, se você for, eu não sou daqueles que consideram que a luta não valeu a pena, eu acho que valeu, e se não existisse o sindicato, se a luta não fosse organizada, a situação da educação e dos trabalhadores de educação seria bem outra, pior do que a que nós temos hoje, né? Nós continuamos tendo um grande desafio nesse país, que é o respeito à dignidade dos trabalhadores da educação, né? E a construção de uma educação pública de qualidade social, tá certo? Esse é o grande desafio que nós temos no Brasil. E esse desafio, ele se torna maior ainda, porque o Brasil tem 26 estados, um distrito federal e 5.570, aproximadamente, municípios. Cada município pode ter, quando tem, né? O plano de carreira dos seus funcionários, legislar sobre a vida dos profissionais, município e estado, tá certo? Então, é uma luta grande para a gente conseguir articular tudo isso, construir reivindicações que possam atender a esses desafios. Um grande passo que foi dado foi quando nós conseguimos unificar a luta em defesa do piso, tá certo?

Porque, e olha que isso não é cumprido, no meu estado, no estado de São Paulo, não é cumprido. O piso hoje é R$5.300,00, e o estado não paga os R$5.300,00 como deveria, ele até paga, o professor até recebe isso, mas completando com abono, e abono nós sabemos que não incide para a aposentadoria, não incide com outras vantagens, é um dinheiro que entra lá que o professor usa, né? Mas que as vantagens pessoais não incidem sobre o abono.

Então, nossa luta tem sido essa. Eu fui presidente da confederação e eu sei muito bem como cada pedacinho desse país é um pedaço muito próprio, com características muito deles, com culturas muito próprias, né? Mas em todos, de uma maneira geral, eu posso dizer o seguinte, há belos discursos de valorização dos trabalhadores, de que a educação é prioritária, de que a educação liberta, porém, na prática, pouco acontece.

E hoje, quero trazer para os dias de hoje, nós temos uma ameaça muito grande da educação, que existe uma perseguição muito grande a trabalhadores de educação, a professores que ousam, tá certo? Trabalhar uma educação que seja reflexiva, uma educação que seja questionadora. Hoje, é um policiamento das escolas, com denúncias de professores, que professores são comunistas, que professores querem trabalhar uma questão da ideologia de gênero, tá certo? Que precisa ser respeitado, que essas questões que dizem respeito, por exemplo, às orientações sexuais, isso tudo é tarefa da família, a escola não tem que se meter. E nós sabemos que isso é uma violência, eu tenho para mim o seguinte, que violência só vai se resolver se nós tivermos esse debate feito na educação, respeito às mulheres, por exemplo, é algo que precisa ser discutido na sala de aula, tá certo? Por quê? Porque o menino não pode chegar e puxar o cabelo da menina só porque é bonitinho, só porque é engraçado. A partir daí, você constrói coisas novas que vão respeitar as mulheres, tá certo? Ele precisa saber que ali é uma pessoa que tem sexo diferente, mas que é gente que tem que ser respeitada com as suas peculiaridades. E se esse debate não for feito, se a questão da violência não for debatida na escola, por quê que a nossa sociedade hoje está violenta, se isso não for discutido, se a escola não estiver inserida na comunidade para fazer esse debate, a coisa vai continuar enxugando o gelo, porque só tratar a questão da violência como algo restrito à segurança, à polícia, como se fosse uma questão puramente policial, não é.

Nós sabemos que a violência que existe em todos, principalmente nos lugares mais vulneráveis, é resultado da falta da presença do Estado, tá certo? Principalmente pela falta de presença do Estado. E não se resolve violência só com a presença da polícia. Precisa de escola, que debata, precisa de saúde, que discuta, tá certo? Precisa de lazer para

procurar as pessoas. Então, esse conjunto forma um bloco, que eu costumo dizer que é um bloco de educação, educação cultura, tá certo? Para que a gente possa ter a escola exercendo o papel que eu espero dela, que é promover debates, mudar a cabeça, mudar a cabeça não, propiciar que as pessoas pensem por si e avaliem o mundo onde estão. Agora, para avaliar o mundo onde estão, elas têm que debater os problemas que esse mundo tem. E aí, tomar a decisão.

Olha, eu vou entrar em outra questão também. Nós temos hoje normas que estão regulando, vamos dizer assim, o trabalho docente de uma forma castradora, que tenta castrar o direito dos profissionais a se sindicalizarem. E eles proíbem, ninguém tá proibido, não tem nada escrito que é proibido ser sindicalizado. Mas exercem pressão, tá certo? Direto ou indiretamente, naquelas pessoas que são sindicalizadas, que querem fazer debate dentro da escola, que querem levar para dentro da escola a situação dos professores, tá certo? Dos trabalhadores da educação de uma maneira geral. Isto é feito em quase todos os estados. Além disso, as contratações, no caso de São Paulo, até algum tempo atrás, nós tínhamos metade da rede contratada temporariamente, ou seja, contratos temporários que podem ser, de uma forma ou de outra, podem ser extintos por mudança de uma canetada do secretário. Isso termina interferindo, porque cria uma pressão em cima do professor, que é ameaçado. Olha, se você for cuidar, se você é temporário, você é categoria tal, você é categoria tal. Isso pressiona. Ainda que os professores e os funcionários, em São Paulo, que não vivem bem, tenham dificuldades. Os professores são obrigados a dar aula em duas, três escolas. Exerce essa ação repressiva, exerce um papel que dificulta o trabalho do sindicato.

Mas nós somos teimosos, nós não nos entregamos e continuamos fazendo o trabalho, ora um diretor, não permite que entre, outro diretor chama a polícia, em alguns estados o sindicato é multado, organiza mobilização, multas que são impagáveis, que tem que inviabilizar financeiramente a organização dos trabalhadores, está certo? Isso vive hoje. Mas nós, felizmente, estamos resistindo, estamos encontrando formas de enfrentar esses desafios, trabalhando a formação da nossa base, buscando convencê-los de que é necessário que se organizem, inclusive para dizer, olha, eu concordo com isso, mas digam. Claro que nós trabalhamos a nossa lógica, a formação que nós oferecemos é uma formação sindical, política sindical, que mostra as dificuldades da educação e tem proposta para educação. Não é uma coisa que não tenha objetivo.

Nosso objetivo é que o professor seja consciente do papel que ele tem na sociedade, está certo? E que trabalhe isso. Existe um problema adicional a esse, os

professores têm, as carreiras são muito difíceis, muito diferentes de um estado para outro. O que a gente defende é que você tenha, o professor tenha uma perspectiva de carreira, que ele tenha uma perspectiva de futuro, uma carreira que permita a ele uma perspectiva de futuro.

Porque a gente tem um outro problema hoje, tem muitos jovens que entram na educação do mesmo jeito que eu fui ser fui ser bancário, está certo? É para passar para ver se faz um concurso para alguma coisa melhor ou se arranja um emprego melhor. Assim você não constrói, está certo? Pessoas que possam se identificar plenamente com o papel do educador se você não valorizar esses profissionais, continuar criando normas para dificultar o trabalho desses professores, está certo? Atribuição de aula em São Paulo é o maior estado da federação.

A lógica desse pessoal é essa, desestruturar a organização para que todo mundo paire a paz nos cemitérios. E nós resistimos muito a isso. Você viu que a luta é muito grande, é carreira, é piso, o financiamento da educação para nós é fundamental. Nós temos uma reivindicação no Plano Nacional de Educação de que 10% do PIB seja aplicado em educação. Não adianta dizer que aplicamos muito. O dinheiro que vai para a educação é bastante dinheiro, mas não é o suficiente. E

sse país ainda trabalha, lida com a vergonhosa cota, vergonhosa, de mais ou menos 9 milhões de professores. Nesse país são analfabetos que não sabem ler, não sabem escrever, quando muito assinam o nome. Se a gente estender um pouco mais, para aqueles que só sabem assinar o nome, nós chegamos até a 20, 20 e poucos milhões. Então, precisa muito de educação nesse país. Precisa investir muito.

Os representantes sindicais debatem, por exemplo, aqui na APEOESP, nós vamos... Eu até estou com o jornal aqui. Nós vamos entregar, no dia 21, vamos entregar um documento para a Secretaria de Educação colocando as reivindicações novas.

O que são? Aquelas de todo o trabalho do ano. Aumento, condições de trabalho, porque nós estamos vivendo... Agora me lembrei que um dos graves problemas de saúde dos professores é provocado pelas condições de trabalho que ele tem. O tensionamento, está certo? Essa corrida desesperada para dar aula no Norte, depois vai para o Sul, depois vai... Isso é um desespero para os professores, está certo? E para o funcionário da escola também tem esse mesmo tensionamento. Então, os temas são salário, carreira, mecanismo de promoção que seja democrático, está certo?

Participação, possibilidade de que o sindicato atue de uma maneira livre nas escolas, está certo? Que não pressione os sindicatos. A contratação dos professores é

fundamental. Que haja concurso público toda vez que a rede tiver necessidade se você tiver por volta de 5%, 10% de professores contratados, é hora de fazer concurso público. Para que existam professores que vão se dedicar a serem professores, está certo? São reivindicações gerais, mas aí cada estado tem as suas. Inclui as suas questões locais, está certo?

Então, no geral, pagamento do piso, cumprimento da lei do piso, que é uma vergonha, mas muitos estados e municípios brasileiros não cumprem a lei do piso, 5.300 reais que é o piso por 40 horas, não é alguma coisa que vai deixar os professores ricos, milionários, criar uma nova elite rica e milionária. Mas é o mínimo que se pede para que possa ter uma vida decente, uma vida com dignidade, que ele não fique se preocupando tanto com questões que ele não precisaria ter para ser um bom professor, não poderia ter para ser um bom professor. A educação exige que as pessoas tenham tranquilidade para serem professores.

No entanto, a gente ouve o secretário de educação de São Paulo dizer que os professores são preguiçosos, que os professores têm compromisso com atraso. Eu posso te garantir uma coisa, a escola pública brasileira existe porque existe uma solidariedade muito grande dentro dela. Ela poderia existir, mas ela existe, eu quero dizer, a existência no sentido de que ela é viva, porque tem uma solidariedade entre professores e diretores.

Podemos até ter as nossas divergências, e temos bastante, porque uma das maneiras de pressionar professor é cooptar diretor de escola, está certo? É tentar transformar o diretor, com algumas exceções, no feitor da escola. Quando ele não é isso, o diretor da escola não tem que ser isso, está certo? Ele tem que ter autoridade de diretor, ele tem que dirigir a escola com competência. Aliás, nós, da CNTE, defendemos a eleição do diretor da escola, está certo? Nós sempre defendemos a eleição, para que o diretor seja eleito entre os professores. Tenha um mandato determinado, mas que seja eleito. Então, essa solidariedade faz com que a escola pública seja viva no Brasil. Que possam existir exemplos e boas práticas, como gostam de dizer.

Em todos os cantos do Brasil, tem lá sempre, como as escolas, os professores, que, por iniciativa dos professores, por iniciativa dos trabalhadores, o apoio da direção, muitas vezes, ou às vezes até contra a direção, conseguem criar, ser criativas na metodologia de ensino, na maneira como tratam a relação com a comunidade, tudo isso. Então, eu acho que isso é uma questão, para nós, importantíssima. Repito, poderia estar pior a situação se nós não tivéssemos os sindicatos que são combativos, que, claro, eu presidi uma entidade que hoje está com 52 sindicatos, 52 ou 53 sindicatos filiais. Cada

um tem uma realidade, certo? Nós, em São Paulo, gostamos de fazer a Assembleia nas sextas-feiras, mas em outros estados, se for fazer na sexta-feira, eles não vão, porque não é o dia de fazer a Assembleia, está certo? Mas todos, todos se envolvem na luta pela melhoria da qualidade da educação, com as suas peculiaridades, com as suas questões, mas todos existem, exige isso.

Uma outra questão que é importante para nós é a formação de professores. A educação, professor, não pode ser qualquer um. Professor tem que ter uma formação inicial, uma formação continuada, uma formação que permita a ele ser um bom professor, está certo? Porque existe muito da lógica de que qualquer um pode ser professor. O engenheiro pode ser professor de matemática, o advogado pode ser de português de história, não. Professor é aquele que estuda para ser professor, porque só assim a escola pública, a educação pública, e o trabalhador, porque senão ele vira bico. O cara é advogado de dia, de noite ele vai dar meia dúzia de aula de português ou de história, ou seja, nada no que for, e completa o salário. Não, nós queremos que o professor seja um profissional formado para isso.

Olha, o sindicato tem muita importância, porque muitas coisas foram conseguidas por conta da ação sindical. O próprio piso salarial nacional foi conseguido a partir da mobilização nacional que houve, das marchas à Brasília, das pressões que foram feitas nos deputados, no governo, para que votassem, para que aprovassem a lei, e outras questões que os sindicatos conquistaram. Mesmo as questões salariais, se o sindicato não fizer pressão, os reajuste, que já não são grandes, será menor ainda.

Nas denúncias que são feitas, por exemplo eu moro em Santos, Santos está um forno, 41 graus hoje. Com 41 graus de temperatura, as escolas não têm bom, a grande maioria não tem ar-condicionado, outras têm ventiladores, mas que não funcionam bem, e poucas têm ar-condicionado. Então, isso é uma condição que não permite aprendizagem a ninguém. O professor não consegue trabalhar e o aluno não consegue aprender.

Então, esse olhar para isso é o sindicato que faz, o sindicato que denuncia, o sindicato que busca a solução para isso junto aos governos. Então, a nossa luta é essa. É a melhoria da qualidade da educação num conjunto de coisas que...quando lutamos... Agora, aqui em São Paulo, foi feita uma luta contra a educação pública de São Paulo. Perdeu R$9 bilhões, porque o governador, aqui em São Paulo, era 30% dos impostos para a educação. Ele resolveu tirar e deixar 25%. Não mexeu. Ele disse, não, não alterei a Constituição. É verdade. Mas aqui em São Paulo, nós tínhamos avançado para 30%. Ele tirou para depois tentar jogar um serviço contra o outro. Ele disse, não, isso aqui vai ser

dividido entre a educação e a saúde. Quando um precisar, fica. Quando o outro precisar, não fica. Então, é para tentar, inclusive, criar uma certa animosidade entre duas ações, duas políticas públicas fundamentais para a população. Está certo? Mas essa é a situação que nós temos hoje.

Agora, o sindicato que denuncia. O sindicato, a nossa presença no Plano Nacional, na construção do Plano Nacional de Educação. Eu falo enquanto CNTE e enquanto APEOESP um pouco, porque tenho uma lógica dos últimos anos do Brasil, até um pouco do mundo.

Mas a gente... Por falar em mundo, eu queria só lhe dar um dado. A IE, Internacional de Educação, participou de um painel da ONU sobre a qualidade... Sobre o docente, sobre a docência. E, no fim de tudo, a conclusão que se chegou é que faltam 50 milhões de professores no mundo. Isso, os dados que a ONU oferece. Porque nós temos... Nós, a IE, temos informação com outros sindicatos do mundo, que é muito mais. Mas nós vamos trabalhar com aquilo que a ONU trabalha, 50 milhões de professores faltam no mundo. Por vários motivos, a profissão não é atraente.

Não são formados como professores. Tem locais onde o que sabe um pouco mais da aula, o que sabe menos. A educação no mundo tem problemas graves. Só trouxe esse dado aqui só para lembrar que a briga é geral. E, no Brasil, claro, alguns dirão que a minha cidade tem uma educação de primeiro mundo. Tudo bem, pode ter. Pode até ser que exista. Só que nós queremos que o Brasil inteiro tenha uma educação que seja boa para o Brasil todo, para o conjunto do Brasil. Respeitando as peculiaridades de cada região porque nós também não achamos que tem que se pasteurizar a educação. Você tem que ter uma linha, um Plano Nacional de Educação, mas que respeite, que resguarde as diferenças locais. Eu sempre costumo brincar dizendo o seguinte.

O povo da Amazônia pode aprender a ler ouvindo as lendas da Iara, do Boto, está certo? E o povo do Rio Grande do Sul também pode aprender a ler ouvindo a Salamanca do Jarau, o Negrinho do Pastoreio. Tudo isso. Quer dizer, você resguarda, você garante a cultura. Dessa maneira, você está garantindo que o povo não perca a sua identidade e tenha acesso à educação de qualidade.

Envolvimento da categoria

A CNTE organiza os trabalhadores em nível nacional e entendendo que cada Estado, que cada região do país tem as suas peculiaridades. Está certo?

Então, construir uma pauta da CNTE é uma tarefa que envolve debates bastante aprofundados para você chegar à conclusão que a CNTE vai reivindicar uma determinada coisa. E, eletricamente, melhores condições de ensino, escola pública de qualidade, Plano Nacional de Educação que seja inclusivo, está certo? Que não deixe ninguém fora, respeito às minorias, respeito à diversidade, inclusão, tudo isso.

Nós defendemos. Agora, isso é o Plano Nacional. Esse plano tem que ser adequado nos estados. Nossas entidades trabalham com essa questão nacional e vão se adequando para as realidades dos seus estados. Está certo? Por exemplo, a carreira de alguns estados é de um jeito e de outros é de outro. A gente tem uma proposta de plano de carreira, mas é uma proposta que nós sabemos que é só para servir de modelo para os estados aperfeiçoarem qual é a sua realidade. Está certo? Então, são construídas como essas propostas? Nós temos... Agora, em março, vamos reunir o Conselho Nacional de Entidades, que tem uma representação de todos os estados, vamos aprovar uma pauta, um calendário de mobilização, está certo? E colocar… Aliás, desculpe, o calendário já foi aprovado. O calendário deste ano foi aprovado no fim do ano passado. E vamos trabalhar como nós vamos fazer os encaminhamentos finais para que isso possa acontecer.

Essa é a lógica da CNTE. Agora, nós vamos aos estados sempre, vamos aos municípios onde somos convidados, está certo? Levando sempre à nossa marca de que educação pública de qualidade social é direito e que os trabalhadores, a sociedade brasileira precisa de profissionais que trabalhem felizes, e o termo é felizes, não é outro. Felizes que gostem de dar aula, que sejam felizes, que os funcionários de escola estejam sendo bem tratados, estejam contentes com o serviço que realizam para que possamos ter educação.

Formação

Nós temos a Secretaria de Formação que organiza curso, vai nos estados. Isso, claro, casado com… Aliás, nós temos um belo projeto de formação.

Tínhamos professores que diziam que isso era um curso de pós-graduação. Muito bom, trabalhando os temas desde a questão sociológica, trabalhando a questão de como organizar uma pauta de reivindicação, como fazer análise de conjuntura.

Então, a gente procura trabalhar isso nas categorias dos sindicatos, dos nossos sindicatos de base, para que eles sejam instrumentalizados para fazer os debates. A gente sabe que tem dificuldades. A dificuldade de um sindicato de um estado mais distante é

menor do que um sindicato que está… A dificuldade é o seguinte, de acesso às informações. Nós trabalhamos muito a questão do financiamento, a lógica do financiamento, a luta pelo financiamento decente, está certo? Porque os nossos sindicatos têm de estar instrumentalizados para poderem fazer esse debate. Então, as informações chegam... hoje nós temos internet, nós estamos conversando aqui pela internet. Tem alguns estados, alguns municípios que as informações demoram a chegar, tem toda uma tradição de será que é verdade, será que não é. Está certo? E a gente procura fazer essa formação, valorizando o profissional e valorizando a importância da educação.

Hoje existe um questionamento… A gente faz vários encontros. Acabamos de fazer um belo encontro de professores aposentados do Rio Grande do Sul. Encontro... Tem coletivo racial, mulheres, está certo? Tudo isso a gente tem. Vários encontros a gente faz trabalhando nesse segmento.

Burocracia

Especialmente aqui em São Paulo, que está tudo plataformizado e o professor perde um tempo enorme para poder entrar nessas plataformas. Tem uma dificuldade toda, porque as aulas estão todas ali. E isso é um perigo, porque eles estão usando isso para passarem para o professor aquilo que ele deve ensinar, o conteúdo que ele deve ensinar. A liberdade de cátedra do professor, está certo? Claro, a liberdade de cátedra dentro de uma lógica que você tem de estruturação de currículo. Mas a plataformização está deixando os professores malucos em São Paulo. Ele tem que entrar, tem tempo, tem isso, tem aquilo, tem problema disso. É uma rotina de doido, sabe? Então, as questões burocráticas, as novas tecnologias, a internet, isso tudo, que teria que vir para desburocratizar aquilo que era feito com papel, com caneta, com tudo. Está burocratizando do mesmo jeito.

Está deixando os professores malucos, porque tem que ficar toda hora entrando na plataforma, saindo da plataforma, se não entra no tempo só outra coisa, é instrumento de controle também se eles não entram, eles veem que não entrou.

Enfim, é uma burocracia muito grande que está acontecendo. Por outro lado, continuamos a ter problemas com os professores que recebem pagamento errado, professores que não têm as suas promoções no devido tempo, porque demora. A aposentadoria que demora a sair, sabe? Por conta de uma burocratização, da falta de funcionários das escolas, porque as escolas precisam ter funcionários para tratar dessa

papelada, vamos dizer assim. Está certo? E não tem todos. Não tem um número suficiente para poder andar mais rapidamente com a aposentadoria, por exemplo. Então, tem problema com a burocratização, sim. A internet está burocratizando para vigiar o professor.

Indisciplina

Existe mesmo. Nós temos assistido a várias formas de agressão aos professores, o que é muito complicado. É muito ruim que os alunos estejam, claro, não generalizando, mas que haja esse tipo de agressão a professores, tanto verbal quanto fisicamente. Agora, isso eu acho que é resultado de uma proposta de educação que é nenhuma. Tá certo? Por que eu digo que é nenhuma? Que é um laissez-faire geral. Tá certo? Que os alunos têm vindo não tendo… Até porque, você vai respeitar uma pessoa que trabalha feito um condenado e ganha às vezes menos do que você ganha? Tá certo? Muitos alunos ganham mais que os professores, porque trabalham, já trabalham. É uma preocupação a violência na escola. Eu acho que ela é, inclusive, reflexo da sociedade violenta que nós temos. Tá certo? Da banalização da violência, da banalização da vida. E isso interfere na vida das pessoas. Tá certo? Na maneira que essa juventude, que os alunos vivem. É um problema sério. O que eu digo precisa ser debatido. Precisa ser discutido. Como eu disse antes, a violência não vai ser combatida apenas pela segurança pública. A violência… Porque a violência… Existem vários tipos de violência. A violência é a pessoa que mora nas chamadas comunidades que não tem água, que não tem luz direito, que não tem esgoto, que não tem uma escola... Até escola tem, em muitos casos tem, mas não tem a saúde direito. Isso é uma violência. Não tem transporte. Tá certo? Isso é violência também. E a pessoa está acostumada a achar que violência é só quando um dá um tapa na cara do outro. Agora, isso tudo reflete em comportamentos. Porque quem é criado num ambiente desse, tá certo? Termina, não todos, mas reproduzindo essa violência, desrespeitando o professor, desrespeitando o diretor da escola, desrespeitando o funcionário que serve a merenda para ele. Sabe? É uma dificuldade grande.

Isso precisa ser discutido com muita profundidade. Não é só com punição, mas a escola precisa ter autoridade sem ser autoritária. Tá certo? Isso é fundamental. Os professores têm que ter uma autoridade sem serem autoritários. Tem que entender que o mundo hoje é um mundo onde as coisas são muito mais acessíveis a todo mundo, que os alunos têm muito mais informação do que tinham antes, tá certo? Que a escola, na sua

grande maioria, é chata. Por quê? Porque o aluno vai lá, senta lá, e encontra um professor que se esforça muito, mas ele tem... Eu sempre dou um exercício assim, um exemplo assim você imagina a última aula de uma escola do período noturno em que ela começa às 10 horas e termina às 10h45. E lecionada por um professor que está dentro ali, provavelmente, talvez, pode ser, a sua quinquagésima, quinquagésima quarta, quinquagésima quinta, ou quadragésima aula na semana. Ele está estafado e o aluno também. Tá certo? Então, essas... A escola precisa… E quando eu digo que a escola precisa ser… Precisa atrair o aluno, tem uma ação que permita que o aluno goste da escola. Tá certo? Estou dizendo o seguinte: a escola precisa estar aberta, a comunidade precisa participar da escola. Tá certo? Precisa estar indo na escola constantemente. As quadras de esporte precisam estar a serviço da comunidade. É preciso que existam grêmios estudantis nas escolas que ajudem a organização, que iniciem os alunos na sua organização para exercício da cidadania. Tá certo? Isso tudo são formas de combater a violência, de organizar o debate, de organizar a discussão. Tá certo? De mostrar que, às vezes, aquela revolta que o aluno tem, ou que a pessoa tem, é uma revolta que... Só a revolta por si não vai resolver. Ele precisa saber por que está revoltado, discutir, se existe forma de se organizar para mudar aquela situação. A escola precisa fazer isso. Mas, quando vivemos em um período, saímos de um período de um governo que achava que ensinar história, ensinar geografia, discutir, era politizar. Tá certo? Discutir as questões, as orientações sexuais, discutir a questão da mulher. Porque discutir a questão da mulher é uma coisa que não tem que ser discutida na escola, porque tem que ser discutida na família. Então, você tem esses problemas. Tá certo? Você tem esses problemas. A violência tem que ser discutida para encontrar formas de uma maneira democrática. É difícil? É difícil. Eu não tenho dúvida. Eu sei que é difícil dizer isso, por exemplo, para uma pessoa que já perdeu três, quatro celulares no ponto de ônibus quando ia trabalhar. Mas, se não discutir, ele vai continuar perdendo o celular, ou, talvez, perca até a vida. Essa é a questão. Eu sei que, para se convencer, o pai do aluno precisa discutir aquela violência. E isso é importante para que, inclusive, o filho dele não se revolte só com o roubo e discuta as condições o porquê aconteceu, a questão da segurança. Sabe? Agora, vai precisar ter proposta para isso. E, infelizmente, a gente tem um fosso muito grande nesse debate.

Desgaste docente

Olha, a posição do sindicato é de luta. É de enfrentar, de debater, de discutir e dizer para o docente, olha, vale a pena lutar se você quiser mudar a sua situação, você tem que lutar. Porque tudo que nós conquistamos, nós temos hoje, não foi dado de mão beijada. Tudo foi conquista, foi resultado da pressão, de muita mobilização, foi resultado de greve, de atos públicos.

E, se a gente não continuar fazendo isso, nós não vamos ser ouvidos. Porque você chega num determinado lugar, por exemplo, vai na Assembleia Legislativa com poucas pessoas, se você não tem... Porque precisa caracterizar também o que você está fazendo. De repente, você faz um ato de 50 pessoas na Assembleia Legislativa, vale a pena, porque tem peso. Mas, de repente, você convoca um ato para fazer em frente à Assembleia, é um ato grande para pressionar os deputados de uma maneira geral e pode não ter gente suficiente e isso é um problema. Está certo?

Então, eu acho que o que vale a pena, o papel do sindicato é esse, incentivar a organização, mostrar para o professor, para a professora, para o funcionário, que a luta vale a pena. É um ditado antigo, velho, é um refrão antigo, mas é o que vale, porque se não lutar, vai continuar, vai morrer reclamando e a situação vai ser a mesma. E vai ser infeliz, porque vai chegar no fim, vai perguntar, será que valeu a pena mesmo ter me dedicado 40, 30 anos nisso? Valeu a pena? Quando eu for fazer o retrospecto da vida, ele precisa sentir que valeu a pena ter sido professor.

Adoecimento

Vou te falar. Claro que é tratado. Temos muita preocupação com isso. Vou até te mostrar aqui. Está vendo? Esse livro, Educação, Carinho e Trabalho, é resultado de uma pesquisa feita em 1999 pela CNTE e o Laboratório de Psicologia do Trabalho da UNB. É uma pesquisa científica. Seguiu todos os itens, os critérios para ser uma pesquisa científica. E é a primeira vez em que se discute a famosa síndrome de Burnout, que hoje bastante gente está discutindo. Mas o primeiro estudo sério sobre isso foi feito pela CNTE.

A síndrome da desistência, a síndrome do abandono, aquela síndrome que é causada pelo pessoal que sente que não está valendo a pena, que eles se esforçam, se esforçam, se esforçam, e a coisa não funciona. Está certo? Isto tem servido para a gente fazer esse debate também.

Agora, claro, tensionamento por conta dos processos de atribuição de aula, a falta de democracia nos debates na escola, a perseguição a professores e a funcionários. Está certo? O desgaste que existe para o trabalhador que sai de uma escola no norte e vai para outra escola no sul, correndo. Isso tudo causa problemas. As condições de trabalho que levam muita gente a uma irritabilidade muito grande. Porque o professor pede, pede, pede, pede e as coisas não acontecem na escola. Continua faltando, continua faltando material básico para a escola. Está certo? É o de educação física que não tem o que precisa, é o de ciências que não tem o que ele queria. Enfim, a escola que está mal conservada, que o vidro está quebrado, tudo isso cria um clima de tensão na escola que desvaloriza a escola. E isso desvaloriza o profissional que, em se sentindo desvalorizado, começa a sofrer as consequências disso. Então, tem muito problema de professor que entra em licença porque está com depressão, está estressado, sabe? E que termina se refletindo tudo isso, claro, no comportamento da pessoa, no serviço. Tudo isso, a gente... questão da voz é um problema muito sério. O problema com as cordas vocais são problemas muito sérios. Então, tudo isso é discutido. Nós, temos uma política da CNTE, na grande maioria dos votos indicados, de que o debate não é só economicista.

O debate é um debate... Claro, nós continuamos dizendo que o indicado é fundamental porque salário é importante, sem salário, bom salário, não tem trabalhador contente. Mas, para que exista esse salário, e nós lidamos com gente, essa é outra questão. Nós não somos, com todo respeito aos trabalhadores, nós não fabricamos o parafuso, o boneco, nós lidamos com gente. E lidar com gente é uma das coisas mais difíceis que tem no mundo. Porque quando você está lidando, cada um é um. Cada pessoa tem um tipo de comportamento, de origem, de tudo. Pensa diferente, isso é um trabalho que é exaustivo. Porque um professor chega em uma classe com 30 ou 40 alunos, cada um ali é um mundo. Cada um traz uma história de vida. E que precisa ser levado em conta no processo de ensino-aprendizagem. E se não tiver o trabalhador muito bem preparado e tranquilo, vai ser um problema para ele e para os alunos. Ele vai começar a tirar licença.

Aí começa a discriminação. Fulano tira muita licença. Fulano está passeando na beira do rio. Sim, mas ele está passeando na beira do rio, porque ele precisa passear na beira do rio para espairecer. Porque senão não vai se recuperar. Aqui em Santos, eu digo. Ah, estava na beira da praia, estava sentado no banco da praia. Estava sentado olhando o horizonte. Para poder se resolver, descansar um pouco. Então, isso tudo, a gente não discute só a questão econômica.

A gente discute o conjunto dos vários aspectos que influenciam o trabalho, a vida dos trabalhadores. E temos propostas para isso. Então, a gente, como disse, não é só economicista. Tem estudo. Por exemplo, aqui, a CNTE tem esse trabalho que foi feito pela CNTE em 1999, com o Laboratório de Psicologia do Trabalho da UNB. É o trabalho de pesquisa de uma entidade sindical. Que foi ver como é que vive o seu trabalhador, qual é a situação dele, o que ele enfrenta no cotidiano. Então, os nossos sindicatos têm feito muito isso. Quando discutem, por exemplo, a inclusão. A questão da inclusão é uma questão geral. O que eu vou fazer com as diversas orientações sexuais que tem nas escolas? Porque não tem só menina e menino, mas tem as orientações que cada um tem ou a maioria tem, mas a minoria que não tem a mesma tem que ser respeitada. Isso não significa, como também quiseram dizer, como costumo fazer o discurso, que é, aliás, o tonto do presidente dos Estados Unidos, recém-eleito, disse o quê? Nós só vamos reconhecer aqui homem e mulher. Só tem macho e feminino. As orientações não existem. Para nós só existe isso. Está certo? Como aqui no Brasil, com o governo passado também. Está certo? Havia essa lógica de tentar desqualificar qualquer projeto de inclusão que respeitasse as orientações de cada um, como foi a história da tal da mamadeira de piroca, que nunca existiu. Está certo? Nunca existiu isso. Mas eles criaram esse mito e isso teve dor de ser determinante em muitas questões que foram levadas adiante. O Congresso Nacional é muito conservador. O Congresso Nacional brasileiro, hoje, é formado em sua maioria pela bancada da bala, a bancada do boi, e a bancada evangélica.

Agora, tudo isso se junta e o interesse deles é o mesmo. E a bancada dos trabalhadores é uma bancada pequena, minúscula, que nós temos hoje, se contarmos com aqueles que são eleitos pelos partidos progressistas e mais alguns que votam porque têm dó de pobre, nós temos mais de 130 deputados. Então, essa é outra coisa também que o brasileiro precisa prestar bem atenção quando está votando. Mas, é isso. Eu acho que a educação tem todos esses problemas. Os sindicatos nossos são os sindicatos atuantes que enxergam a educação num universo mais amplo.

Pandemia

Então, Anna Paulla, foi um problema muito sério essa pandemia, porque nós tivemos, primeiro, uma ação infeliz, e isso eu não tenho nenhum problema de dizer, infeliz, uma atuação que beira a sandice de um presidente da República que desqualificou a vacina no Brasil, e tem reflexo até hoje, que o Brasil é um país referência do mundo que

tem um plano nacional de vacinação que é exemplo do mundo, mas ele conseguiu criar na cabeça das pessoas, e aí é a coisa mais desqualificada que pode existir, que a vacina, o cara podia virar jacaré, o cara podia virar qualquer coisa, que ele não ia vacinar ninguém, que ele ia não sei o que, e hoje nós estamos sofrendo as consequências disso, tem vacina sobrando dos postos de saúde aqui em São Paulo, vacina sobrando, e tudo quanto é coisa, aí eles vão pegar que falta uma para determinado assunto, mas está faltando, sim, pode até estar faltando, mas e as outras, as crianças foram tomadas? Não foram, porque passaram a desacreditar nisso, eu acho que nós vamos demorar para fazer, agora, do ponto de vista da educação, primeiro nós tivemos esse trabalho de defender a vacinação, defender a vacinação, defendemos a suspensão das aulas, porque tanto os professores quanto os alunos estavam sujeitos a alguma coisa que não conheciam bem, não sabiam bem como é, sabiam que podia pegar e matar de uma hora para outra, e que o contágio era de uma para outra. Do ponto de vista da educação, houve muita dificuldade, houve muita dificuldade pelo seguinte, as aulas que foram oferecidas à distância tiveram dificuldades da seguinte maneira, as casas não tinham laptop, não tinham celular, não tinham wi-fi, não tinha internet na região, então tudo isso dificultou muito, tudo isso provocou um atraso muito grande, e nós tivemos um cuidado de quando retomar as aulas, quando as aulas fossem retomadas, de trabalhar os alunos com muita tranquilidade, porque nós sabíamos que muitos daqueles alunos tinham perdido o pai, perdido o irmão, perdido a mãe na pandemia, e que estavam evidentemente traumatizados com isso, e nós procuramos trabalhar respeitando essa situação, incentivando os alunos a recuperarem o tempo que tinha sido perdido, que não tiveram acesso aos conteúdos. Agora, eu tenho certeza que toda essa situação que foi provocada pela pandemia, ela vai sendo recuperada aos poucos.

Há uma parcela da população que estava na escola lá nessa época, a pandemia de 2020, que foi prejudicada, e que a educação, os projetos educacionais têm que levar em conta para procurar superar essa dificuldade que esse pessoal tem, para que possam eles ser integrados no mundo sem grandes problemas, porque problemas vão ter. Agora, mostrou o seguinte, a educação à distância, e muitos acham que é a panaceia para resolver os problemas, e aqui não estou dizendo que não tem que ser usado, tem que ser usado os meios tecnológicos modernos. Ela não substitui a educação presencial, não substitui, ela é um meio auxiliar para a educação, para a aprendizagem, principalmente nas séries iniciais do Fundamental 1, Fundamental 2, e Ensino Médio.

O aluno precisa ter a presença, precisa ter o debate, ter o diálogo, ter o olho a olho, está certo? Sem contar que hoje nós temos um outro problema, que é a formação em nível superior com a educação à distância, que está sendo algumas muito sérias e outras nem tanto, para dizer o mínimo. Você encontra curso de R$ 90 por mês, curso de R$ 80, pague 2 e leve 3, pague 2 e assista 3, quer dizer, isso virou uma maluquice, porque daqui a um tempo nós vamos ter um mundo aéreo de gente com diploma, achando que está bem formado, que está com condição de enfrentar o mercado, o chamado "mercado", entre aspas, porque eu também tenho todas as críticas a esse endeusamento do mercado, vão ter dificuldades. Quem tem uma formação melhor já tem dificuldade, está certo? Imagina quem não tem.

Eu acho que é um absurdo o que faz muitas vezes com essa juventude, que se empenha, perde hora de sono, investe seu dinheiro para fazer uma educação à distância, faz, e depois é avaliada de qualquer jeito, não sai com um conteúdo mínimo para ele dizer, que é bom. Então, a gente precisa ter uma regulamentação muito boa do ensino à distância, tem muita picaretagem, para falar o português certo e correto, tem muita picaretagem no assunto. Isso ficou claro a partir da pandemia, houve toda essa dificuldade com esses alunos, mas nós tivemos uma preocupação muito com a questão humana mesmo, com a questão desses alunos que tinham tido, bom, teve situações e aí mostra o compromisso dos professores, porque muitos professores, eles iam atrás dos alunos, escreviam a aula, alguns deixavam pendurado num determinado lugar onde os alunos iam lá e pegavam cada um a sua lição e depois botavam lá para os professores, e o professor ia, o professor ia buscar. Então, houve muita situação que foi resolvida pela boa vontade dos professores, que se empenharam, que se identificaram com aqueles alunos que iam ter dificuldade e buscaram de todas as maneiras sanar o problema.

Então, mostra também que os trabalhadores têm compromisso, tá certo? E que sabem que são importantes para a educação, que são importantes para aquelas crianças, para aqueles alunos, para os jovens, para os adolescentes, e que foi uma situação que a gente espera que não ocorra de novo, né? Porque aquilo lá é uma maluquice, mas que mostrou que a gente precisa, que ainda existe solidariedade entre os professores, o pessoal da educação que se esforçou muito para isso, mas podia ter sido melhor se tivesse mais empenho das autoridades responsáveis pela educação.

Greve

Eu tentei fazer greve nacional. Não, greve nacional até fazia. Até fazer uma greve que fosse não geral. Greve nacional a gente até fazia, porque a gente pegava o que a gente tinha... Nós tínhamos um trabalho feito, né? Com o compromisso das entidades, e a gente conseguia fazer. Mas é a dificuldade que tem uma entidade nacional de articular, num país como o Brasil, de uma greve geral, uma greve nacional. Porque é muito diferente a situação. As situações são muito distintas.

As pressões são muito diferentes de um lugar para o outro. Mas a CNTE tem feito, a CNTE tem feito pelo menos três, quatro dias de greve nacional, buscando unificar pautas. Agora, e aí tem uma diferença de concepção dentro do próprio movimento. Que alguns acham que basta o sindicato, a CNTE dizer, a greve nacional dia tal, vamos unificar as lutas. Nós vamos unificar as lutas, ou seja, a CNTE tem que chamar para unificar as lutas, porque nós somos tais e estados em greve. Só que a greve do Piauí começa no começo de janeiro, de fevereiro. A greve em São Paulo começa no começo de março. A greve em abril, a greve no Rio de Janeiro começa em março, mas na segunda quinzena. Por quê? Porque é aquilo que eu volto a dizer, os estados têm histórias de organização diferente, maneiras de consultar e de construir suas mobilizações diferentes. Então, o que a gente consegue, e nós temos aí a Semana Nacional de Educação, que é uma semana que a gente faz discutindo temas, cada dia um tema, etc. E que a gente costumeiramente, a gente costuma chamar um dia nacional de paralisação. E aí, conversa com os sindicatos, e consegue fazer, certo? Em algumas situações, consegue ter um êxito bastante bom, né? Mas é uma dificuldade, você construir uma greve nacional com realidades tão distintas, tão diferentes, com cada estado, cada entidade tendo uma maneira de se organizar, de fazer as suas próprias assembleias, de dias que fazem as assembleias, tudo isso importa. Tudo isso importa, porque é o que eu te disse, São Paulo tem uma história de fazer assembleia sexta-feira, outros estados têm ideia de fazer quarta, outros fazem na terça. E é difícil você convencer que todo mundo tem que fazer num determinado dia e não vão fazer, porque as suas bases têm uma história diferente. É difícil a construção, é um desejo que todos nós temos.

Eu posso garantir que na cabeça do Heleno, que é o presidente da CNTE, na cabeça de outros companheiros, o grande desejo era fazer uma greve nacional, greve geral, que parasse a educação toda no país num determinado período, para mostrar que somos unidos, que temos reivindicações, que temos pautas, que temos tudo isso. Mas isso é muito difícil. Agora nós temos que encontrar alternativas. As alternativas são essas. Onde não dá para fazer a greve, faça uma grande assembleia, um grande ato público no

dia da greve. Chama para um ato público, aí os professores vão, os funcionários vão, para fazer uma grande manifestação na porta da assembleia, na porta do palácio do governo, sabe? Onde tem condições de fazer greve, fazemos a greve. É isso. A dificuldade, ninguém vende ilusão. A nossa prática sindical não é de vender ilusão, é de construir coisas que possam ser executáveis. Tá certo? Às vezes a gente diz, tem que brigar com a base. Eu também acho que a gente tem que brigar com a base de vez em quando. Mas tem que saber até onde você briga, porque senão o sindicato perde a representatividade. Isso é muito ruim, é pior do que não fazer a greve.

Referência

Muita referência. É uma coisa. A Internacional de Educação, da qual eu fui vice-presidente mundial e sou vice-presidente regional agora, não costumava tratar as questões dos funcionários da educação. Era só de professores. Foi a CNTE que levou o debate para dentro da IE, mundial, com a lógica de que o funcionário também é um educador. Porque o funcionário que vai ao chão da escola, ele mostra a necessidade de se manter um ambiente limpo, higienizado, tudo direito.

A merendeira que serve na merenda, ela educa aquela criança no sentido de que ela precisa almoçar em determinada hora, ela tem que comer determinado tipo de comida. Enfim, consideramos que são pessoas que têm um papel dentro do conjunto da educação. E fomos nós que levamos esse debate para dentro da IE.

E hoje é um debate, está incorporado na Internacional de Educação a defesa dos profissionais de educação. Essa influência a gente tem. Eu digo que essa talvez seja a maior influência que nós tivemos em nível mundial. Aí temos também, é claro, nas demandas das outras demandas. A defesa, por exemplo, do financiamento da educação, da escola pública, sabe? Isso tudo a gente tem influência. Tem bastante influência. E a CNTE é referência. Porque a CNTE organiza bem essas coisas. Foi feito em novembro um encontro em Fortaleza da CPLP. A CPLP é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. E nós fizemos o encontro que foi no Nordeste. Fizemos esse encontro para discutir as questões. Porque a gente também está trabalhando no mundo, buscando aquilo que aproxima. Então, os países de língua portuguesa no mundo, hoje, são sete países, Brasil, Portugal, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor-Leste. A do Timor-Leste fala português, mas hoje, infelizmente, o português está perdendo a presença porque eles estão falando mais aquele idioma nativo deles, aquele idioma

histórico que eles têm mas o português também é um idioma oficial. São Tomé e Príncipe são sete países. E a gente procura, o idioma torna possível a aproximação, a discussão de propostas que a gente possa trabalhar junto. Então, a gente tem uma influência, sim. O secretário-geral da CPLP é o presidente da CNTE. Ele é o secretário-geral da CPLP. Isso mostra a representatividade que a CNTE tem fora do país. E o professor ocupa o cargo, hoje, que eu ocupei até julho, ele ocupa como vice-presidente mundial da Internacional de Educação pela América Latina. Então, tem uma representatividade muito grande no movimento em nível regional da América e mundial também. Nós somos referência, sim. Por exemplo, a rede de mulheres na América Latina que discute a questão da inclusão das mulheres, da participação das mulheres no mundo sindical. Porque, ainda hoje, nós temos muitos sindicatos que a maior parte, que a grande, só tem homem na direção. E alguns dizem, não, mas as mulheres não participam, não participam porque vocês não dão oportunidade. Mas nós conseguimos, inclusive pelo trabalho da nossa secretária, de fazer com que essa rede fosse, pelo trabalho da CNTE, essa rede fosse uma rede que está instalada hoje na América, da América Central até a América do Sul toda, onde o debate sobre as questões são feitos de maneira organizada, tá certo? De maneira organizada. E trabalhando pelo empoderamento das mulheres, pela participação no mundo sindical e em outros espaços que a gente considera que as mulheres têm direito de estarem participando como os homens. Então, tem muita representatividade. Deixa eu te falar uma coisa. A IE, hoje, ela está presente em todos os, em todo mundo, nos cinco continentes. E ela tem uma representatividade, vamos ver se a gente dá o número, vamos te dar o número exato, peraí. Oh, meu Deus. Deixa eu ver aqui, deixa eu ver aqui. Nós temos, hoje, uma representatividade de 32 milhões de professores, de trabalhadores da educação. Claro que a maior parte é professor, no mundo inteiro. Então, a IE, inclusive, a IE tem representatividade suficiente para que ela tenha sido chamada para participar do painel da ONU que discutiu a educação, a formação de educadores, etc. Tem muita representatividade, né? Tudo, a gente faz, junto com a ONU, participa de diversas, com a OCDE, por exemplo, tem lá, todo ano, tem um debate sobre a formação docente. Claro que tem muita divergência, tem muito problema, tem muito questionamento, tem muito, é importante que participe, porque está lá dizendo o que pensa. Então, tem muita representatividade, até porque o resultado das ações da educação nesses países é muito levado em conta. Tanto que criam obstáculos de toda maneira para a mobilização. Por exemplo, na Inglaterra, para se fazer greve, o sindicato tem que consultar, por carta, todos os seus filiados. Tem que ser mais de 50% dos seus filiados, tem que ser consultado por

carta. E mais da metade tem que responder se quer ir em greve ou não. Veja bem que não é uma assembleia, é uma carta para 1 milhão e 200, 1 milhão e 300 mil professores, para poder, no endereço de cada um, para eles dizerem se eles querem uma greve nacional ou não. Então, criam obstáculos de todas as maneiras no mundo, para tentar atrapalhar a organização. Mas a gente vai resistindo, nós somos teimosos e teimosos no Brasil, teimosos no mundo todo. E gostamos de ser teimosos e de educação de qualidade.

Futuro do Sindicato

É uma boa pergunta. Ela vale um milhão de dólares. Eu acho que o sindicato, como toda e qualquer organização da sociedade, o sindicato é uma organização dos trabalhadores que são da sociedade, fazem parte da sociedade, ele precisa estar sempre se atualizando sobre a forma como ele representa, tá certo? Por exemplo, as mudanças que houve no mundo do trabalho, são mudanças que influenciaram diretamente a organização dos sindicatos. Como o sindicato vai trabalhar, por exemplo, com a história das pessoas que trabalham em casa agora? Como é que eles vão organizar essas pessoas? Como é que vai organizar os motoboys? Como é que organizam? Como é que faz esse debate? Como é que você organiza, por exemplo, o pessoal que trabalha hoje em home office, tá certo? Ele fica em home office, ele acha, pronto, tá tudo bem, tá em home office, mas ele gasta a energia, o espaço da casa e um monte de coisa que ele não gasta no escritório.

No escritório, quando ele tá lá, o escritório paga. Alguns, algumas empresas dão lá uma ajuda por conta disso, pra pagar a internet, mas nem sempre isso é o suficiente, porque ele tá gastando a internet dele, não é a internet do escritório. Então, como é que se organiza esse trabalhador? São perguntas que os sindicatos têm que mergulhar profundamente, como se sustentam financeiramente? Porque uma maneira que encontraram de fragilizar os sindicatos, foi com o fim do imposto sindical. E aí, é uma situação muito interessante, porque quem menos sofreu com a perda do imposto sindical, até porque não tinha, são os sindicatos de serviço público, sindicatos de funcionários públicos, porque até 1988, os funcionários públicos não podiam se sindicalizar, tinham associações.

Então, eles tinham as organizações deles, com os funcionários pagando mensalmente, descontando o holerite mensalmente, aquela quantia pro sindicato. E nunca tiveram imposto sindical, então eles se organizaram, por bem ou por mal, daquele jeito. De 88 pra cá, quando pôde se sindicalizar, alguns sindicatos, funcionários públicos,

começaram a se sindicalizar e foram atrás do imposto sindical. Mas, hoje também, estão tendo dificuldades, porque o imposto cortou. Qual é a maneira que eles encontram de sufocar economicamente os sindicatos? É fazendo o que fizeram aí em Mato Grosso, de fazer que todos fossem no banco, para fazer ficha de banco, para poder se filiar. Não foi isso que fizeram? E, em alguns casos, o banco não aceita. Em alguns estados, o banco não aceita. Em alguns estados, eles simplesmente proíbem a consignação em folha, aquela autorização que o funcionário dá para descontar em folha. Então, eles criam maneiras de... Então, quando eles aceitam, em muitos casos, quando aceitam a consignação, eles, toda hora, estão encontrando maneiras de diminuir o que é repassado.

Os sindicatos, sob os mais diversos argumentos, funcionários, a inconsistência das folhas, não bate essas... Encontram maneiras de dificultar a vida dos sindicatos. Os sindicatos, hoje, têm essa tarefa, e nós da CUT defendemos que os sindicatos…

A gente sempre era contra o imposto sindical, porque a gente dizia que era imposto, mas a gente dizia o seguinte, ou a categoria tem que votar na ideia. Quando ela quer pagar para que o sindicato tenha vida, além daquilo que o trabalhador paga por mês, porque só aquilo é pouco realmente, o trabalho que tem, nós defendemos que seja criado isso. Mas o Congresso Nacional, depois da tal reforma trabalhista, e só tirou direito dos trabalhadores, não está em disposição de votar. E aí, alguns argumentam, não, mas é o democrático mesmo, é o trabalhador todo mês ir no banco, ir lá no banco pagar, pegar aquela coisa de pagamento e pagar lá. Isso que é democrático. Quando isso, na verdade, é uma maneira sem vergonha de falar em nome da democracia. A democracia seria facilitar que o trabalhador tivesse possibilidade de sustentar a sua organização sem criar dificuldade. Ninguém vai a banco pagar boleto hoje, ninguém, é difícil. A pessoa paga tudo, até eu, que sou um zero à esquerda na internet, pago tudo pelo celular. Então, não tem nenhuma forma de atrapalhar a organização? É um problema sério. A gente tem feito denúncias fora do país, está certo, mas é uma luta que vai demandar muita disposição e muito sacrifício dos trabalhadores para conseguir manter o sindicato funcionando, sem contar a campanha que fazem de desqualificação do sindicato. Dizendo que o sindicato tem um bando de gente que não trabalha, que fica lá gastando dinheiro da categoria. Então, tem tudo isso, toda a desconfiança que eles procuram jogar na categoria sobre o sindicato. Então, é uma luta dura, difícil e cruel, mas nós vamos lutar, continuamos lutando e vamos continuar em frente.

Comentários

Não, eu acho que você perguntou, eu só gostaria de dizer o seguinte, eu, particularmente, claro, que a gente quando se envolve nesses movimentos sociais, sindicatos, você sofre muitas perdas, você sacrifica muito a sua vida pessoal, quem se envolve nele está valendo, certo? E tem perda, tem dificuldade com família, com tudo isso. O emprego muitas vezes é perdido, mas no meu caso, com todas as dificuldades, com todos os problemas que eu passei, eu acho que valeu a pena continuar valendo e continuar lutando.

Eu acho que só lutando, a classe trabalhadora vai conseguir, no modelo capitalista, ir galgando degraus para conseguir melhorar a sua condição de vida. Porque a mudança mesmo, nós sabemos como é, teria que mudar todo o sistema onde houvesse, efetivamente, direitos iguais para todo mundo. Eu costumo dizer o seguinte, uma coisa que é, a gente vive numa democracia, a democracia não existe só porque a gente vota para presidente, para governador, para prefeito.

A democracia existe, na verdade, quando a vontade da maioria é a vontade que prevalece. Se você olhar a composição do Congresso Nacional, você vai ver que quem está representado no Congresso Nacional não é a classe trabalhadora.

É o agronegócio, é o banqueiro, é o industrial, certo? É eles que estão, o trabalhador não está. Então, a democracia mesmo não vai ser quando a gente conseguir ter uma representação que reflita exatamente aquilo que nós temos no Brasil. Tem um número de trabalhadores no país. Quer dizer que vota para presidente, é democrático, é bom, é claro, é melhor, tem que votar, precisa votar. Mas as dificuldades são muito grandes.

No Congresso Nacional, por exemplo, em que você hoje tem um Congresso podendo gastar 50 bilhões de reais de emendas parlamentares, o governo tem, o Poder Executivo tem, para investir num projeto de país 50 bilhões de reais estão na mão dos deputados para fazer a política que eles quiserem fazer 25% do orçamento do Congresso está em emenda.

Sabe quanto é nos Estados Unidos que também tem emenda? 2,5%. Então, as emendas têm que existir, até acho que têm, porque tem coisas que são tão pequenas que têm que não serem enxergadas pelo projeto global. Está certo? Aquela ponte que precisa ser feita no córrego, que já caiu um monte de gente lá dentro, precisa de um dinheiro, e a Prefeitura não tem, então arruma lá. Mas você não pode... O que nós estamos assistindo é a perda do projeto global de país para as ações individuais dos deputados, que terminam

não guardando, na grande maioria, a relação uma coisa com a outra. Então, esse é um problema sério e que a educação debate. Por isso que eles não querem que a educação debate. A educação é perigosa, porque ela pode debater, tem direito de debater essas questões todas. Me lembro que, um tempo atrás, já discutindo, fui ao Congresso Nacional, ainda era presidente da CNTE, e debati a tal da escola sem partido.

Você vê que a solução para os projetos educacionais deles é escola sem partido e escola militarizada. Transformar as crianças em soldadinhos de chumbo, violar a cabeça das crianças. Mas eu disse... Na minha opinião, os alunos...Tudo bem, a gente pode até dividir em faixas. Os alunos do ensino médio deveriam debater o programa político dos partidos políticos. Por exemplo, deveria debater, deveria discutir. Pega todos, democraticamente, você leva lá os partidos que têm lá, leva lá PT, PR, PSDB, vão organizar seminários para que cada um venha aqui dizer o que pensa, por que eles estão em partido, qual é o projeto do PT, qual é o projeto do PSDB, para que os alunos saíssem informados da escola. E, no entanto, isso é proibido. Tudo bem que isso pode acontecer, mas isso é um exagero. Está bom. Está bom, pode ser exagero. Mas acho que, se não for isso...